

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

**DOMINGOS ELIAS BIHALE**

**PARA ALÉM DAS HOSTILIDADES: MOTIVAÇÕES DA MANUTENÇÃO DE RELAÇÕES  
ECONÓMICAS ENTRE MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL, 1975 -1992**

**Porto Alegre**

**2021**

**DOMINGOS ELIAS BIHALE**

**PARA ALÉM DAS HOSTILIDADES: MOTIVAÇÕES DA MANUTENÇÃO DE  
RELAÇÕES ECONÓMICAS ENTRE MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL, 1975 -1992**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, com ênfase em Economia Política Internacional.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner

**Porto Alegre**

**2021**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Bihale, Domingos Elias

Para além das hostilidades : motivações da manutenção de relações económicas entre Moçambique e África do Sul, 1975 -1992 / Domingos Elias Bihale. -- 2021.

227 f.

Orientadora: Jacqueline Angélica Hernández Haffner.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Económicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. África do Sul. 2. Moçambique. 3. Trabalho migratório. 4. Cahora Bassa. 5. Portos e caminhos-de-ferro. I. Haffner, Jacqueline Angélica Hernández, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**DOMINGOS ELIAS BIHALE**

**PARA ALÉM DAS HOSTILIDADES: MOTIVAÇÕES DA MANUTENÇÃO DE  
RELAÇÕES ECONÓMICAS ENTRE MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL, 1975 -1992**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, com ênfase em Economia Política Internacional.

Aprovada em: Porto Alegre, 27 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Jacqueline Angélica Hernández Haffner – Orientadora  
UFRGS

---

Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira  
UFRGS

---

Prof. Dr. Anselmo Otávio  
UNISINOS

---

Prof. Dr. Arlindo Gonçalo Chilundo  
UEM (Moçambique)

## AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho de tamanha dimensão exige muitos requisitos que nem sempre são de fácil obtenção. Por essa razão são endereçados meus profundos agradecimentos a todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram com meios e estímulos para a sua materialização. Em primeiro lugar, a minha gratidão é dirigida a Deus, amigo fiel e protector em todos momentos que me concedeu o dom da vida, e fortaleceu a minha alma, possibilitando que superasse todas as dificuldades que pareciam ser infinitas durante o processo de pesquisa. Imensos agradecimentos vão para a Professora Jacqueline Haffner, supervisora desta tese pelas orientações, paciência e atenção dedicados nos momentos precisos, durante o processo de pesquisa. Estendo os agradecimentos a todo o corpo docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Joaquim Chissano, pelos conhecimentos transmitidos em todo percurso da minha formação. Endereço o meu obrigado aos meus pais, Elias Bihale em (memória) e Verónica Lafione, que por intercessão da força Divina, trouxeram-me ao mundo, e apesar de todas dificuldades que a vida os colocava, nunca faltou amor, educação e todo tipo de apoio moral, material e afectivo para que hoje me tornasse quem sou.

Aos meus amados filhos Nayendani, Mercedes e Onani que nos momentos tristes e de glória, inspiraram a minha luta e sobretudo pelo sacrifício, vai o meu muito obrigado. Aos meus irmãos SAGRÁLIA (em memória) e João, cuja convivência e partilha da vida traduziram-se em calor e afecto. A ti SAGRÁLIA, este trabalho é mais teu do que meu. O teu sorriso angelical continua a me inspirar para continuar a lutar nesta peregrinação da vida. Aos meus amados sobrinhos e toda família em geral, sem me esquecer do encorajamento que recebi desde a infância da minha segunda mãe do coração Elizabeth Santos e meu segundo Pai Graça Tomás Chongo pelo apoio incondicional. O vosso amor e carinho por mim não tem igual. Aos meus amigos Augusto Lisboa, Domingos Chunguane, Paulo Ribeiro, tenho uma dívida perpétua de gratidão. A Joana Cuambe, que me acompanhou desde o primeiro dia até a esta data, pelo encorajamento, amor e apoio material e financeiro, naqueles momentos sombrios quando tudo parecia desabar. Obrigado por não permitir que a frustração da vida reduzisse este projecto ao fracasso. Os meus agradecimentos estendem-se para todos aqueles cujos nomes não mencionei, mas presentes na minha luta pela vida e contribuíram para a edificação do homem que sou hoje.

## RESUMO<sup>1</sup>

No presente trabalho busca-se compreender as motivações que levaram Moçambique e África do Sul a manter as relações económicas bilaterais, no meio de divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares, entre 1975 e 1992. A pesquisa foi desenvolvida com recurso ao método histórico, o qual permitiu conhecer o dinamismo da interacção entre Moçambique e África do Sul em vários domínios, com destaque para as esferas económica e política, de modo a compreender os desenvolvimentos recentes e as perspectivas destas relações. A dinâmica do vínculo político entre Moçambique e África do Sul foi se moldando em função dos interesses políticos e económicos. A África do Sul, no seu relacionamento com Moçambique entre 1975 e 1992 procurou sempre defender o seu interesse nacional (sobrevivência do regime político então vigente – o Apartheid), suprimindo as forças internas progressistas que tinham suporte e bases em países vizinhos), bem como continuar a ter acesso ao mar através do porto de Maputo. Para a efectivação deste objectivo recorreu a incursões militares directas e indirectas e, por esta via, sabotagens a infra-estruturas económicas essenciais e manipulação de algumas forças internas para a desestabilização política, com intuito de manter Moçambique na posição de dependência e como fonte de mão-de-obra barata para as empresas mineiras. Em contraposição Moçambique enveredou por uma via pacifista negocial, ciente da sua incapacidade militar e económica de enfrentar o poder hegemónico da África do Sul, mas com vontade enorme de reduzir a sua dependência em relação a África do Sul. Apesar de relações políticas conflituosas, os dois países mantiveram as suas relações económicas. Portanto, conclui-se que África do Sul e Moçambique tinham laços económicos, os quais eram vitais para Moçambique e úteis para a África do Sul. Era do interesse de Moçambique manter as relações existentes ao nível comercial e desejava que os acordos económicos, laborais, comerciais, sobre os caminhos-de-ferro, trabalhadores migrantes e o ouro se mantivessem. Por sua vez, a África do Sul precisava do porto de Maputo para importação e exportação de produtos e mercadorias diversas, assim como tinha interesse em manter Moçambique como fonte de mão-de-obra barata, mercado seguro e dependente, para além de da electricidade produzida pela Barragem de Cahora Bassa.

**Palavras-chave:** África do Sul. Moçambique. Trabalho migratório. Cahora Bassa. Desestabilização. Portos e Caminhos-de-ferro. Acordo de Inkomati.

---

<sup>1</sup> A tese será escrita em Português moçambicano

## ABSTRACT

This study seeks to understand the motivations that led Mozambique and South Africa to maintain bilateral economic relations, amid ideological differences, political hostilities and military aggressions, between 1975 and 1992. The research was developed using the historical method, which allowed to know the dynamism of the interaction between Mozambique and South Africa in several domains, with emphasis on the economic and political spheres, in order to understand the recent developments and perspectives of these relations. The dynamics of political relations between Mozambique and South Africa have been shaped by political and economic interests. In its relationship with Mozambique between 1975 and 1992, South Africa always sought to defend its national interest (survival of the then political regime - Apartheid), suppressing the progressive internal forces that had support and bases in neighbouring countries), as well as continuing to have access to the sea through the port of Maputo. In order to achieve this objective, it resorted to direct and indirect military incursions and, in this way, sabotage essential economic infrastructures and manipulation of some internal forces for political destabilization, in order to keep Mozambique in a position of dependence and as a source of cheap labor for the mining companies. In contrast, Mozambique has embarked on a pacifist negotiating path, aware of its military and economic inability to confront South Africa's hegemonic power, but with an enormous desire to reduce its dependence on South Africa. Despite conflicting political relations, the two countries maintained their economic relations. Therefore, it is concluded that South Africa and Mozambique had economic ties, which were vital to Mozambique and useful to South Africa. It was in Mozambique's interest to maintain the level of existing relations at the commercial level and desired that economic, labor, trade, railroad, migrant workers and gold agreements be maintained. South Africa, in turn, needed the port of Maputo for the import and export of various products and goods, as well as had an interest in maintaining Mozambique as a source of cheap labor, a safe and dependent market, in addition to the electricity produced by the Cahora Bassa Dam.

**Keywords:** South Africa. Mozambique. Migratory work. Cahora Bassa. Destabilization. Ports and Railways. Inkomati Agreement.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Três Escolas Tradicionais da Economia Política Internacional .....	43
Quadro 2 - Custos da desestabilização sul-africana nos Estados vizinhos .....	71
Figura 1 - Localização geográfica de Moçambique .....	122
Quadro 3 - Incurções sul-Africanas directas no território moçambicano.....	124
Quadro 4 - Síntese do impacto dos factores exógenos na economia moçambicana (1975-1983), em MZN e USD.....	165

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores macroeconómicos em milhões de dólares.....	64
Tabela 2 - Efectivos militares dos Estados da África Austral (1984) .....	66
Tabela 3 - Importações e exportações da África do Sul através do Porto de Maputo .....	151
Tabela 4 - Comércio externo de Moçambique com África do Sul, 1973 – 1985.....	152
Tabela 5 - Número de trabalhadores Moçambicanos na África do Sul (1970-1982) .....	153
Tabela 6 - Trabalhadores Moçambicanos entre 1983 – 1990.....	154
Tabela 7 - Evolução Produto Interno Bruto da África do Sul e de Moçambique entre 1980 e 1992 em biliões de dólares americanos .....	162
Tabela 8- Produto social global, 1975 – 1982 (Milhões de Meticais) .....	165
Tabela 9 - Declínio das importações (milhões de dólares) .....	168
Tabela 10 - Exportação e importação de Moçambique (% do PIB), 1980-1992.....	173
Tabela 11 - Evolução dos principais indicadores macroeconómicos entre 1987 e 1991 em milhões de dólares.....	174
Tabela 12 - Fluxo de investimento directo estrangeiro, 1980-1992 .....	175
Tabela 13 - Rede ferroviária da África Austral .....	180
Tabela 14 - Manuseamento de Carga e Tráfego ferroviário no complexo ferro - portuário de Maputo, 1975 – 1992 .....	183

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>28</b>
2.1	NOTAS SOBRE O REALISMO POLÍTICO .....	29
2.2	CONCEPTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL .....	36
2.3	PARADIGMA DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL .....	40
<b>2.3.1</b>	<b>Teoria de economia dual (dualismo)</b> .....	<b>48</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Teoria do sistema-mundo moderno como uma economia-mundo capitalista</b> ....	<b>50</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Teoria de estabilidade hegemónica</b> .....	<b>54</b>
2.4	HEGEMONIA DA ÁFRICA DO SUL NA ÁFRICA AUSTRAL, 1975 – 1992.....	64
<b>3</b>	<b>CONTEXTO INTERNACIONAL E REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL, 1975 – 1992</b> .....	<b>74</b>
3.1	GUERRA – FRIA: ESTADOS UNIDOS E A UNIÃO SOVIÉTICA DA ARENA GLOBAL ...	74
3.2	POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA A ÁFRICA AUSTRAL, 1975- 1992.. .....	80
3.3	POLÍTICA EXTERNA DA UNIÃO SOVIÉTICA PARA A ÁFRICA AUSTRAL, 1975 – 1992.. .....	94
3.4	ÁFRICA DO SUL NA ÁFRICA AUSTRAL, 1975 – 1992.....	99
3.5	ESTADOS DA LINHA DA FRENTE .....	103
3.6	CONFERÊNCIA DE COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL .....	106
<b>4</b>	<b>RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL, 1975 1992</b> ....	<b>115</b>
4.1	DIVERGÊNCIAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS.....	115
4.2	AGRESSÕES MILITARES .....	121
4.3	DESESTABILIZAÇÃO.....	125
<b>4.3.1</b>	<b>Acordo de Inkomati</b> .....	<b>141</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Novos desacordos e finalmente a paz</b> .....	<b>145</b>
4.4	REFLEXOS DAS RELAÇÕES POLÍTICAS NA INTERACÇÃO ECONÓMICA BILATERAL .....	149

<b>5</b>	<b>BASES EXPLICATIVAS DA PREVALÊNCIA DOS LAÇOS ECONÓMICOS ENTRE MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL, 1975 – 1992.....</b>	<b>157</b>
5.1	PODER ECONÓMICO DA ÁFRICA DO SUL, TROCAS COMERCIAIS E INVESTIMENTOS.....	158
5.2	SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DE MOÇAMBIQUE.....	162
5.3	TRABALHO MIGRATÓRIO.....	177
5.4	SERVIÇOS DE PORTOS E CAMINHOS - DE - FERRO.....	180
5.5	BARRAGEM HIDROELÉCTRICA DE CAHORA – BASSA.....	186
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....</b>	<b>194</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>199</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Moçambique tornou-se um Estado soberano em 1975, fruto de uma luta de libertação desencadeada pela Frente de Libertação de Moçambique. Na sua política externa, o Governo de Moçambique adoptou o internacionalismo como guia, abrindo-se ao apoio aos movimentos de libertação nacional e à solidariedade internacional para com os povos progressistas em todo o mundo, assim como o estabelecimento de relações saudáveis de cooperação internacional com todos os Estados, independentemente do seu regime económico e social, na base dos princípios de não-ingerência nos assuntos internos dos Estados, igualdade absoluta e benefício mútuo. Além disso, Moçambique definiu o reforço da frente anti-imperialista mundial, a luta contra o colonialismo, racismo, neocolonialismo e imperialismo, assim como independência e não interferência nos assuntos de outros Estados como princípios norteadores (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983, p. 170-171). Assim, Moçambique aderiu à Organização das Nações Unidas, a Organização da Unidade Africana (actual União Africana), ao Movimento dos Não – Alinhados e elegeu os Estados Socialistas como seus aliados naturais.

Ao nível da região da África Austral, Moçambique defendeu o estabelecimento da paz e a criação de uma nova atmosfera política. Nesta senda, o Governo de Moçambique declarou e concedeu o apoio aos movimentos de libertação do Zimbabwe, da Namíbia e da África do Sul. Para a liderança política de Moçambique, as causas da luta no Zimbabwe, na Namíbia e na África do Sul eram causas do povo moçambicano. Adicionalmente, o país reforçou as suas relações com os Estados vizinhos da Linha da Frente, com vista a reduzir a hegemonia militar e económica da África do Sul.

A organização Estados da Linha da Frente era formada pela Zâmbia, Tanzânia, Botswana, Moçambique e Angola para a prossecução dos objectivos seguintes: resolução pacífica de conflitos; harmonização de acções de cooperação internacional, virada para estratégia e libertação económica da região austral de África; fortalecimento de laços para uma cooperação regional e equitativa e, principalmente, a redução da dependência económica em relação a África do Sul. A finalidade era fazer face às incursões do regime do Apartheid na região.

Moçambique, na qualidade de um membro de Estados da Linha da Frente, empenhou-se rigorosamente no apoio político e militar aos movimentos nacionalistas do Zimbabwe, principalmente, à União Nacional Africana do Zimbabwe, na sua luta contra o regime da

Rodésia, apoiado pela África do Sul, e desenvolveu uma campanha internacional contra a ocupação da Namíbia pela África do Sul e contra o regime do Apartheid. África do Sul ripostou a estes desenvolvimentos com ataques aéreos contra alvos civis e infraestruturas económicas e sociais (CAWTHRA, 1997).

O regime sul-africano enquadrava os ataques aos Estados progressistas da região austral de África, concretamente, aos movimentos de libertação, na luta global contra a expansão do comunismo. De acordo com Cawthra (1997), o regime sul-africano procurava desempenhar um papel dominante em África e de pivô contra a expansão do comunismo. O comunismo era considerado uma ameaça à governação branca na África do Sul, porque os comunistas eram tidos como agitadores da população negra contra o regime minoritário e racista branco. Em 1976, um ano depois de Moçambique se tornar independente, a África do Sul vivia um ambiente interno de uma tempestade política devastadora, caracterizado por manifestações de rua violentas, sabotagens e insurreição armada encabeçada pelo Congresso Nacional Africano, em coordenação com o Congresso Pan-Africano.

O governo sul-africano respondia a estes acontecimentos com brutalidade, massacres, julgamentos e detenções sumárias de membros do Congresso Nacional Africano e do Congresso Pan-Africano, incluindo os apoiantes e simpatizantes. No plano regional, África do Sul conotava os seus vizinhos de inimigos reais ou potenciais, com os quais a coexistência pacífica só poderia ser alcançada uma vez demonstrada a intrepidez militar e económica da República da África do Sul. Neste sentido, Moçambique e Angola foram os principais alvos de agressão militar sul-africana.

Segundo Cawthra (1997), a agressão a estes países devia-se ao facto de ambos terem adoptado o marxismo-leninismo como seu sistema de governação e, portanto, agentes portadores e propagadores da ideologia comunista, assim como militantes activos na região. Adicionalmente, pela sua localização geográfica e geoestratégica, Moçambique e Angola eram capazes de sustentar todos outros países da África Austral sem acesso ao mar.

Por isso, o poder político sul-africano acreditava que, ameaçando os portos e caminhos – de – ferro destes países, poderia fragilizar economicamente os países do *hinterland* que ofereciam bases políticas ao Congresso Nacional Africano e à Organização do Povo do Sudoeste Africano. Por outro lado, África do Sul pretendia que estes países continuassem dependentes de

sua economia, em parte como forma não apenas de preservar o mercado para os seus produtos, mas também de contornar as sanções económicas impostas pelas Nações Unidas.

Na década de 1980, as Forças de Defesa da África do Sul intensificaram ataques aéreos contra alvos civis e infra-estruturas económicas e sociais em Moçambique, Angola, Botswana, Zimbabwe e Lesotho com objectivos de impedir não só o apoio destes países ao Congresso Nacional Africano e à Organização do Povo do Sudoeste Africano e de sacudir a influência comunista na África Austral, bem como inviabilizar a criação de exércitos convencionais que pusessem uma ameaça ao poderio militar sul-africano.

Em Moçambique, além de ataques aéreos, a África do Sul abriu uma linha de apoio directo à Resistência Nacional Moçambicana, então grupo rebelde que combatia o Governo da Frente de Libertação de Moçambique (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983; CAWTHRA, 1997).

Todavia, é curioso que, apesar das divergências ideológicas, das agressões armadas e do apoio directo à Resistência Nacional Moçambicana, a liderança política de Moçambique sempre rejeitou boicotar a África do Sul economicamente (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983). Mesmo a África do Sul manteve os laços económicos com Moçambique, embora movesse uma campanha de bombardeamentos e desestabilização.

As autoridades moçambicanas sempre procuraram separar os problemas políticos com a África do Sul das questões económicas, pelo que o corte dos laços económicos com este país sempre foi última opção (TEMPO, 23.11.1975). Para a liderança política de Moçambique, o corte das relações económicas só poderia acontecer como consequência da exigência do desenvolvimento da luta na África do Sul. Assim, “não obstante as diferenças políticas, as trocas comerciais entre Moçambique e África do Sul se mantiveram intactas” (THE NEW YORK TIMES, 14.11.1977, p. 22-23).

É dentro deste quadro político que se insere o tema: *Para Além das Hostilidades: Motivações da Manutenção de Relações Económicas entre Moçambique e África do Sul, 1975 - 1992*. O ano de 1975 assinala a ascensão de Moçambique à independência. Em resultado disso, o Estado moçambicano se tornou num actor do sistema político regional e internacional, tendo assumido um activismo político contra os regimes racistas e minoritários da África Austral, designadamente o Apartheid na África do Sul e o Governo de Minoria Branca na Rodésia (Zimbabwe), incluindo um papel-chave na Linha da Frente.

A escolha de 1992 deve-se ao facto de ser um ano marcado pelo fim da guerra de desestabilização em Moçambique movida pela Resistência Nacional Moçambicana, criada pela Rodésia em 1976 e apoiada pela África do Sul a partir de 1980. No mesmo ano, realizou-se um referendo político na África do Sul através do qual o Governo efectuou uma consulta à população de raça branca do país sobre se queria manter ou eliminar o sistema do Apartheid. Os resultados do referendo recaíram a favor do fim do Apartheid, facto que abriu caminho para reformas políticas na África do Sul, com destaque para a aprovação de uma nova constituição democrática multirracial e multipartidária. Os eventos políticos de 1992, tanto em Moçambique quanto na África do Sul, também permitiram o melhoramento das relações económicas dos dois países, materializado pela instituição oficial de missões comerciais, lançando-se assim uma base para o estabelecimento de relações diplomáticas.

A pesquisa desenrolou-se em torno do seguinte problema: *que motivações levaram Moçambique e África do Sul a optarem pela manutenção das relações económicas bilaterais, no meio de divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares entre 1975 e 1992?*

O objectivo geral da pesquisa é compreender as motivações que levaram Moçambique e África do Sul a manter as relações económicas bilaterais, no meio de divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares entre 1975 e 1992. Deste objectivo, deduziu-se os seguintes objectivos específicos.

- a) Descrever os contextos internacional e regional em que se desenvolveram as relações económicas entre Moçambique e África do Sul, 1975 – 1992;
- b) analisar as relações políticas entre Moçambique e África do Sul no período 1975 - 1992 para perceber os seus reflexos na interacção económica bilateral;
- c) explicar as bases da prevalência das relações económicas bilaterais Moçambique - África do Sul, no meio de divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares, entre 1975 e 1992.

A hipótese de trabalho desenvolvida na tese é a de que a manutenção das relações económicas Moçambique - África do Sul, no meio de divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares, entre 1975 e 1992, está relacionada com a estrutura económica de dependência mútua estabelecida durante a era colonial. Para se aferir esta hipótese geral

colocam-se três hipóteses específicas. Na primeira hipótese específica avança-se que, entre 1975 e 1992, Moçambique ainda dependia, em grande medida, das receitas provenientes da utilização dos serviços ferro-portuários pela África do Sul, assim como das remessas dos trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul. Na segunda, assume-se que a África do Sul precisava do porto de Maputo para importação e exportação de produtos e mercadorias diversas estinadas e provenientes da sua região do transvaal. A terceira hipótese específica é a de que, África do Sul tinha interesse de manter Moçambique como fonte de mão-de-obra barata, mercado seguro e dependente entre 1975 e 1992.

Muitos estudos sobre as relações económicas entre Moçambique e África do Sul têm como marco temporal o período pós-Apartheid. Julga-se que esta tendência de pesquisas se deve ao facto de ser só neste período em que Moçambique e África do Sul estabeleceram as suas relações diplomáticas. Outros estudos centram-se na política externa de Moçambique para a África do Sul no período do Apartheid e vice-versa. Há também obras de autores que narram a História da formação do Estado moçambicano, a partir do Colonialismo, Socialismo e da Guerra (ALDEN, 2001), da Revolução, Contrarrevolução e Revisionismo (DINERMAN, 2006), onde o papel da África do Sul sempre emerge.

Há ainda pesquisadores que procuram perceber a dinâmica do trabalho migratório na África Austral, que tem como placa giratória a África do Sul (DARCH, 1981; BOUENE; SANTOS, 2006), assim como existem uma vasta literatura sobre as acções do regime do Apartheid na África Austral e as respostas dos países da Região de modo a contrabalançar a hegemonia sul-africana (ALDEN, 2015; HANLON, 1984; DAVIES, 1996; MULAUDZI, 2006).

Da leitura analítica deste acervo bibliográfico, nota-se que existe uma lacuna no conhecimento sobre as bases explicativas da prevalência de laços económicos e comerciais entre Moçambique e África do Sul, no período 1975 e 1992, em que os dois países viviam numa relação bilateral ideologicamente divergente, politicamente hostil e militarmente agressiva.

Por isso, para a academia, a pesquisa representa um contributo para a produção e enriquecimento do conhecimento relativo às relações económicas entre Moçambique e África do Sul, no período entre 1975 e 1992. Este é o período caracterizado por contradições políticas e ideológicas entre os Governos dos dois países, marcadas por uma prática discursiva hostil por parte da liderança política moçambicana contra o Regime do Apartheid então vigente na África

do Sul, por agressões militares e promoção de guerra de desestabilização contra Moçambique, movidas pelo regime sul-africano.

Além disso, a pesquisa satisfaz o interesse que sempre se buscou em entender o modo de funcionamento de uma economia política das trocas comerciais e da interacção económica entre dois países em hostilidades políticas e sem vínculo diplomático. O entendimento deste objecto é fundamental para futuras análises de vários factos que decorrem da relação política e económica entre países sem laços formais de cooperação, mas que mantêm ligações económicas, comerciais, empresariais e sociais na arena internacional.

Em adição, o estudo das relações entre Moçambique e África do Sul no período 1975-1992 é importante para interpretar a dinâmica e as tendências das relações políticas e económicas entre os dois países, porque foi nesse período em que se forjaram os pilares da cooperação bilateral que se mantém até aos dias actuais.

As decisões que as lideranças políticas dos dois países tomam na sua política externa, um em relação ao outro, sempre buscam as experiências do passado, sobretudo, do período escolhido como seguimento temporal da pesquisa que se desenvolveu. Nessa vertente, os resultados da pesquisa serão úteis para os cultores de política externa de Moçambique para África do Sul e para os estudantes, pesquisadores, docentes e analistas de política externa e de economia política internacional.

Em termos metodológicos, a opção escolhida para a pesquisa é o método histórico.

O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.107).

Optou-se por este método porque a pesquisa centrar-se-á no período entre 1975 e 1992. Este é um período histórico importante para as relações económicas entre Moçambique e África do Sul, tomando em consideração que os acontecimentos, processos e as instituições deste período marcaram a base da cooperação bilateral entre os dois países. Assim, o método histórico granjeia um grau relevante na pesquisa que se conduziu, pois, conhecendo o dinamismo da

interacção entre os dois países, facilmente se compreendeu a fundação e as metamorfoses da cooperação bilateral Moçambique – África do Sul, na actualidade, em vários domínios, com destaque para as esferas económica e política. Refere-se à compreensão da génese, desenvolvimentos e sucessivas alterações presentes, incluindo a perspeção destas relações.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa. A pesquisa qualitativa assenta sobre a interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados e não requer a utilização de métodos e técnicas estatísticas (SILVA; MENESES, 2001; SEVERINO, 2007; LUNDIN, 2016). Na pesquisa qualitativa,

Normalmente, o objecto de estudo envolve pessoas que agem de acordo com seus valores, sentimentos e experiências, que estabelecem relações próprias, que estão inseridas em um ambiente mutável, onde os aspectos culturais, económicos, sociais e históricos não são passíveis de controlo, e sim de difícil interpretação, generalização e reprodução (GUERRA, 2014, p. 11).

Assim, a abordagem qualitativa da pesquisa permitirá aprofundar-se a compreensão das motivações que contribuíram para prevalência de relações económicas entre Moçambique e África do Sul no período 1975 e 1992. Para o efeito, olhar-se-á para os motivos, as aspirações, as crenças, os valores, as atitudes, os posicionamentos e as acções dos líderes políticos de Moçambique e da África do Sul, dos grupos de países da região, especialmente os da Linha da Frente, das organizações como a Conferência Coordenadora do Desenvolvimento da África Austral, a Organização da Unidade Africana, a Organização das Nações Unidas e das grandes potências no contexto da Guerra Fria.

Tais motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, posicionamentos e acções serão interpretados sem que haja nenhuma preocupação com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito dos factos. Portanto, a pesquisa centrou-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações económicas entre Moçambique e África do Sul num período caracterizado por contradições ideológicas, diferenças políticas e hostilidades militares entre os dois países.

No concernente à natureza, a pesquisa é básica. A pesquisa básica procura gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista e envolve verdades e interesses universais (SILVA; MENESES, 2001). A presente tese é um contributo

para o enriquecimento do conhecimento existente em volta das relações bilaterais entre Moçambique e África do Sul, no domínio político e económico-comercial.

A pesquisa é explicativa do ponto de vista de objectivos. A pesquisa explicativa procura desvendar a razão das coisas através dos resultados oferecidos (SILVA; MENESES, 2001; GUERRA, 2014). É através da pesquisa explicativa que se busca o entendimento dos porquês de fenómenos observados, problemas, comportamentos, atitudes entre outros, e normalmente procura responder às perguntas de tipo “porquê?” e “como?”. Na pesquisa explicativa busca-se a identificação das causas e efeitos dos factos, fenómenos, problemas que são objecto da pesquisa (BHATTACHERJEE, 2012).

Desta forma, a pesquisa enquadra-se na categoria explicativa do ponto de vista de objectivos, porque se procurou identificar e explanar as motivações que ditaram a prevalência das relações económicas entre Moçambique e África do Sul no período entre 1975 e 1992, não obstante a existência de divergências ideológicas e das agressões armadas a Moçambique e do apoio directo à Resistência Nacional Moçambicana pelo regime sul-africano.

No que respeita aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica faz-se a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e electrónicos, como livros, artigos científicos, páginas de internet (GUERRA, 2014). Por outra, a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir do material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e actualmente com material disponibilizado na Internet (SILVA; MENESES, 2001).

Portanto, “[a] pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados actuais e relevantes relacionados com o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158). Por sua vez, a pesquisa documental é elaborada a partir de documentos que ainda não receberam tratamento analítico, isto é, fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, gravações de radiodifusão (DA SILVA; MENESES, 2001; GIL, 2008; GUERRA, 2014).

Por isso, a pesquisa sobre o tema proposto é bibliográfica e documental, porque os dados para a sua realização foram recolhidos a partir do material já publicado, constituído

principalmente de livros, artigos de periódicos e material disponibilizado na Internet, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, etc.

A análise do conteúdo, a análise bibliográfica (fontes secundárias) e documental (fontes primárias) foram as principais técnicas utilizadas na realização da pesquisa para o alcance dos objectivos propostos. A análise de conteúdo baseia-se na descodificação de um texto em diversos elementos, os quais são classificados e formam agrupamentos analógicos. Entre as possibilidades de categorização, a mais utilizada, mais rápida e eficaz é a análise por temas ou análise temática. A análise temática consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado, para permitir sua comparação com outros textos escolhidos da mesma maneira (RICHARDSON, 2012). Compreende-se desta forma como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objectivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento (CAMPOS, 2014).

A técnica de análise do conteúdo foi primeiramente utilizada no século XIX para examinar mensagens, hinos, jornais e revistas, artigos, anúncios e discursos políticos (ELO; KYNGAS, 2007). Actualmente, a análise de conteúdo é uma técnica usada em quase todas áreas de conhecimento. Esta técnica permite a descrição sistemática, objectiva e quantitativa do conteúdo da comunicação, assim como a verificação de mensagens escritas, verbais ou comunicações audiovisuais.

Ademais, a técnica de conteúdo facilita a revelação de diferenças internacionais nos conteúdos de comunicação, ajuda a detectar a existência de propaganda, a identificar as intenções, o foco ou as tendências de comunicação de um indivíduo, grupo de indivíduos ou de uma instituição. Esta técnica é também importante na descrição de atitudes e comportamentos nas respostas às comunicações, bem como na determinação do estado psicológico ou emocional de pessoas ou grupos.

A realização de análise de conteúdo segue três fases. A primeira fase consiste na pré-análise, onde decorre a leitura flutuante dos documentos, a delimitação do que será lido, incluindo a formulação de hipóteses e objectivos, a referenciação dos índices e elaboração de indicadores, assim como a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise. A segunda fase é respeitante à exploração do material onde se definem as categorias (sistemas de codificação) e se identificam as unidades de análise e de contexto nos

documentos. A terceira fase versa sobre o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, onde o pesquisador faz críticas e reflexões sobre o conteúdo dos dados obtidos (VOSGERAU *et al.*, 2016).

Deste modo, as relações entre Moçambique e África do Sul no período 1975 - 1992 desenvolveram-se num contexto em que a propaganda era intensa e os discursos proferidos pelos líderes políticos dos dois países eram principalmente caracterizados por carga propagandística elevada. Os meios de comunicação social trabalhavam a favor ou em detrimento de cada lado, em função da inclinação ideológica. Em Moçambique, particularmente, todos os meios de comunicação social estavam virados à difusão de mensagens concorrentes à consolidação da revolução, defesa da independência nacional e da soberania. Neste contexto, a técnica de conteúdo na pesquisa prezou-se por ser útil na examinação de conteúdo de vários documentos, discursos e propagandas, de modo a buscar e explicar as razões da prevalência das relações económicas entre Moçambique e África do Sul. Ela foi complementada e condensada com as técnicas bibliográfica e documental.

Tal como se disse anteriormente, existe uma vasta literatura sobre as relações entre Moçambique e África do Sul. Muitos autores que se dedicaram a esta matéria analisam as relações entre os dois países na perspectiva histórica, com vista a compreender a dinâmica interna e as repercussões externas do sistema do Apartheid na África do Sul, assim como o processo de descolonização, construção de Estados e a ordem regional na África Austral.

Por exemplo, Leonard (1983) analisou a situação política e de segurança na África do Sul e suas consequências na formulação de política externa do país para a região. De acordo com este autor, África do Sul conduziu uma campanha agressiva de desestabilização contra os Estados da Linha da Frente, principalmente Angola e Moçambique, onde, para além de ataques militares aéreos (bombardeamentos), o regime sul-africano realizou operações militares terrestres, empreendeu sabotagens, apoiou grupos dissidentes, criou unidades de mercenários e efectuou assassinatos. A abordagem que o autor traz permitiu perscrutar os mecanismos através dos quais Moçambique e África do Sul usaram para manter vivas as suas relações económicas, no meio do cenário ora descrito.

Isaacman A. e Isaacman B. (1983) estudaram a História de Moçambique a partir da era pré-colonial (1500 – 1800), passando pela colonização e o processo de descolonização (a

conquista da independência) que culminou com a construção do Estado-nação e seu enquadramento no sistema internacional. A importância desta obra para a pesquisa prendeu-se com o facto de aflorar linhas orientadoras da política externa de Moçambique e os factores internos e externos que influenciaram o processo de tomada de decisão no estabelecimento de relações políticas, económicas e militares com outros Estados. Os autores destacam as relações que se firmaram entre Moçambique e África do Sul entre 1975 e 1982. Neste caso, sublinham o papel activo que Moçambique desempenhou na luta contra o Apartheid, o apoio político que deu ao Congresso Nacional Africano e à Organização do Povo do Sudoeste Africano, assim como a resposta armada que o regime do Apartheid deu a Moçambique em resultado do tal activismo e apoio a estas organizações. Percebe-se, deste modo, que Moçambique e África do Sul, no período 1975 e 1982, desenvolveram relações políticas hostis.

Na obra *The Difficult Road: Transition to Socialism in Mozambique*, Saul (1985) estuda Moçambique no período de transição do capitalismo colonial ao socialismo que o governo moçambicano, dirigido pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), impôs a partir de 1977. Saul mostra que o processo de construção do Estado no geral e do socialismo em particular foi sinuoso, por ser marcado por um conflito armado interno e agressões militares externas, no contexto da Guerra Fria e da luta pela sobrevivência por parte dos regimes racistas minoritários brancos da África do Sul e da Rodésia do Sul.

O autor prossegue, afirmando que Moçambique herdou uma forma extrema de subordinação à economia capitalista global, onde a África do Sul desempenhava um papel de pivô. A África do Sul era a maior fonte de renda e de reservas internacionais advindos das remessas do trabalho migratório, os serviços de portos, estradas e caminhos – de – ferro. Saul (1985) descreve também a situação económica de Moçambique na década de 1980. Sobre este assunto, Saul diz que a economia moçambicana se caracterizava por uma grave crise resultante da dívida internacional crescente e baixa produção interna, em todos os sectores.

Repare-se, porém, que o livro editado por Saul não se centra na análise das relações económicas entre Moçambique e África do Sul. A obra faz um relato circunstanciado da situação política, económica e social de Moçambique depois da sua independência em 1975. Todavia, a leitura dos oito artigos que compõem a obra ajudou a perceber os factores domésticos que

moldavam a orientação da política externa de Moçambique para a região e para o mundo na década de 1980.

Por sua vez, Hanlon (1986) descreve e analisa as relações entre África do Sul e os países vizinhos no período 1980 - 1985. O trabalho de Hanlon visa documentar a desestabilização económica e militar desde 1980; mostrar a relação entre as acções de desestabilização e os objectivos de vários grupos de interesse na África do Sul, principalmente a retenção do Apartheid; demonstrar que a contínua dependência dos países vizinhos em relação a África do Sul era vista em Pretória como essencial à defesa do sistema do Apartheid; considerar as tentativas dos países vizinhos de reduzir a dependência.

O argumento central do autor é de que as relações regionais entre 1980 e 1985 giravam em torno da política de poder da África do Sul, sustentada na sua pujança económica, militar, política e social, mas com reflexos nos países vizinhos. A leitura interlinear do trabalho de Hanlon contribuiu para compreender as relações regionais, tendo África do Sul como órbita, porque foi dentro desta ordem política, económica, militar e social que se desenvolveram as relações económicas entre Moçambique e África do Sul. Hanlon mostra que Moçambique e África do Sul tinham uma rivalidade política, particularmente no período 1980 – 1985, mas mantiveram as suas relações económicas. Contrariamente aos autores anteriores, Hanlon explica como estas relações foram asseguradas, no turbilhão de diferenças político – ideológicas e agressões militares directas e indirectas.

Covane (1989) analisa e reflecte sobre a natureza e a dinâmica das relações entre Moçambique e África do Sul. Covane adopta uma abordagem histórica na busca da compreensão de vários momentos do processo de relacionamento económico entre os dois países. Para o efeito, o autor elencou e analisou os acordos, convenções e tratados e regulamentos firmados no período 1850 - 1964. Da sua análise, Covane conclui que as relações económicas entre Moçambique e África do Sul despontaram nos meados do século XIX e se desenvolveram em torno da mão – de – obra migratória, porto, caminhos – de – ferro e comércio.

A obra de Covane é uma compilação selectiva de acordos, convenções e tratados e regulamentos que definiram a moldura da economia política das relações económicas entre Moçambique e África do Sul nos períodos posteriores a 1964.

Note-se que mesmo depois de Moçambique se tornar um Estado soberano, as relações económicas que se formalizaram entre África do Sul e Portugal, por meio destes instrumentos reguladores, não foram cortadas. Neste sentido, o trabalho deste autor servirá para a compreensão das circunstâncias e fundamentos da manutenção das relações económicas entre os dois países, num contexto em que África do Sul e Moçambique não tinham ainda estabelecido relações diplomáticas.

Minter (1994) examina, numa perspectiva histórica crítica, os contornos das guerras civis em Angola e Moçambique. O autor critica a comunidade internacional pelo facto de não ter percebido que o centro de gravidade dos conflitos armados internos em Angola e Moçambique era o Apartheid então vigente na África do Sul. A obra de Minter não ajuda a explicar como a economia das relações económicas entre Moçambique e África do Sul funcionou entre 1975 - 1992, mas tem um mérito porque confirma a existência de uma ligação umbilical de dependência entre os dois países, desde os finais do século XIX.

A economia política das relações económicas entre Moçambique e África do Sul fundou-se no trabalho migratório. Harries (1994) analisa esta base numa perspectiva política, económica, industrial, social, cultural e identitária. O trabalho de Harries é concernente à história dos trabalhadores moçambicanos que emigraram para as plantações de cana – de – açúcar, campos de diamantes e minas de ouro, na África do Sul, de 1860 a 1910. O autor articula elucidativamente a interacção política entre portugueses e sul – africanos em volta da mão –de – obra moçambicana emigrante na África do Sul e interpreta os acordos celebrados por Transvaal e Portugal entre 1860 e 1910. A obra de Harries será importante no aprofundamento do entendimento dos antecedentes (causas e consequências) do trabalho migratório de moçambicanos na África do Sul antes da sua formalização em 1909.

A democracia sul-africana, na perspectiva de segurança, é o tema central de Gavin Cawthra (1997) na sua obra *Securing South Africa's democracy: defence, development and security in transition*. O autor enquadra o seu trabalho de pesquisa na área de estudos de segurança dos países em desenvolvimento, olhando para os desafios conceptuais que esta área acarreta.

Em seguida, Cawthra identifica e explica as origens dos desafios de segurança da África do Sul, desde a criação da União Sul-Africana, em 1910, até ao golpe de Estado em Portugal, em

1974, e as consequentes mudanças que ocorreram na África Austral, designadamente a aprovação da estratégia total pelo Governo da África do Sul, o conflito regional, o estado de emergência e a contrarrevolução que seguiram. Por último, desdobra-se pela análise dos desafios internos de segurança da África do Sul na era de transição democrática pós-apartheid.

O trabalho de Cawthra é relevante na explicação dos desenvolvimentos internos e envolventes externos que orientaram as relações entre a África do Sul e os países vizinhos entre 1975 e 1992, com particular atenção nas relações que África do Sul configurou para com Moçambique. A obra não se concentra em questões económicas. Porém, representa um ponto de partida para descrever o figurino e as *nuances* das relações políticas e militares entre Moçambique e África do Sul, com vista a perceber como estas relações afectaram interacção económico-comercial, assim como os mecanismos que os dois países utilizaram para manter as relações económicas, no ambiente caracterizado por agressões militares sistemáticas perpetradas pela África do Sul contra Moçambique.

O processo de construção do Estado moçambicano foi sinuoso, tal como explica Saul (1985). Cabrita (2000) junta-se a esta explanação, ao procurar perceber as causas da guerra civil que devastou Moçambique entre 1976 e 1992. Para isso, o autor recorre a uma abordagem histórica. De acordo com Cabrita, um entendimento claro das causas da guerra civil de 1976 - 1992 requer uma explicação dos eventos que precederam a independência de Moçambique, conquistada em 1975. Porém, apenas o capítulo IV da obra de Cabrita interessa à pesquisa que se envia a realizar. Aquele capítulo particulariza-se na hierarquia de importância, porque mostra, de forma directa, as expectativas e os interesses que a África do Sul tinha na véspera da declaração da independência de Moçambique.

Segundo o autor, Pretória esperava que um Moçambique soberano não ameaçaria o regime do Apartheid, pelo que, o *establishment* sul-africano visualizava uma região da África Austral estável, onde prevaleceria uma cooperação económica e não confrontação militar. Adicionalmente, Cabrita faz saber que, apesar das diferenças políticas e de apoio diplomático ao Congresso Nacional Africano pela Frente de Libertação de Moçambique, África do Sul acreditava que os factores económicos poderiam determinar uma boa relação com Moçambique e, por esta via, sentia-se confortável e conformada com Moçambique como seu vizinho, não obstante ser dirigido pela Frente de Libertação de Moçambique.

Todavia, as relações económicas entre Moçambique e África do Sul deterioraram-se depois da independência. Em causa esteve a redução do número de trabalhadores moçambicanos migrantes empregues nas minas da África do Sul, devido às restrições de recrutamentos impostas pelo governo de Moçambique sobre a agência de recrutamento da mão – de – obra: a empresa *Witwatersrand Native Labour Association* (WENELA). Além disso, o uso dos serviços ferro - portuários de Maputo pela África do Sul baixou de intensidade.

O trabalho de Cabrita é elucidativo quanto à explicação da economia política das relações económicas entre Moçambique e África do Sul, apesar de não ser exclusivamente dedicado à análise da esfera económica destas relações.

Alden (2001) narra o percurso da construção do Estado moçambicano, partindo do colonialismo português até a institucionalização da democracia liberal (neoliberal), passando pelo socialismo adoptado em 1977 e a guerra civil que seguiu. Para a análise desse processo, o autor examina o contexto geopolítico internacional e regional, para depois salientar as relações entre Moçambique e África do Sul no domínio político e económico.

Percebe-se de Alden que a economia de Moçambique está atrelada ao capitalismo sul-africano, desde a era colonial, que começou a consolidar-se com a descoberta das minas de ouro em Witwatersrand. De acordo com o autor, as relações económicas entre Moçambique e África do Sul se estabeleceram formalmente em 1901, quando Portugal e África do Sul rubricaram o acordo de fornecimento da mão – de – obra do sul de Moçambique às companhias mineiras sul-africanas.

O trabalho de Alden será útil para aprofundar o entendimento das bases da economia política das relações políticas entre Moçambique e África do Sul, assim como as metamorfoses destas relações no domínio político depois de Moçambique emergir como um actor do sistema internacional.

Söderbaum (2004) analisa o processo histórico da construção da África Austral, no âmbito da economia política internacional. Na sua abordagem, o autor integra a componente política (a construção do Estado), o mercado, a sociedade e os actores externos. Deste modo, procura mostrar que os actores sociais, os legados cumulativos e lutas em volta da raça, trabalho, objectivos políticos, económicos e sociais serviram de base à construção de um espaço

heterogéneo que mais tarde se chamou de África Austral. Para este autor, o processo de formação da região decorreu em quatro etapas.

A primeira fase é referente ao povoamento da região pelos povos Khoi – khoi, Khoisan e pelos bantu até à chegada dos europeus à região. O segundo período é o do florescimento da economia política regional entre 1870 – 1948. A terceira fase engloba a implantação do Apartheid, a descolonização e a solidificação da região. A etapa derradeira é chamada de grandes acontecimentos da era da Guerra Fria e pós-Apartheid.

O trabalho de Söderbaum é útil porque traz um novo marco histórico do início da interação económica entre Moçambique e África do Sul. De acordo com o autor, as relações económicas entre Moçambique e África do Sul começaram em 1897, quando Portugal e Transvaal assinaram um acordo de regulação do fluxo da mão –de – obra moçambicana nas minas de ouro na África do Sul. Neste aspecto, Söderbaum contradiz-se com Alden (2001) e Covane (1989) quanto à data exacta da formalização das relações económicas entre Moçambique e África do Sul, embora sejam unânimes em afirmar que a base destas relações foi o trabalho migratório.

Por sua vez, Meneses e Ribeiro (2018) desenvolvem não só um estudo centrado nas últimas décadas do poder hegemónico branco ancorado nos regimes minoritários racistas da África do Sul e da Rodésia do Sul, mas também no regime colonial português em Moçambique. Para a pesquisa que se pretende realizar, interessa ler em profundidade o primeiro capítulo destes autores, que versa sobre a onda de descolonização no continente africano, no geral, e na África Austral, em particular, desde os princípios da década de 1960.

De acordo com os autores, os Estados “brancos<sup>2</sup>” esgrimiram-se a desafiar à mudança do curso da História do continente africano, através de implantação de sistemas de governação baseados na raça e mantidos por meio de estado de emergência. Na Niassalândia e na Rodésia do Norte, a Grã-Bretanha tentou decretar um estado de emergência logo depois da derrocada da Federação Rodésia do Norte – Niassalândia. Na África do Sul, o Estado intensificou a onda de repressão popular para fazer face ao aumento da onda de manifestações de rua e sabotagens contra o regime do Apartheid. Em Angola e Moçambique, os movimentos de libertação nacional

---

<sup>2</sup> Em inglês: *White States*. Esta é a terminologia que autores usam para designar os regimes de minoria branca na África do Sul e na Rodésia, incluindo o regime colonial português em Moçambique e Angola.

já tinham iniciado a luta armada. Em resposta, Portugal impôs um estado de emergência. Na Rodésia do Sul, já se tinha instalado um regime de minoria branca através de uma declaração unilateral de independência. O regime foi considerado rebelde pela Grã-Bretanha. A situação afectou negativamente, as relações que África do Sul e Portugal tinham com a Rodésia do Sul.

África do Sul e Portugal esforçaram-se, de forma colaborativa, para acabar com a declaração unilateral da independência da Rodésia do Sul entre 1962 e 1972, mas não obtiveram sucesso. Enquanto isso, a luta armada conduzida por movimentos de libertação nacional em Angola e Moçambique progredia. Niassalândia e Rodésia do Norte já eram Estados soberanos (Malawi e Zâmbia). Esta situação impingiu a África do Sul, Portugal e Rodésia do Sul a constituir um reduto branco na África Austral através de uma cooperação militar que consistia na realização de exercícios militares conjuntos, troca de informações estratégicas e apoio técnico - militar à Rodésia do Sul.

Contudo, a cooperação militar trilateral (África do Sul, Portugal e Rodésia) eclipsou-se quando em Portugal, alvoreceu a revolução que culminou com o golpe de Estado e a instauração da democracia. A mudança da situação política em Portugal ditou o fim do sistema colonial português e, porquanto, permitiu a alteração do xadrez político e de segurança na África Austral.

Moçambique e Angola conquistaram as suas independências em 1975, e estes acontecimentos abriram caminho ao desencadeamento de luta armada de libertação nacional no Zimbabwe e na Namíbia, pela União Nacional Africana do Zimbabwe e União Nacional do Povo do Zimbabwe, e Organização do Povo do Sudoeste Africano, respectivamente, contra a prevalência de domínios brancos. Na África do Sul, o Congresso Nacional Africano multiplicou acções de desobediência civil e acção política armada contra o regime do Apartheid. Estes desenvolvimentos obrigaram África do Sul e Rodésia a fortificarem a sua cooperação militar contra Moçambique, pelo seu apoio ao Congresso Nacional Africano, à União Nacional Africana do Zimbabwe e União Nacional do Povo do Zimbabwe. Em Angola, África do Sul lançou uma campanha de bombardeamentos e apoio à União Nacional para a Independência Total de Angola, contra o Governo do Movimento Popular para a Libertação de Angola, como forma de desencorajar o suporte que este concedia à Organização do Povo do Sudoeste Africano.

A cooperação militar entre África do Sul e Rodésia durou entre 1975 e 1979, porque em 1980, Zimbabwe conquistou a sua independência. Como resultado, África do Sul ficou isolada

enquanto um regime racial minoritário na Região. Desta feita, o governo sul-africano viu-se mais motivado a elaborar e a aprovar a chamada Estratégia Total, com vista a defender a sobrevivência do Regime do Apartheid.

A obra de Meneses e Ribeiro (2018) não versa especificamente sobre relações económicas entre Moçambique e África do Sul, tal como alguns autores precedentes o fizeram (COVANE, 1989; ALDEN, 2001; SODERBAUM, 2004), mas traz parte dos antecedentes das relações entre Moçambique e África do Sul e suas transformações depois da queda do sistema colonial português, em 1975. É aí onde jaz a utilidade do trabalho destes autores. Após a leitura global das obras dos autores aqui arrolados, notou-se que os interesses económicos sempre se sobrepuseram aos objectivos políticos e que esta foi a característica principal das relações entre Maputo e Pretória no período 1975 - 1992, pelo que, o paradigma de economia política internacional apresenta-se adequado para explicar as motivações que ditaram a continuação das relações económicas no meio de divergências políticas, ideológicas e fricções militares entre os dois países.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se o enquadramento teórico da pesquisa. Pretende-se não só definir o conceito de economia política internacional, mas também descrever o processo de construção do paradigma da economia política internacional nas relações internacionais. Mas, antes, traz-se a essência da teoria realista das Relações Internacionais, porque se assume que a é a base do pensamento sobre a ligação intrínseca entre o poder e a riqueza nos estudos estratégicos internacionais. Em seguida, elabora-se sobre o paradigma da economia política internacional, a partir das escolas tradicionais: mercantilismo, liberalismo e marxismo. Esta abordagem termina com a exposição das teorias modernas que compõem o paradigma, designadamente a teoria de economia dual, a perspectiva teórica de sistema mundo moderno e a teoria de estabilidade hegemónica. Com base nesta última abordagem, disserta-se sobre o papel da África do Sul enquanto uma potência hegemónica na África Austral.

É importante chamar à memória de que a preocupação de se entender a intersecção entre a economia e a política nas relações entre Estados é antiga e foi objectivo de muitas teorias económicas que são vigentes até hoje. Porém, antes do desenvolvimento das teorias económicas (clássicas e modernas), o poder e a riqueza foram objecto de discussões e orientaram o comportamento dos Estados. Esta ligação é longínqua, mas foi a partir do século XVII que os estudiosos e políticos começaram a preocupar-se com a compreensão mais elaborada da interconexão entre a economia e a política. A influência do poder e da riqueza nas relações políticas entre os Estados foi objecto de correntes teóricas que ficaram conhecidas por mercantilismo (HECKSCHER, 1994; VAGGI, 2003; DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR, 2011). Os políticos, conselheiros e estudiosos acreditavam que a riqueza e o poder de uma nação eram dependentes da acumulação de metais preciosos (ouro e prata). Esta convicção permitiu o desenvolvimento de exércitos e marinhas de guerra fortes, assim como o estabelecimento de colónias para servirem de fontes de matérias-primas. Assim, na África Austral, os holandeses estabeleceram a colónia do Cabo, em 1652. No século XIX, os ingleses criaram a colónia do Natal, os portugueses se estabeleceram em Angola e Moçambique e os alemães ocuparam o sudoeste africano (MACKENNA, 2011), todos motivados pela descoberta de ouro em Kimberley e outras riquezas como o marfim e a prata em outros territórios da África Austral.

Com Portugal, África do Sul criou uma estrutura económica de dependência, em que Portugal, a partir de Moçambique, passaria a fornecer a mão – de – obra barata à África do Sul em troca de remessas do trabalho migratório, e prestaria serviços de transporte e manuseamento de carga de e para a África do Sul. Esta estrutura económica prevaleceu, mesmo depois de Moçambique se tornar um Estado soberano, em 1975 (COVANE, 1989; ALDEN, 2001).

A partir de 1975, Moçambique e África do Sul continuaram a manter as relações políticas e económicas, apesar de divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares. As motivações que levaram os dois países a manterem estas relações, no meio de divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares, entre 1975 e 1992, não podem ser compreendidas sem uma ferramenta epistemológica que ajude a dissecar os objectivos económicos e políticos que guiavam o processo de tomada de decisão na elaboração e execução da política externa de cada Estado em relação ao outro.

## 2.1 NOTAS SOBRE O REALISMO POLÍTICO

O realismo político mergulha as suas raízes nas obras de Tucídides (c. 460 - c. 400 a.C), *A História da Guerra do Peloponeso*, Niccolò Maquiavel (1515), *O Príncipe*, Thomas Hobbes (1651) *Leviatã ou Matéria*, que dissertam sobre a forma de exercício do poder de um Estado eclesiástico e/ou civil<sup>3</sup>. Os escritos destes pensadores constituem a base do paradigma realista

---

<sup>3</sup> Tucídides (2001) analisou o sistema e as relações entre as Cidades-estado da Grécia Antiga. A leitura analítica da sua obra conduz à ilação de que o Historiador pode ser considerado um precursor das relações internacionais contemporâneas. Na narração da história das guerras entre as Cidades-estado Tucídides introduziu os conceitos de equilíbrio de poder e de hegemonia política, que actualmente evoluíram para os conceitos de balança de poder e teorias de estabilidade hegemónica. Estes conceitos encontram-se bem desenvolvidos e acomodados no paradigma realista de Relações Internacionais. Maquiavel (2005) defendeu ser muito natural a conquista de poder pelos homens. A obra de Maquiavel desenvolve-se em torno das formas de conquista, manutenção e aumento de poder, mas também se enche de alertas sobre os caminhos que levam a perda e aluimento do poder. Maquiavel anunciou alguns elementos de poder dos Estados como sejam a abundância de homens e de dinheiro, a organização do exército à altura da ameaça a enfrentar, fortificações, alimentos e apoio do povo (a plebe). A manutenção de poder requer, necessariamente, meios defensivos e meios ofensivos. As boas leis e boas armas são os fundamentos que os Estados devem ter. Contudo, o autor observa que não é possível haver boas leis onde não existam boas armas. Percebe-se de Maquiavel que o poder das armas se sobrepõe ao poder das leis. A manutenção do poder do Estado apegase fortemente na sua capacidade militar. Hobbes (2003) olha para natureza como uma anarquia onde os homens competem e lutam uns contra os outros pela conquista do poder, valor, dignidade, honra e merecimento. Hobbes assinala como uma tendência geral de todos os homens, um perpétuo e irrequieto desejo de poder e mais poder, que cessa apenas com a morte. Aponta ser esta razão pela qual os reis entram em guerra uns contra os outros ou para a preservação do poder ou para a conquista de mais poder (aumento de poder). Neste aspecto, Hobbes funda o conceito de manutenção ou alteração de status quo, do

das relações internacionais no formato corrente. “É por isso que se afirma, de forma inequívoca, que a teoria realista vai buscar os fundamentos teóricos ao mundo antigo, ao mesmo tempo que encerra manifestações que se estendem e até ultrapassam a realidade do mundo contemporâneo” (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR, 2011, p.79).

A teoria realista norteia-se pelos pressupostos segundo os quais:

- a) o sistema internacional é baseado em Estados que funcionam como actores racionais;
- b) a política internacional constitui, antes de mais, uma luta pelo poder num ambiente anárquico e em que os Estados-nação dependem inevitavelmente de suas próprias capacidades para garantirem a sua sobrevivência;
- c) os Estados relacionam-se com base na existência de uma sobrevivência legal, se bem que, a par dessa soberania, haja patamares de que determinam actores estatais com maior ou menor dimensão;
- d) os Estados são actores unitários e a política interna ou doméstica pode ser separada de política externa;
- e) os Estados são actores racionais caracterizados por processos de tomada de decisão que levam a escolhas baseadas no interesse nacional;
- f) o poder é o conceito mais importante na explicação e previsão da conduta dos Estados (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR, 2011).

Para melhor compreender-se a explicação deste pressuposto torna-se obrigatório ler um dos autores considerados expoentes máximos do paradigma realista: Hans J. Morgenthau. Morgenthau (2003) defende que a política externa deve ser entendida em termos racionais da natureza humana. Os actores políticos são racionais, e na formulação da política externa fazem escolhas racionais baseadas em cálculo de custo e benefício. Assim, o primeiro princípio do realismo político na política internacional é o uso da razão para verificar os factos e dar-lhes um sentido mediante uma confrontação da hipótese racional contra os factos reais e suas consequências.

---

sistema de equilíbrio de poder instituído, assim como subjaz nos seus escritos o termo anarquia do sistema internacional que se conhece na actualidade. O autor afirma que “a competição pela riqueza, a honra, o mando e outros poderes levam à luta, à inimizade e à guerra, porque o caminho seguido pelo competidor para realizar o seu desejo consiste em matar, subjugar, suplantar ou repelir o outro” (HOBBS (2003).

O segundo princípio realista que Morgenthau apresenta é o de interesse nacional. O conceito de interesse nacional definido em termos de poder constitui o principal sinal que ajuda o realismo político a situar-se na paisagem da política internacional. É este conceito, segundo o autor, que se estabelece uma ligação entre a razão que busca compreender a política internacional e os factos a serem compreendidos e, ao mesmo tempo, separa a política da economia, ética, estética e religião. O autor defende que uma teoria política, de âmbito internacional ou nacional, desprovida desse conceito, seria inteiramente impossível, uma vez que, sem o mesmo, seria difícil distinguir os factos políticos dos factos não políticos, e não poderia trazer sequer um mínimo de ordem sistémica para a esfera política. Nestes termos, o autor prossegue dizendo que, os políticos pensam e agem em termos de interesse definido como poder e o conceito de interesse definido como poder impõe ao observador uma disciplina intelectual e introduz uma ordem racional no campo da política, tornando possível, desse modo, o entendimento teórico da política (MORGENTHAU, 2003).

Morgenthau (2003) avança, afirmando que o sistema internacional é anárquico, no sentido de que, dificilmente se encontrará no mundo real um equilíbrio perfeito de poder. Por isso, a realidade do mundo deve ser entendida e avaliada como uma tentativa de aproximação de um sistema ideal de equilíbrio de poder. No pensamento de Morgenthau, o realismo parte do princípio de que o conceito de interesse definido como poder constitui uma categoria objectiva universalmente válida. Porém, o autor reconhece que este conceito não é imutável. O tipo de interesse que determina a acção política em um determinado período da história depende do contexto político e cultural dentro do qual é formulada a política externa. Este constitui o terceiro princípio do realismo que Morgenthau formula.

O quarto princípio trazido por Morgenthau é o de que o realismo político é consciente da significação moral da acção política. Este princípio nega a aplicação em bruto dos princípios morais universais à acção política dos Estados. Nas palavras do autor, “os princípios morais universais não podem ser aplicados às acções dos Estados em sua formulação universal abstracta, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar” (MORGENTHAU, 2003, p.20). Para o realismo, a prudência - a avaliação das consequências decorrentes de acções políticas alternativas - representa a virtude suprema na política, e a ética política julga uma acção tendo em vista as suas consequências políticas.

O quinto princípio do realismo político é o de recusar-se a identificar as aspirações morais de uma determinada nação com as leis morais que governam o universo. Para os realistas políticos, o conceito de interesse definido em termos de poder constitui uma bóia de salvação, quer do excesso moral, quer da loucura política, porque consideram todas as nações como entidades políticas em busca de seus respectivos interesses definidos em termos de poder.

Deste modo, o sexto princípio formulado por Morgenthau consiste na diferenciação real e profunda entre o realismo político e outras escolas de pensamento. De acordo com Morgenthau (2003, p. 26), o realismo político baseia-se em uma concepção pluralista da natureza humana, onde o homem real é um ente composto de "homem económico", "homem político", "homem moral" e "homem religioso".

Para os realistas, a política internacional, como toda a política, significa uma luta pelo poder e o poder político, na política internacional, usa as forças armadas nas relações com as outras nações como instrumentos de exercício. O poder nacional, segundo a teoria realista, é composto das vantagens em termos de localização geográfica, dotação em recursos naturais, capacidade industrial, capacidades militares, tamanho, qualidade e estrutura etária da população, índole nacional, moral nacional e qualidade de governo. O equilíbrio de poder; a moralidade internacional (direito internacional) e a opinião pública mundial constituem limitações do exercício do poder nacional na política internacional. A tese realista da política internacional e das relações internacionais é expressa de forma clara e directa por Aron (2002). Numa crítica ao idealismo político que vigorou no período entre a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, justifica que:

A crítica da ilusão idealista não é só de ordem pragmática, mas também ética. A diplomacia idealista torna-se muitas vezes fanática, dividindo os Estados em bons e maus, em pacíficos (peace-loving) e belicosos, concebendo uma paz definitiva mediante a punição dos primeiros e o triunfo dos segundos. Acreditando poder romper com a política de poder, ela exagera suas desvantagens. Às vezes os Estados obedecem a seus princípios e levam a determinação até a guerra e a vitória final; outras vezes, quando seus próprios interesses estão em jogo, ou as circunstâncias os obrigam, agem de acordo com a oportunidade. Os Estados Unidos não hesitaram em "intervir nos assuntos internos da Colômbia" para provocar ou favorecer a criação do Estado do Panamá, que lhes concederia soberania perpétua sobre a Zona do Canal. Para obter uma intervenção russa contra o Japão (o que não deveria ter feito), Franklin D. Roosevelt aceitou várias exigências de Stalin, algumas das quais só podiam ser satisfeitas às custas dos seus aliados chineses (cujo governo, aliás, não era contrário a tais concessões) (ARON, 2002, p. 709).

Em seguida, Aron (2002) defendeu a teoria realista. Para o autor, a sobrevivência das unidades políticas vai depender, em última análise, do equilíbrio de forças. A necessidade do egoísmo nacional deriva logicamente do estado da natureza, ou estado natural, que prevalece no relacionamento entre as unidades políticas soberanas. A ordem internacional requer a força para sustentar-se. A formulação da política externa deve dar atenção suficiente ao papel da força e do interesse nacional. O recurso à força pode ser o único meio de prevenir um ataque com consequências fatais. É dever primordial - político e moral - ver a política entre as nações como ela realmente é, a fim de que cada Estado, preocupado legitimamente com seus próprios interesses, não permaneça de todo indiferente aos interesses dos demais.

Na óptica deste autor, a prudência é a virtude suprema do estadista. Os Estados só realizam sua essência por meio do conflito. A guerra não seria um acto de barbárie, mas uma prova sagrada que orienta justamente o destino dos povos. Um Estado soberano tem direito incontestável de declarar a guerra no momento em que quiser fazê-lo, porque a soberania implica a capacidade de determinar a extensão do poder - decidir sobre a guerra e a paz -, além de que uma soberania autêntica pode ser definida pelo direito efectivo de recorrer às armas. Os Estados modernos nasceram da guerra e as guerras têm sido, são e serão sempre fecundas. A guerra é o processo pelo qual os Estados fazem valer as suas reivindicações. Só a guerra impede os indivíduos de se perderem inteiramente via actividade económica privada, lembrando-lhes sua vocação política e restabelecendo o primado do Estado sobre a sociedade. A guerra é a política por excelência e sem a guerra, não há Estado.

Para os realistas, os Estados procuram assegurar aquilo de que dependem ou reduzir a sua dependência, porque a dependência torna-os mais vulneráveis. Estes medos fazem com que num sistema anárquico onde o *self-help* (auto-ajuda) é uma regra, os assuntos de segurança (*high politics*) dominem os ganhos económicos e outros assuntos (*low politics*) para salvaguardar o interesse político. Por isso, os gastos com defesa são inevitáveis. Num cenário como este, o único remédio (entenda-se estratégia) para se ter uma estrutura forte é uma mudança estrutural (WALTZ, 1971). Os defensores do paradigma realista entendem que a estrutura da política internacional limita a cooperação dos Estados de duas formas. Primeiro, um Estado preocupa-se com a distribuição dos ganhos possíveis que podem favorecer mais aos outros que a ele próprio,

ou seja, a cooperação pode favorecer a uns em prejuízo dos outros. Segundo, os Estados também receiam tornar-se dependentes dos outros através de esforços cooperativos em troca de bens e serviços.

Na essência, o paradigma realista assenta sobre os seguintes pressupostos: o sistema internacional é anárquico; os Estados são actores principais do sistema internacional, mas interagem com actores não estatais; os Estados são unitários e racionais; o principal objectivo dos Estados é a sobrevivência, pelo que a segurança é uma questão suprema na hierarquia dos assuntos das relações internacionais; os Estados procuram sempre maximizar os seus próprios interesses no sistema internacional; a política internacional é a luta pelo poder num ambiente anárquico; o sistema internacional molda o comportamento dos Estados e não o contrário; a mudança na distribuição das capacidades é o factor determinante na alteração do sistema político internacional; a estabilidade ou instabilidade do sistema internacional depende da forma como as capacidades de poder estão distribuídas (MORGENTHAU, 2003; ARON, 2002; WALTZ, 1971; GILPIN, 1981; MEARSHEIMER, 2007).

O paradigma realista é vastamente aplicável à explicação e entendimento do comportamento dos Estados e de seus governantes em diversos assuntos de política internacional e das relações internacionais (LUNDIN, 2016) e contribui para definir e ligar teoricamente a estrutura dos sistemas ao comportamento dos actores, incluindo a tentativa de avaliar o impacto das estruturas domésticas na formulação da política externa dos Estados que se relacionam na política internacional onde cada um luta pela sua sobrevivência. Além disso, este paradigma auxilia na definição e a mensuração de poder, estabelecendo seus limites, numa sociedade assumida como anárquica (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR, 2011). Porém, o realismo político não escapa de críticas e limitações.

Uma das críticas dirigidas aos realistas é que estes interpretam a história de forma demasiado pessimista. Em adição, os realistas arriscam-se a cair no cinismo e negam que o pensamento humano possa modificar a acção (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR, 2011). De acordo com Carr (2001), o realismo tem limitações porque não dá fontes que são necessárias para o prosseguimento do pensamento e na prática, como é tão condicionado quanto qualquer outra forma de pensamento. No entendimento deste autor, o realismo consistente exclui quatro componentes de um pensamento político eficaz: um objectivo finito, um apelo emocional, um

direito de julgamento moral e campo de acção. Por fazê-lo, o realista acaba por negar o seu próprio postulado por presumir uma realidade fora do processo histórico. Desta forma, o realismo consistente falha, porque deixa de oferecer qualquer campo de acção voltada para objectivos e significados.

Em outro desenvolvimento, Carr (2001) defende que o puro realista não pode oferecer nada além de uma luta nua pelo poder, que torna qualquer tipo de sociedade impossível. Para o autor, a política é composta de dois elementos: utopia e realidade – pertencentes a dois campos que jamais se encontram. Por isso, toda a situação política contém elementos mutuamente incompatíveis de utopia e realidade, de moral e de poder.

O realismo é também criticado por se ter baseado em pressupostos difíceis de testar e tentar fazer afirmações normativas sobre o cenário internacional. Por outro lado, os conceitos - chave da teoria realista: poder, equilíbrio de poder e interesse nacional, sofreram duros golpes de críticas porque nenhum deles foi objectivamente definido (HOLLIS; SMITH, 1990). Os conceitos poder e equilíbrio são aplicados vagamente.

O equilíbrio de poder é um princípio para manter a independência dos Estados e não a paz, e a teoria realista e suas versões ulteriores são estáticas, porque não conseguem explicar cabalmente as causas da guerra. Mesmo o poder em si não é uma condição necessária nem suficiente para um realista escolher a guerra ou a paz (NYE JR., 2016). Há quem também afirma que ao realismo falta qualquer senso de que a história do sistema dos Estados é mais do que a acumulação de lutas sucessivas pelo poder, qualquer consciência de que a competição das grandes potências mediou a continuidade da evolução, expansão geográfica e consolidação global de uma estrutura política mundial (ROSENBERG, 2001).

Desta forma, O paradigma realista relaciona-se com a tese que se perspectiva por se ater que a África do Sul, no seu relacionamento com Moçambique entre 1975 - 1992, procurou sempre defender o seu interesse nacional vital (sobrevivência do regime político então vigente – o Apartheid -, suprimindo as forças internas progressistas que tinham suporte e bases em países vizinhos), bem como continuar a ter acesso ao mar através do porto de Maputo. Para a efectivação deste objectivo recorreu a agressões militares directas e indirectas (realismo político) e, por esta via, sabotagens a infra-estruturas económicas essenciais e manipulação de algumas forças internas para a desestabilização política.

Todavia, o paradigma realista de política internacional apenas poderá ajudar a ler o comportamento, as decisões e as acções incluindo a interpretação da política externa dos Estados Moçambicano e Sul-Africano, volvidos no contexto de equilíbrio de poder, onde as relações bilaterais eram marcadas por divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares. O realismo, por si só, não será capaz de explicar cabalmente, as motivações que ditaram a prevalência das trocas comerciais e dos laços económicos entre Moçambique e África do Sul, entre 1975 - 1992. Neste aspecto, o realismo político é limitado.

Uma das hipóteses avançadas para a tese é que África do Sul precisava do porto de Maputo para importação e exportação de produtos e mercadorias diversas, assim como tinha interesse de manter Moçambique como fonte de mão - de - obra barata, mercado seguro e dependente, entre 1975 e 1992. Estes são interesses económicos e comerciais. As relações políticas hostis e a confrontação ideológica – militar reflectiram-se, certamente, na interacção económico-comercial, sem, no entanto, chegar-se ao ponto de rompimento. Por esta razão é necessário recorrer à Economia Política Internacional como um paradigma âncora porque não se pode entender totalmente o comportamento da África do Sul e de Moçambique no período 1975-1992 sem se referir aos factores económicos.

## 2.2 CONCEPTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Para perceber o conceito de economia política internacional é importante ter em mente que os interesses económicos estão sempre presentes na interacção entre os Estados; e torna-se crucial referir-se aos factores económicos para entender o comportamento dos actores estatais nas relações internacionais, porque existe uma relação intrínseca entre a política e a economia. Há uma influência recíproca entre os factores políticos e económicos ao nível internacional. Regista-se um aumento de interdependência entre as economias nacionais, incluindo o aumento do fluxo de comércio, finanças e tecnologia. Existe maior consciência pública sobre conteúdo económico das questões políticas (GILPIN, 1987). Torna-se, assim, complicado tentar separar os conteúdos económicos dos assuntos políticos e vice-versa.

Desta feita, parte-se do princípio que a economia está sempre associada a conflitos internacionais (CRAVEN, 1990). A política e a economia são dois campos praticamente

indissociáveis, embora, tenham sido campos de estudos separados ao longo dos tempos. De acordo com Dougherty e Pfaltzgraff Jr. (2011), existe uma impossibilidade de separar claramente os domínios político e económico na vida social, e não se pode compreender melhor o comportamento dos Estados sem inferência aos factores económicos, porque existe uma ligação simbiótica entre a economia e a política, entre o poder do Estado e a riqueza. Nestes termos, os autores chamam os leitores ao juízo de falar de economia política na análise das relações entre Estados. Entende-se, assim, que é necessário pesar os interesses nacionais dos Estados para entender as razões do estabelecimento de relações económicas internacionais.

Cohen (2008), define a economia política como uma multiplicidade de conexões entre a economia e a política. Para Dougherty e Pfaltzgraff, Jr. (2011, p.521), ela “representa o ponto de intersecção entre a economia e a política”. Para estes autores, a economia política expressa as ligações materiais diárias do universo social. O universo social constitui o campo de estudos de economia política ao nível doméstico dos países. Nestes termos, está-se diante de uma área de estudos próprio da economia política nacional, cujas teorias não dão explicação exhaustivamente clara da interconexão entre a política e economia nas relações entre dois ou mais Estados.

Strange (1994) reconhece a dificuldade que existe de se divorciar a economia da política ou a política da economia. As decisões políticas afectam os mercados e, por sua vez, os mercados moldam o comportamento dos Estados. Por isso, Maswood (2000) preemptivamente define a economia política internacional como um estudo da interacção entre os Estados e o mercado ao nível internacional. Para este autor, a economia política internacional estuda como é que as variáveis política e económica facilitam ou dificultam as transacções económicas internacionais, partindo do princípio que mercados puros, livres de intervenção e regulação política, não existem e que é impossível demarcar conteúdos empíricos da economia e política.

Como se pode depreender, Maswood (2000) alinha-se com a afirmação de Strange (1994), em relação à complicação que existe nos esforços para se dissociar a economia da política ou a política da economia. A dificuldade que Strange (1994) e Maswood (2000) encontram é partilhada por Dougherty e Pfaltzgraff, Jr (2011, p.529), para quem “no universo social não é possível separar, de forma clara, o domínio político do económico”. Percebe-se, portanto, que existe uma intersecção entre a economia e a política.

A intersecção entre estas duas áreas é que define a economia política. Quando a intersecção entre economia e a política acontece nas relações interestatais, estar-se-á diante da economia política internacional. De Jeffrey e Frieden (1999) aprende-se que a economia política internacional diz respeito, principalmente, às formas como as políticas dos governos afectam os mercados ao nível internacional e preocupa-se também com a questão de como as forças do mercado internacional afectam as políticas governamentais.

Maswood (2000) diz que a economia política internacional se preocupa com a identificação e a análise da ordem estrutural que governa as transacções económicas internacionais, considerando que a estrutura da ordem deriva ou das decisões políticas de Estados independentes, ou da estrutura política internacional. Para Dougherty e Pfaltzgraff, Jr. (2011), a economia política internacional não se centra exclusivamente no comportamento dos actores políticos e económicos internacionais, mas também, quando necessário, em factores domésticos em países específicos quando se procura compreender o impacto dos processos e estruturas internas nas operações e políticas externas.

De acordo com Cohen (2008), a economia política internacional refere-se aonexo entre economia e a política nas relações globais. Oatley (2012) define-a como o estudo da competição política entre vencedores e perdedores da troca económica global. Trata-se da forma como a competição política entre os vencedores e os perdedores da troca económica global molda as políticas económicas que os governos adoptam.

Fica evidente que enquanto alguns autores (GILPIN, 1987; STRANGE, 1994; JEFFREY; FRIEDEN, 1999; COHEN, 2008; DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR, 2011) procuram definir a economia política internacional como termo em si, outros (MASWOOD, 2000; OATLEY, 2012; BALAAM, 2013) procuram definí-lo como um campo de estudo ou como uma disciplina académica. Nesta última perspectiva, define-se a economia política internacional como área de pesquisa que envolve tensões entre Estados, mercados e actores da sociedade (BALAAM, 2013).

Nesta perspectiva, algumas pesquisas em economia política internacional preocupam-se com a estrutura de poder na economia mundial, analisando o posicionamento dos actores nos sistemas de segurança, produção, finanças e conhecimento, incluindo o transporte, comércio, a energia e o bem-estar (STRANGE, 1994). Há os que escolhem discutir as questões relacionadas com as relações monetárias internacionais, protecção e regionalismo, as crises da dívida, o

investimento directo estrangeiro, gestão ambiental e padrões internacionais do trabalho (CAHEN, 1998; MASWOOD, 2000).

O papel das corporações multinacionais na economia global, as instituições financeiras internacionais, a divisão internacional do trabalho, a globalização e as mudanças climáticas, a influência dos movimentos sociais e grupos de interesse mundiais sobre políticas económicas têm sido também objecto de pesquisas na economia política internacional (FRIEDEN; LAKE, 2003). Portanto, o comportamento dos actores políticos, económicos e sociais internacionais, designadamente Estados, empresas transnacionais, instituições financeiras, as organizações político-militares, os movimentos sociais e culturais, as organizações não governamentais com agendas de interesses específicos entram no campo de estudo da economia política internacional.

A economia política internacional (EPI) trata prioritariamente das relações financeiras e de comércio entre os *Estados*, das relações entre o Estado e o mercado, bem como dos arranjos políticos necessários para o sucesso de iniciativas de cooperação, com vistas à criação e à manutenção de instituições destinadas à regulação da economia internacional (*regimes internacionais*). Temas pertinentes à EPI são as relações económicas entre os países do norte, o abismo económico entre os países do norte e os do sul, as formas de *imperialismo* político-económico, o papel dos *atores* não governamentais no sistema económico internacional, a assistência financeira internacional, os investimentos externos, o débito internacional e os processos de *integração* regional, entre outros (SILVA; GONÇALVES, 2010, p. 67, grifos no original).

Assim, percebe-se que a economia política internacional se versa sobre muitos assuntos no campo das relações internacionais, da política internacional e dos estudos estratégicos internacionais. Este manancial de objectos de estudo e sua versatilidade torna a conceptualização do termo economia política internacional bastante difícil e aberta para debates intermináveis. De acordo com Moreira (2005), a economia política internacional apenas recentemente é que conseguiu se sagrar uma área de estudo autónoma libertando-se de abordagens metodológicas que se concentravam nos conflitos e na capacidade militar para os enfrentar, o núcleo essencial das questões mundiais.

A busca de consensos quanto à definição, torna-se mais trabalhosa ainda porque na literatura, muitas vezes se utiliza as duas definições indistintamente: uma referente ao conceito em si e outra que descreve a economia política internacional como uma área de pesquisa científica ou uma disciplina académica que tem o seu objecto e método de estudo.

Para os propósitos desta tese, define-se a economia política internacional como uma área de pesquisa que se centra na análise e compreensão da influência recíproca entre os factores políticos e económicos nas relações internacionais. A formulação desta definição baseou-se nas exposições de diferentes autores acima referenciados. A economia política internacional foi seleccionada como o principal marco teórico à luz do qual se vai procurar compreender as motivações que levaram Moçambique e África do Sul a manter as relações económicas bilaterais no período 1975 - 1992, num clima de hostilidades político-militares e antagonismo ideológico.

### 2.3 PARADIGMA DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

O paradigma de economia política internacional evoluiu de grandes modelos teóricos, nomeadamente, o mercantilismo ou realismo, o liberalismo e o marxismo (GILPIN, 1987; OATLEY, 2012; DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2011). De acordo com Gilpin (1987), estes modelos divergem-se na resposta a uma gama de questões, tais como o significado do mercado para o crescimento económico e a distribuição da riqueza entre grupos e sociedades; o papel dos mercados na organização da sociedade nacional e internacional; bem como o efeito do sistema de mercado nos assuntos de guerra ou de paz. Estas e outras questões similares são centrais nas discussões da economia política internacional.

Dougherty e Pfaltzgraff Jr. (2003) aconselham que, para se compreender como a economia política internacional se desenvolveu, tem que se começar com a corrente teórica mais antiga – o mercantilismo – “apesar do facto de não ter chegado a constituir uma teoria formal, mas mais um código político que constava do bom senso de monarcas e conselheiros nas primeiras fases do sistema de Estado-nação” (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR, 2011, p. 531).

O mercantilismo predominou do século XVII ao século XIX. A grande preocupação do mercantilismo é explicar a relação entre a actividade económica e o poder do Estado. No pensamento mercantilista, a riqueza de uma sociedade depende de uma balança comercial favorável. A guerra e a conquista de territórios são entendidas como um meio de acumulação da riqueza. O poder e a riqueza de uma nação dependem da acumulação de metais preciosos e a sua capacidade de realizar o comércio internacional. A pujança económica é a componente crítica do

poder nacional e o comércio deve ser válido para as exportações, mas os governos devem desencorajar as importações sempre que possível. O comércio externo é a fonte principal da riqueza e prosperidade nacional, pelo que as indústrias nacionais devem ser protegidas. O Estado é o objecto e sujeito da política económica. Por esta razão, as forças económicas devem ser usadas no interesse do Estado (VAGGI, 2003; OATLEY, 2012).

O mercantilismo começou a ser criticado no século XVIII por pensadores liberais. As políticas mercantilistas foram questionadas porque implicavam a cobrança de impostos elevados, fixavam preços e guiavam-se por políticas de maximização de taxas de cobertura de importações pelas exportações. O intervencionismo e o protecționismo também começaram a ser objecto de críticas por impedir o livre comércio (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR, 2011). Deste modo, nascia o liberalismo.

No pensamento liberal, o poder e a riqueza resultam da capacidade económica e produtiva da nação. A riqueza nacional cresce em função do aumento do trabalho e do desenvolvimento livre dos processos económicos, sem intervenção ou limitação do Estado. O livre comércio é a melhor opção entre dois países quando cada um dos países é mais eficiente na produção de um bem. Cada país tem uma capacidade própria e uma habilidade em um bem específico. Todos os participantes do comércio internacional potencialmente saem a ganhar com a realização de trocas. Os países comerciantes ganham duas vezes: uma na troca propriamente dita e outra no lucro da venda ao consumidor final. O livre comércio traz a vantagem de igualar os custos de produção dos países e a aumenta remuneração do factor de produção abundante de um país através de tarifas ou taxas (LUIZ, 2005; DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR, 2011). O liberalismo defende uma intervenção mínima do Estado no mercado – a desregulação.

O mercado e o mecanismo de preços são os meios mais eficazes para organizar as relações económicas nacionais e internacionais. Assume-se que o mercado emerge de forma espontânea para satisfazer as necessidades humanas e funciona de acordo com a sua própria lógica interna (GILPIN, 1987). Ainda na óptica do pensamento liberal, o propósito da actividade económica é enriquecer indivíduos e não aumentar o poder do Estado. Os países não alcançam a riqueza através da gestão de lucros, mas, sim, ganham do comércio independentemente da balança comercial positiva ou negativa. O mercado é o principal mecanismo de alocação de

recursos (OATLEY, 2012). Como se pode depreender, todos os pressupostos do liberalismo são uma crítica ao mercantilismo.

No início do Século XX, o comércio internacional floresceu e, do ponto vista liberal, o comércio livre seria a garantia da paz e relações de amizade entre as nações. Pressupunha-se que o recurso à guerra seria quase impossível com o aumento da interdependência económica. Entre 1914 – 1918, desencadeou-se a Primeira Guerra Mundial. Em consequência da guerra, a ordem mundial vigente, dominada pela Grã-Bretanha, alterou-se, subindo ao seu lugar os Estados Unidos da América. O liberalismo enquanto pensamento dominante sofreu uma mudança determinante, sobretudo no concernente ao papel do Estado. O Estado passou, novamente, a ter um papel interventivo na economia, particularmente depois da crise de superprodução ou grande depressão de 1929 (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR., 2003). A partir desta altura, o mercantilismo, nacionalismo económico ou realismo (GILPIN, 1987) ressurgiu “em larga medida como resultado de dois factores: (1) a Grande Depressão e (2) a ascensão de regimes totalitários – autoritários, entre outras razões” (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR, 2011, p. 537).

Estes desenvolvimentos do período entre a Primeira e a Segunda guerras mundiais favoreceram, não apenas para o reaparecimento do nacionalismo económico ou realismo, mas também a construção do paradigma da economia política internacional. Importa aqui elaborar mais sobre a essência do realismo político, porque é fundamental para compreender as motivações que levaram Moçambique e África do Sul a manter as relações económicas bilaterais entre 1975 e 1992, para além de ser uma base a partir da qual a economia política internacional tomou corpo como uma disciplina das relações internacionais.

De acordo com Dougherty e Pfaltzgraff Jr, (2011), a Economia Política Internacional redefine o realismo (neo-realismo) e cria um estágio de reaproximação de duas posições materialistas – o poder materialista do realismo e o materialismo económico dos teóricos da dependência. A convergência entre o realismo e o estruturalismo ocorre em torno do conceito de poder (GUZZINI, 1998). Este autor entende que a Economia Política Internacional se focaliza na intersecção entre o poder e a riqueza (nível micro), ou entre o capitalismo internacional e a sua organização política (nível macro).

O argumento é que o poder nacional dos Estados no sistema internacional deriva, em larga medida, da riqueza. Por sua vez, a riqueza é necessária para acumular o poder (OATLEY, 2012). No quadro que se segue, apresentam-se, sucintamente, as três escolas tradicionais da economia política internacional, designadamente: o mercantilismo, liberalismo e o marxismo.

**Quadro 1 - Três Escolas Tradicionais da Economia Política Internacional**

	<b>Mercantilismo</b>	<b>Liberalismo</b>	<b>Marxismo</b>
<b>Actor mais importante</b>	O Estado	Indivíduos	Classes, particularmente a classe capitalista
<b>Papel do Estado</b>	Intervem na economia para alocar recursos	Estabelece e aplica os direitos de propriedade para facilitar a troca baseada no mercado	Instrumento da classe capitalista; usa o poder do Estado para sustentar o sistema capitalista
<b>Imagem do sistema económico internacional</b>	<i>Conflitual:</i> Os países competem por indústrias desejáveis e entram em conflitos comerciais como resultado desta competição	<i>Interdependência complexa:</i> A economia internacional oferece benefícios para todos os países. O desafio é criar uma ordem política que permita os países a obter esses benefícios	<i>Explorador:</i> Os capitalistas exploram a mão-de-obra dentro dos países; os países ricos exploram os países pobres na economia internacional.
<b>Objectivo específico da política económica</b>	Aumentar o poder do Estado-nação no sistema estatal internacional	Aumentar o bem-estar social agregado	Promover a distribuição equitativa da riqueza e da renda

Fonte: Adaptado de Oatley (2012, p. 12).

Lê-se no quadro 1 que, para os mercantilistas/realistas, a economia política internacional caracteriza-se por conflitos resultantes da competição entre os países por indústrias desejáveis, com o objectivo de atraí-las ou mantê-las. O objectivo central é aumentar o poder do Estado-nação no sistema internacional. Para os liberais, as relações económicas internacionais se desenvolvem numa interdependência complexa e os conflitos económicos rareiam, porque todos os países tiram benefício do comércio internacional. Contrariamente aos mercantilistas, o mais importante não é o aumento do poder do Estado, mas sim o incremento do bem-estar social agregado. Por sua vez, os marxistas defendem que a economia política internacional é caracterizada por conflitos de distribuição entre o trabalho e o capital, onde os capitalistas

exploram a mão-de-obra dentro dos países e, no sistema internacional, os países industrializados avançados exploram os países em desenvolvimento (OATLEY, 2012). A desenvoltura destas três escolas tradicionais, ou perspectivas teóricas, originou o actual paradigma de Economia Política Internacional.

O paradigma de Economia Política Internacional, tal como se conhece actualmente, nasceu e desenvolveu-se nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha (COHEN, 2008). Nos Estados Unidos destaca-se o grande contributo de Robert Gilpin, Robert Keohane e Joseph Nye, Jr. Na Grã-Bretanha o reconhecimento vai para Susan Strange e Robert Cox. Cohen (2008) considera estes estudiosos como os empreendedores intelectuais cujas iniciativas provaram ser as mais influentes na formação do campo da Economia Económica Internacional.

O paradigma de Economia Política Internacional nasceu nos anos 70 do século XX, por força das transformações que vinham ocorrendo no sistema internacional desde a Segunda Guerra Mundial.

Durante a década de 1970 e o início da década de 1980, uma série de acontecimentos dramáticos assinalou que as relações internacionais estavam a atravessar um período de convulsões significativas. Conjuntos de relações e entendimentos há muito estabelecidos e aparentemente estáveis foram sumariamente postos de lado. Os líderes políticos, os observadores académicos e o célebre "homem na rua" estavam subitamente conscientes do facto de que a crise energética, os acontecimentos dramáticos no Médio Oriente e as tensões no mundo comunista eram desenvolvimentos inovadores de uma ordem qualitativamente diferente dos da década anterior. Estes e muitos outros desenvolvimentos nas áreas política, económica e militar assinalaram mudanças profundas na distribuição internacional do poder, um desencadeamento de novas forças sociopolíticas e o realinhamento global das relações diplomáticas. Acima de tudo, estes acontecimentos e desenvolvimentos revelaram que o sistema internacional relativamente estável que o mundo conhecia desde o fim da Segunda Guerra Mundial estava a entrar num período de mudanças políticas incertas (GILPIN, 1981, p.1).

O sistema de Bretton Woods de liberalização comercial havia colapsado, as moedas estáveis e a interdependência económica em expansão já não existiam e a concepção liberal das relações económicas internacionais estavam ameaçadas por alastramento do proteccionismo, perturbação dos mercados monetários e financeiros, bem como por crescentes divergências de políticas económicas nacionais (GILPIN, 1987).

Embora a interdependência das economias nacionais já tivesse aumentado devido ao maior fluxo comercial, financeiro e tecnológico (GILPIN, 1987), a cooperação entre Estados

continuava escassa porque o rápido crescimento da interdependência económica internacional desde 1945 e o envolvimento crescente dos governos na operação das economias capitalistas modernas tinham criado mais pontos de potenciais conflitos ou fricções (KEOHANE, 1984). Neste contexto, a consciência pública de conteúdos económicos nos assuntos políticos havia expandido, e a politização dos assuntos económicos era inevitável (GILPIN, 1987).

Assim, entende-se que a economia internacional e a política internacional já não poderiam mais ser analisados de forma separada. Já em 1970, Susan Strange, no seu artigo *International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect*, notara que as mudanças na economia internacional influenciavam as relações internacionais. Strange criticava os estudos que tentavam separar os assuntos da economia internacional (moeda, taxas de câmbio, preços de petróleo, dívidas, etc) dos da política internacional (segurança, relações políticas e diplomáticas, política externa, estudos estratégicos, etc.).

Strange (1970) defendeu o desenvolvimento de um estudo moderno da economia política internacional. O estudo de relações internacionais deveria também se preocupar com o ritmo de mudança desigual no sistema económico e político internacional, assim como com os efeitos das taxas de troca desigual sobre a sociedade internacional e nas relações entre os Estados. A aceleração do ritmo de desenvolvimento no sistema económico internacional ultrapassava o sistema político internacional rígido e estático. Mais do que o aumento da interdependência e das interacções, tornou-se imperativo compreender como é que as mudanças afectavam as relações entre os Estados e a sociedade internacional.

A economia internacional que se desenvolvia tinha trazido três tipos de mudança que afectaram directamente as relações internacionais. A primeira foi o aumento das perturbações na economia internacional, algumas de origem externa, mas com impacto nos níveis de emprego, de preços, das taxas de juro, e das reservas monetárias internacionais. A segunda foi a diminuição da eficácia das políticas económicas nacionais, e a terceira consistiu no aumento da competição entre os Estados em defesa dos seus interesses económicos, correndo-se o risco de se criar uma nova fonte de conflito internacional.

Na sociedade internacional, emergiu a questão do desenvolvimento assimétrico e um sistema favorável às economias minoritárias de países desenvolvidos em detrimento de economias maioritárias de países menos desenvolvidos. De igual forma, surgiram novos

alinhamentos políticos resultantes do aumento de desigualdades. Entretanto, havia poucos estudos focados na relação entre a política e a economia na interação interestatal. Muitos estudos estavam preocupados com a política externa, incluindo os interesses políticos e económicos dos Estados Unidos da América. Não havia ainda uma teoria de economia política internacional. Os temas, tais como o bem-estar económico, as sanções económicas, o papel político das empresas petrolíferas e de outro tipo de empresas em contextos de conflitos eram negligenciados (STRANGE, 1970).

Perceber os assuntos comerciais, monetários e relativos ao desenvolvimento económico exigia a integração de perspectivas teóricas, tanto das disciplinas de economia, quanto das de ciência política. Deste modo, começou a haver uma pressão para se juntar o estudo da economia internacional ao da política internacional para uma melhor compreensão das mudanças internacionais (GILPIN, 1987), porque o mundo havia se tornado interdependente do ponto de vista económico, das comunicações e aspirações humanas. As corporações multinacionais, os movimentos sociais transnacionais e as organizações internacionais já exerciam uma grande influência no processo de tomada de decisão sobre a política externa dos Estados (KEOHANE; NYE JR, 2012). A desregulação financeira e a criação de novos instrumentos financeiros com destaque para os avanços tecnológicos nas comunicações, contribuíram para um sistema financeiro internacional mais integrado (GILPIN, 2001).

Neste contexto, havia a necessidade de existir uma teoria das relações económicas internacionais, uma política consistente tal como outras teorias das relações internacionais para salvar as Relações Internacionais como uma disciplina relevante, tendo em consideração que havia áreas de estudo vagas, tais como a teoria de integração: até que ponto a coordenação e harmonização de políticas nacionais formavam a integração irreversível de uma nova comunidade de Estados? Qual era o número de organizações internacionais? Outra área temática era sobre uma teoria coerente de moedas internacionais, incluindo a regulação e o controlo da produção das corporações multinacionais, bem como o seu papel na política internacional e no sistema económico internacional. A terceira questão é concernente ao desenvolvimento de uma teoria do estabelecimento de normas e padrões internacionais (STRANGE, 1970).

De igual forma, tornou-se imperioso o papel dos desenvolvimentos políticos, económicos e tecnológicos na produção de mudança no sistema internacional. As Relações Internacionais,

como disciplina, não explicavam este aspecto, em parte, porque eram marcadamente paroquiais e etnocêntricas, viradas ao estudo do sistema estatal Ocidental e pouco inclinadas ao estudo de outros sistemas não - Ocidentais. Assim, a disciplina continuou a concentrar-se na busca do entendimento da luta pela riqueza e pelo poder entre actores independentes num estado de anarquia. Contudo, a divisão internacional do trabalho e a organização e gestão da economia mundial tornaram-se um determinante significativo da riqueza, segurança e prestígio, bem como objectivos importantes dos Estados. Gradualmente, o sucesso económico mundial passou a substituir largamente os sucessos político e militar enquanto bases de prestígio internacional (GILPIN,1981).

Paralelamente a isto, era importante entender como a política internacional e a economia internacional interagiam e se influenciavam mutuamente, ou seja, perceber como o Estado e os processos políticos associados afectavam a produção e a distribuição da riqueza, assim como ter conhecimento de implicações das forças do mercado sobre a distribuição do poder e bem-estar dos Estados e de outros actores políticos, com maior atenção para o impacto das forças económicas sobre alteração da distribuição internacional de poder político e militar (GILPIN, 1987).

Por extrapolação, afirma-se que o impacto das forças económicas sobre alteração da distribuição internacional de poder político e militar foi mais evidente nas relações internacionais com o aumento dos fluxos monetário, de pessoas, bens e mensagens para além das fronteiras nacionais, tendo, desta forma, impingido para a necessidade de se estudar os regimes internacionais que afectavam a estrutura e o processo dos sistemas internacionais (KEOHANE; NYE JR., 2012). Portanto, foi deste leque de questões que nasceu o paradigma de Economia Política Internacional.

De acordo com Cox (2002), a emergência da Economia Política Internacional como assessorio ou complemento da teoria de Relações Internacionais foi talvez o desenvolvimento mais importante nos estudos internacionais.

Inicialmente, a EPI<sup>4</sup> fez a sua marca dando mais proeminência às bases económicas de poder. Mas a sua importância não estava limitada à expansão de um objecto aceite no âmbito das relações internacionais. A EPI gradualmente mudou a forma de pensar sobre

---

<sup>4</sup> Economia Política Internacional

a ordem mundial. Ela colocou ênfase em abordagens ou estruturas históricas em que decorre a actividade humana e nos processos lentos de mudança nesses contextos. Isto trouxe um forte contraste com a política de relações internacionais que trabalhava com base em pressupostos rígidos a cerca da natureza do sistema estatal e de uma economia que igualmente trabalhava com pressupostos fixos sobre os processos económicos. Os métodos convencionais eram guias úteis para a resolução de problemas sob condições estáveis. Não eram muito úteis para a compreensão das mudanças na maneira como as pessoas viriam perceber o seu lugar no mundo e a natureza dos problemas que enfrentavam (COX, 2002, p. 79).

Desta forma e ainda de acordo com Cox (2002), o real sucesso da Economia Política Internacional foi de uma investigação crítica da mudança nas estruturas históricas. Começou-se a olhar como as estruturas históricas eram remoldadas de baixo para cima por lentas e pequenas mudanças nas sociedades. A economia política internacional trouxe também o espírito de auto-crítica e de flexibilidade, abrindo um campo para o conhecimento mais integrado sobre os processos da ordem mundial.

Robert Gilpin, na sua obra *The Political Economy of International Relations*, publicada em 1987, trouxe três perspectivas teóricas do paradigma da economia política internacional: teoria de economia dual, teoria do sistema mundo moderno e a teoria de estabilidade hegemónica. Para Gilpin (1987), estas três teorias são essenciais para compreender a emergência, expansão e o funcionamento da economia política internacional. A teoria de economia dual é influenciada pelo liberalismo económico, a de sistema mundo moderno mergulha as suas raízes no marxismo e a de estabilidade hegemónica identifica-se com o realismo político.

### **2.3.1 Teoria de economia dual (dualismo)**

Na perspectiva de economia dual (dualismo) afirma-se que a economia nacional e internacional deve ser analisada em termos de dois sectores independentes. Trata-se de um sector tradicional, caracterizado por modos rudimentares de produção e auto-suficiência local e outro sector moderno, com alto nível de suficiência produtiva e integração económica (GILPIN, 1987).

Definimos o sector tradicional como sendo principalmente a agricultura de subsistência com pouca especialização espacial ou sectorial e as formas mais primitivas de capital fixo. O sector moderno é a parte da economia que utiliza tecnologia de máquinas sofisticadas; tem padrões de organização, contratos de empregados, rotinas de escritório, padrões burocráticos de autoridade de um tipo encontrado nas economias industriais

avançadas; e atende ao sector de alto rendimento do mercado de consumo. O sector intermédio resulta de uma cultura relativamente elevada, mas ainda assim de uma agricultura camponesa que requer mercados e serviços especializados. O nível de rendimento resultante produz exigências dos consumidores que são satisfeitas por um sector fabril que utiliza a mesma infra-estrutura de distribuição e serviços (STEELE, 1975, p.20).

Refere-se à divisão do sistema económico em sector manufactureiro, por um lado, e sector primário, muitas vezes representado pela agricultura, por outro. Enquanto no sector tradicional não existe a acumulação de capital, excepto quando o investimento assume a forma de recuperação de terras, o sector manufactureiro requer necessariamente a injeção de capital. Assim, a teoria assume que os termos de troca entre a agricultura e a indústria no comércio interno são determinados pela taxa de substituição de bens manufacturados por bens agrícolas no comércio internacional (JORGENSEN, 1961; GILPIN, 1987).

Desta forma, justifica-se que o processo de desenvolvimento económico implica a transformação do sector tradicional através de modernização das estruturas económica, social e política. O movimento das forças de mercado para altos níveis de eficiência e interdependência global gera a integração global dos mercados e instituições. A economia global moderna evolui da expansão global do modo de produção mercado e incorporação de novas áreas na economia internacional (GILPIN, 1987).

As mudanças institucionais, estruturais e das condições de produção, que incluem mudanças nos valores, atitudes e normas de pessoas resultam da motivação individual e acumulação de capital e fluxos de investimento. Adicionalmente, o desenvolvimento é produto da interacção entre mudanças nas condições de produção, tais como a terra, a mão-de-obra, capital e a tecnologia e factores não económicos tais como o surgimento de uma nova elite para construir indústrias modernas, ambiente cultural e social. Este processo decorre em fases ou estágios, desde a tradicional, *take off*, até sociedade de alto consumo em massa (RICHARD; SHIELDS, 1996).

A transformação do sector tradicional ao moderno ocorre graças aos avanços nos transportes e comunicações, no desenvolvimento tecnológico e de instituições económicas mais eficientes, bem como na redução dos custos de transacções. Estes factores contribuem para a acumulação do capital e outros factores de produção, incluindo a inovação de novas tecnologias

e formas de organização, colocando o mundo no curso de crescimento económico contínuo e interdependência global (GILPIN, 1987).

Crítica-se a teoria de economia dual, porque procura explicar, de forma simplista, a riqueza e a pobreza das nações. Segundo Steele (1975), o conceito de economia dual identifica incorrectamente as características-chave da economia. Deste modo, olhar para economia à luz da teoria de economia dual é pernicioso no seu efeito sobre a política.

Afirma-se que, de facto, a resposta à questão sobre os desequilíbrios no desenvolvimento entre países no sistema económico mundial não pode ser cabalmente explicada apenas pela predominância da agricultura nos chamados países em desenvolvimento e do sector manufactureiro em países avançados. O entendimento deste problema requer uma análise sistémica ou estrutural. É desta necessidade que surge a perspectiva teórica do sistema-mundo moderno. De acordo com Wallerstein (2004), o sistema-mundo não se refere ao mundo em si (globo terrestre), mas aos sistemas, economias e impérios que tomam a forma de economia-mundo moderno, ou seja, a economia capitalista mundial. Por isso, é em volta da economia-mundo capitalista que se desenrola a análise do sistema mundo moderno.

### **2.3.2 Teoria do Sistema-Mundo Moderno como uma Economia-Mundo Capitalista**

Wallerstein (2004) afirma que o sistema-mundo moderno sempre foi uma economia mundo - capitalista. Define a economia-mundo como sendo uma larga zona geográfica não limitada por uma estrutura política unitária, mas que abarca uma divisão do trabalho e significativa troca de bens essenciais e o fluxo de capital e trabalho no seu interior. Além disso, existem muitas unidades políticas vagamente ligadas num sistema interestatal. A economia-mundo contém igualmente muitas culturas e grupos heterogêneos unificados somente através da divisão do trabalho. A economia-mundo caminha com o capitalismo, caracterizado pela busca incessante da acumulação do capital através de mecanismos estruturais que favorecem este processo. É, portanto, uma colecção de instituições interligadas onde se destaca o mercado.

Em outro desenvolvimento, Wallerstein (2004) diz que o sistema-mundo capitalista divide a produção em produtos típicos do Centro e produtos típicos da Periferia. Entre o Centro e a Periferia, estabelecem-se relações de troca desiguais. Os Estados do Centro são fortes e

controlam o circuito de toda a produção global. Os Estados da Periferia são fracos e encontram-se numa situação difícil, porque sofrem a pressão dos países do Centro que procuram mantê-los numa posição de subserviência e dependência. No Centro predomina o sector moderno, ou manufactureiro, e na Periferia abunda o sector primário, representado pela agricultura de subsistência. No meio, ou Semi-Periferia, perfilam países emergentes com características tanto do Centro quanto da Periferia.

Assume-se que sistema-mundo capitalista dominado pela classe dos Estados do Centro produz desigualdades e a pobreza nos países em desenvolvimento ou Estados da Periferia. Neste sentido, o estudo da Economia Política Internacional deve focalizar-se na compreensão da natureza e das dinâmicas desta realidade do sistema-mundo moderno. Há um entendimento de que os países do Centro exploram as riquezas naturais dos países da Periferia, empurrando-os para o subdesenvolvimento e dependência, e que o principal mecanismo para perpetuar estas características estruturais da economia-mundo capitalista é o comércio internacional e investimento. A estrutura é definida por uma única divisão mundial do trabalho capitalista, ou seja, “a economia mundial é uma estrutura internacional de Estados desiguais que mantêm a divisão internacional do trabalho e é responsável pela acumulação do capital nos Estados capitalistas avançados e por um ciclo de atraso e subdesenvolvimento nos restantes” (GILPIN, 1987, p.70).

Nas relações internacionais, a teoria do sistema-mundo capitalista é também conhecida por estruturalismo económico ou globalismo. De acordo com Sousa (2005):

[Na] análise histórica para a compreensão do sistema internacional o factor histórico - chave é o capitalismo; a existência de determinados mecanismos de dominação que impedem os Estados menos desenvolvidos de se desenvolverem e que consequentemente contribuem para um desenvolvimento desigual à escala mundial (dependência norte/sul); e a importância dos factores económicos, absolutamente determinantes para se explicar a evolução e funcionamento do sistema capitalista mundial e para se relegar os Estados menos desenvolvidos para uma posição subordinada (SOUSA, 2005, p. 91).

As relações entre os Estados do Centro e os da Periferia são de dominação e subordinação. Os países capitalistas avançados do centro dominam os países pobres da Periferia. Na zona intermediária, posicionam-se os Estados que apresentam, simultaneamente,

características de países avançados e menos avançados – os países chamados de economias emergentes ou da semi-periferia (ARRIGHI; DRANGEL, 1986).

Deste modo, pinta-se uma imagem de relações de exploração em que os países do Sul Global, pobres em capital, são mantidos numa posição de dependência e servidão pelos países do Norte Global, ricos em capital. Para o efeito, os países do Norte recorrem a várias práticas discriminatórias instituídas na estrutura económica global do capitalismo mundial. As organizações internacionais, as corporações multinacionais e os bancos são mecanismos de dominação numa ordem mundial capitalista (VIOTTI; KAUPPI, 2013). A questão central que se coloca é “saber qual a razão da incapacidade de tantos Estados para se desenvolverem” (SOUSA, 2005, p. 91).

Neste sentido, no estruturalismo económico analisa-se como os Estados capitalistas, as elites ou classes transnacionais, dada a sua posição económica-estrutural privilegiada, ganham lucros e obtêm outros benefícios do sistema mundial capitalista à custa dos outros. Os países pobres e a sua população são mantidos no *status* de dependência pelos países ricos em capital, não porque falharam em desenvolver sistemas económicos capitalistas ou porque são fracamente integrados no sistema-mundo capitalista. Os países menos desenvolvidos jogam um papel importante no sistema-mundo capitalista, actuando como fonte de mão-de-obra barata e de matérias-primas. Por isso, as considerações económicas em forma de estruturas económicas globais de dominação são o ponto-chave para entender as relações internacionais ou a política mundial e a criação e desenvolvimento do sistema-mundo capitalista ou sociedade global no qual estas estruturas operam (VIOTTI; KAUPPI, 2013).

Em marcado contraste com a teoria liberal do comércio livre, que se assenta na competição, e com teoria realista/nacionalista de uma ordem económica subserviente aos interesses de poder do Estado, as escolas marxista, leninista, neomarxista, da dependência e outras escolas de pensamento socialistas têm defendido que tanto o liberalismo quanto o realismo nacionalista são, na sua essência, justificações intelectuais para o sistema capitalista, principal instrumento de exploração e do conflito dentro de nações e entre elas. (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR, 2011, p. 545).

De acordo com Gilpin (1981), em qualquer sistema político ou social, os actores entram em relações e criam estruturas sociais com vista a satisfazer um conjunto de interesses políticos,

económicos, ou outro tipo de interesses particulares. Com o andar do tempo, os interesses dos actores individuais mudam, e o balanço de poder entre os actores muda como resultado dos desenvolvimentos económico, tecnológico, entre outros. O novo sistema daí resultante reflecte, normalmente, a redistribuição do poder e os interesses de novos membros dominantes. A redistribuição de poder e da riqueza no sistema internacional tende a estimular o Estado a exigir maior fasquia relativa a objectivos de riqueza e segurança.

A satisfação dos interesses económicos e de segurança sempre foi os objectivos principal dos Estados ao longo da História. Neste sentido, “a mudança relativa nos custos dos objectivos de segurança e bem-estar ou a mudança no poder e na riqueza de um Estado normalmente causa uma mudança correspondente na política externa do Estado” (GILPIN, 1981, p. 23). O segundo objectivo dos Estados, ainda de acordo com este autor, é o aumento da sua influência sobre o comportamento de outros Estados, o terceiro, tem a ver com o controlo ou exercício de influência sobre economia mundial – a divisão internacional do trabalho. Estes são outros aspectos que conduzem à mudança política internacional.

No mundo moderno, a divisão internacional do trabalho tornou-se um determinante significativo da riqueza relativa, segurança e prestígio dos Estados; a organização e gestão da economia mundial tornaram-se objectivos importantes dos Estados. Os termos de troca, o fluxo de recursos (capital, tecnologia, mercadorias), e a natureza do sistema monetário internacional são hoje preocupações primordiais da política estatal (GILPIN, 1981, p. 24, tradução nossa<sup>5</sup>).

Repare-se que, basicamente, Gilpin (1981) traz uma concepção realista ou neorealista de distribuição de poder e da riqueza. Para o este autor, os Estados são os actores mais importantes das relações internacionais, embora admita e reconheça a existência e o papel de outros actores individuais e colectivos. Keohane (1984) critica a teoria realista baseada na distribuição de poder e da riqueza. Segundo o autor, pensar na economia política internacional em termos de riqueza e poder não permite construir modelos explicativos fortes do comportamento, e nem contribui para interpretação perspicaz das motivações dos actores que enfatizam mais os interesses específicos

---

<sup>5</sup> “In the modern world the international division of labor has become a significant determinant of the relative wealth, security, and prestige of states; the organization and management of the world economy have become important objectives of states. The terms of trade, the flow of resources (capital, technology, commodities), and the nature of the international monetary system are today primary concerns of state policy”.

do que ideologias e retórica. A Economia Política Internacional, de facto, medeia a contenda epistemológica entre os teóricos realistas e estruturalistas.

Keohane (1984) propôs a análise sistémica da economia política internacional baseada no entendimento dos regimes internacionais, tendo defendido que a análise sistémica não prevê determinantes sobre a busca de riqueza e poder por parte dos Estados (KEOHANE, 1984), mas é importante porque ajuda a compreender como as restrições sob as quais os governos actuam na economia política mundial afectam o seu comportamento. A partir deste prisma analítico, Keohane (1984) desenvolveu a teoria de estabilidade hegemónica da economia política internacional.

### **2.3.3 Teoria de estabilidade hegemónica**

Faria (2013, p. 223) entende que a “hegemonia é uma forma de exercício de poder e a maneira como este se organiza numa sociedade complexa onde o recurso à violência só pode ser emprego em situações-limite”. Numa ordem mundial, interpreta o autor, o poder hegemónico se articula em três níveis: plano material, plano ideológico, tendo o plano das instituições como conector.

No plano material, o Estado hegemónico deve possuir uma vantagem militar e capacidade de destruição para a sua segurança; ter vantagem produtiva e domínio comercial para o seu progresso económico; controlar a inovação e a pesquisa para a seu desenvolvimento tecnológico e controlar a moeda e o crédito para decidir sobre os investimentos, manipular as taxas de câmbio e controlar os preços. No plano ideológico, o Estado hegemónico deve prescrever valores morais e propor regras e comportamentos; criar imagens simbólicas, representações e saberes acreditados e compartilhados, bem como as razões das relações entre sujeitos da estrutura social, incluindo dotar-se de conhecimento em termos de liderança na produção científica e artística. O plano material liga-se ao plano ideológico através de instituições que definem regras, os hábitos e as formas organizacionais que asseguram a efectividade da ordem estabelecida e definem as regulamentações para o comércio, finanças, investimentos, direitos humanos, migrações, liberdades políticas, segurança, comunicação, meio ambiente, assim em diante (FARIA, 2013).

Quando se fala da hegemonia, transmite-se a ideia de “imposição de poder preponderante de um Estado e de seus interesses sobre sistemas regionais, internacionais ou globais” (SILVA; GONÇALVES, 2010, p.118). A hegemonia consiste no “domínio de um elemento do sistema sobre outros [...]. Um Estado hegemónico é um Estado dominante em termos económicos e militares, que usa o seu poder sem igual para criar e pôr em prática regras que têm por objecto a preservação da ordem mundial e das suas posições nessa mesma ordem” (DE SOUSA, 2005, p.97), através de influência, controlo, liderança, intimidação, prestígio ou mesmo por meio de recurso à força armada (SILVA; GONÇALVES, 2010).

De acordo com Faria (2013), o conceito de hegemonia pode ser interpretado como a soma de coerção e consenso que cumpre o papel de cimentação da estrutura social, através da estabilização da ordem social e do Estado, cuja força se realiza em dois planos: material e ideológico. No plano material, a coerção se exerce pelo monopólio da violência legítima por parte do poder do Estado e “pela subsunção dos sujeitos sociais às obrigações e necessidades impostas pela ordem económica que condiciona a forma de acesso aos meios de produção e de subsistência pela classe dominante” (FARIA, 2013, p.210). No plano ideológico, quando os mesmos sujeitos assimilam valores e projecções simbólicas que se conformam com determinadas condutas éticas, produz-se um consenso.

Ainda segundo este o autor, o Estado laico estabeleceu regras e mecanismos que conformam uma rede de instituições com a finalidade de efectivar a regulação de conjunto de sistema social, cuja efectividade dá estabilidade e garante a continuidade da sociedade organizada na forma estatal. O primeiro aparelho ideológico do Estado de carácter hegemónico foi a Religião. Posteriormente, o Estado laico foi-se tornando complexo em termos de responsabilidades e funções até ao estabelecimento de relações de convivência por equilíbrio de poder através do movimento da guerra. Todavia, a ordem política de característica hegemónica veio a evidenciar-se no período do Renascimento.

Neste período, de acordo com Faria (2013), o tipo de ordem hegemónica surgiu da própria evolução das relações entre as nações, dos laços de interdependência e da necessidade de cooperação. Neste sentido, a ordem hegemónica gradualmente se foi formando graças às metamorfoses do exercício de poder e da capacidade de obrigar o comportamento do outro e de decidir regras do jogo, bem como à instauração de um direito internacional resultante das

relações entre as nações. Deste modo, “a admissão da existência desse tipo de sistema internacional foi um marco na evolução do campo científico das relações internacionais” (FARIA, 2013, p. 214) e para efeito, foi necessário desenvolver-se uma nova perspectiva – perspectiva alternativa – a partir da crítica às teorias realista e neorrealista das relações internacionais assentes e enraizadas na visão racionalista e utilitarista da política. Trata-se da teoria de estabilidade hegemónica.

De acordo com Keohane (1984), a teoria de estabilidade hegemónica desenrola-se a partir de dois pressupostos centrais. Em primeiro lugar, assume-se que a ordem política internacional é criada por uma única potência dominante e a manutenção da tal ordem requer a continuidade da hegemonia. Como consequência, os regimes internacionais e a cooperação dependem da hegemonia e sua perpetuação. Em segundo lugar, pressupõe-se que a cooperação não requer necessariamente a existência de um líder hegemónico uma vez estabelecidos os regimes internacionais. A cooperação pós-hegemónica é também possível. Todavia, Keohane (1984, p. 31) considera essa proposição “erronea”.

Keohane (1984) explora o valor e as limitações do conceito de hegemonia para o estudo da cooperação, e aborda a relação entre o poder militar e a hegemonia na economia política internacional. Na economia política internacional, hegemonia define-se como a preponderância de recursos materiais. Nestes termos, as potências hegemónicas devem ter controlo das matérias-primas, das fontes de capital, dos mercados e das vantagens competitivas na produção de bens altamente valiosos.

Assim, para ser considerado hegemónico na economia política mundial, um país deve ter acesso a matérias-primas cruciais, controlar as principais fontes de capital, manter um grande mercado para as importações e deter vantagens comparativas em bens com elevado valor acrescentado, gerando salários e lucros relativamente elevados. Deve também ser mais forte, nestas dimensões consideradas no seu conjunto, do que qualquer outro país. A teoria da estabilidade hegemónica prevê que quanto mais uma dessas potências dominar a economia política mundial, mais cooperantes serão as relações interestatais (KEOHANE, 1984, p. 33-34, tradução nossa<sup>6</sup>).

---

<sup>6</sup> “To be considered hegemonic in the world political economy, therefore, a country must have access to crucial raw materials, control major sources of capital, maintain a large market for imports, and hold comparative advantages in goods with high value added, yielding relatively high wages and profits. It must also be stronger, on these dimensions taken as a whole, than any other country. The theory of hegemonic stability predicts that the more one such power dominates the world political economy; the more cooperative will interstate relations be.”

Para além dos recursos necessários, o acesso a matérias-primas essenciais, controlo das principais fontes de capital, manutenção de um grande mercado para as importações e posse de vantagens comparativas em bens com elevado valor acrescentado, uma potência hegemónica deve possuir um poder militar suficiente para proteger a economia política internacional de incursões dos adversários hostis que possam-lhe recusar o acesso a grandes áreas de sua actividade económica (KEOHANE,1984).

No mesmo diapasão, Gilpin (1987) defende que uma economia mundial aberta e liberal requer a existência de uma potência hegemónica ou dominante, com capacidade e vontade de estabelecer e manter normas e regras de uma ordem económica liberal. Sem a presença de uma potência hegemónica, uma ordem económica internacional liberal não é capaz de florescer e desenvolver-se na sua plenitude. Contudo, para que tal desenvolvimento e florescimento sejam possíveis é necessário que a potência dominante ou hegemónica se comprometa com os valores do liberalismo. A hegemonia sem cometimento à economia do mercado assemelha-se à governação imperialista onde se impõe restrições políticas e económicas sobre os menos poderosos. Deste modo, a hegemonia, a ideologia liberal e os interesses comuns são condições essenciais para a emergência e expansão do sistema de mercado liberal. Neste tipo de sistema, a potência dominante assume a responsabilidade de assegurar bens colectivos e uma moeda estável. Neste quadro, a economia hegemónica desempenha funções cruciais no funcionamento da economia mundial e utiliza a sua influência para criar regimes internacionais.

Neste sentido, os regimes internacionais podem incluir acordos e tratados interestatais ou entre Estados e organizações internacionais ou corporações multinacionais (KEOHANE, 1984; KEOHANE; NYE JR, 2012). De acordo com Keohane (1984):

Princípios, normas, regras e procedimentos, todos contêm inibições sobre o comportamento: prescrevem certas acções e proíbem outras. Implicam obrigações, ainda que estas obrigações não sejam exequíveis através de um sistema jurídico hierárquico. Esclarece a definição de regime, portanto, pensar nele em termos de ordem de maior ou menor especificidade. Algumas são de grande alcance e extremamente importantes. Podem mudar apenas raramente. No outro extremo, os impedimentos podem ser meramente técnicos, questões de conveniência que podem ser alteradas sem grande impacto político ou económico. No meio são proibições suficientemente específicas para que as violações das mesmas sejam, em princípio, identificáveis e que possam ser observadas mudanças nas mesmas, e suficientemente significativas para que as

mudanças nas mesmas façam a diferença no comportamento dos actores e na natureza da economia política internacional (KEOHANE, 1984, p. 59, tradução nossa<sup>7</sup>).

Portanto, os regimes internacionais são definidos como princípios, regras e normas formais e informais de comportamento perante assuntos específicos que, apesar de serem de cumprimento voluntário, facilitam as transacções, ordenando a incerteza na política internacional. Os regimes estabelecem linhas orientadoras de conduta dos actores estatais e não estatais no sistema internacional. Eles funcionam como filtros de comportamento, e permitem o avanço da coordenação das actividades dos actores (OATLEY, 2012).

Deste modo, a potência hegemónica tem, não só a responsabilidade de garantir a aplicação das regras da economia liberal para evitar a sua defraudação e aproveitamento, como também deve encorajar os outros a partilhar os custos de manutenção do sistema. Ela consegue liderar as outras economias e gerir a economia internacional de mercado através da posse de meios peculiares que lhe permitem exercer o controlo sobre o capital financeiro, determinadas tecnologias e recursos naturais, incluindo os mecanismos da interdependência económica. Mais do que a simples rotina de manutenção do regime, a potência hegemónica deve ser capaz de gerir as crises que possam emergir no sistema, respondendo rapidamente às ameaças à sobrevivência da economia mundial liberal (GILPIN, 1987).

As potências hegemónicas normalmente constroem economias que reflectem os seus interesses e as suas ideologias e procuram persuadir os outros actores a se conformarem com a sua visão do mundo e a se submeterem à sua liderança. Desta feita, estabelece regimes internacionais para assegurar a legitimidade para os padrões de comportamento, desempenhando um papel preponderante na sua manutenção (KEOHANE, 1984). Presume-se que a criação, manutenção e melhor funcionamento da economia política liberal requerem uma liderança política com capacidade para prover bens colectivos, tais como uma moeda estável e a promoção de mercados abertos (GILPIN, 1987).

---

<sup>7</sup> “Principles, norms, rules, and procedures all contain injunctions about behavior: they prescribe certain actions and proscribe others. They imply obligations, even though these obligations are not enforceable through a hierarchical legal system. It clarifies the definition of regime, therefore, to think of it in terms of injunctions of greater or lesser specificity. Some are far-reaching and extremely important. They may change only rarely. At the other extreme, injunctions may be merely technical, matters of convenience that can be altered without great political or economic impact. In between are injunctions that are both specific enough that violations of them are in principle identifiable and that changes in them can be observed, and sufficiently significant that changes in them make a difference for the behavior of actors and the nature of the international political economy.”

Todavia, note-se que a tal liderança política traz consigo certos problemas. Afirma-se que os Estados são soberanos e os interesses da potência hegemónica, incluindo os regimes internacionais, podem chocar-se com os interesses nacionais e as políticas domésticas. De certo que, mais do que prover bens colectivos na economia internacional, a potência hegemónica procura satisfazer os próprios interesses económicos e seus valores políticos. Qualquer impedimento no alcance desse objectivo pode levar à intervenção, principalmente se os interesses perseguidos forem considerados vitais. Portanto, há sempre uma tensão e desconfiança entre uma potência hegemónica e os governos nacionais no exercício da liderança, quer ao nível internacional quer na esfera regional.

Explica-se que a tensão e desconfiança resultam da tendência, quase que permanente, da potência hegemónica impor a sua vontade sobre os Estados que a ela se subordinam e a resistência, por parte destes últimos, em se submeter à autoridade do líder da ordem económica e política internacional. A tensão surge também da competição e rivalidade entre as potências emergentes que pretendam exercer a liderança na ordem existente, com vista a transformá-la, e a potência hegemónica em exercício, que pretende manter o *status quo* ou aumentar o seu poder.

Nestes termos, é correcto afirmar que “a validade geral da teoria de estabilidade hegemónica é exagerada” (KEOHANE, 1984, p. 46). Concorda-se com Keohane (1984) que a dominação de uma única potência contribui para a ordem na política mundial em certas circunstâncias, mas não é uma condição suficiente e necessária porque a hegemonia está relacionada com a cooperação e instituições, como é o caso dos regimes internacionais. A liderança hegemónica em si depende, de certa forma, de uma cooperação assimétrica. Para este autor, existe uma relação simbiótica entre a hegemonia e a cooperação. A hegemonia precisa da cooperação para fazer e aplicar as regras. Contrário ao argumento de Keohane (1984), Gilpin (1987) diz que o alcance da cooperação internacional e da liderança pluralista na economia mundial são improváveis por conta dos objectivos económicos e políticos conflitantes.

Ademais, a potência hegemónica tem de ter uma legitimidade, para além da autoridade, para exercer o seu poder no sistema político internacional de que é líder. Enquanto a autoridade consiste no direito de ordenar os subordinados a executar determinadas acções e deveres, a legitimidade tem a ver com o dever que os governados têm de cumprir as regras instituídas pelo governante sem coerção (LAKE, 2011).

A legitimidade é uma construção política que deriva de muitas fontes: tradição, revelação divina, carisma, regras formais-jurídicas. Nas relações internacionais modernas [...], a legitimidade está enraizada num contrato social em que o Estado dominante fornece uma ordem política à colecção de indivíduos que compõem o Estado subordinado, e esses indivíduos conferem direitos ao Estado dominante para restringir o seu comportamento e extrair os recursos necessários para produzir essa ordem. Em termos mais gerais, [...] a autoridade relacional é fundamental ou necessária para que outras formas de autoridade também existam. (LAKE, 2011, p. 9, tradução nossa<sup>8</sup>).

Nesta perspectiva, o sistema internacional é visto como hierárquico, onde a potência hegemónica promove a ajuda mútua, fomenta a conexão entre os Estados por meio dos regimes internacionais, promove o comércio entre os Estados. Assume-se que os esforços com a defesa e segurança dos Estados são reduzidos, porque não funciona com base no equilíbrio de poder e que, requer limites sobre a habilidade de abuso de autoridade, já que não há maximização de poder e dos interesses. No geral, há uma concepção de que a estabilidade do sistema internacional se cria a partir da gestão das economias nacionais com base nos regimes internacionais (GUZZINI, 1998; LAKE, 2011).

Repare-se, porém, que a legitimidade nem sempre é fácil de se conseguir no sistema internacional anárquico. Os princípios de soberania, integridade territorial, independência e direitos de propriedade muitas vezes colocam em causa a autoridade e a legitimidade do Estado dominante. A tentativa de manter a autoridade à força não apenas mina a legitimidade como também mancha a reputação internacional da potência hegemónica, perdendo assim o apoio, a disciplina e a obediência dos Estados subservientes. Emergem, deste modo, críticas à teoria de estabilidade hegemónica da Economia Política Internacional.

A teoria de estabilidade hegemónica da economia política internacional pressupõe que a emergência de uma hegemonia é uma condição necessária para o fornecimento de um bem público internacional. A existência necessária de *free-riders* (aproveitadores) e/ou a perda da legitimidade irá minar a posição relativa de poder do Estado hegemónico. Por último, presume que um poder hegemónico em declínio pressagia uma provisão decrescente do bem público internacional (GUZZINI, 1998). De forma resumida, a teoria de estabilidade hegemónica

---

<sup>8</sup> “Legitimacy is a political construct that derives from many sources: tradition, divine revelation, charisma, formal-legal rules. In modern international relations, I argue, legitimacy is rooted in a social contract in which the dominant state provides a political order to the collection of individuals who compose the subordinate state, and those individuals confer rights on the dominant state to restrict their behavior and extract resources necessary to produce that order. More generally, although I do not prove this point, I suggest that relational authority is fundamental or necessary for other forms of authority to exist as well.”

defende que a produção de resultados colectivamente desejáveis para todos os Estados do sistema internacional depende da presença de um actor único e fortemente dominante. Pelo contrário, a ausência deste cria uma desordem no sistema mundial e conduz a resultados indesejáveis para os Estados individuais (SNIDAL, 1985). É nestes pressupostos que se centram as críticas.

Snidal (1985) critica a teoria por ser limitada a condições especiais na sua aplicação. De acordo com este autor, os bens públicos, tais como uma ordem económica benéfica ou uma segurança internacional, reclamados pelos defensores da teoria, só serão possíveis de se alcançar se houver a distribuição equitativa de poder. Pelo contrário, isto é, na condição de distribuição desigual de poder, nem todos os Estados serão beneficiados, e os Estados subordinados serão submetidos à uma liderança coerciva. Entende-se que a potência hegemónica tira mais benefícios do que os Estados dominados. Além disso, e ainda no pensamento crítico de Snidal (1985), nem sempre a potência hegemónica contribui para a estabilidade das relações entre os Estados no sistema internacional. Ela pode também jogar um papel desestabilizador. Adicionalmente, os Estados hegemónicos operam puramente como exploradores dos Estados fracos.

A seguir, Guzzini (1998, p. 148, tradução nossa<sup>9</sup>) diz que “tornar um sistema dependente dos caprichos e vontades de um único país pode ajudar o sistema a ser criado, mas não necessariamente aumentar as suas perspectivas de estabilidade a longo prazo”. Além disso, o problema dos *free-riders* no sistema é relativo. De Guzzini (1998) percebe-se que a presença dos *free-riders* não prejudica necessariamente as vantagens de poder da hegemonia, tal como se defende na teoria de estabilidade hegemónica. Os prejuízos só podem acontecer se os *free-riders* se converterem em poder agregado, adquirindo, portanto, uma capacidade para corroer o poder do Estado dominante.

Afirma-se que, mais do que ser benevolente e altruista na distribuição dos bens colectivos, o objectivo primário de uma potência hegemónica é manter a dominação, impedindo a emergência de potências rivais no sistema internacional. Enquanto, por um lado, apregoam a abertura dos mercados para os seus produtos e o multilateralismo ou o recurso aos regimes internacionais para perpetuar a sua liderança mundial, por outro, rejeitam o internacionalismo

---

<sup>9</sup> “Making a system dependent on the whims and wills of a single country might help the system to be set up, but not necessarily increase its long-term prospects of stability.”

colectivo e institui regras restritivas para proteger o seu mercado interno da entrada massiva de produtos de origem externa. Adicionalmente, uma potência hegemónica procura manter a sua dominação por meio de intervenções militares, seja de forma unilateral, seja usando os organismos internacionais de cooperação em assuntos de defesa e segurança, incluindo coligações de Estados (OZDAĞLIOĞLU, 2009).

Este ponto de vista é realista. Por assim ser, comunga-se com a opinião de Grieco (1988), segundo a qual, o sistema internacional é anárquico, onde a competição e o conflito interestatais se fomentam, inibindo a vontade dos Estados em cooperar, mesmo quando partilham interesses comuns. A partir deste diapasão, afirma-se que apostar nos regimes internacionais como saída para a anarquia sistémica, conforme advogam os defensores da teoria de estabilidade hegemónica da economia política internacional, não é senão simples actualização do realismo porque as instituições ou os regimes internacionais só funcionam quando os interesses do Estado dominante estiverem salvaguardados. É com base nessa linha de pensamento que Guzzini (1998) critica a teoria de estabilidade hegemónica, chegando a rotulá-la de uma actuação insuficiente, expansão ou mesmo a uma repetição do realismo tradicional.

Snidal (1985) diz que nos pressupostos da teoria de estabilidade hegemónica subjaz o entendimento pessimista de que a acção colectiva dos Estados é impossível na ausência da potência dominante. Para este autor, este pensamento deriva da percepção errada das pressuposições da teoria realista que elege o Estado como actor único e racional das relações internacionais, que age no sistema internacional anárquico onde não existe uma autoridade centralizada capaz de garantir o cometimento de outros Estado à cooperação. Pelo contrário, avança Snidal (1985), este pressuposto não se aplica uniformemente a todos assuntos da política internacional. Certas matérias de natureza transnacional requerem, efectivamente, uma acção colectiva que reduz o peso da acção unilateral da potência hegemónica. Segundo este autor:

Na medida em que a acção colectiva é provável, a teoria da estabilidade hegemónica será incorrecta. Esta probabilidade [...] depende vitalmente da distribuição exacta da capacidade e do interesse entre os Estados à medida que o *hegemon* declina. Se os Estados são numerosos e pequenos, então a acção colectiva é improvável e as previsões da teoria serão correctas. Contudo, se os Estados variam em tamanho, então a cooperação entre os maiores dos antigos *free-riders* (e incluindo o poder hegemónico em declínio) pode ser suficiente para preservar o resultado da cooperação. Assim, precisamos de alterar o pressuposto de que a acção colectiva é impossível e incorporá-lo numa especificação mais completa das circunstâncias sob as quais a cooperação

internacional pode ser preservada mesmo quando um poder hegemónico decrece (SNIDAL,1985, p 595, ênfase e tradução nossas<sup>10</sup>).

Faria (2013) critica a teoria de estabilidade hegemónica, argumentando que as suas proposições retêm o pior da economia clássica e o pior da política positivista. Em contrapartida, apresenta quatro níveis de exercício de poder hegemónico, designadamente a estrutura produtiva, a finança, segurança e o conhecimento, assim como três categorias, a saber: forças sociais, formas de Estado e ordens mundiais. Desta forma, interpreta a ordem internacional, como um sistema de hegemonia que define a hierarquia de poder, o lugar e a função de cada um dos seus elementos constitutivos, Estados e forças sociais, em sua composição. Estes elementos determinam a posição de cada Estado na ordem internacional, e a hegemonia no Sistema-Mundo resultam da supremacia em cada uma destas categorias.

O autor acrescenta que a hegemonia é permanentemente desafiada e recorrentemente interrompida pela lógica de competição entre os Estados e suas burguesias nacionais, de forma que a própria internacionalização dos Estados, da produção e das finanças, é parte desse esforço competitivo. Desta feita, o autor encerra a parte metodológica do seu trabalho, e abre um quadro analítico da ordem mundial que se organiza sob forma de hegemonia.

Silva e Gonçalves (2010) são da opinião que a noção de poder hegemónico transmite a ideia de que os interesses de países com plenos direitos internacionais são ameaçados e submetidos aos interesses de uma potência hegemónica. Desta forma, o conceito de hegemonia torna-se injusto, ilegítimo e uma ameaça para a segurança dos Estados mais fracos do ponto de vista de estabilidade internacional.

Assim, percebe-se que a potência hegemónica também pode ser um factor de instabilidade ou desestabilização no sistema internacional ou regional, ameaçando a soberania dos restantes países. Foi exactamente como a África do Sul, enquanto uma potência hegemónica regional, exerceu o seu papel na África Austral entre 1975-1992.

---

<sup>10</sup> “Insofar as collective action is likely, the theory of hegemonic stability will be incorrect. This likelihood, [...] depends vitally on the exact distribution of capability and interest among states as the hegemon declines. If states are numerous and small, then collective action is unlikely and the predictions of the theory will be correct. However, if states vary in size, then cooperation between the largest of the former free riders (and including the declining hegemonic power) may suffice to preserve the cooperative outcome. Thus, we need to amend the assumption that collective action is impossible and incorporate it into a fuller specification of the circumstances under which international cooperation can be preserved even as a hegemonic power declines.”

## 2.4 HEGEMONIA DA ÁFRICA DO SUL NA ÁFRICA AUSTRAL, 1975 – 1992

Afirma-se que a África do Sul, entre 1975 e 1992, detinha um poder hegemónico na África Austral. Com uma extensão territorial de 1.221.037 km<sup>2</sup>, a África do Sul tinha 30.800.000 habitantes em 1980, contra 7.195.000 de Angola; 1.010.000 do Botswana; 1.440.000 do Lesotho, 6.430.000 do Malawi; 8.751.356 de Moçambique; 610.000 da Swazilândia; 20.380.000 da Tanzânia; 6.240.000 da Zâmbia e 7.740.000 do Zimbabwe (GUIA..., 1986). Como o poder dominante, a África do Sul tinha a economia e finanças mais avançadas, e um exército mais pujante que qualquer outro Estado da Região. A tabela que segue mostra os dados macroeconómicos dos países da África Austral.

**Tabela 1 - Indicadores macroeconómicos em milhões de dólares (1986)**

<b>País</b>	<b>PNB</b>	<b>PIB</b>	<b>Impor</b>	<b>Export.</b>	<b>Bal. Comer.</b>	<b>IDE</b>	<b>Divida Ext.</b>	<b>Reservas</b>
<b>África do Sul</b>	78.900	80.300	14.392	18.881	4.489	0.316	21.200	0.440
<b>Angola</b>	6.229	3.640	0.667	1.859	1.192	0.317	0.614	0.308
<b>Botswana</b>	0.513	0.890	0.691	0.431	-0.260	19.100	0.210	0.266
<b>Lesotho</b>	0.612	0.760	0.502	0.051	-0.451	3.864	0.112	47.472
<b>Malawi</b>	1.373	1.320	0.289	0.220	-0.069	0.100	0.690	23.184
<b>Moçambique</b>	1.991	1.765	0.957	0.518	-0.439	-	2.375	1.296
<b>Swazilândia</b>	0.535	0.530	0.576	0.380	-0.196	24.288	0.180	76.177
<b>Tanzânia</b>	4.977	5.150	0.795	0.456	-0.339	-	1.630	4.416
<b>Zâmbia</b>	3.266	3.376	0.538	0.866	0.328	34.196	-	0.220
<b>Zimbabwe</b>	5.237	6.609	1.008	0.955	-0.053	-0.666	2.600	0.039

Fonte: elaborada pelo autor com base em dados da Guia do Terceiro Mundo (1986).

Como se depreende na tabela, África do Sul era, efectivamente, a economias dominante da África Austral. Greens e Thompson (1986) não têm dúvidas que a África do Sul era uma potência hegemónica. Deste modo, argumenta-se que a economia política regional reflectia os objectivos básicos da África do Sul, que eram de manter e/ou ampliar a sua hegemonia económica, política e de segurança. Adicionalmente, África do Sul controlava a economia e o comércio regional através de fornecimento de produtos básicos para o consumo e indústria, para além da expansão do seu investimento em quase todos os Estados limítrofes. O país era o único na região com uma estrutura económica mais integrada, um sistema de transporte moderno,

economia diversificada, uma indústria desenvolvida e com níveis tecnológicos, de conhecimento e inovação avançados.

De acordo com Davies (1991), o padrão das relações comerciais com os restantes países da África Austral era caracterizado por um largo déficit a favor da África do Sul. Afirma-se que era, portanto, interesse da África do Sul manter e expandir o mercado regional para os seus produtos, sobretudo os da indústria transformadora. Nestes termos, o alargamento do livre comércio na região era um objectivo estratégico para garantir a continuidade dos ritmos de crescimento interno. O controlo do sistema de transportes era igualmente crucial para manter a hegemonia económica (GREEN; THOMPSON, 1986).

A hegemonia económica da África do Sul na África Austral é também reconhecida por Maasdorp (1991), para quem África do Sul era um gigante económico com um significativo excedente da balança de pagamentos nas suas transacções com os países da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, e que a sua hegemonia regional podia ser comparada com a do Japão, na Ásia do Leste e Sudeste, da Índia, na Ásia Meridional e do Brasil, na América do Sul.

Para além de uma balança de pagamentos positivos com um excedente de cerca de 1.3 biliões de dólares americanos nas trocas comerciais com os países das regiões, as características dominantes da economia sul-africana incluíam uma extensão territorial enorme, instituições financeiras, mercados de capitais sofisticados, infraestruturas industriais, tecnologia e matérias-primas, sem descurar o facto de ser o centro de acumulação de capital (ZACARIAS, 1991). Joanesburgo era um centro financeiro regional de onde saía grande parte do dinheiro que era investido nos Estados vizinhos (HANLON, 1986). O país possuía uma economia muito maior e mais diversificada do que os seus vizinhos. As suas infra-estruturas modernas, a sua base de recursos naturais, industrialização, e integração na economia mundial eram significativas (ZONDI, 2012).

Na esfera militar, África do Sul tinha forças armadas mais poderosas e mais temidas do continente Africano, que serviam de um instrumento do Estado e do governo para preservação da hegemonia sul-africana na África Austral, ou seja, a “elite militar e de inteligência de Pretória emergiu como força dominante na formulação e execução da política governamental”.

(CAMPELL, 1988, p.43, tradução nossa<sup>11</sup>). A tabela 2 mostra a superioridade militar da África do Sul em termos de efectivo militar comparativamente aos Estados vizinhos.

**Tabela 2 - Efectivos militares dos Estados da África Austral (1984)**

<b>País</b>	<b>Efectivo</b>	<b>Exército</b>	<b>Marinha</b>	<b>Força Aérea</b>
<b>África do Sul</b>	83.400	67.400	6.000	10.000
<b>Angola</b>	43.000	40.000	1.500	1.500
<b>Botswana</b>	3.000	2.850	-	150
<b>Lesotho</b>	500	-	-	-
<b>Malawi</b>	4.450	4.500	100	50
<b>Moçambique</b>	12.650	11.000	650	1.000
<b>Swazilândia</b>	5.000	-	-	-
<b>Tanzânia</b>	40.350	38.000	850	1.000
<b>Zâmbia</b>	14.000	12.500	-	1500
<b>Zimbabwe</b>	41.000	40.000	-	1.300

Fonte: elaborada pelo autor com base em dados da Guia do Terceiro Mundo (1986).

A tabela ilustra que o efectivo militar era duas vezes superior que o de Angola, Tanzânia e Zimbabwe; seis vezes que o da Zâmbia; sete que de Moçambique; dezassete que a Swazilândia; dezanove que Malawi; e vinte e oito vezes mais que o efectivo militar do Botswana. O Lesotho tinha um efectivo cento e sessenta e sete vezes inferior que o da África do Sul. Em termos práticos, as Forças de Defesa Sul-Africanas poderiam colocar mais soldados em campo do que Angola, Botswana, Moçambique, Zâmbia, e Zimbabwe juntos (CAMPELL, 1988).

O Exército [era] o maior serviço da África do Sul. [...] a força total do serviço activo era de aproximadamente 7.000 regulares e 22.500 recrutadas. A força permanente estava organizada em três brigadas: tanque, infantaria e artilharia. Com a mobilização total da força de 60.000 homens, o Exército seria constituído por mais de 50 unidades principais incluindo pelo menos 40 batalhões de infantaria; alguns dos quais [eram] designados como Relógios Móveis equipados com tanques, lança-foguetes, e armas anti-tanque. Outras unidades designadas como Forças de Combate Conjuntas, [constituíam] uma força de ataque de elite que se [dizia] ter a capacidade de fornecer uma força de intervenção de 500 homens completamente equipada para o transporte aéreo para qualquer ponto do país dentro de 90 minutos (SCHIEBE, 1976, p.38, tradução nossa<sup>12</sup>).

<sup>11</sup> “Pretoria's military and intelligence elite have emerged as the dominant force in the formulation and execution of government policy.”

<sup>12</sup> “The Army is South Africa's largest service. At the end of 1974, total strength of active duty was approximately 7,000 regulars and 22,500 draftees. The standing force was organized into three brigades: tank, infantry and artillery. With the full mobilization of the 60,000-man citizen force, the Army would consist of over 50 major

Além de ter um efectivo superior que os restantes Estados vizinhos, Pretória também tinha o domínio do poder de fogo.

O Exército sul-Africano tinha meios e equipamento que incluíam tanques Sherman, Centurion e Comet; carros blindados e porta-aviões blindados, armas anti-aéreas de 40MM, morteiros de 60MM e 81MM, lança-foguetes de 3,5 polegadas, howitzers de 105MM e 155MM, e mísseis terra-ar Cactus (crotale). Um esquadrão aéreo tripulado por pilotos do Exército e equipado com aviões Cessna 185A/D e A185E de observação ligeira, que fornecia apoio no reconhecimento aéreo ou de infantaria e a unidades de artilharia do Exército. Na mesma ordem, a Força Aérea estava equipada com sistemas de armas tácticas de primeira linha, incluindo jactos Mirage III franceses, mísseis ar-ar e ar-superfície. A Marinha contava com três Submarinos (Daphne), dois Destroyers com Helicópteros Wasp ASW, 6 Frigadas Anti-Submarinas (três com Helicópteros Wasp), um Escort Minesweeper, dez Coastal Minesweepers, cinco Seaward Defense Boats e uma Cisterna de reabastecimento da frota (SCHIEBER, 1976). Nenhum outro Estado da Região tinha capacidades militares similares.

A combinação do poder económico e a supremacia militar permitia África do Sul defender os seus interesses na Região (BARBER, 1986). Ademais, o poder económico da África do Sul reforçava a hegemonia militar ou de segurança porque lhe permitia desbloquear quaisquer obstáculos aos seus objectivos estratégicos regionais. Além disso, a pujança económica era crucial para manter a dominação política. Incentivos económicos e/ou sabotagens eram utilizados para impedir os Estados independentes da Região de seguir a libertação económica e a pressão internacional contra o sistema do Apartheid. O poder económico era igualmente utilizado como uma arma para influenciar outros programas políticos, que incluíam pressões económicas e ataques terroristas contra todos os Estados vizinhos que apoiavam a luta de libertação da África do Sul e/ou aqueles que mobilizavam pressões internacionais sobre o regime do Apartheid (GREEN; THOMPSON, 1986).

---

units including at least 40 infantry battalions; some of which are designated as Mobile Watches equipped with tanks, rocket launchers, and anti-tank weapons. Other units designated as Joint Combat Forces, make up an elite strike force claimed to have the capability of providing a 500-man taskforce completely equipped for airlifting to any spot in the country within 90 minutes.”

Desta forma, África do Sul da era do Apartheid tentava afirmar um papel de liderança dominante na África Austral através do seu poder económico como instrumento tanto de persuasão, no caso específico das suas relações com o Malawi, quanto de coerção, tomando o exemplo de Moçambique (ADELPHI SERIES, 2016). Clark (2016) afirma que África do Sul era a potência regional eminente na África Subsaariana em 1990 e acrescenta:

Durante os anos negros do apartheid, a África do Sul tinha construído uma formidável máquina militar ancorada pela Armaments Corporation of South Africa, criada em 1968. Esta empresa estatal produziu uma vasta gama de equipamento militar que incluía veículos blindados, tanques, artilharia autopropulsionada, e uma variedade de aviões e helicópteros de asa fixa. Estas armas foram produzidas em quantidade considerável e utilizadas pelas forças armadas da África do Sul, que adquiriram grande experiência operacional no combate aos inimigos do apartheid no estrangeiro, especialmente o Movimento Popular para a Libertação de Angola. De facto, Angola teria certamente sido invadido pelas forças de defesa sul-africanas em 1975 ou em anos seguintes não tivesse sido para o destacamento maciço de tropas cubanas e Armas e conselheiros soviéticos para aquele país. Os números totais no das Forças de Defesa da Africanas contaram apenas com cerca de 80.000 durante a década de 1980, mas eram os mais capazes da África Subsaariana. A África do Sul até desenvolveu armas químicas, biológicas e atómicas na década de 1970 (CLARK, 2016, p. 31).

Percebe-se desta asserção de Clark (2016) que, África do Sul tinha uma supremacia militar, para além do seu poderio económico. Da Silva (2013) diz que a demonstração, por Pretória, de supremacia militar e económica visava impor na região um conjunto de regras de conduta interestadual que fosse compatível com os seus três objectivos fundamentais, designadamente a prevenção de um ataque convencional por parte de um Estado ou uma coligação de Estados vizinhos; a interdição do território dos países da África Austral ao Congresso Nacional Africano; e, a neutralidade dos Estados vizinhos na campanha internacional de pressão económica e diplomática contra o regime do Apartheid.

Acrescente-se que outros objectivos incluíam o fomento de cooperação económica através da remoção das restrições ao fluxo de bens e serviços entre os Estados, bem como a harmonização das políticas económicas e fiscais. A finalidade seria a criação de uma constelação de Estados, ou seja, uma larga zona de integração económica, que gravitaria em torno da África do Sul (PLAUT; UNTERHALTER; WARD, 1981), em que “os Estados vizinhos da África do Sul ficariam presos a uma relação de dependência com Pretória e agiriam essencialmente como economias satélites” (ADELPHI SERIES, 2016, p.11).

Além de possibilitar a sobrevivência do sistema do Apartheid através do afastamento dos movimentos de luta anti-apartheid para longe das fronteiras nacionais, a vasta zona de integração económica iria aumentar a dependência económica dos países vizinhos, torna-os assim politicamente mais leais à África do Sul (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1998). O *establishment* político sul-africano acreditava e declarava abertamente que a África do Sul era uma potência regional. Como tal, nenhum problema na África Austral poderia ser resolvido sem se ter em conta os seus interesses legítimos na região. Recusava-se a aceitar qualquer pressão proveniente das superpotências – Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – para a mudança de suas políticas, justificando a posição com o facto de possuir vantagens geográficas e muitas capacidades que lhe conferiam o direito de intervir nos Estados vizinhos para prevenir instabilidade política. O próprio desenvolvimento da região dependia da vontade política da África do Sul. Pretória reivindicava, inclusive, o direito de as suas tropas manterem presença nos países vizinhos. O objectivo primordial da África do Sul era manter a dominação do regime do Apartheid ao nível nacional e a hegemonia ao nível regional (HANLON, 1986).

O que a África do Sul realmente gostaria é de vizinhos simpáticos e não socialistas que aceitassem o apartheid, apoiassem a África do Sul nos fóruns mundiais, e continuassem economicamente dependentes dela. Uma vez que isto é impossível, o principal objectivo do governo sul-africano é ter hegemonia económica, militar, e política regional. Se não conseguir obter o seu domínio por qualquer outro meio, a África do Sul adopta o objectivo alternativo de causar instabilidade e caos em estados marxistas insensíveis (HANLON, 1986, p.58, tradução nossa<sup>13</sup>).

A hegemonia centralizada da África do Sul tornava-a uma “alavanca para controlar a economia regional de forma quase imperial” (VALE; THAKUR, 2015, p.1021). Na área económica, a África do Sul pretendia continuar e expandir as exportações para os países vizinhos, intenção que envolveria incentivos e várias formas de manipulação e pressão. Queria, igualmente, manter a dependência dos Estados vizinhos em relação ao sistema de transportes sul-africano, o que implicava a sabotagem do sistema de transportes dos Estados membros da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral. Além disso, eram intuitos

<sup>13</sup> “What South Africa would really like is sympathetic, non-socialist neighbours who would accept apartheid, support South Africa in world forums, and remain economically dependent on it. Since this is impossible, the main goal of the South African government is to have regional economic, military, and political hegemony. If it cannot gain its dominance by any other means, South Africa adopts the alternative objective of causing instability and chaos in unsympathetic, Marxist states.”

de Pretória permanecer como ponto focal económico da região, encorajar as corporações transnacionais a se estabelecerem na África do Sul e, a partir daí, expandirem-se para a região, como forma de desincentivar o socialismo; garantir o abastecimento de água e electricidade; apoiar grandes projectos nos países vizinhos para mantê-los dependentes e abrir novas áreas para turistas sul-africanos, facto que facilitaria a infiltração de agentes de segurança nos Estados limítrofes.

Na arena política, a África do Sul pretendia dismantelar as bases do Congresso Nacional Africano estabelecidas nos Estados vizinhos, forçando o seu reconhecimento como uma potência regional. Para o efeito, embrenhou na assinatura de acordos de não agressão com países como Angola, Lesotho, Moçambique e eSwathini (Swazilândia). Pretória procurava também alargar as suas relações políticas com todos os países vizinhos para reduzir o seu isolamento diplomático internacional e aliviar as sanções impostas pela Organização das Nações Unidas. Para conseguir alcançar este objectivo, optou por abertura de missões comerciais, mesmo em países da região com que mantinha relações políticas hostis, como Moçambique. Por último, a África do Sul tinha vontade de colocar as suas forças militares nos Estados vizinhos, pelo que frequentemente sugeria o envolvimento das Forças de Defesa da África do Sul em missões de assistência humanitária em países eventualmente assolados por calamidades naturais e/ou pela guerra, no caso de Moçambique (HANLON, 1986).

Contudo, repare-se que África do Sul não foi uma potência hegemónica benevolente para a maioria dos Estados vizinhos da região Austral de África. Ao invés de ser uma potência estabilizadora, Pretória usou o seu poder dominante para desestabilizar toda a região. Todos os Estados da África Austral foram directa ou indirectamente atacados pela África do Sul, exceptuando o Malawi e a Tanzânia. De acordo com Hanlon (1986), África do Sul invadiu oito Estados maioritários da região, nomeadamente Lesotho, Botswana, Moçambique Angola, Swazilândia, Zimbabwe e Zâmbia. Além disso, perpetrou vários atentados contra as figuras políticas e apoiou grupos dissidentes, particularmente em Moçambique e Angola, onde as consequências foram de tamanha destruição. De igual modo, Pretória perturbou o normal abastecimento de combustível de seis países (Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique e Zimbabwe) e atacou vias férreas que asseguravam as vias normais de importação e exportação de sete Estados (Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Zâmbia, Zimbabwe).

Mais de 100.000 pessoas foram mortas em Moçambique pela guerra financiada pela África e por consequente fome, que, segundo Hanlon (1986, p.1), “foi utilizada como arma de guerra”.

Saunders-Nagar (2013) afirma que África do Sul tinha embarcado numa política de desestabilização dos seus vizinhos, para os impedir de se organizarem contra ela e impedir a entrada da guerrilha do Congresso Nacional Africano no seu território, entre outras motivações<sup>14</sup>. Mais do que distribuir bens públicos com a promoção de desenvolvimento e segurança, África do Sul actuou como uma potência regional relutante, ambivalente (CLARK, 2016) e, sobretudo, desestabilizadora, em defesa dos seus próprios interesses em detrimento dos interesses dos restantes Estados da região. Até 1986, os custos das acções de desestabilização sul-africana nos países vizinhos eram estimados em 10 biliões de dólares americanos (HANLON, 1986), distribuídos da forma como se ilustra no quadro 2 que se segue:

**Quadro 2 - Custos da desestabilização sul-africana nos Estados vizinhos (1986)**

<b>Tipo de prejuízo</b>	<b>Valor estimado em biliões de USD</b>
Danos directos da guerra	1,6
Custos de transporte e energia mais elevados devido a perturbações	1,8
Perdas de produção, exportações, e outras receitas	1,8
Desenvolvimento económico perdido e diferido	2,0
Despesas militares adicionais directas	3,0
<b>Total de custos estimados</b>	<b>10,2</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados obtidos de Hanlon (1986).

Lê-se no quadro que, devido às investidas militares sul-africanas, os Estados vizinhos tiveram que aumentar as suas despesas militares, num valor estimado em 3 mil milhões de dólares norte-americanos, para além de arcar com custos resultantes de outros prejuízos, com destaque para o desenvolvimento económico perdido e diferido por causa da destruição de infraestruturas económicas e sociais diversas.

Por isso, o paradigma da Economia Política Internacional é fundamental para explicar as motivações que ditaram a manutenção das relações económicas Moçambique - África do Sul, no meio de divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares, entre 1975 - 1992.

<sup>14</sup> Outras motivações foram detalhadamente trazidas ao longo do desenvolvimento deste subcapítulo.

As perspectivas teóricas de estabilidade hegemónica e do sistema-mundo capitalista são particularmente importantes na compreensão das relações políticas e económicas entre Moçambique e África do Sul dentro do horizonte temporal delimitado para esta tese.

Refira-se que sistema-mundo capitalista não apenas reflecte a interpretação que alguns teóricos do Sul Global fazem das relações internacionais e da economia política internacional, como também é aplicável como suporte para estudos ou análises de assuntos relacionados à abordagem Norte-Sul e aos efeitos da globalização sobre os países menos avançados. Em contextos regionais, facilita a leitura da dinâmica das relações entre as potências económicas regionais e os Estados que as circundam, como é o caso da África do Sul na sua relação com os países vizinhos na África Austral.

Com Moçambique, África do Sul desenvolveu a sua relação na base da combinação de elementos militares, económicos e diplomáticos. África do Sul não só tinha vantagem militar, vantagem produtiva e domínio comercial, mas também capacidade para controlar os investimentos, sistemas de transportes e manipular as taxas de câmbio, com vista a manter Maputo na posição de um Estado dependente envolto na sua órbita de poder. É neste aspecto que emerge a teoria de estabilidade hegemónica.

A teoria de estabilidade hegemónica ajuda a perceber que África do Sul, como uma potência hegemónica, foi um factor de instabilidade ou desestabilização no sistema regional, ameaçando a soberania dos países vizinhos, sendo Moçambique e Angola, os mais afectados.

África do Sul passou não apenas a invadir o território moçambicano, mas também a dar apoio à Resistência Nacional Moçambicana, facto que resultou na deterioração das relações políticas entre os dois países, com grandes impactos negativos sobre Moçambique do ponto de vista económico e social.

A economia moçambicana estava, em grande medida, ligada ao sector de transportes e ao fornecimento de mão-de-obra à indústria mineira sul-africana. A política de desestabilização de Pretória visou principalmente estes sectores, através da sabotagem às principais linhas de transportes e comunicação.

As principais linhas férreas de Moçambique, designadamente, Nacala, Beira e Limpopo, foram sabotadas, contribuindo para o agravamento dos problemas económicos no país. A crise agravou-se entre 1980 e 1984, como reflexo interno da combinação da crise financeira

internacional, calamidades naturais (secas e cheias) e esforços dispendidos na guerra movida directa e indirectamente pela África do Sul (GUIA..., 1986).

O rasto de destruições resultantes de relações hostis com África do Sul, estendeu-se para as infra-estruturas sociais, como escolas, hospitais e património público diverso. Para além de se posicionar na periferia, com uma estrutura económica dependente, Moçambique tinha limitação em termos de capacidades militares para enfrentar África do Sul.

Assim, conclui-se que, na ordem política regional da África Austral, África do Sul utilizava o poder hegemónico para se impor como um centro, e os restantes países, Moçambique incluso, posicionavam-se na periferia. Na sua interacção com Moçambique África do Sul exercia uma pressão económica e política com vista a manter Moçambique numa posição de subserviência e de dependência e como fonte de mão-de-obra barata para as empresas mineiras e agrícolas sul-africanas. Para o efeito, África do Sul recorria a acções militares directas e indirectas, incluindo sabotagens e chantagens económicas. Moçambique, por si, não conseguiria reduzir a sua dependência e vulnerabilidade em relação à África do Sul.

Em reconhecimento desta fragilidade, Moçambique alinou-se a outros Estados independentes da região, criando a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, com o objectivo último de reduzir a dependência económica ou a sua vulnerabilidade perante África do Sul, através de esforços cooperativos em troca de bens e serviços. Estabeleceu-se, desta forma, relações bilaterais hostís, onde os objectivos políticos se misturavam com interesses económicos, tanto do lado de Moçambique quanto da parte Sul-Africana, evidenciando a dificuldade de separar os assuntos políticos dos económicos, num contexto internacional bipolar e numa ordem regional caracterizada por balanço de poder.

### **3 CONTEXTO INTERNACIONAL E REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL, 1975 – 1992**

No presente capítulo, descreve-se o contexto internacional e regional em que se desenvolveram as relações económicas entre Moçambique e África, no período 1975-1992. Repara-se, de forma crítica, as políticas externas dos Estados Unidos da América, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da própria África do Sul, para a Região Austral, de África e penetra-se reflexivamente na estrutura política regional em que, por um lado, se coloca África do Sul como uma potência hegemónica regional e, por outro lado, se posicionam os Estados vizinhos, entre os quais Moçambique.

#### **3.1 GUERRA- FRIA: ESTADOS UNIDOS E A UNIÃO SOVIÉTICA DA ARENA GLOBAL**

As relações políticas e económicas entre Moçambique e África do Sul desenvolveram-se numa época a que Hobsbawm (1994) chamou de “A Era dos Extremos”, caracterizada por uma situação internacional dominada por uma confrontação ideológica entre duas superpotências saídas vitoriosas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945): os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Refere-se ao período da Guerra-Fria.

Neste período, a paz afigurava-se uma impossibilidade e a guerra vislumbrava-se improvável. A Guerra Fria foi de tal forma particular que “apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças [...] que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência” (HOBBSAWM, 1994, p. 179).

No limiar do deflagrar da Guerra Fria, Estados Unidos definiram a sua política em termos realistas. Todas as suas acções foram motivadas pela necessidade de aumento de poder para defender o seu interesse nacional na Europa, na Ásia, em África e na América Latina.

Para os estrategistas militares americanos, a segurança real exigia dos Estados Unidos uma defesa além-fronteira. Era necessário estabelecer uma rede global integrada de bases aéreas e navais controladas pelos Estados Unidos e negociar direitos mais alargados de trânsito aéreo militar. Estas capacidades projectariam facilmente o poder americano e facilitariam a contenção

de potenciais inimigos ainda longe de ganhar o poder aéreo para atacar o território americano. As necessidades em termos de bases militares incluíam Canadá, Myanmar, Ilhas Fiji, a Nova Zelândia, Cuba, Groenlândia, Equador, Marrocos, Senegal, Islândia, Libéria, Panamá, Peru e Açores (MACMAHON, 2003). Os Estados Unidos iriam dominar assim o hemisfério ocidental e desempenhariam um papel central nos territórios derrotados e ocupados por Alemanha, Áustria e Japão. De facto, o poder económico dos Estados Unidos dava-lhes vantagens e capacidades para alcançar esse objectivo. Contudo, havia um obstáculo: a União Soviética.

A União Soviética já tinha conseguido desenvolver uma indústria pesada que ameaçava o Ocidente. A sua política externa visava tornar-se num poder dominante na sociedade internacional, tendo como finalidade reduzir a força e a influência colectiva e individual das potências capitalistas. Para o efeito, a estratégia de Kremlin consistia em unir esforços com os países amigos (pró-soviéticos) com vista a aprofundar e explorar as diferenças e conflitos entre as potências capitalistas, o que poderia instigar guerras entre elas, abrindo espaço para a expansão de revoltas revolucionárias em países capitalistas. Outra opção táctica da União Soviética era de utilizar ao máximo os elementos da democracia progressista, de modo a tornar os governos capitalistas ao longo da linha de divisão Leste-Oeste mais empáticos aos interesses soviéticos (KENNAN, 1946).

Por isso, a política externa de contenção dos Estados Unidos tinha por objectivo travar a expansão do comunismo e alargar a esfera de influência da União Soviética na Europa, Ásia, América Latina e em África. O poder soviético e a ideologia comunista deveriam ser mantidos nas áreas que as Forças Soviéticas haviam ocupado ao final da Segunda Guerra Mundial (KENNAN, 1946; LEFFLER, 1994). Desta forma, nasceu formalmente a confrontação ideológica, política e militar entre os Estados Unidos e a União Soviética, iniciando um longo ciclo de política internacional dominada pelas políticas externas das duas superpotências.

A competição e o conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética atingiram todos os continentes, tendo como fulcros as crises da Península Coreana, do Irão, da Guatemala, Indochina, do Taiwan, Suez, Líbano, da Indonésia, de Cuba e do Congo Belga, (MACMAHON, 2003). A Guerra Fria globalizou-se.

A globalização da Guerra-Fria afectou profundamente não apenas às instituições políticas, económicas e militares, incluindo os povos das duas superpotências (os Estados Unidos

e a União Soviética). A Guerra – fria moldou também a política externa e doméstica de muitos outros Estados ao nível global (PAINTER; LEFFLER, 1994). A distribuição do poder, a configuração das forças sociais, as relações económicas internacionais e as predisposições ideológicas eram influenciadas por percepções de interesses de segurança nacional das duas superpotências.

A Guerra Fria transitou de simples confrontação ideológica e sistémica entre os Estados Unidos da América e a União Soviética para uma interacção entre a geopolítica e a percepção de ameaças, tecnologia e estratégia, ideologia e reconstrução social, reformas económicas nacionais e padrões do comércio internacional e entre a descolonização e a libertação nacional. O ímpeto das transformações deste tipo sentiu-se mais nos países da África, América Latina e Ásia.

Muitos países da Ásia e África tornaram-se independentes a partir da segunda metade da década de 1940, como resultado do processo de descolonização. Em África, a onda de descolonização começou a fazer-se sentir na década de 1960. Os países da África, excepto a África do Sul, e da Ásia, com a excepção do Japão e de Israel (STAVRIANOS, 1981), juntaram-se aos da América do Sul. Este grupo de países tinha muitas características comuns. Todos apresentavam baixos indicadores de desenvolvimento económico e social e as suas economias baseavam-se na produção e exportação de matérias-primas. A sua participação no comércio internacional era diminuta, senão insignificante. O denominador comum era a pobreza extrema. Por conseguinte, passaram a chamar-se países em desenvolvimento ou do Terceiro Mundo.

No jogo da Guerra Fria, os países em desenvolvimento transformaram-se num campo de disputa entre a União Soviética e os Estados Unidos da América. De acordo com MacMahon (2003, p.56, tradução nossa) os “Americanos e os Soviéticos identificavam, cada um, interesses estratégicos, económicos e psicológicos cruciais nas áreas da Ásia, Médio Oriente e o Este, América Latina e África e visavam ganhar bases de recursos, alianças e influência”. Swift (2004) afirma que os países em desenvolvimento poderiam ter matérias-primas e áreas que servissem de bases estratégicas. Por isso, a estratégia de cada uma das superpotências era ganhar aliados e amigos no mundo em desenvolvimento.

Para os Estados Unidos, os recursos e o mercado do mundo em desenvolvimento eram importantes para o funcionamento da economia mundial capitalista e recuperação económica da Europa Ocidental, assim como para a satisfação das suas próprias necessidades comerciais e

militares. Enquanto isso, a União Soviética via alguns países em desenvolvimento como amigos e aliados em quem poderia confiar na sua luta de fragilização do Ocidente (MACMAHON, 2003). Por sua vez, os países em desenvolvimento convergiam em torno de busca de reconhecimento de suas lutas e independência, ajuda pública ao desenvolvimento e aquisição de armamento destinado à luta contra Estados vizinhos e/ou rebeliões internas (KALINOVSKY; RADCHENKO, 2011). Porém, os países em desenvolvimento, vendo-se envolvidos na confrontação Leste-Oeste, apressaram-se em criar o Movimento dos Não-Alinhados<sup>15</sup>. Por isso, Swift (2004, p.70) chama ao Movimento dos Não-Alinhados de “filho da Guerra Fria” e Luthi (2016, p.98) designa-o por “produto da Guerra-Fria”.

A corrida aos armamentos, o imperialismo, a colonização, o racismo, o Apartheid e o Sionismo eram as principais preocupações do Movimento dos Não-Alinhados. Neste espírito, os principais objectivos dos Não-Alinhados consistiam em troca de visões sobre a situação internacional; tomar medidas com vista a fortalecer a paz internacional nas esferas de descolonização, Apartheid, desarmamento, testes nucleares; defender o desenvolvimento igual e equitativo no mundo (STRYDOM, 2007).

As condições de adesão ao Movimento dos Não-Alinhados eram: adoptar uma política independente baseada na coexistência pacífica de Estados com diferentes sistemas políticos e sociais; apoiar consistentemente os movimentos para a independência nacional (movimentos de libertação nacional); não ser membro de uma aliança militar multilateral firmado no contexto dos conflitos das grandes potências (THE ORIGIN..., 2007).

Repare-se, porém, que é controverso admitir o termo “não-alinhamento”, a medida que os Estados membros do movimento sempre se inclinaram ou para o Ocidente ou para Leste, em função dos seus interesses políticos e económicos. Esta era uma vulnerabilidade do Movimento e foi facilitada pelo facto de os Estados membros não terem aprovado uma política comum para as

---

<sup>15</sup> O não-alinhamento foi uma iniciativa do Terceiro Mundo para a coexistência pacífica, descolonização e cooperação regional. A ideia de criação do Movimento dos Não-Alinhados surgiu na Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955. A Conferência de Bandung reuniu vinte e quatro países, africanos e asiáticos. No comunicado final da Conferência, os países participantes anunciaram ter decidido fortalecer a sua cooperação económica, política e cultural. Porém, o Movimento dos Não - Alinhados veio a acontecer na Conferência de Belgrado em 1961. Na conferência de Belgrado os Estados membros do Movimento dos Não-Alinhados defenderam a necessidades de as relações internacionais se guiarem pelo direito à autodeterminação nacional para todos os povos; igualdade democrática entre os Estados; direitos humanos, justiça social e anti-racismo; livre escolha de sistemas políticos sociais dentro dos países; resolução pacífica de conflitos (THE ORIGIN..., 2007).

questões internacionais. Em adição, a razão de existência do Movimento dos Não-Alinhados começou a perder a virulência no sistema internacional quando os Estados Unidos e a União Soviética abraçaram a *détente*<sup>16</sup> no seu relacionamento bilateral.

A *détente* consistia numa crescente normalização das relações entre a União Soviética e os Estados Unidos, em parte como resultado de uma relativa paridade estratégica nuclear. A *détente* justificava-se pelo imperativo de dissipar os confrontos e reduzir a tensão entre duas superpotências que reconheciam a destruição mútua assegurada. Era, portanto, um processo de administrar relações hostis entre os Estados Unidos e a União Soviética com vista a salvaguardar a paz no mundo, poupando a humanidade de uma guerra nuclear sem precedentes na sua história (SOUSA, 2005).

Ao proceder desta forma, as duas superpotências foram atenuando as suas atitudes de desconfiança recíproca e hostilidades, com vista a abrir caminho à aceitação de normas comuns e tacitamente acordar uma coexistência pacífica. Durante a *détente*, a propaganda reciprocamente hostil diminuiu, os incidentes diplomáticos conheceram uma relativa limitação, as possibilidades de uma melhor convivência aumentaram, assim como instaurou-se um clima de relações políticas mais intensas (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Para além disso, as duas superpotências acordaram em limitar as armas estratégicas.

A política internacional experimentou a *détente* de 1967 a 1979. Contudo, foi exactamente neste período que a Guerra Fria se “ferveu” em África. Com dezassete Estados a conseguir independência apenas em 1960, África já era composta por cinquenta e três Estados em 1990. Alguns processos de libertação foram marcados por lutas armadas. Tais são os casos da Argélia, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Zimbabwe e Namíbia. Perante esta onda de descolonização, os Estados Unidos e a União Soviética esforçaram-se em influenciar ou atrair os

---

<sup>16</sup> A *détente* emergiu quando a sucessão de crises nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, principalmente a crise dos mísseis em Cuba em 1962, associada à corrida desenfreada aos armamentos, colocou o mundo à boca de uma guerra apolítica termonuclear. Entre 1958 e 1962, os Estados intervieram militarmente na Indonésia, no Iraque, no Líbano e estiveram envolvidos de forma perigosa com a China e a União Soviética, por conta do controlo de Taiwan e Berlin, respectivamente. Por outro lado, os Soviéticos enviaram técnicos e equipamento militares ao Congo Belga para apoiar o líder nacionalista Patrice Lumumba em 1960. Em reacção, os Estados Unidos apoiaram os contras de Lumumba através de acções encobertas, tendo culminado com o assassinato de Patrice e ascensão de Mobuto Sesseko, figura considerada favorável aos interesses norte-americanos (MACMAHON, 2003). Todavia, os líderes soviéticos e norte-americanos cedo reconheceram mutuamente que estavam a caminhar para uma política de confrontação sem precedentes, cujas consequências seriam devastadoras para ambos.

Estados recém-formados para as suas esferas de influência. Este exercício, em alguns casos como Angola e Moçambique, resultaram em guerras internas prolongadas e muito devastadoras.

Em Angola, a União Soviética, aliada a Cuba, posicionou-se ao lado do Movimento Popular para a Libertação de Angola, conseguindo impô-lo no Governo, de carácter marxista-leninista. Os Estados Unidos, em coordenação com Israel, Zaire (actual República Democrática do Congo) e África do Sul apoiaram a União Nacional para a Independência Total de Angola, antigo movimento de libertação que se rebelou contra o Governo de Angola, imediatamente depois da declaração da independência. Caso similar aconteceu em Moçambique.

Moçambique tornou-se independente em 1975, e em 1977, a Frente de Libertação de Moçambique, único movimento que conduziu a luta de libertação até à independência, transformou-se em Partido político e instituiu o socialismo marxista-leninista como sistema de Governação. O governo de Moçambique contou com o apoio da União Soviética, da China e outros regimes progressistas da Europa, da Ásia e da América Latina.

Os Estados Unidos, por sua vez, prontificaram-se, no primeiro momento, a apoiar o Movimento Nacional de Resistência criado na Rodésia para combater o Governo instituído em Moçambique. O objectivo dos Estados Unidos era conter o avanço do comunismo em África, no geral, e na África Austral, em particular. Contudo, o posicionamento dos Estados Unidos foi sendo mais favorável ao Governo de Moçambique no decurso dos acontecimentos, em função da mudança nas abordagens da sua política externa e da conjuntura política internacional, que se reflectiam no contexto regional onde evoluíram as relações políticas e económicas entre Moçambique e África do Sul.

O melhor entendimento do contexto regional em que se desenvolveram as relações políticas e económicas entre Moçambique e África do Sul remete à análise da importância estratégica da África Austral no plano geopolítico e geoeconómico mundial. A África Austral representava a parte mais importante do continente Africano. Chanaiwa (2010, p.296-297) não tem dúvidas que “se existe uma parte de África em relação a qual o mundo ocidental estaria disposto a entrar em guerra para reservar o acesso aos seus recursos, tratar-se-ia notoriamente da África Austral e da República Democrática do Congo”. Concorda-se com a opinião de Chanaiwa. Contudo, a África Austral não foi, pelo menos até ao fim da Guerra-Fria, palco de uma confrontação directa entre as grandes potências.

A região detinha, e detém, minerais vitais para o desenvolvimento industrial ocidental. Dentre as importantes reservas minerais da região, destaca-se o amianto, a prata, o ouro, o carvão, o crómio, o cobre, os diamantes, o ferro e grafite. Na região também ocorrem importantes reservas de lítio, magnésio, mica, manganês, níquel, fosfatos, chumbo, platina, urânio e zinco. A estes recursos, juntam-se outros de importância estratégica, como o petróleo e gás natural. Do ponto de vista geopolítico e geoestratégico, a África Austral é uma rota importante para o comércio global, porque facilita o tráfego marítimo entre a Ásia, Europa e Américas, especialmente o transporte de petróleo do Golfo Pérsico (CHANAIWA, 2010). Estes factores adicionados à questão racial que se evidenciou, a partir de 1948, com a institucionalização do Apartheid na África do Sul, e o processo de descolonização em África facilitam a percepção da dinâmica das relações internacionais na região, entre 1975 e 1992.

Deste modo, compreender o contexto regional no qual emergiram e se desenvolveram as relações políticas e económicas entre Moçambique e África do Sul no período 1975 -1992, exige analisar as políticas externas dos Estados Unidos, da União Soviética e da própria África do Sul, para a região Austral de África, assim como reflectir sobre a estrutura política regional em que, por um lado, se coloca a África do Sul como uma potência hegemónica regional e, por outro lado, se posicionam os Estados vizinhos com políticas externas ambíguas, contraditórias e insufláveis para o Estado dominante, a África do Sul, mas com vontade política de agir como um bloco e se libertar da dependência económica em relação à África do Sul.

### 3.2 POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA A ÁFRICA AUSTRAL, 1975-1992

A política externa dos Estados Unidos na África Austral pode ser caracterizada por três dimensões de acções: relutância ou engajamento em relação a África do Sul; apoio directo à União Nacional para a Independência Total de Angola e a Frente Nacional de Libertação de Angola contra o Governo Angolano formado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola; mediação e facilitação de conflitos no Zimbabwe, em Moçambique e na Namíbia.

Até ao ano 1975, os Estados Unidos nutriam pouco interesse e não tinham nenhuma experiência profunda de envolvimento directo nos assuntos africanos, especialmente na África

Austral. Nem mesmo a instabilidade política dentro de muitos Estados Africanos, as clivagens étnicas assentes em rivalidades tribais, os problemas de desenvolvimento económico e as lutas de libertação contra os domínios brancos no continente atraíram a atenção dos Estados Unidos antes de 1975 (JASTER, 1985). A política externa dos Estados Unidos orientava-se pelo realismo ou pragmatismo conservador. Assim, todos os assuntos de política externa subordinavam-se à preservação da liderança mundial contra as ambições idênticas da União Soviética. Relativamente à África Austral, a liderança dos Estados Unidos era favorável à permanência dos regimes brancos em Moçambique, Angola, África do Sul e na Rodésia (Zimbabwe) (MINTER, 1986) e advogavam mudanças lideradas pelos regimes brancos.

O fundamento desta política era o crescente anti-comunismo e os interesses económicos que os Estados Unidos tinham na África Austral. Os Estados Unidos começaram a se interessar pelo continente e pela região quando a União Soviética e a Cuba intensificaram a sua presença. Para os americanos, a presença destes países poderia agravar a instabilidade em África, e alteraria as relações de equilíbrio de poder estabelecidas entre os Estados Unidos e a União Soviética (JASTER, 1985). Os interesses norte-americanos na África Austral eram expressos no Memorando 39 do Estudo de Segurança Nacional<sup>17</sup>. O documento realçava os interesses políticos, económicos, de defesa e científicos, e traçava a posição que os Estados Unidos deveriam tomar em relação à África do Sul, Rodésia do Sul, aos Territórios Portugueses (Moçambique e Angola), Estados Negros Africanos, Movimentos de Libertação e às Nações Unidas.

Para os Estados Unidos, a contenção da expansão do comunismo e a melhoria das relações com os Estados Africanos Negros, quer ao nível bilateral, quer ao nível multilateral, principalmente sob auspícios das Nações Unidas, constituía os principais interesses políticos. Desta forma, a política externa dos Estados Unidos deveria ter em consideração as políticas domésticas dos regimes de minoria branca, condenando o racismo por eles praticado, como forma de evitar revoltas internas violentas e grande envolvimento de potências comunistas, facto que, doravante, estimularia o risco de uma intervenção militar dos Estados Unidos.

---

<sup>17</sup> Em 1969 o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos liderado pelo então Conselheiro para a Segurança Nacional, Henry Kissinger, divulgou um documento intitulado Memorando 39 do Estudo da Segurança Nacional.

Na área económica, o investimento directo dos Estados Unidos na África Austral estimavam-se em um bilião de dólares, e grande parte de tais investimentos concentravam-se na África do Sul. Os Estados Unidos também detinham muitas vantagens comerciais na região, principalmente nas suas relações com a África do Sul, cujas exportações eram avaliadas em 450 milhões de dólares em 1975. A política externa dos Estados Unidos deveria procurar assegurar estes e outros interesses económicos na região, principalmente na África do Sul.

Em relação aos interesses de defesa, o Memorando 39 do Estudo da Segurança Nacional realçava a importância geográfica da África Austral para os Estados Unidos e seus aliados, particularmente numa altura em que o Canal de Suez se encontrava fechado e as actividades da União Soviética aumentavam no Oceano Índico. Os interesses dos Estados Unidos na esfera de defesa na região incluíam o uso de instalações e equipamentos de sobrevoo e aterragem de aviões militares em Territórios Portugueses (principalmente Moçambique), na África do Sul e Zâmbia.

Os interesses estendiam-se ao uso de portos e oficinas sul-africanos de reparação de navios petroleiros, porta-aviões e vasos de guerra. Washington tinha também uma estação de rastreamento de mísseis na África do Sul sob um acordo confidencial, cujo apoio a esta estação envolvia parte do tráfego de aeronaves militares. Adicionalmente, os Estados Unidos financiavam uma estação britânica de testes atmosféricos de materiais nucleares na Swazilândia com o objectivo de controlar as explosões nucleares atmosféricas ao nível mundial.

Os cultores do Memorando 39 do Estudo da Segurança Nacional concordavam que nenhum dos interesses dos Estados Unidos na África Austral era vital para a sua segurança nacional, mas que os interesses políticos na região eram importantes, porque as políticas raciais dos Estados Brancos haviam-se tornado num grande assunto internacional.

De acordo com Minter (1986), os membros do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos professavam o *Realpolitik*, e partilhavam os objectivos da contra-revolução global. Os objectivos da política externa dos Estados Unidos para a África Austral definidos no Memorando 39 do Estudo da Segurança Nacional eram os seguintes: melhorar a posição dos Estados Unidos na África Negra e internacionalmente na questão racial; proteger as oportunidades e os interesses, económicos, científicos e estratégicos na região; minimizar a possibilidade de escalada de violência na área e o risco do envolvimento dos Estados Unidos;

minimizar as oportunidades de a União Soviética e a China comunista explorarem a questão racial na região para a vantagem propagandística e ganharem influência política sobre os governos africanos negros e movimentos de libertação e, encorajar o relaxamento das políticas raciais e coloniais praticadas pelos regimes coloniais. Na África Austral, de acordo com Beker (1989), os objectivos gerais da política externa dos Estados Unidos eram reforçar a influência, reduzir o envolvimento do Bloco Soviético e estabelecer estabilidade regional.

Contudo, é preciso notar que os objectivos da política externa dos Estados Unidos para a África Austral eram ambivalentes. Por exemplo, os Estados Unidos jogavam um papel duplo em relação aos Territórios Portugueses, designadamente Angola e Moçambique. Por um lado, apoiavam Portugal militarmente, no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e tinham um acordo de uso do Arquipélago dos Açores como uma base militar estratégica. Por outro lado, os Estados Unidos simpatizavam-se com as aspirações de autodeterminação dos angolanos e moçambicanos. Os Estados negros africanos independentes, nomeadamente Malawi, Zâmbia, Botswana, Lesotho e Swazilândia, mantinham relações descritas como cordiais com os Estados Unidos. Mas, Washington não se mostrava satisfeito com o facto de alguns desses países estabelecerem contratos de compra de armamento com outros países, tal como o fez a Zâmbia na sua relação com a Grã-Bretanha e a Itália<sup>18</sup>.

Em relação aos movimentos de libertação dos Estados de dominação branca, a política externa dos Estados Unidos cingia-se à manutenção de contactos com cidadãos nacionalistas no exílio e apoiavam estudantes refugiados de tais Estados. Todavia, os Estados Unidos posicionavam-se contra o uso da força (luta armada) como um meio de libertação nacional. Nas Nações Unidas, os Estados Unidos apoiavam as sanções económicas contra a Rodésia do Sul e concordavam que o mandato da administração do Sudoeste Africano pela África do Sul já havia terminado. Mas resistia constantemente aos esforços das Nações Unidas em imporem sanções sobre África do Sul e Portugal.

Desta forma, África do Sul assumia uma importância estratégica peculiar para os Estados Unidos. De acordo com Jaster (1985), as relações com Pretória constituíam a questão mais delicada na formulação de política externa dos Estados Unidos. Desde a implantação do regime

---

<sup>18</sup> A Zâmbia, receando ataques dos regimes brancos em retaliação ao apoio que concedia aos movimentos de libertação assinou contratos de equipamento de defesa antiaérea e aviões militares da Grã-Bretanha e da Itália.

do Apartheid em 1948, os Estados Unidos trataram a questão da sul-africana com relutância. O problema da África do Sul na formulação da política externa de Washington foi conhecendo mutações em diferentes administrações da Casa Branca<sup>19</sup>. De forma evolutiva, os Estados Unidos assumiam posições cada vez mais duras contra Pretória em resposta ao crescente criticismo às práticas raciais violentas praticadas pelo regime da África do Sul e ao fracasso da Casa Branca em condenar o Apartheid.

É fundamental reparar que apesar de a política externa dos Estados Unidos em relação à África do Sul tender ao criticismo e ser expressa por condenações abertas ao apartheid e imposição de embargos<sup>20</sup>, a cooperação bilateral no âmbito militar, nuclear, de inteligência, comercial e de investimentos continuou intacta. Esta é mais uma posição ambivalente dos Estados Unidos, que encontra explicações em Utley (1985), Borstelmann (1993), Litvak, DeGrasse e McTigue (1979), entre outros.

Utley (1985) encontra a explicação na importância estratégica da África do Sul para os Estados Unidos. De acordo com Utley, a localização geográfica da África do Sul, a sua pujança económica e a sua capacidade militar tornavam-na num parceiro estratégico na luta global contra a expansão do comunismo. Para Borstelmann (1993), os Estados Unidos mantinham as suas relações com a África do Sul principalmente por razões de interesse económico e estratégico<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Durante a Administração Truman (1945 -1953) o Apartheid institucionalizado na África do Sul não era o foco da política externa dos Estados Unidos (HASTEDT, 2004). Truman concentrava-se na contenção do Comunismo na Europa e na África. Lembre-se que muitos países da África (e toda a África Subsahariana) ainda continuavam dominados pelas potências colonizadoras europeias. Esta posição veio alterar-se com a evolução da Guerra Fria, sobretudo com a rápida propagação da onda de descolonização. A África do Sul emergiu como um assunto de política externa dos Estados Unidos nas Nações Unidas nos anos de 1950 devido ao crescente criticismo às práticas raciais e o fracasso dos Estados Unidos em condenar o Apartheid. Entre 1953 e 1961, os Estados Unidos adoptaram uma postura relativamente crítica em relação à África do Sul devido à emergência de activismo das organizações civis de defesa de direitos humanos e de Estados independentes em África. O massacre de Shapville em 1960 obrigou os Estados Unidos a endurecer a sua posição, retirando temporariamente o seu capital da África do Sul. O criticismo anti-apartheid aumentou e as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a África do Sul esfriaram-se durante a Administração Kennedy (1961-1963) (BAKER, 1989).

<sup>20</sup> Em 1964, os Estados Unidos impuseram um embargo de armas unilateral sobre a África do Sul, o qual veio a ser reforçado durante a Administração Johnson (1963 – 1969). O reforço consistiu na proibição da venda de material de utilidade civil e militar, proibição aos navios norte-americanos em atracar nos portos sul-africanos, bem como a pressão sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas no sentido de esta adoptar medidas efectivas para obter a independência da Namíbia (BAKER, 1989).

<sup>21</sup> Em 1950 os Estados Unidos e a África do Sul assinaram um acordo de produção e venda de enormes quantidades de urânio exclusivamente aos Estados Unidos e à Inglaterra. Além disso, os investimentos norte-americanos na África do Sul eram volumosos,

Segundo Litvak, DeGrasse e McTigue (1979), os Estados Unidos eram o segundo maior investidor na África do Sul depois da Grã-Bretanha, em 1978. As empresas americanas, algumas das quais multinacionais (Mobil, Cartex, Ford e General Motors), num total de 320, operavam na África do Sul e actuavam em sectores estratégicos e mais dinâmicos da economia: petrolífero, automóvel, computadores, mineração, alta tecnologia e engenharia pesada. Os capitais de companhias americanas estimavam-se em 1.665 biliões, perfazendo 17% de todo o investimento directo estrangeiro. Cerca de 33% de crédito sul-africano à economia eram detidos por bancos norte-americanos. Estes investimentos eram politicamente criticados por alegado contributo ao sistema do Apartheid e protecção do regime das sanções económicas. As empresas norte-americanas não só desempenhavam um papel estratégico na economia sul-africana, mas também ligavam materialmente a África do Sul aos Estados Unidos em termos políticos.

É interessante, no entanto, notar que as sucessivas administrações dos Estados Unidos nunca apoiaram abertamente as corporações americanas na África do Sul. Mas isso não deve ser entendido como que o governo americano não compactuasse com tais corporações. Os governos dos Estados Unidos apenas optavam pelo silêncio, com grande cunha de cumplicidade, ao assumir uma postura de não encorajar nem desencorajar os investimentos norte-americanos na África do Sul. Tal como fazem referência Litvak, DeGrasse e McTigue (1979), os Estados Unidos toleravam investimentos no sector comercial, bancário, na defesa e agricultura. Além disso, tinham acordos de cooperação firmados com o regime sul-africano cobrindo as áreas militar, mineração, tecnologia nuclear e avanço científico. Por isso, Até finais de 1974, ano da derrocada do regime colonial português e consequentes mudanças políticas que alteraram as relações políticas regionais, as condenações políticas ao regime do Apartheid eram mais verbais do que práticas.

Não obstante a adopção de uma posição política dura contra o regime do Apartheid, os investimentos norte-americanos não pararam de aumentar. Entre 1969 e 1974<sup>22</sup>, o investimento americano tinha aumentado em 77%, atingindo 1,2 biliões de dólares. Mesmo nos casos em que

---

<sup>22</sup> O ano de 1969 marca a estruturação da política externa dos Estados Unidos para a África Austral através da aprovação do Memorando 39 do Estudo sobre Segurança Nacional pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Em 1974 a política externa norte-americana começou a conhecer mudanças em consequência da revolução de 7 de Abril em Portugal que obrigou a África do Sul a iniciar um processo de tomada de medidas mais duras sobre os movimentos contestários internos e sobre os Estados vizinhos. A postura de Pretória obrigou a Casa Branca a engendrar mudanças na sua política externa em relação a África do Sul.

os Estados Unidos impusessem sanções sobre o regime sul-africano, estas pouco afectavam os níveis de fluxo dos investimentos privados de origem americana na África do Sul.

As relações entre os Estados Unidos e África do Sul ganharam uma importância estratégica e comercial durante a Administração Richard Nixon. As relações entre os dois países caracterizaram-se pela retoma da venda de aeronaves ligeiros, helicópteros e equipamentos de comunicação; relaxamento das restrições de financiamento proveniente do Banco de Importação e Exportação americano à economia sul-africana; troca de veraneantes; suavização do criticismo norte-americano ao regime do Apartheid na Nações Unidas (BAKER, 1989). Por isso, mais do que forçar mudanças internas na África do Sul e mudar o rumo em que a ordem política regional seguia, a Administração Nixon estava mais preocupada com a “protecção dos interesses comerciais e estratégicos americanos” (HASTEDT, 2004, p. 444). Além de se beneficiar da relutância das administrações americanas em relação ao amadurecimento do Apartheid, sobretudo da mudança na política externa dos Estados Unidos para África Austral, o regime sul-africano favorecia-se do “cordão sanitário” criado pelos regimes brancos na Rodésia do Sul e em Moçambique.

Neste sentido, África do Sul, Portugal e Rodésia do Sul estabeleceram um reduto branco na África Austral através de uma cooperação militar que consistia na realização de exercícios militares conjuntos, troca de informações estratégicas e apoio técnico -militar à Rodésia do Sul. O objectivo era fazer face aos movimentos de libertação cuja luta ameaçava alterar profundamente os regimes políticos então vigentes.

Contudo, a cooperação militar trilateral (África do Sul, Portugal e Rodésia) eclipsou-se quando em Portugal alvoreceu a revolução que culminou com o golpe de Estado e a instauração da democracia, em 1974. A mudança da situação política em Portugal não ditou apenas o fim do sistema colonial português, mas também permitiu a alteração do xadrez político e de segurança na África Austral e, sobretudo, a política externa dos Estados Unidos para a região. Enquanto Portugal vivia a euforia da Revolução, Gerald Rudolph Ford Jr ascendia ao poder, tornando-se no trigésimo oitavo Presidente dos Estados Unidos da América, enquanto Moçambique e Angola conquistavam as suas independências em 1975.

Perante esta realidade, a política externa dos Estados Unidos tinha de ter em consideração as reais condições da África Austral, que, por um lado, tinha o regime do Apartheid condenado

internacionalmente e, por outro lado, deveria lidar-se com regimes ancorados à União Soviética, seus aliados e à China comunista. A opção política encontrada pela administração Ford foi a de focar-se na questão da Rodésia do Sul, engajando, para o efeito, Estados da Linha da Frente e a África do Sul (BAKER, 1989), mas sem sucesso nem determinação, até 1977.

Em 1977, Jimmy Carter assumiu a presidência dos Estados Unidos. Durante a Administração Carter, os Estados Unidos confrontaram Pretória com condenações verbais, ameaças de sanções e apoio a um embargo de armas obrigatório, imposto pelas Nações Unidas em 1977 (THOMSON, 2008). A viragem da política externa de Washington foi motivada pela situação interna da África do Sul, caracterizada por levantamentos populares, sabotagens e ataques a infra-estruturas lideradas pelo Congresso Nacional Africano, detenções e execuções sumárias efectuadas pelo governo.

A 16 de Junho de 1976, os estudantes de Soweto levantaram-se contra a educação inferior e o uso de Afrikaans como língua de ensino. Este acontecimento resvalou-se em manifestações gerais de meses. Aproximadamente 600 manifestantes foram mortos, 4.000 ficaram feridos e 6.000 foram detidos. A 19 de Maio de 1977 Winnie Mandela, activista anti-apartheid e esposa de Nelson Mandela é banida, e a 12 de Setembro do mesmo ano Stephen (Steve) Biko, líder do movimento Consciência Negra, morre em consequência de tortura policial num estabelecimento prisional (BAKER, 1989; TOMSON, 2008).

A violência, as repreensões e detenções continuaram intensas até 1977 (TOMSON, 2008). O Governo sul-africano assumiu uma postura mais agressiva em defesa do regime do Apartheid. Esta postura desafiava a política externa de Carter, fundada na defesa de direitos humanos em todo o mundo. Nos Estados Unidos, o movimento anti-apartheid crescia, e as pressões internacionais vindas de todos quadrantes do mundo, sobretudo dos países da região, membros dos Estados da Linha da Frente, também aumentavam. Outras pressões sobre o Apartheid vinham da Organização da Unidade Africana, do Movimento dos Não-Alinhados e das Nações Unidas. Perante esta situação, os Estados Unidos sentiam o peso de responsabilidade do desenrolar da situação política na África do Sul. Desta forma, a administração Carter teve de reavaliar a política externa dos Estados Unidos para a região Austral de África.

Em Maio de 1977, os Estados Unidos comunicaram formalmente à Pretória que apoiavam uma governação maioritária na África do Sul, na Rodésia e na Namíbia (HASTEDT,

2004). A administração Carter passou a considerar o nacionalismo africano como uma força histórica compatível com os interesses dos Estados Unidos na África Austral. Nesta senda, os Estados Unidos juntaram-se a outras grandes potências nas Nações Unidas, impondo um embargo de armas obrigatório contra África do Sul em Novembro de 1977. Paralelamente ao movimento dessas potências, a administração Carter fortificou contactos diplomáticos com a Grã-Bretanha para a independência da Rodésia (Zimbabwe) e juntou-se a Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental e Canadá formando o Grupo de Contacto com objectivos de trabalhar com as Nações Unidas, África do Sul, a Organização do Povo do Sudoeste Africano e outras partes interessadas com vista a resolver a questão da Namíbia (BAKER, 1989). Em Angola, os Estados Unidos procuraram uma aproximação com o Governo e com o Movimento Popular de Libertação de Angola, com objectivo de reduzir a influência Cubana e Soviética (UTLEY, 1985).

Apesar destas mudanças, os Estados Unidos continuaram relutantes em aplicar quaisquer sanções económicas contra África do Sul. Além disso, a administração Carter prosseguiu com o encorajamento tácito às corporações norte-americanas em solo sul-africano (BAKER, 1989; TOMSON, 2008). Esta relutância anulou sobremaneira todo o cometimento de Jimmy Carter com os direitos humanos na África Austral.

Se Carter pretendia ver a política e a prática do Apartheid eliminados; todas formas de racismo erradicadas; ocupação ilegal da Namíbia resolvida pela retirada da África do Sul, tudo não passou de uma forte retórica e propaganda governativa. É nestes termos que Minter (1986) afirma que mesmo o embargo de armas imposto em 1977 era primariamente simbólico. Minter pode ser apoiado porque mesmo algumas medidas tomadas pelos Estados Unidos, como é o caso dos princípios ou regras de conduta das firmas americanas na África do Sul, popularmente conhecidas por princípios Sullivan, eram cosméticas. Os princípios Sullivan instavam as firmas americanas a transpor as barreiras raciais no trabalho, concedendo direitos, condições e oportunidades iguais aos trabalhadores brancos e negros, como forma de persuadir ao governo Sul-Africano a mudar a política e a prática do Apartheid. Afirma-se, portanto, que a retórica de direitos humanos de Carter acaba limitada, entre outros, pelos próprios interesses estadunidenses. Eventuais embargos prometidos/ameaçados pelo governo, como "punição" por qualquer questão ligada aos direitos humanos, sofriam oposição de setores internos poderosos, como a indústria (por exemplo de armamentos). Logo, Carter não consegue manter a retórica por muito tempo.

O que continuava a imperar nas relações Washington-Pretória era o axioma comum do anti-comunismo e os interesses económicos e comerciais. Por isso, Pretória não se atirou às ameaças de corte das relações diplomáticas e condenações verbais emitidas pelo Washington, nem se intimidou com as sanções económicas impostas pelas Nações Unidas e formalmente apoiadas pelos Estados Unidos a partir de 1977. O Governo Sul-Africano estava consciente que os interesses americanos na África do Sul eram superiores que a doutrina Carter de Direitos Humanos. África do Sul fortificou-se na Era Carter e pouco sentiu o peso das sanções impostas pelas Nações Unidas, graças ao aumento de investimentos americanos e o melhoramento das relações comerciais com os Estados Unidos entre 1977 e 1981, a Era Carter.

Ronald Reagan assumiu a presidência em 1981. Reagan apareceu numa altura em que dois acontecimentos haviam contribuído para a alteração da balança de poder na África Austral. O regime de Ian Smith na Rodésia havia caído em 1980, e o Zimbabwe já era um Estado soberano governado pela maioria negra. Depois do desmoronamento do império Português na região com a independência de Angola e Moçambique em 1975, a independência do Zimbabwe denotava a queda e o fim de um dos Estados aliados ao Sistema do Apartheid. Ainda em 1980 os Estados da Linha da Frente criaram a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral. Estes eventos remeteram África do Sul a um isolamento total na região e em África, e expuseram o carácter do regime. As relações entre África do Sul e os Estados Unidos não atravessavam bons momentos.

As relações políticas estavam esfriadas desde 1976, com Washington a pressionar e a tomar medidas de pressão sobre Pretória e, por sua vez, com Pretória a tornar-se cada vez mais intransigente e mais agressivo contra os seus vizinhos. Nesta teia do curso de acontecimentos políticos, a administração Reagan desenvolveu uma política externa para África do Sul, que ficou conhecida por Engajamento Construtivo (FATTON, 1984; BAKER, 1989; CROCKER, 1992).

O Engajamento Construtivo com a África do Sul consistia em desenvolver relações económicas e culturais com o objectivo de contribuir para o fim do Apartheid e transformação da África do Sul numa democracia multirracial (FATTON, 1984).

Na verdade, o Engajamento Construtivo não passava de um fundamento que a administração Reagan encontrou para fortificar a aliança estratégica com Pretória. Porém, é

necessário perceber que, no meio de tal relação, jaziam os interesses estratégicos norte-americanos, que consistiam, segundo Crocker (1992), no estabelecimento e/ou utilização de bases navais; acesso seguro aos recursos minerais estratégicos; protecção da rota marítima do Cabo; capacitação da Marinha Sul-Africana para desempenhar algum papel no Oceano Índico e no Atlântico Sul; remoção das forças soviéticas e seus aliados da África Austral; garantia de acesso de navios de guerra norte-americanos aos portos sul-africanos; e, por fim, negociação de um acordo sobre a questão da Namíbia.

Estes interesses serviram de base para o ajuste ou relançamento das relações entre os Estados Unidos e África do Sul, porque a sua abordagem permitiu uma reaproximação e, para Washington, serviam também de oportunidade única de persuadir Pretória a imprimir mudanças internas, a aceitar negociar o problema da Namíbia, assim como uma oportunidade para conter a ameaça soviética em África (BAKER, 1989). Esta política baseava-se na crença de que a África do Sul era um aliado estratégico contra a expansão do comunismo, pelo que se deveria evitar uma mudança radical no país que pudesse ser aproveitada pela União Soviética, tal como acontecera em Moçambique e em Angola. Assim, Reagan defendia uma mudança pacífica e ordeira, bem como um desenvolvimento de democracias liberais apoiado pelos Estados Unidos (FATTON, 1984). O Engajamento Construtivo conseguiu lograr alguns feitos positivos no campo diplomático até 1984.

O engajamento estratégico permitiu à classe política da Casa Branca entender que nem todos os Governos de orientação marxista-leninista, como eram os casos de Moçambique e Angola, eram hostis aos interesses americanos na região, e esta percepção mudou a forma de engajamento com a África do Sul. As relações entre Washington e Maputo melhoraram. Com Angola, o governo americano multiplicou contactos diplomáticos que também resultaram na normalização das relações políticas. Por esta via, o governo americano facilitou negociações entre o governo da África do Sul e os governos de Moçambique e Angola as quais culminaram com a assinatura dos Acordos de Nkomati e Lusaka, respectivamente, em 1984, para acabar com as agressões directas e indirectas de Pretória contra Maputo e Luanda. O objectivo primordial dos Estados Unidos era estabilizar a região e protegê-la dos interesses da União Soviética, mas também torná-la amiga dos seus investimentos económicos e interesses estratégico-militares.

Não obstante estas notas de avanço, o engajamento estratégico falhou. Em Setembro de 1983, o governo Sul-Africano organizou um referendo constitucional apenas reservado à população branca para aprovar um Parlamento de três Câmaras para brancos, mestiços e indianos. Os negros foram excluídos. A exclusão dos negros motivou protestos desde Soweto até a região de Vaal Triangle. O governo sul-africano respondeu às manifestações com violência e brutalidade, tendo imposto um Estado de Emergência. Calcula-se que cerca de cinco mil negros morreram durante ou em consequência dos protestos (BAKER, 1989). Ao nível regional, a África do Sul intensificou a sua agressão contra os países vizinhos, principalmente Moçambique e Angola, através de bombardeamentos e apoio directo à Resistência Nacional Moçambicana e à União Nacional para Independência Total de Angola.

Esta nova postura de Pretória provocou o crescimento do movimento Anti-Apartheid nos Estados Unidos e aumento de sentimento anti-americanista na África do Sul e na Região. Representava igualmente uma ameaça às actividades e interesses económicos americanos na África Austral e, principalmente na África do Sul, porque tal como diz Fatton (1984, p.67), “criou uma situação potencialmente revolucionária” que poderia provocar uma mudança radical com inclinação favorável à União Soviética.

O papel de estabilização e pacificação que orgulhava os fazedores de política externa norte-americana estava a ser criticado. Por isso, os Estados Unidos impuseram sanções limitadas<sup>23</sup> ao regime do Apartheid, em Setembro de 1984, para dar um sinal claro a Pretória que Washington estava disposto a virar radicalmente o rumo das relações bilaterais (UNGAR; VALE, 1985). As sanções eram uma resposta do governo norte-americano ao aumento da pressão imprimida pela opinião pública nacional (nos Estados Unidos e na África do Sul) e internacional, sobre o Apartheid.

A Grã-Bretanha, o Japão, a Comunidade Europeia, os Estados Unidos e a Organização dos Produtores e Exportadores de Petróleo impuseram sanções económicas, cobrindo o comércio e finanças que incidiam na importação de certos produtos siderúrgicos e de ferro, urânio, carvão,

---

<sup>23</sup> As sanções consistiam no banimento das exportações de computadores a todas agências sul-africanas que reforçavam o Apartheid; proibição de grande parte de transferências a tecnologia nuclear; evitar créditos ao Governo sul-africano, a menos que fosse para a melhoria das condições sociais independentemente da raça; limitações de assistência às exportações das empresas americanas que operavam na África do Sul que não aderissem às orientações de emprego justo.

têxteis, produtos agrícolas e alimentos, incluindo a importação de produtos petrolíferos e embargo de crude e de armas e outros materiais bélicos (HEFTI; STAEHELIN-WITT, 2011.).

A questão que se pode colocar é se as sanções resultaram. A resposta é: de alguma forma sim. Em 1985, as empresas norte-americanas tinham desinvestido cerca de 4.5 biliões de dólares. O desinvestimento directo estrangeiro era calculado em 16.2 biliões de Rands, representando 2% do Produto Interno Bruto. Até 1990, as sanções económicas geraram um prejuízo estimado em 1.5% do Produto Nacional Bruto (HEFTI; STAEHELIN-WITT, 2011).

Outra questão que imediatamente surge é: qual terá sido o impacto político das sanções económicas, tendo em consideração que o objectivo último era pressionar o governo sul-africano a dismantelar a política e a prática do Apartheid? Hefti e Staehelin-Witt (2011) negam que as sanções económicas provocaram a transformação política. Fletcher, Cole e McMorran (1988) também duvidam que as sanções tenham tido algum impacto sobre o Apartheid.

Bell (1993) admite que as sanções fizeram parte de instrumentos de política externa para induzir mudanças políticas na África do Sul. A mesma posição é partilhada por Lipton (1991), para quem as sanções económicas, caracterizadas essencialmente pelo desinvestimento, tiveram algum efeito, mas não lograram o impacto desejado porque as empresas que se retiravam eram imediatamente adquiridas por sul-africanos brancos a preços vantajosos, passando a serem protegidas pelo Estado. No geral, as sanções foram ambíguas, com efeitos políticos difíceis de medir.

Em contraposição, Leverty (2007) defende que as sanções foram determinantes na mudança do Curso dos acontecimentos e aprofunda:

[...] Apesar da campanha contra o apartheid nem sempre cumpriram os requisitos discutidos anteriormente para sanções bem-sucedidas, o isolamento político e geral sentido pelos sul-africanos, que foi fabricado pela campanha anti-apartheid global, compensou os lapsos nas sanções económicas. Eventualmente, o "ataque total" a que o governo e a sociedade branca se sentiram, a partir dos anos 60, englobou os tumultos causados pelos estudantes dentro do país e a luta contra o Exército pelo ANC. O movimento internacional de sanções contra o governo sul-africano foi o empurrão final que levou o Partido Nacional à falência e os levou à mesa de negociações com o ANC. Enquanto cada factor de "ataque total" desempenhou um papel, o movimento anti-apartheid global foi uma dinâmica significativa em causar a virada da maré contra o governo de minoria branca e, finalmente, levar ao poder uma verdadeira democracia no extremo sul do continente africano (LEVERTY, 2007, tradução nossa).

Lipton (1991, p. 319) contraria esta afirmação argumentando que “esta opinião constitui um diagnóstico errado para a natureza dos problemas económicos, indubitavelmente, sérios da [República da África do Sul], e que este diagnóstico errado, levou a uma avaliação exagerada da pressão que as sanções financeiras oferecem e a uma subestimação da dinâmica interna de mudanças”.

Hanlon (1991) rebate o argumento de Lipton, defendendo que as sanções na África do Sul tiveram sucesso político porque contribuíram para a libertação de Nelson Mandela e para a independência da Namíbia. Para o autor, sem as sanções Nelson Mandela não teria sido libertado e a Namíbia não teria alcançado a independência. Mas Lipton (1991) insiste que este argumento se baseia numa visão excessivamente simplificada e redutiva, que ignora a enorme transformação económica que culminou com mudanças políticas dramáticas, facilitadas por uma conjuntura favorável de acontecimentos internos e externos.

Para mediar esta discussão, argumenta-se que as sanções económicas contribuíram para forçar o governo sul-africano a negociar com o governo de Angola e a Organização do Povo do Sudoeste Africano sobre a cessação de agressões militares no território angolano e a independência da Namíbia. Internamente, as sanções pesaram no processo de libertação de Nelson Mandela, abrindo caminho para a democratização do país. Mas é necessário aceitar que estas mudanças não foram determinadas pela imposição de sanções. Nem devem ser reclamadas exclusivamente pelos Estados Unidos como sendo a vitória do Engajamento Construtivo.

Quanto a isso, Lipton (1991) admite que as sanções contribuíram para os custos e dificuldades da África do Sul em suportar a sua dívida porque tornaram os termos de pagamento da dívida um tanto mais onerosos. Contudo, reitera seu argumento inicial de que “é enganador atribuir às sanções, a completa responsabilidades pelo problema da dívida ou por estas avaliações de risco adversas, [porque] ambas precederam as sanções” (LIPTON, 1991, p.322).

As sanções podem ser consideradas apenas como um factor de tantos. Dentre vários factores tem que se olhar aos esforços diplomáticos internacionais travados ao nível das Nações Unidas, as campanhas movidas pelos países vizinhos e outros países, ao nível internacional, mas sobretudo a resistência dos próprios povos vitimas directas do Apartheid na África do Sul e na Namíbia e, por último, as mudanças no Sistema Internacional marcadas pela Queda do Muro de Berlim e os sinais irreversíveis do colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, cuja

política e o papel na África Austral também eram determinantes. Mesmo nos casos de libertação de Nelson Mandela e da independência da Namíbia, as sanções “não foram o motivo mais importante [...], mas foram cruciais, providenciando uma pressão extra (HANLON, 1991, p.337).

### 3.3 POLÍTICA EXTERNA DA UNIÃO SOVIÉTICA PARA A ÁFRICA AUSTRAL, 1975 – 1992

A presença da União Soviética na África Austral começou a sentir-se com maior vigor na década de 1960<sup>24</sup>, embora a sua ligação com a África datasse de longos períodos anteriores<sup>25</sup>. A política externa de Moscovo para a região ganhou forma a partir de 1975. Porém, note-se que a política externa da União Soviética para a África Austral entre 1975 e 1992 não seguia uma estratégia consistente, e variava de um país para outro em função das mudanças políticas que iam ocorrendo em cada país (BARRAT, 1981). Era uma política externa desenvolvida em torno do prisma anti-imperialista, que incluía apoio aos movimentos de libertação e a todas as forças progressistas. O Ocidente percebia que o objectivo da União Soviética era o de tornar toda a África Austral um satélite soviético, em prejuízo dos seus interesses. Este pensamento nascia do forte envolvimento da União Soviética, em colaboração com a Cuba, em Angola (NOLUTSHUNGU, 1985). Mas, os objectivos da União Soviética ultrapassavam a simples satelização da região.

A política externa Soviética para a África Austral visava servir-se da região como rampa para lançar a projecção do seu poder ao mundo, objectivo este que passava pelo envolvimento de Moscovo em grandes assuntos internacionais. Adicionalmente, a União Soviética pretendia

---

<sup>24</sup> A partir de 1961, a União Soviética determinou conceder apoio político e militar aos movimentos de libertação na África Austral, nomeadamente o Movimento Popular de Libertação de Angola, a Frente de Libertação de Moçambique, o Congresso Nacional Africano (África do Sul) e mais tarde a União do Povo Africano do Zimbabwe e a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SHUBIN, 2008). Mas o envolvimento registável da União Soviética na África Austral é indicado a partir de 1975, quando Angola e Moçambique se tornaram Estados soberanos, tendo em seguida adoptado o Marxismo – Leninismo como uma linha ideológica de Governação.

<sup>25</sup> Vladimir Gennadyevich Shubin, no seu Livro *The Hot “Cold War” he USSR in Southern Africa*, publicado em 2008, diz que a primeira presença russa na África Austral foi marcada com a vinda, a Região, de 200 militares, entre eles oficiais, para combater ao lado dos Boers contra a Grã-Bretanha, durante a Guerra Anglo-Boer, 1899 – 1902. Durante a era Soviética, o Egipto já havia estreitado relações diplomáticas e uma cooperação militar com União Soviética na segunda metade da década de 1940.

aumentar a sua influência para níveis superiores aos dos Estados Unidos e do Ocidente no geral, prevenir a extensão da influência chinesa e ter uma presença efectiva na região Austral de África através do rápido estabelecimento de representações diplomáticas, projectos de ajuda, assistência militar ou visitas de navios de guerra. Estes meios facilitavam o alcance de outro objectivo, que é tornar os Estados Africanos resistentes à cooptação Ocidental e, futuramente, fiéis, inclinados ou de orientação Marxista-Leninista. À luz da teoria realista, então predominante no mundo e na região, a União Soviética tinha o interesse macro de dominar a região e incorporá-la na esfera do bloco do Leste. Outro objectivo, mas mais ambíguo do que claramente provado, era garantir o acesso aos recursos minerais estratégicos (BARRAT, 1981).

Há quem também encontre interesses estratégicos por detrás do envolvimento da União Soviética na África Austral, designadamente o controlo de portos de água quente no litoral do Oceano Índico e o asseguramento do acesso a recursos minerais da África Austral (SHEPHERD, Jr., 1979). Este posicionamento é partilhado por Bissel (1978) para quem a União Soviética tinha o interesse político de desalojar a influência política das potências ocidentais; interesse económico de aceder às matérias-primas; interesse ideológico de expandir os objectivos do Marxismo-Leninismo rumo à criação de uma sociedade socialista; interesse estratégico de assegurar a passagem pelo Cabo de Boa Esperança.

Apesar de ter esta gama de objectivos, quase todos dispersos e estrategicamente “inconsistentes”, usando a expressão de Barrat (1981, p.2), a União Soviética nunca se envolveu directamente na África Austral. O envolvimento da União Soviética circunscrevia-se no apoio político, ideológico e militar aos governos de Moçambique e Angola, e aos movimentos de libertação na África do Sul, Zimbabwe e Namíbia. Em termos nominais, o apoio consistia na assistência militar, fornecimento de armas e assistência técnica, formação e educação dos cidadãos destes países e/ou pertencentes aos movimentos de libertação (KESSLER, 1990). Mesmo quando África do Sul intensificou as suas agressões contra os países vizinhos, a partir de Setembro de 1984, sobretudo Moçambique e Angola, com quem tinha tratados de amizade e cooperação, a União Soviética limitou-se a denunciar verbalmente as agressões sul-africanas, a apoiar o papel de Cuba em Angola e a prover armas a Angola e Moçambique, com vista a aumentar a capacidade defensiva destes países (NOLUTSHUNGU, 1985).

A partir de 1974, a União Soviética aumentou a transferência de armas para Estados africanos da África Austral, particularmente Angola, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, e aumentou a sua assistência militar aos movimentos de libertação no Zimbabwe, Namíbia e na África do Sul (SHEPHERD, 1979). Em Moçambique, o Governo confiava de forma muito dependente na União Soviética quanto ao fornecimento de armas, equipamento e material bélico. Moscovo dominava 73,5% do negócio de transferência de armas a Moçambique, contra 26.5% de outros países, até 1982 (AKINDELE, 1985). Trata-se de cerca de 250 ou 300 milhões de dólares americanos. Estes números não são tomados como absolutos dados a natureza secreta das aquisições militares. Repare-se que embora Moçambique e a União Soviética mantivessem relações de cooperação estreitas, o maior interesse da União Soviética estava em Angola (BISSEL, 1978).

Em Angola, a União Soviética suportava quase todo o aparato militar, controlando incluindo os principais portos do país (AKINDELE, 1985). Moscovo já apoiava o Movimento Popular de Libertação de Angola na luta anti-colonial através de fornecimento de armas, assistência financeira, médica, educacional e apoio diplomático. Em 1975, encontravam-se em Angola 480 conselheiros militares soviéticos e ainda naquele ano a União Soviética reconheceu rapidamente a independência de Angola e promoveu o seu reconhecimento internacional. Em 1976, a União Soviética equipou militarmente cerca de doze mil tropas cubanas estacionadas em Luanda e assinou um tratado de amizade e cooperação, que incluía a assistência militar (SOMERVILLE, 1985). Calcula-se que até 1976, a União Soviética já havia gasto 290 milhões de dólares em assistência militar a Angola (SHEPHERD, Jr., 1979). Na década de 1980, Moscovo apoiou o governo angolano na busca de uma solução política à guerra civil, sem com isso interromper a sua assistência militar e a transferência de armas. Até 1989, a assistência militar da União Soviética à Luanda tinha atingido cerca de dois biliões de dólares norte-americanos (O'NEILL; MUNSLOW, 1990).

Apesar de Moçambique e Angola manterem relações políticas, militares e económicas muito fortes com a União Soviética, os dois países sempre seguiram uma política externa pragmática e diversificaram as suas relações comerciais. O maior apoio financeiro a Angola e Moçambique vinha de países ocidentais, incluindo os Estados Unidos da América. No

Zimbabwe, na Namíbia e África do Sul, a União Soviética posicionou-se ao lado de alguns movimentos de luta de libertação Nacional.

Em relação ao Zimbabwe, a União Soviética frustrou-se politicamente, porque durante a luta de libertação prestou maior apoio à União do Povo Africano do Zimbabwe, então dirigido por Joshua Nkomo. Todavia, depois da independência, o país passou a ser dirigido pela União Nacional Africana do Zimbabwe, de Robert Mugabe, fortemente apoiado e ligado à China.

Na Namíbia, Moscovo estabeleceu relações políticas com a Organização do Povo do Sudoeste Africano, dando-lhe assistência militar, política e diplomática. De acordo com Somerville (1984), a União Soviética usou a questão da Namíbia para criticar as políticas Ocidentais na África Austral, principalmente a política externa dos Estados Unidos. Moscovo acusava insistentemente o Ocidente de tentar prolongar a ocupação da Namíbia pela África do Sul, com o intuito de proteger os seus interesses de segurança e interesses das suas empresas multinacionais. A União Soviética recusava-se a aceitar o condicionamento da independência da Namíbia à retirada das tropas cubanas estacionadas em Angola.

Na África do Sul, a União Soviética abraçou o Congresso Nacional Africano e o Partido Comunista Sul-Africano. Estas organizações receberam de Moscovo, armas, treino militar, material médico hospitalar, ajuda financeira, formação e apoio diplomático. Noutra vertente, a União Soviética sempre criticou o Ocidente pela sua cooperação político-diplomática com Pretória, a sua presença económica e seu fracasso em tomar um posicionamento firme a favor de sanções (SOMERVILLE, 1984).

A política externa de Moscovo para a África Austral pode ser caracterizada, resumidamente, pela exploração dos conflitos regionais, assistindo aos governos progressistas e aos movimentos de libertação nacional, com objectivos de projectar a sua imagem internacional, conter a expansão da China e reduzir a influência e a presença do Ocidente (SOMERVILLE, 1985; MARITZ, 1987). Não deixa de ser também uma verdade que um dos maiores interesses de Moscovo era expandir o mercado de transferência de armas, equipamentos e material bélico diverso, assim como ter acesso a recursos naturais estratégicos, tais como petróleo, cromo, cobalto, vanádio, manganês, platina, urânio, cobre, níquel, assim em diante (AKINDELE, 1985), cuja ocorrência é abundante na região. Contudo, a estratégia de Moscovo era cautelosa (SHEPHERD, 1979) e, portanto, menos interventiva.

A atitude pouco interventiva de Moscovo pode ser explicada por três fundamentos. O primeiro prende-se com o facto de a África Austral não constituir zona de interesse vital para a União Soviética, em comparação com o Leste Europeu, o Médio Oriente, os Balcãs e a Eurásia. A segunda interpretação é que o Ocidente sempre explicou a presença de Moscovo na região em termos da rivalidade das superpotências no contexto da Guerra Fria. Por isso, para os estrategas soviéticos, era mais prudente contornar qualquer tipo de intervenção directa com vista a evitar uma possível confrontação militar com os Estados Unidos e seus aliados, sobretudo a Grã-Bretanha, que juntos eram os maiores investidores na região, principalmente na África do Sul. O terceiro fundamento pode estar relacionado com o trauma da intervenção soviética no Afeganistão, em 1979, que exauriu Moscovo e quase que accionou uma guerra aberta entre a União Soviética e os Estados Unidos (SOMERVILLE, 1984; NOLUTSHUNGU, 1985; MARITZ, 1987; ABRAHAMSSON; NILSSON, 1998).

A respeito disso, Nolutshungu (1985) expõe uma outra explanação diferente da que se colocou anteriormente. De acordo com o autor, a União Soviética e seus aliados não tinham nada na região da África Austral em termos económicos e militares. Moscovo via a África Austral como estando em guerra contra o Ocidente e os acontecimentos decorrentes nela poderiam afectar as relações internacionais futuras. Em termos gerais, a União Soviética tinha uma capacidade limitada, se comparada com o Ocidente. Porém, é importante recordar que a política externa e internacional dos Estados, do ponto de vista realista, é movida por interesses.

De acordo com Somerville (1984, p. 73, tradução nossa), “nenhum governo actua num vácuo”<sup>26</sup>. Para Maritz (1987, p.321, tradução nossa) “o comportamento das nações é determinado não por ideias, mas por interesses”<sup>27</sup>. Por isso, o ponto de vista de Nolutshungu (1985) não tem em conta o facto de a União Soviética ser uma superpotência com necessidades de recursos naturais estratégicos abundantes na África Austral, e ser um dos maiores produtores de armas cujo mercado poderia ser encontrado em qualquer parte do mundo, particularmente em zonas de conflito, como era o caso da África Austral.

---

<sup>26</sup> “[...] no government acts in a vacuum.”

<sup>27</sup> “The behaviour of nations is determined not by ideas but by ‘interests’.”

### 3.4 ÁFRICA DO SUL NA ÁFRICA AUSTRAL, 1975 – 1992

Nesta secção pretende-se analisar a política externa da África do Sul para Região da África Austral, olhando para os seus objectivos e suas consequências sobre a ordem política regional. Parte-se do princípio que a manutenção da independência e segurança do Estado, bem como a promoção e protecção de interesses económicos, são as principais preocupações da política externa. A sobrevivência do Estado, a integridade territorial, a preservação do sistema de crenças, valores, costumes e tradições, a protecção do sistema político e a preservação do sistema económico são objectivos permanentes e sempre presentes na formulação de política externa. Porém, existem também objectivos a médio prazo. Estes alteram-se ao longo do tempo. São objectivos relativos às relações de poder e segurança; ao crescimento e desenvolvimento económico; à expansão do sistema de crenças - valores, sistema político e económico (SILVA, 2012). A política externa da África do Sul para a África Austral é analisada dentro deste prisma.

Até 1975, a doutrina da política externa da África do Sul era largamente passiva e dependente da cooperação activa com as potências Ocidentais, principalmente com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Ao nível regional, os sucessivos governos de Pretória procuraram manter vivos os regimes coloniais português e britânico. Com a retirada da Grã-Bretanha dos seus domínios na região, África do Sul procurou juntar o regime minoritário da Rodésia do Sul a Portugal para formar um “cordão sanitário” contra a propagação da onda de descolonização que já constituía uma realidade, a partir dos anos 1960, na África Austral. Para o efeito, África do Sul, Portugal e Rodésia do Sul constituíram um reduto branco na África Austral através de uma cooperação militar que consistia na realização de exercícios militares conjuntos, troca de informações estratégicas e apoio técnico-militar à Rodésia do Sul (MENESES; RIBEIRO, 2018).

Contudo, a cooperação militar trilateral (África do Sul, Portugal e Rodésia) eclipsou-se quando em Portugal alvoreceu a revolução que culminou com o golpe de Estado, em 1974. A mudança da situação política em Portugal ditou o fim do sistema colonial português, e porquanto, permitiu a alteração do xadrez político e de segurança na África Austral. As independências de Moçambique e Angola, em 1975 abriram caminho ao desencadeamento de luta armada de libertação nacional no Zimbabwe e na Namíbia, pela União Nacional Africana do Zimbabwe e União Nacional do Povo do Zimbabwe, e Organização do Povo do Sudoeste

Africano, respectivamente, contra a prevalência de domínios brancos. Na África do Sul, o Congresso Nacional Africano multiplicou acções de desobediência civil e acção política armada contra o regime do Apartheid. Estes desenvolvimentos obrigaram a África do Sul e a Rodésia a fortalecerem a sua cooperação militar contra Moçambique, pelo seu apoio ao Congresso Nacional Africano, à União Nacional Africana do Zimbabwe e União Nacional do Povo do Zimbabwe. Preservar a região como zona de influência capitalista, promover a integração económica regional, instaurar a segurança e a paz na região, conseguir a estabilidade interna na África do Sul e preservar a supremacia branca eram os principais objectivos da política externa de Pretória (CABAÇO, 1990; ZACARIAS, 1990).

Os serviços secretos, a propaganda, a diplomacia, a arma económica e a força são os meios privilegiados da política externa (SILVA, 2012). Pretória, para lograr os seus objectivos de política externa para região Austral de África, combinou a utilização destes instrumentos. Em 1974, com a mudança do panorama político regional, o governo sul-africano oferecera-se a estender uma cooperação política e económica com todos os Estados vizinhos, incluindo Angola e Moçambique, cujas independências se vaticinavam irreversíveis no ano seguinte (JASTER, 1985). Mas este posicionamento, defendido pelo primeiro-ministro Vorster, não reunia consensos entre os cultores do *establishment* sul-africano.

Verificou-se então uma batalha no governo sul-africano entre os que queriam prosseguir uma política de amizade em relação aos novos estados independentes no Norte, com o objectivo a longo prazo de espalhar a influência sul-africana criando a sua dependência económica, e aqueles que, impressionados pela política de Israel em relação aos árabes, queriam manter a ascendência da África do Sul através de meios militares com ou sem [...] apoio dos Estados Unidos (NEWITT, 1997, p. 480).

Neste excerto, Newitt visualiza o quão difícil era o processo de tomada de decisões em matéria de política externa pelo Governo de Vorster. Vorster defendia uma política externa regional de aproximação, cooperação e amizade – a *détente*. A política externa de *détente* advogada pelo Vorster e seus correligionários tinha por objectivo normalizar as relações políticas com os Estados vizinhos rumo à criação de uma comunidade regional dos Estados (SILVA, 2013). Para Vorster e sua administração, a cooperação com Moçambique e Angola era importantes porque, permitiriam evitar que estes dois Estados se tornassem uma influência desestabilizadora na região (JASTER, 1985). A ala defensora da prossecução de uma política de

amizade em relação aos novos Estados independentes no Norte, liderada pelo Primeiro – ministro John Vorster, impôs-se até a ascensão de Pieter Willem Botha, até então Ministro de Defesa, ao poder, em 1978.

Pieter Willem Botha assumiu o cargo de Primeiro-ministro em 28 de Setembro de 1978, após a demissão de John Vorster em consequência de uma sucessão de escândalos político-financeiros. No ano anterior, Moçambique e Angola já tinha instituído o Marxismo-Leninismo como via para o desenvolvimento socioeconómico e de gestão política do Estado. Botha adoptou uma política externa eminentemente realista, defendendo o recurso à força militar para salvaguardar os interesses vitais do regime do Apartheid.

No plano internacional, procurou uma aproximação mais estreita com os Estados Unidos da América, emitindo sinais de reformas internas<sup>28</sup> e aguçando o tom contra a expansão do comunismo e a influência de Cuba e da União Soviética na região (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1998). O principal objectivo da política externa do Governo de Botha era preservar o apartheid a longo prazo. Para o efeito, Botha elegeu o uso da força militar, acções encobertas e a diplomacia secreta como principais instrumentos da política externa (SHEPARD; GOLDMAN, 1989) e; ao mesmo tempo, pôs em prática a grande estratégia, ou Estratégia Total, como doutrina da política externa da África do Sul para região.

De acordo com Silva (2013) a Estratégia Total preconizava a criação de uma constelação pacífica de Estados da África Austral no plano externo, respeitando os respectivos patrimónios culturais, tradições e ideias; a determinação da África do Sul em defender-se da intervenção exterior com os meios práticos à sua disposição; prossecução, tanto quanto possível, da neutralidade no confronto entre as superpotências e a atribuição da prioridade aos interesses estritamente nacionais, concentrando todos os esforços do país exclusivamente nas questões regionais.

Foi exactamente na região Austral de África onde a África do Sul procurou exercer a sua hegemonia e aliviar-se da pressão política, sanções económicas e isolamento internacionais. Deste modo, e em prossecução da política externa ancorada na Estratégia Total, a África do Sul conduziu uma campanha agressiva de desestabilização contra os Estados da Linha da Frente,

---

<sup>28</sup> Reformas constitucionais para alargar os direitos civis e cívicos dos negros, indianos e mestiços assim como abertura para a liberdade sindical dos trabalhadores negros, abolição do chamado *pass book* e instituição de direitos iguais entre os trabalhadores brancos e negros em algumas empresas.

principalmente Angola e Moçambique, onde, para além de ataques militares aéreos (bombardeamentos), o regime sul-africano realizou operações militares terrestres, empreendeu sabotagens, apoiou grupos dissidentes, criou unidades de mercenários e efectuou assassinatos (LEONARD, 1983). Era uma política externa de desestabilização que visava não apenas intimidar os Estados vizinhos, inibindo-os de apoiar os movimentos contestatários do Apartheid, mas também destruir as suas infra-estruturas essenciais de forma a mantê-los dependentes da África do Sul.

Na década de 1980, as Forças de Defesa da África do Sul intensificaram ataques aéreos contra alvos civis e infra-estruturas económicas e sociais em Moçambique, Angola, Botswana, Zimbabwe e Lesotho, com objectivos de impedir o apoio destes países ao Congresso Nacional Africano e à Organização do Povo do Sudoeste Africano e de sacudir a influência comunista da África Austral, bem como inviabilizar a criação de exércitos convencionais que constituíssem uma ameaça ao poderio militar sul-africano.

Em Moçambique, além de ataques aéreos, a África do Sul abriu uma linha de apoio directo à Resistência Nacional Moçambicana, então grupo rebelde que combatia o Governo da Frente de Libertação de Moçambique (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983; CAWTHRA, 1997). Similarmente, em Angola a África do Sul lançou uma campanha de bombardeamentos e apoio à União Nacional para a Independência Total de Angola, contra o Governo do Movimento Popular para a Libertação de Angola, como forma de desencorajar o suporte que este concedia à Organização do Povo do Sudoeste Africano (MENESES; RIBEIRO, 2018).

No plano económico, o objectivo primordial da política externa de Botha era manter ligações comerciais com as grandes potências, incluindo com a União Soviética, e aprofundar a dependência económica dos países vizinhos (SHEPARD; GOLDMAN, 1989). Mas foi no plano regional onde a política externa de Pretória se sentiu na esfera económica.

De acordo com Silva (2013), a promoção do estreitamento de laços económicos regionais através da implementação do projecto de Constelação de Estados da África Austral era o vector prioritário da política externa de Botha. O projecto de Constelação de Estados da África Austral visava “encerrar os Estados vizinhos ainda mais firmemente no sistema económico sul-africano, aumentar os meios de pressão sobre eles e, dessa forma, inibindo-os de ajudar os movimentos de

oposição negros e/ou preparar um assalto militar contra o país” (SILVA, 2013, p.161), entre outros objectivos<sup>29</sup>.

A Constelação de Estados da África Austral seria composta pelos Bantustões já criados, designadamente Bophuthatswana, Transkei e Venda, e incluiria Lesotho, Swazilândia e Botswana. Além destes Estados perspectivava-se a integração da Zâmbia, a participação do Zaire (actual República Democrática do Congo), adesão do Malawi e apostava-se na possível inclusão do Zimbabwe, sob a liderança de Abel Muzorewa, e da Namíbia, dirigida por *Democratic Turnhalle Alliance*, pró-África do Sul. Angola, Moçambique e Tanzânia não entravam imediatamente nas equações da Constelação devido à sua orientação política de índole socialista.

De uma forma geral, África do Sul pretendia tornar a Constelação de Estados da África Austral num organismo de coordenação de acções em diferentes domínios de cooperação, designadamente: as telecomunicações, os transportes, a saúde, a segurança, a produção alimentar e o turismo. Contudo, a Constelação de Estados da África Austral fracassou.

Dois factores contribuíram para o insucesso da Constelação: a vitória eleitoral de Robert Mugabe, da União Nacional Africana do Zimbabwe, contrário à ideologia do Apartheid; e, a criação, por Estados da Linha da Frente, da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, projecto de integração económica semelhante ao da Constelação de Estados da África Austral (JASTER, 1985; SILVA, 2013). A questão que se coloca é saber se os Estados membros da Linha da Frente e a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral foram capazes de induzir mudanças na ordem política regional, tendo em conta o poder hegemónico da África do Sul.

### 3.5 ESTADOS DA LINHA DA FRENTE

A Linha da Frente (Estados da Linha da Frente) foi uma organização informal de concertação política e diplomática principiada pelos presidentes Julius Nyerere, da Tanzânia; Keneth Kaunda, da Zâmbia; e Sir Seretse Khama, do Botswana. As consultas e concertações

---

<sup>29</sup> Outros objectivos eram: obter o reconhecimento de *facto* e de *jure* dos bantustões por parte de alguns Estados africanos; obter o reconhecimento do *status quo* da Namíbia; dividir os países africanos para tornar difícil a coordenação de acções de apoio aos movimentos nacionalistas negros e criar um ambiente favorável à aproximação entre África do Sul e Ocidente.

entre os três Chefes de Estado iniciaram em 1969<sup>30</sup>, e a agenda dominante era a libertação colonial da África Austral.

Em 1974, Samora Machel, presidente da Frente de Libertação de Moçambique, juntou-se aos presidentes Nyerere, Kaunda e Khama. As discussões dos líderes giravam em torno de Angola, entre 1964 e 1976, e da Namíbia e Zimbabwe, desde 1976. Foi taxativamente em 1976 que o Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana (actual União Africana) responsabilizou a Linha da Frente das questões relativas à libertação da Namíbia, do Zimbabwe e da África do Sul. Agostinho Neto, presidente de Angola, juntou-se à Linha Frente ainda em 1976, e as potências ocidentais começaram a considerar a Linha da Frente como um actor regional relevante na busca de soluções na Namíbia, África do Sul e Zimbabwe. Deve ser por isso que alguns autores marcam 1976 como o ano do nascimento da Linha da Frente (ADELPHI PAPERS, 1983; EVANS, 1984; JUSTER, 1985; KHADIAGALA, 1993).

Em tese, não se concorda com este marco do surgimento da Linha da Frente enquanto coligação política e diplomática tal como os autores ora citados afirmam, porque:

Não existe propriamente uma data para o nascimento da Linha da Frente, não há um documento normalizando e estruturando, apenas comunicados após cimeiras. Reuniam-se Chefes de Estado, isso não significava que existisse uma organização como tal, com aquilo que caracteriza a existência de uma instituição (VIEIRA, 2011, p.369).

Vieira avança ainda que apenas havia reuniões entre os Chefes de Estado onde nem os ministros participavam e tais reuniões não eram secretariadas. Os ministros eram chamados pelo Presidente Julius Nyerere para receberem os *briefings* dos encontros e orientações de como as decisões deveriam ser prosseguidas e implementadas. Argumenta-se, portanto, que é um facto que a Linha da Frente recebeu o reconhecimento em 1976, mas isso não marca a data do seu nascimento como organização.

Todavia, o mais importante não é discutir quando e como a Linha da Frente nasceu, mas perceber como desempenhava o seu papel enquanto um grupo de Estados e, separadamente,

---

<sup>30</sup> A Tanzânia, Zâmbia e o Botswana tornaram-se Independentes em 1963, 1964 e 1966, respectivamente, mas cedo viram-se cercados de bastiões de regimes coloniais e racistas em Moçambique, na Rodésia do Sul e na África do Sul. Por isso cedo os Estados negros independentes viram-se obrigados a envidar esforços de coordenação para garantir a sua sobrevivência e ao mesmo tempo apoiar os movimentos de libertação nacional com a finalidade de contribuir para a independência de todos os territórios até então sub dominação branca.

implementavam as estratégias a que recorriam no processo de resolução das questões políticas e de segurança. A segunda questão relevante é avaliar o impacto da sua intervenção em face do reduto colonial em Angola e Moçambique e de regimes racistas minoritários na África do Sul e na Rodésia. Em outras palavras, trata-se de analisar os pontos fortes e fracos dos países da Linha da Frente como coligação de Estados.

Antes de se fazer uma avaliação das realizações da Linha da Frente é preciso lembrar que os Estados componentes tinham as suas especificidades geográficas que influenciavam sobremaneira as suas decisões e interesses na definição de política externa, sobretudo em relação África do Sul. De acordo com Vieira (2011), Zâmbia ainda não tinha conseguido uma independência política completa do domínio britânico. As forças de defesa e segurança continuavam sob controlo de Londres. Botswana sofria uma enorme pressão da África do Sul e da Rodésia. Nesta asserção de Vieira, percebe-se que as decisões da Zâmbia e do Botswana, em política externa, eram tomadas tendo em consideração a necessidade de salvaguardarem o seu interesse vital: a sua sobrevivência como Estados independentes e soberanos. Apesar das diferenças, os Estados membros da Linha da Frente lograram alguns sucessos políticos e diplomaticos.

Na esfera política, a Linha da Frente apoiou os movimentos de libertação de Moçambique, Angola, Zimbabwe, África do Sul e Namíbia, oferecendo bases e passagens para o exterior<sup>31</sup> (Botswana e Zâmbia). Na frente diplomática, a Linha da Frente envolveu-se nas negociações que culminaram com a independência do Zimbabwe, e exerceram muita pressão sobre a África do Sul e a comunidade internacional para a libertação da Namíbia (EVANS, 1984; JASTER, 1985). De igual modo, países membros da Linha da Frente induziram os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha Federal a um reposicionamento em relação à África do Sul, passando a pressioná-la no sentido de abandonar as suas ambições hegemónicas e racistas na região (VIEIRA, 2011). Não obstante estes sucessos, a Linha da Frente era economicamente débil e cronicamente dependente da África do Sul.

Todos os Estados independentes da África Austral eram economicamente dependentes da África Sul, desde o trabalho migratório, os transportes e o comércio. Em 1978, cerca de 316,401

---

<sup>31</sup> Moçambique e Angola vieram desempenhar o mesmo papel depois de conquistarem a sua independência em 1975. Angola serviu de base à Organização do Povo do Sudoeste Africano e Moçambique acolheu os guerrilheiros da União Nacional Africana do Zimbabwe e combatentes do Congresso Nacional Africano.

cidadãos dos Estados independentes da região (excepto a Tanzânia) trabalhavam na África do Sul (JASTER, 1985).

África do Sul tinha a economia mais industrializada e diversificada do continente e era muito avançada na produção de energia, nos transportes, comunicações, na agricultura, nos serviços, na pesquisa e desenvolvimento, incluindo a área militar. Diante deste quadro e como parte da resposta às acções de desestabilização da África do Sul, os Estados da Linha da Frente criaram a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, em 1980.

### 3.6 CONFERÊNCIA DE COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL

Os países da Linha da Frente reforçaram a sua luta pela libertação política estendendo-a ao esforço de independência económica, elegendo a redução da dependência económica em relação à África do Sul como objectivo primordial. Tratava-se de uma estratégia visando alterar as estruturas económicas assentes na produção de matérias-primas e exportação de mão-de-obra, criada por sistemas coloniais com o objectivo de servir os interesses capitalistas globais representados pela África do Sul na região austral de África. Para o efeito, os líderes dos Estados independentes da África Austral, motivados por mudanças políticas no Zimbabwe que culminaram com sua independência política, decidiram criar a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (TEMPO, 1980).

Esta organização foi criada a 1 de Abril de 1980, em Lusaka, capital da Zâmbia, integrando nove Estados, a saber: Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A criação da organização foi uma plataforma encontrada por Estados fundadores para alargar as áreas de sua cooperação, convencidos de que o aumento de uma interacção entre si iria contribuir para a redução da dependência em relação à África do Sul e, conseqüentemente, ao capitalismo mundial. Para os países independentes da região, a cooperação significava o aproveitamento nacional das especificidades de cada um dos países, em particular das riquezas naturais e da localização geográfica, para o desenvolvimento dos seus povos sem perder de vista que cada um dos países tinha seus interesses singulares.

Nestes termos, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral visava fundamentalmente reduzir a dependência económica, particularmente, mas não exclusivamente, em relação à África do Sul; estabelecer laços de modo a criar uma organização regional genuína e justa; mobilizar recursos para promover a implementação de políticas nacionais, interestatais e regionais; garantir a cooperação internacional de forma concertada no quadro da sua estratégia de libertação económica (GWARADZIMBA, 1993; ANGLIN, 1987; SILVA, 2013). Para alcançar estes objectivos, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral desenhou um Programa de Acção atribuindo responsabilidades a cada um dos Estados membros.

De acordo com as revistas *Tempo* (1980) e *The Black Scholar* (1987), Angola foi indicada para coordenar o sector de energia, conservação e desenvolvimento. Botswana foi-lhe atribuída a responsabilidade pelo estudo para o controlo da febre aftosa, que inclui a a pesquisa e e criação de uma vacina contra esta doença que afectava principalmente o gado bovino. A missão de Gaborone extendia-se igualmente ao estabelecimento de um Centro Regional de Agricultura para a defesa de zonas áridas ou afectadas pelas secas cíclicas. Ao Lesotho foi atribuído a área de solos e conservação da água. Malawi ficou responsável por coordenar o sector de pescas, florestas e fauna bravia. O desenvolvimento industrial da Região Austral de África ficou reservado à Tanzânia e Swazilândia recebeu a missão de coordenar os estudos relacionados com a criação de facilidades para a formação profissional que beneficiassem os países da região ou melhor, o desenvolvimento do capital humano. Zâmbia ficou responsável pela coordenação do sector de minas e elaboração de programas e estudos para a criação de um fundo de desenvolvimento da África Austral. Zimbabwe tomou o dever de desenvolver um Plano de Segurança Alimentar da região que incluía a criação de reservas alimentares dos países membros. Moçambique ficou com o dever de dirigir a área dos transportes e comunicações.

Os transportes não só eram a ponte entre os nove países membros da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, mas também constituíam o elo principal da cooperação económica. Esta era, na prática, a maior de todas as responsabilidades repartidas pelos Estados presentes na Cimeira de Lusaka e a escolha de Moçambique para liderar o sector de transportes e comunicações não foi aleatória. Moçambique jogava “um papel crucial neste sector, porque os seus portos [passariam a] servir seis países ou mais: Suazilândia, Zimbabwe,

Botswana, Zâmbia, Malawi, para além da África do Sul e da possibilidade de poder vir servir Zaire” (TEMPO, 1980, p.25).

Sem um sistema de transportes e comunicações adequado, o desenvolvimento da cooperação nas áreas prioritárias como a de agricultura, indústria, comércio e energia tornar-se-ia impraticável (TEMPO, 1980). Esta fonte avança que a região da África Austral dependia da África do Sul como um centro fulcral de transportes e comunicações, um exportador de bens e serviços e um importador de matérias-primas e mão-de-obra.

Esta dependência não [era] um fenómeno natural nem um simples resultado de uma economia de mercado livre. Os nove Estados e um território ocupado na África Austral (Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe) foram deliberadamente incorporados pelas metrópoles, potências coloniais e subcoloniais centrados, de uma forma geral, na República da África do Sul (TEMPO, 1980, p. 34).

Portanto, a libertação económica era tão vital quanto à independência política. Não é surpreendente que o principal objectivo da criação da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral fosse a redução da dependência em relação à África do Sul. “Entendia-se com razão, que a tarefa principal da libertação [...] dos países [da região] deslocava-se para a área económica e que se necessitava de organizar as [...] economias, de modo a poder, posteriormente, integrar uma África do Sul livre” (VIEIRA, 2011, p. 409).

Desta feita, no sector de infra-estruturas a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral apostava na reorientação da rede de transportes, com vista a reduzir a dependência em relação à África do Sul. De acordo com Abrahamsson e Nilsson (1994):

A importância dada pela [Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral] ao sector de transportes pode ser explicada pela influência positiva que a reconstrução e o reforço de infra-estruturas de transportes [tinham] na dependência dos países membros do interior em relação ao sistema de transportes sul-africano (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994, p. 188).

Neste âmbito, os Estados membros criaram uma Comissão de Transportes e Comunicações da África Austral para coordenar a utilização dos sistemas existentes, bem como a planificação e financiamento de serviços adicionais. A sede da Comissão foi instalada em

Maputo e era apoiada por um pequeno grupo técnico. Ao criar a Comissão dos Transportes e Comunicações, os Estados da região queriam utilizá-la “para em conjunto com as agências financiadoras existentes, bilaterais e multilaterais mobilizar fundos para projectos urgentes em sectores prioritários, organizando conferências ad-hoc de doadores” (TEMPO, 1980, p.34).

Na vigência da Comissão, Moçambique desenvolveu 97 projectos na área de transportes e comunicações para a aprovação da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, dentre os quais: a reabilitação das infra-estruturas de transportes e comunicações já existentes; estabelecimento de ligações de telecomunicações e infra-estruturas de aviação civil; construção de um novo sistema de transportes; e, realização de estudos de viabilidade para o desenvolvimento de infra-estruturas adicionais (JUSTER, 1985).

A Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral logrou alguns sucessos. Os países membros da organização conseguiram implementar alguns programas estruturantes, tais como o de reabilitação dos corredores regionais de transporte da Beira, Dar-Es-Salaam, Lobito, Maputo e Nacala, bem como o melhoramento das comunicações entre países e nas ligações aéreas. A investigação agronómica e a área de energia também conheceram progressos relevantes (MAPHANYANE, 1990).

Na opinião de Cardoso (1991), a organização foi eficaz e foi única com maior sucesso em África porque grangeou um alto índice de credibilidade junto dos países e instituições doadoras, facto que lhe possibilitou captar recursos da comunidade internacional no valor de três biliões de dólares americanos para o desenvolvimento dos projectos de transportes. Tinha boa coordenação de acções entre os Estados membros e foi capaz de recuperar e defender os corredores de transportes. Todavia, logo à nascença o organismo foi percebido como um veículo de combate ao Apartheid, principalmente pela África do Sul. Embora Cardoso (1991) considere esta percepção como um sucesso, não deixa de ser óbvio que consituia um obstáculo para o alcance dos seus objectivos porque África do Sul passou a percebê-la como uma ameaça aos seus interesses económicos.

Politicamente, a criação da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral corporizava um desafio ao projecto sul-africano de integração – a Constelação de Estados da África Austral -, votando-o ao fracasso (SILVA, 2013). Além disso, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral frustrava a política regional da África do

Sul e o principal objectivo da África do Sul, que era manter e/ou aprofundar a dependência económica dos Estados independentes da região. No mesmo diapasão, Maphanyane (1991) afirma que a organização forjou uma identidade comum regional e um sentido de destino comum, que eram condições necessárias para as relações económicas e políticas harmoniosas.

Em termos de segurança, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral impunha-se como uma condição para fracasso da Estratégia Total (DAVIES; O'MEARA, 1987) e ameaçava o interesse vital do Estado sul-africano – a sobrevivência do Apartheid. De acordo com Silva (2013), a organização era uma afronta aos objectivos sul-africanos de constituir uma Constelação de Estados na região e à toda a estratégia regional de Pretória. Efectivamente, olhando para o objectivo principal da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, percebe-se que a organização fora “concebida pelos seus fundadores como uma verdadeira contra-constelação ou, pelo contrário, fundamentalmente como um mecanismo que de certa forma oferecia aos Estados [...] da região uma justificação para escaparem à pressão do projecto sul-africano” (SILVA, 2013, p.170).

Maasdorp e Whiteside (1992, p. 4) não têm dúvidas que “a organização foi criada para coordenar os fundos de ajuda aos projectos regionais e para conter a dominação económica regional da África do Sul sobre a região”<sup>32</sup>. Nestes termos, Pretória sentia que a sobrevivência do sistema político do Apartheid estava ameaçada. Para fundamentar esta asserção, Pillay (1986) afirma que a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral era o símbolo e a corporização tangível da economia política de libertação da África Austral, pelo que o projecto político dos Estados independentes da região era percebido pelo regime do Apartheid na África do Sul como um inimigo perigoso da sua hegemonia regional. Afirma-se que os antecedentes por detrás da criação da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral eram os esforços dos Estados independentes da região, principalmente os membros da Linha da Frente, para encontrar uma alternativa à hegemonia da África do Sul e à sua estratégia de dominação apresentada na Constelação de Estados da África Austral (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994). Por isso, a África do Sul procurou reagir.

---

<sup>32</sup> “The organisation was set up to coordinate aid funds for regional projects and to counter South Africa's economic dominance of theregion.”

Como reacção, África do Sul acelerou a implementação da sua política externa regional de desestabilização, intensificando acções de natureza militar contra os Estados vizinhos seleccionados. Desta forma, na década de 1980, as Forças de Defesa da África do Sul intensificaram ataques aéreos contra alvos civis e infra-estruturas económicas e sociais em Moçambique, Angola, Botswana, Zimbabwe e Lesotho. A atitude reactiva da África do Sul pode ser explicada pelo desejo que Pretória tinha de manter a sua hegemonia política, económica e de segurança. As relações entre África do Sul e os Estados membros da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral gravitavam em torno da economia política de dominação e subordinação, com África do Sul a buscar a prevalência do seu *status quo* dominante e os restantes Estados vizinhos a procurarem libertar-se da pressão política, económica e militar imposta por Pretória.

Na época, o poder económico regional da África do Sul já era reconhecido. O país era o maior exportador mundial de metais do grupo de platina, ouro, vanádio, cromo, alunite e manganês. Adicionalmente, posicionava-se em segundo lugar na exportação de vermiculite, antimónio, diamantes, flúor e asbetos, para além de ocupar o terceiro lugar na exportação de titânio, urânio e zircónio (GUIA..., 1986). Em 1988, África do Sul contava com cerca de 77% do Produto Nacional Bruto da região, ou seja, ultrapassava em quase três vezes o conjunto dos membros da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (62,6 biliões de dólares contra apenas 23,7); detinha 77% do total de energia gerada; 97% da produção total de carvão; 98% de minérios de ferro; 70% da produção total de milho produzido; 80% de trigo; 39% de gado bovino e 80% de gado caprino (MBOGORO, 1987; CARDOSO, 1991).

De igual modo, Pretória era maior parceiro comercial da região. A característica do comércio regional era o elevado nível de trocas entre a maioria dos membros da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral e África do Sul. Com a excepção de Angola e Tanzânia, todos os Estados membros tinham fortes relações comerciais com a África do Sul. Este país exportava para a região bens avaliados em 1,5 bilião de dólares entre 1980 e 1986, e tinha uma indústria transformadora mais desenvolvida do que a dos restantes países vizinhos. Na economia sul-africana, a indústria transformadora representava 23%, contra 13% agregados do contributo deste sector para as economias nacionais dos países da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (CARDOSO, 1991).

Enquanto África do Sul era especializada na produção de riquezas minerais estratégicas para os mercados internacionais, os Estados membros da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral eram exportadores de bens primários, com uma indústria transformadora pouco competitiva. Os investimentos e a propriedade de capitais entre estes países eram pouco significativos, sendo a presença da África do Sul mais importante. Os capitais sul-africanos na África Austral eram dominantes. Como não bastasse, as ligações económicas recíprocas entre os países da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral eram menos relevantes quando comparadas com as que os ligava à economia sul-africana (CARDOSO, 1991; ABRAHAMSSON; NILSSON, 1998).

Na área dos transportes, cinco dos dez principais portos da África Austral eram sul-africanos e o sistema dos transportes na África Austral era dominado pelos Serviços dos Transportes sul-africanos. Por esta via, África do Sul controlava uma parte substancial do tráfego regional (DAVIES, 1990). Por isso, Pretória ocupava uma posição central na África Austral e existiam fortes laços de subordinação económica na região.

Um dos objectivos primordiais da estratégia regional da África do Sul era o de manter-se como uma potência regional “rodeada por uma cintura de Estados subjugados servindo de mercados para produtos sul-africanos e de fornecimento de mão-de-obra, matérias-primas e, quando necessário, serviços de transporte” (OLSON, 1990, p.18). De acordo com este autor, para o regime do Apartheid, os Estados vizinhos (Moçambique incluso) não deveriam transformar-se em economias fortes e independentes. Pelo contrário, tinham de manter-se e aumentar os seus laços económicos e de dependência com África do Sul. Moçambique, além do Lesotho, Swazilândia e Botswana, era o país mais dependente da África do Sul (JASTER, 1985).

África do Sul usava o seu poder económico como uma arma para influenciar as decisões políticas dos Estados vizinhos com objectivos de desviar o apoio que alguns destes prestavam ao Congresso Nacional Africano e à Organização do Povo do Sudoeste Africano. Malawi é bom exemplo para sustentar esta asserção. Malawi era o único Estado membro da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral que mantinha relações diplomáticas com Pretória em troca de apoio político e económico. Nos Estados onde a pressão económica não conseguisse influenciar a política externa a seu favor, África do Sul recorria a agressões armadas directas e acções encobertas como forma de impor a manutenção da sua hegemonia.

Para África do Sul, os Estados vizinhos não deveriam autorizar os movimentos de libertação a operar a partir dos seus territórios, nem se transformar em economias fortes e independentes, com capacidade para se defenderem militarmente. Os Estados regionais tinham de moderar a sua posição anti-apartheid e evitar desenvolver a cooperação, especialmente, militar com os países socialistas; por último, os Estados da região tinham de manter e aumentar os seus laços económicos e de dependência com África do Sul (OLSON, 1990). O Estado que assim não alinhasse era alvo directo da hostilidade sul-africana. Moçambique foi o principal alvo desta versão da política externa sul-africana por conta da sua localização geográfica, a política externa progressista, activismo político contra o Apartheid e ideologia marxista-leninista adoptada em 1977.

Na essência, a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral não alcançou o seu objectivo primordial de reduzir a dependência económica em relação à África do Sul. De acordo com Abrahamsson e Nilsson (1998) a dependência em relação ao Ocidente aumentou. Concorreu para o efeito o facto de todos os projectos identificados e realizados terem sido financiados quase na sua totalidade por países ocidentais<sup>33</sup>, principalmente europeus. De igual modo, houve um incremento da dependência relativamente à África do Sul, particularmente nas áreas de comércio e transportes. O comércio com Pretória aumentou não só em virtude do baixo grau de complementaridade das economias dos Estados membros, mas também devido ao facto de o comércio regional não ter sido estimulado pelos governos. Os desequilíbrios macroeconómicos, os défices da balança de pagamentos e as dívidas dos membros da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral aumentaram. No sector dos transportes, os importadores e exportadores da região continuaram a utilizar a rede de transportes sul-africana, não obstante terem sido feitos grandes investimentos nas infra-estruturas (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1998).

Apontam-se dois factores explicativos para a contínua preferência de utilização do sistema de transportes sul-africano. Primeiro, África do Sul modernizou as suas infra-estruturas de transportes, principalmente, os portos. Em segundo lugar, desenvolveu uma campanha de destruição de infra-estruturas de transportes dos países vizinhos, principalmente em

---

<sup>33</sup> Cerca de 80% dos investimentos feitos nos Estados membros da Conferência de Cordenação do Dsenvolvimento da África Austral tinham financiamento externo, principalmente do Ocidente.

Moçambique, através de ataques directos e indirectos, com a intenção de desestabilizar todo sistema regional de transportes, inviabilizando assim os objectivos da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, particularmente o de reduzir a dependência em relação à Pretória.

## 4 RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL, 1975 -1992

O presente capítulo tem por objectivo analisar as relações políticas entre Moçambique e África do Sul no período 1975 e 1992, para perceber os seus reflexos na interacção económico-comercial bilateral. O desenvolvimento deste capítulo norteia-se pelas questões seguintes:

Como é que as relações políticas entre Moçambique e África do Sul evoluíram durante o período entre 1975 - 1992? De que forma a evolução de tais relações se reflectiu na interacção económica e comercial entre os dois países?

Para melhor desenrolamento, o capítulo está estruturado em quatro subcapítulos. O primeiro subcapítulo é sobre as divergências político-ideológicas em que, por um lado, se posiciona África do Sul, capitalista, orientada por uma filosofia ultra-separatista racial e, por outro lado, coloca-se Moçambique, ainda em construção de um Estado socialista e guiado por ideais marxista-leninistas.

No segundo subcapítulo arrolam-se os factos relativos às agressões militares ou ataques directos perpetrados por Pretória contra Moçambique, justificados pela defesa da sobrevivência do sistema político do Apartheid e da sua hegemonia regional. No terceiro subcapítulo descrevem-se e discutem-se a origem, os objectivos e o papel da Resistência Nacional Moçambicana enquanto um instrumento da África do Sul para desestabilizar o Governo moçambicano. Por fim, esmiuçam-se os reflexos que as relações políticas tiveram na interacção económica e comercial entre os dois países.

### 4.1 DIVERGÊNCIAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS

Entre África do Sul e Moçambique havia divergências políticas e ideológicas. Na África do Sul vigorava o Apartheid (separação em *Afrikaans*), uma política de segregação racial e de organização territorial assumida oficialmente pelo Partido Nacionalista em 1948, com o objectivo de separar as raças e estabelecer uma hierarquia em que a minoria branca dominaria as outras raças, sobretudo os negros (SOUSA, 2005).

O sistema do Apartheid era guiado por quatro ideias. A primeira ideia era que a população da África do Sul estava dividida em quatro grupos raciais: brancos, mestiços, indianos e

africanos (negros). Em segundo lugar, uma raça branca, civilizada, pelo que tinham direito a ter controle absoluto sobre o Estado. Terceiro, os interesses dos brancos deveriam prevalecer sobre os interesses dos negros; o Estado não era obrigado a prover facilidades iguais para as raças subordinadas. Em quarto lugar, o grupo racial branco formava uma única nação, com componentes afrikaans e de língua inglesa, enquanto os africanos (negros) pertenciam a várias nações distintas ou nações potenciais (THOMPSON, 2001). Estas ideias foram posteriormente sustentadas por leis, facto que tornou o Apartheid um sistema político e ideológico da África do Sul até 1991.

As tais leis oficializaram a discriminação racial, económica, social, cultural e laboral, em benefício da raça branca. Em paralelo, desenvolveu-se um aparelho securitário repressivo, como instrumento de imposição das leis instituídas. Além disso, sofisticou-se um complexo industrial militar e modernizaram-se as forças armadas para defender o país, sobretudo o regime, das eventuais ameaças internas, regionais e internacionais. A polícia, os serviços de inteligência e os militares reprimiam, com violência, todas e quaisquer manifestações contra o regime ou suas políticas e decisões. De acordo com Cawthra (1997), também cabia a estas instituições infiltrar-se nas organizações políticas e de massas para colectar boas informações (inteligência), deter e interrogar os suspeitos, assim como preparar processos para que fossem bem-sucedidos nos tribunais.

Porém, note-se que, apesar de ter desenvolvido instrumentos legais e um aparelho securitário repressivos, o sistema do Apartheid era internamente contestado e/ou criticado por organizações políticas (com destaque para o Congresso Nacional Africano, Congresso Pan-Africano e Partido Comunista da África do Sul). O sistema era também repudiado por organizações sócio-laborais (com realce para o Congresso dos Sindicatos da África do Sul), incluindo por confissões religiosas. Ao nível internacional, o sistema era condenado por muitos países e organizações internacionais.

As contestações internas ao regime avolumaram-se na década de 1970, sobretudo após o massacre de Soweto, a 16 de Junho de 1976. Nesta data, milhares de estudantes marcharam nas ruas de Soweto, arredores da Cidade de Johannesburgo, contra a insistência do Governo em usar o Afrikaans como a língua oficial de ensino. A polícia respondeu às manifestações com violência. Acredita-se que o massacre tenha vitimado 700 pessoas, maioritariamente crianças (números

oficiais indicam 176 mortos). Em consequência, o ambiente político interno da África do Sul passou a caracterizar-se, ciclicamente, por manifestações de rua, sabotagens e guerras de guerrilha lideradas pelo Congresso Nacional Africano e Congresso Pan-Africano. O Governo sul-africano respondia a estas manifestações de forma violenta. Este facto ampliava as condenações internacionais, que tiveram como corolário a imposição de sanções, incluindo o embargo de armas, pela Organização das Nações Unidas, em 1977 (CAWTHRA, 1997). Além disso, o regime sul-africano procurou estabilizar a situação interna estendendo as suas acções ao nível regional.

Ao nível regional, um grande acontecimento havia ocorrido no ano anterior ao massacre de Soweto. Trata-se da independência de Moçambique. Em 1975, a Frente de Libertação de Moçambique declarou a independência nacional depois de ter dirigido transitoriamente o país até 1974. Inicialmente, a tomada de poder pela Frente de Libertação de Moçambique não assustou o regime do Apartheid na África do Sul.

De acordo com Newitt (1995), África do Sul continuou a acreditar que as antigas relações de amizade e cooperação forjadas com regime colonial português continuariam devido à forte interdependência económica entre os dois países. Efectivamente, a Frente de Libertação de Moçambique e o governo sul-africano rubricaram um acordo de não agressão, ainda em 1974. O instrumento preconizava a não intervenção militar da África do Sul em Moçambique, na condição de Moçambique não permitir que o Congresso Nacional Africano operasse a partir do território moçambicano (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1998).

No acordo de 1974 acentuava-se a importância da continuação da cooperação económica. De acordo com Cabrita (2000), África do Sul acreditava que um Moçambique independente não ameaçaria o regime do Apartheid porque existiam fortes ligações económicas entre Maputo e Pretoria e visualizava uma África Austral estável, onde prevaleceria uma cooperação e não uma confrontação militar.

Mas o optimismo do regime sul-africano durou pouco em função do(s) desenvolvimento(s) político(s) no interior da África do Sul e da evolução dos acontecimentos nos países vizinhos. Embora seja consensual entre teóricos da economia política internacional que o comportamento de um Estado “não pode ser entendido completamente sem referência aos factores económicos” (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF JR, 2003, p.529), é importante registar quando se trata de

formulação de política externa, os Estados preocupam-se, primeiro, com a manutenção da independência e da segurança do Estado e, depois, com a promoção dos seus interesses económicos (SILVA, 2012). Foi exactamente o que aconteceu com relação a interacção entre Maputo e Pretória.

Aquando da ascensão à independência nacional a 25 de Junho 1975, Samora Machel, então Presidente de Moçambique, anunciou as directrizes da política externa de Moçambique, designadamente a solidariedade com os movimentos de libertação nacional e o internacionalismo militante. Os países socialistas, os jovens Estados africanos e as forças progressistas do mundo foram citados como sendo aliados naturais, e anunciou a adesão de Moçambique aos princípios orientadores das Cartas da Organização das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana (MACHEL, 1975).

Na opinião de Abrahamsson e Nilsson (1998), a política externa de Moçambique guiava-se pelo não-alinhamento, anti-imperialismo, apoio à luta por regimes de maioria nos países vizinhos e diminuição da dependência dos países da região em relação à África do Sul. Para Moçambique, os seus interesses económicos perante África do Sul estavam claros. Mas, tal como afirma Da Silva (2012, p.135) “os interesses económicos poderão ter uma acção decisiva na formulação de política externa; contudo, não se bastam a si próprios, sendo necessário que sejam unidos a interesses políticos”.

Moçambique tinha, sim, interesses políticos que se sobrepunham aos interesses económicos, pelo que, na sua relação com África do Sul, tornou-se um activista mais destacado da luta anti-apartheid e apoiou a instalação do Congresso Nacional Africano em Maputo. Além disso, o país assumiu um papel de grande relevo na Linha da Frente, afirmando, tal como diz Newitt (1995, p.479) “o direito a uma linha independente nos assuntos internacionais e regionais”.

A principal preocupação do Governo de Maputo, desde 1975, era a sobrevivência do Estado e a preservação da soberania nacional. Entretanto, a África do Sul aumentou a sua pressão sobre Moçambique com objectivos políticos similares: manter o sistema do Apartheid internamente e impedir as acções do Congresso Nacional Africano, a partir dos países vizinhos, principalmente Moçambique.

É importante referir que além de relações políticas que já começavam a contradizer-se, os dois países tinham ligações económicas fortes e estruturalmente forjadas na era colonial. Neste sentido, dificilmente Maputo e Pretória poderiam desenvolver relações políticas separadas dos interesses económicos de cada um dos Estados. A cooperação afigurava-se não apenas necessária, mas também inevitável, dada a contiguidade geográfica e a interconexão socioeconómica.

De acordo com Silva (2012, p. 175) “os interesses económicos têm também estado na base de estabelecimento de relações pacíficas e de cooperação entre os Estados, suplantando mesmo as disputas económicas”. Em certa medida, os Governos de Maputo e de Pretória seguiram este princípio de economia política internacional, porque, mesmo depois da proclamação da independência de Moçambique, em 1975, e adopção de uma política externa considerada radical, mantiveram as linhas da sua cooperação económico-comercial.

África do Sul continuou a oferecer a assistência técnica para ajudar Moçambique a administrar e a melhorar os portos e caminhos-de-ferro. O processo de recrutamento da mão-de-obra não sofreu nenhuma interrupção. Maputo continuou a consumir a energia eléctrica fornecida pela África do Sul (NEWITT, 1995). Esta relação prevaleceu até 1977. Doravante, o *status quo ante* sofreu alterações em função dos desenvolvimentos políticos tanto em Moçambique quanto na África do Sul.

Em 1977, a Frente de Libertação de Moçambique realizou o seu 3º Congresso. O Congresso transformou a Frente em partido político e adoptou a ideologia marxista-leninista como a sua linha de orientação. A partir dessa altura, o Estado moçambicano assumiu a vanguarda do activismo anti-racial e aprimorou a sua ligação a outros Estados e os povos da África Central e Austral.

Sob este prisma, o Governo de Moçambique passou a apoiar decisivamente os movimentos nacionalistas zimbabueanos, contribuindo para o fim do regime de minoria branca de Ian Smith e consequente independência do Zimbabwe. Antes, o Governo moçambicano já havia posto em prática as sanções económicas impostas pelas Nações Unidas sobre o regime, através do encerramento de suas fronteiras, em 1976. Contudo, Moçambique adoptou uma política pragmática em relação à África do Sul, procurando distinguir o conflito que tinha com a

Rodésia das divergências político-ideológicas que se entrepunham na sua relação com Pretória (MINTER, 1998).

Afirma-se que esta postura permitiu que os dois Estados continuassem a se relacionar política e economicamente na base do princípio de coexistência pacífica até 1978. Apesar desta convivência, Minter (1998) defende que, na prática, o governo sul-africano não deixou de pensar que Maputo seria determinante na queda do Apartheid através do apoio político que concedia ao Congresso Nacional Africano.

De Newitt (1997) percebe-se que naquela altura já havia discussões entre os Estados da Linha da Frente visando a criação de um organismo regional para fazer face à hegemonia sul-africana. Assim, África do Sul estava ciente que a viabilidade do tal organismo dependeria em grande parte, da criação de um sistema de transportes e comunicações menos dependente da África do Sul. Na tal tarefa, Moçambique e Angola seriam os únicos países melhor posicionados para viabilizar o projecto através da modernização e construção de portos, caminhos-de-ferro e estradas que permitiriam os do *hinterland* aceder ao mar. Todavia, o sector dos transportes era mais dependente da África do Sul e, por esta razão, foi o principal objecto militar durante as campanhas de desestabilização.

Na África do Sul, John Vorster foi afastado da liderança do Partido Nacionalista, tendo sido substituído por Peter Willem Botha em 1978. Peter Willem Botha quebrou a política de coexistência do seu antecessor, John Vorster, e optou pela política externa de desestabilização, tendo Moçambique como um alvo privilegiado. A escolha de Moçambique como alvo principal da política externa hostil e de desestabilização explica-se pela política externa enraizada na ideologia marxista adoptada pelo Governo moçambicano em 1977.

A política regional de Botha tornou-se mais hostil ainda quando o governo minoritário de Ian Smith, na Rodésia do Sul, assinou um acordo de cessar-fogo com os movimentos nacionalistas em Lancaster House, Grã-Bretanha, a 1 de Dezembro de 1979, que veio a culminar com a independência nacional do Zimbabwe, em 1980. Ainda neste último ano, foi efectivado o projecto de criação da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral. Neste contexto, África do Sul passou da política regional orientada pelo princípio de coexistência pacífica para uma política externa agressiva, dentro da chamada Estratégia Total (NEWITT, 1997).

De acordo com Abrahamsson e Nilsson (1998), a independência do Zimbabwe e o surgimento da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, a mobilização diplomática internacional pelos Estados da Linha da Frente para a imposição de sanções à África do Sul, a política externa de Moçambique, a sua estratégia de desenvolvimento e a sua expressão ideológica serviram para África do Sul justificar as intervenções militares directas (agressões) e indirectas (apoio à guerra de desestabilização).

#### 4.2 AGRESSÕES MILITARES

No quadro geral das intervenções militares directas, África do Sul desencadeou operações militares contra alvos civis e infra-estruturas económicas e sociais em Moçambique. Nesta matéria, o mais importante não é narrar os factos tal como ocorreram de per si, mas buscar as explicações que induziram o Governo sul-africano ao lançamento de ataques directos no interior de Moçambique, mesmo consciente de que Moçambique era um Estado soberano e, porquanto, os tais actos significavam a violação do direito internacional por Pretória.

Moçambique tinha posição geoestratégica privilegiada por ser uma porta de exportações e importações de Malawi, Zâmbia e Zimbabwe, pelo que, a interrupção das suas vias de comunicação com os países do interior significava desestabilizar o normal fornecimento de bens e serviços nesses países e, principalmente, desencorajá-los a apoiar o Congresso Nacional Africano.

O Congresso Nacional Africano havia sido autorizado a estabelecer sedes administrativas em países da África Austral. Neste contexto, Moçambique singularizou-se por ter dado o seu total apoio àquela organização política. A partir das bases políticas estabelecidas em Moçambique (Maputo) e noutros países vizinhos, o Congresso Nacional Africano planeava as suas acções político-militares contra o regime do Apartheid (JASTER 1989).

Em 1980, os operativos do Congresso Nacional Africano iniciaram campanhas no interior da África do Sul, que incluíam ataques de sabotagem e bombardeamentos, que visavam principalmente símbolos da autoridade do Apartheid, especialmente esquadras de polícia e departamentos governamentais responsáveis pela defesa, segurança, ordem e tranquilidade

públicas. Outros alvos eram de importância económica, como as centrais eléctricas e os depósitos de combustível (JASTER, 1989).

**Figura 1 - Localização geográfica de Moçambique**



Fonte: WebGIS Moçambique (2020).

Ainda de acordo com Jaster (1989), em Agosto de 1981, os agentes do Congresso Nacional Africano atacaram uma importante base militar do Exército sul-africano perto de Pretória. No ano seguinte, 1982, danificaram um reactor nuclear em Koeberg, com recurso a

explosivos, causando um prejuízo estimado em mais de 20 milhões de dólares. Os incidentes do Congresso Nacional Africano, no interior, aumentaram de 19 em 1980 para 55 em 1985.

Em reacção a estas operações e outras acções de sabotagens, as Forças de Defesa Sul-Africanas bombardearam a Sede do Congresso Nacional Africano na Matola, Maputo, em 1981, matando doze pessoas. Outras três vítimas foram raptadas. “Nos dias seguintes, o exército sul-africano iniciou uma grande concentração de tropas nas fronteiras, nas zonas de Ressano Garcia em direcção à Moamba e em outras regiões” (TEMPO, 1981, p.8).

Operações idênticas ocorreram em Sofala, onde, com recurso a dinamites, houve uma sabotagem da ponte sobre o Rio Púnguè e do oleoduto Beira-Zimbabwe. Outras acções aconteceram na Ponta de Ouro. Em 1982, as Forças de Defesa Sul-Africanas voltaram a lançar ataques contra depósitos de petróleo no porto da Beira e a Ruth First, professora e activista anti-Apartheid, foi assassinada com recurso a uma carta bomba na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo.

Em 1983, atacaram Matola novamente, Pafuri em Gaza, Namaacha e Mapulaguene na Província de Maputo. Em Maio do mesmo ano, o Exército moçambicano destruiu um caça espião telecomandado sul-africano, interceptado a sobrevoar a cidade de Maputo. Em Abril de 1986 registou-se mais um ataque através de um carro-bomba tendo ferido gravemente um membro eminente do Congresso Nacional Africano, Albie Sachs, na cidade de Maputo.

Há quem afirma que os ataques directos visavam obter uma ascendência psicológica tendo em conta a impunidade com que África do Sul atacava os Estados independentes da região (NEWITT, 1997). O quadro que se segue ilustra algumas das principais incursões das Forças de Defesa da África do Sul no território moçambicano<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> SAHO – South Africa History Online: <https://www.sahistory.org.za/article/list-sadf-raids-neighbouring-countries>. Acesso em: 10 abr. 2020.

**Quadro 3 - Incursões sul-Africanas directas no território moçambicano**

<b>Ataques transfronteiriços</b>		
<b>1981</b>	30 de Janeiro	Matola, Moçambique; 12 mortos, 3 raptados
<b>1982</b>	22 de Agosto	Namaacha, Maputo; comandos sul-africanos assassinam dois moçambicanos e um português
<b>1983</b>	23 de Maio	Ataque aéreo a Maputo, Moçambique; 6 mortos.
	17 de Outubro	Maputo, Moçambique; não há mortes
	Maio	Moçambique; 3 mortos
<b>Ataques bombistas</b>		
<b>1981</b>	30 de Outubro	Destruição da ponte sobre o Rio Púnguè, na Província de Sofala, com recurso a dinâmica.
<b>1982</b>	17 Agosto	Maputo, Moçambique; carta bomba mata membro do Congresso Nacional Africano, Ruth, First
	22 de Agosto	Namaacha, Maputo; um grupo de comandos sul-africanos assassina dois moçambicanos, um português
<b>1986</b>	Abril	Maputo, Moçambique; carro-bomba fere 50, causa muitos danos.
	17 de Abril	Maputo, Moçambique; carro-bomba fere gravemente o membro Congresso Nacional Africano, Albie Sachs
<b>Sequestros transfronteiriços</b>		
<b>1981</b>	30 de Janeiro	3 pessoas raptadas de Moçambique durante o ataque da Matola.
<b>1982</b>	22 de Agosto	Namaacha, Maputo; um grupo de comandos sul-africanos rapta três moçambicanos

Fonte: SAHO - Adaptado pelo autor de SAHO - South Africa History Online (2020)

Os ataques do regime de Pretória resultaram no reposicionamento dos Governos dos Estados que acolhiam os operativos do Congresso Nacional Africano nos seus territórios. Moçambique não foi uma excepção à regra. Depois dos ataques de Maio de 1983, o Governo de Moçambique anunciou que os refugiados do Congresso Nacional Africano seriam proibidos de portar armas. Por exemplo, a 16 de Abril de 1984, Maputo foi forçado a assinar o acordo de Inkomati<sup>35</sup> com Pretória e, conseqüentemente, mais de 200 membros do Congresso Nacional Africano abandonaram o País.

Apesar do cerco regional, o Congresso Nacional Africano intensificou a luta no interior da África do Sul, operando, desta vez, a partir da Zâmbia. O período de 1985 e 1987 foi marcado por sucessivas revoltas e aumento de pressão interna e regional exercida pelo regime sul-africano.

<sup>35</sup> Este assunto será mais detalhado na secção que se segue.

Todavia, entre 1986 e 1987, os ataques directos em países vizinhos diminuíram fruto de maior pressão diplomática internacional sobre o regime. Desta forma, o aparelho securitário sul-africano activou uma linha operativa dos chamados esquadrões de morte, perseguindo e assassinando membros do Congresso Nacional Africano no estrangeiro (JASTER, 1989).

A última grande incursão bombista do exército sul-africano foi desencadeada em Abril em Maputo quando um carro-bomba feriu cinquenta pessoas, tendo causado, paralelamente, muitos danos materiais. Esta e outras operações militares similares eram combinadas por acções subversivas praticadas pelo Movimento Nacional de Resistência, no quadro geral das campanhas de desestabilização. Por isso, apesar das agressões militares terem diminuído durante este período, no caso particular de Moçambique, a campanha de desestabilização recrudescu-se.

#### 4.3 DESESTABILIZAÇÃO

Para os objectivos desta tese, desestabilização define-se como um método político para forçar mudanças no comportamento de um governo, sem necessariamente ter que o derrubar (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1998), ou seja, um processo em que acontecimentos observáveis indicam a perda de controlo pelas autoridades governamentais, gerando uma ameaça física ou psicológica difusa ao governo ou à segurança em geral (GRIES; CLAUS-JOCHEN, 2016).

Na África Austral, África do Sul escolheu a desestabilização como uma tática dentro de uma grande estratégia regional em defesa dos seus interesses políticos e económicos (SAUL, 1987). Para o Governo de Moçambique, a desestabilização visava destruir a produção agrária e o sistema de comércio para provocar a fome e desencorajar a produção de excedentes; inviabilizar a socialização do campo; paralisar a economia nacional através de bloqueio de estradas, linhas férreas, linhas de telecomunicações e de transporte de energia para afectar indústrias e outras unidades de produção; frustrar o esforço de cooperação e desenvolvimento regional, com a destruição dos sistemas de comunicação rodoviário e ferroviário da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (PARTIDO FRELIMO, 1983).

De acordo com Saul (1987), África do Sul procurava impedir o apoio dos países vizinhos ao Congresso Nacional Sul-Africano, sabotar a tentativa da Conferência de Desenvolvimento da

África Austral de criar um bloco econômico fora da órbita sul-africana e criar uma destruição econômica e social em países seleccionados para denegrir a imagem tanto do socialismo quanto de governos de maioria negra na região. Para Newitt (1997):

Os objectivos desta política [de desestabilização] nunca foram afirmados claramente e podem não ter sido plenamente articulados pelos próprios sul-africanos. Parece que por vezes os diversos departamentos governamentais empreenderam políticas diferentes, o que explicaria esta incerteza em relação aos objectivos finais (NEWITT, 1997, p. 481).

O autor acredita que os principais objectivos da política de desestabilização eram impedir que a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral se tornasse uma força econômica na região e destruir as bases externas do Congresso Nacional Africano e da Organização do Povo do Sudoeste Africano, assim como enfraquecer politicamente os Estados vizinhos, para que não actuasse de forma coordenada com o sistema político do Apartheid. Portanto, de acordo com Newitt (1995, p. 481) “a desestabilização implicava o enfraquecimento das economias dos estados circundantes, que os orçamentos considerassem cada vez mais medidas de segurança e se fomentasse a dissidência interna”. Para Abrahamsson e Nilsson (1998):

A estratégia sul-africana pode ser descrita com objectivos a curto e médio prazos. O objectivo a curto prazo era defender o sistema do apartheid contra a oposição, com base no interior e também no exterior do país. Isso implicava a luta contra o ANC nos países vizinhos de regime de maioria. O objectivo a longo prazo era criar na África do Sul um sistema social que fosse internacionalmente aceitável e que pudesse voltar a dar à África do Sul uma relação normal com o mundo. Isso implicava uma dominância econômica e política da África do Sul na região que fosse aceite pelo mundo e pelos países vizinhos. A defesa militar da África do Sul tinha por objectivo funcionar como um pára-sol, sob o qual esta mudança política podia ser utilizada sem que nenhum inimigo, interno ou externo, pudesse perturbar o processo, quer militar quer politicamente. (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1998, p. 158).

Entende-se deste trecho que a desestabilização movida pela África do Sul visava essencialmente defender o sistema do Apartheid contra a oposição interna e externa do país, criar um sistema social na África do Sul que fosse aceite internacionalmente, permitindo o país voltar ao convívio normal no concerto das nações e dominar a região política e economicamente. Além de defender a sobrevivência do sistema do Apartheid e a dominação econômica e política na região, Pretória procurava forçar mudanças políticas ou orientação dos Estados-alvo. Em Moçambique, um dos objectivos mais importantes da África do Sul era impedir a utilização do

sistema de transporte moçambicano pelos países vizinhos (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1998).

O processo de desestabilização movido contra Maputo evoluiu em três fases. A primeira fase decorreu entre 1980 e 1984. Esta etapa foi marcada pelo início de apoio sul-africano à Resistência Nacional Moçambicana e culminou com a assinatura do Acordo de Inkomati cujo objectivo primordial, para Moçambique, era travar os ataques directos e indirectos da África do Sul.

A segunda fase compreende o período entre 1984 e 1988, caracterizado pela intensificação do conflito armado no interior do país e pela resposta económico-militar da comunidade regional e internacional para contrariar a estratégia sul-africana. A terceira e última fase situou-se entre 1988 e 1992. Este é o período de mudanças políticas dentro da África do Sul e sua abertura político-diplomática que conduziu ao fim do Apartheid e do conflito armado em Moçambique (NHABINDE, 1999).

Afirma-se que os primeiros sinais de desestabilização militar começaram a ser detectados ainda em 1975, antes da independência nacional. Nessa altura, as forças de segurança de Moçambique já interceptavam informações sobre a movimentação de indivíduos considerados “reaccionários” ou contrarrevolucionários. Neste âmbito, em Abril 1975, cinco indivíduos de nacionalidade estrangeira, dentre eles um alemão e quatro sul-africanos, foram detidos.

De acordo com as autoridades moçambicanas, o cidadão alemão era mercenário e um dos sul-africanos era especialista em terrorismo urbano. Todos eles eram acusados de atentado contra a economia moçambicana (TEMPO, 1975). Em Setembro do mesmo ano, duas pessoas ficaram gravemente feridas quando accionaram uma bomba numa rua da cidade de Maputo. Segundo as informações oficiais, a bomba havia sido colocada por contrarrevolucionários que pretendiam denegrir a imagem da Frelimo.

Em Novembro, mais de três mil pessoas provenientes dos principais centros urbanos do país, acusados de comportamentos desviantes, foram enviados forçosamente para os campos de produção, alegadamente para a sua reabilitação. Acredita-se que esta operação criou uma onda de descontentamento no seio dos enviados, propiciando o seu recrutamento a redes consideradas reaccionárias.

Em Dezembro, indivíduos armados desconhecidos confrontaram-se com as Forças de Defesa e Segurança na Cidade de Maputo. Um grande número dos elementos suspeitos de serem contrarrevolucionários foram capturados. Alguns ficaram feridos e outros foram mortos. Ainda neste mês, nos finais, mais de 1200 cidadãos portugueses, maioritariamente membros de defesa e segurança, deixaram Maputo com destino ou para Lisboa ou para África do Sul e Rodésia do Sul.

A 19 de Dezembro de 1975, o presidente de Moçambique, Samora Machel, alertou a sociedade moçambicana para a necessidade de estar vigilante contra elementos reaccionários e subversivos, incluindo alguns membros das forças armadas, que pretendiam agitar a população de modo a se levantar contra o Governo. Em Março de 1976, Moçambique fechou as suas fronteiras com a Rodésia em cumprimento total das sanções impostas pelas Nações Unidas sobre este país. Depois da decisão de Maputo, a Rodésia começou a violar as fronteiras moçambicanas em Manica, alegadamente em perseguição dos guerrilheiros da União Nacional Africana do Zimbabwe e da União Africana do Povo do Zimbabwe. O presidente de Moçambique acusou a Rodésia de estar a violar a soberania nacional e anunciou o abate de um avião militar em território moçambicano (PEEL, 1976).

Em Junho, a *Voz de África Livre*, uma rádio de propaganda antigovernamental, iniciou as suas emissões em Português e línguas nacionais, a partir da Rodésia. No mesmo mês, o *Daily Mail* (1976) publicou, em Salisbúria (actual Harare), a entrada massiva de cidadãos portugueses na Rodésia saídos de Moçambique em busca de liberdade.

Outro Jornal rodesiano, o *Rhodesia Herald* (1976), emitia uma outra informação sobre um ataque perpetrado pelo povo Makonde no norte de Moçambique. Havia também artigos que anunciavam que Moçambique estava à beira de uma guerra civil. Esta e outras informações difundidas vieram a ser denunciadas pela imprensa nacional. A título de exemplo, a Revista Tempo, um dos principais órgãos de comunicação em Moçambique, escreveu:

Quando há alguns meses começou a ser ouvida no nosso País a chamada “Voz da África Livre muita gente começou a interrogar-se sobre os seus objectivos, a perguntar que interesses se escondem por detrás desta nova emissora reaccionária e a quem servem as suas mentiras. Mas também houve logo quem a identificasse com a voz do inimigo por saber que está instalada na terra do Smith. Na realidade, a chamada “Voz da África Livre” representa a voz do inimigo. Mas que inimigo? A primeira resposta que nos surge é que este inimigo se chama imperialismo. Mas dizer só que é o imperialismo é muito vago. Todos sabemos que o imperialismo é um sistema, que é o estágio superior

do capitalismo, e que tem os seus agentes, que precisa de agentes que o sustentem [...]. (TEMPO, 1976, p. 52-56).

Esta era uma das respostas que a imprensa nacional dava à propaganda política emitida através da “Voz de África Livre”. Esta emissora rotulava Moçambique de ameaça contra a paz e a segurança na região austral de África, e atribuía-lhe a intenção de atacar a África do Sul e a Rodésia. Em reacção à intensificação da propaganda, o Governo moçambicano, através do Ministério da Informação, emitiu um comunicado, a 17 de Dezembro de 1976, em que denunciava os objectivos da propaganda veiculada pela Voz da África Livre.

É importante frisar que, ao que tudo indica, a máquina propagandística do regime rodesiano visava preparar a sociedade moçambicana para a aparição do movimento rebelde a que veio a ser conhecido pela Resistência Nacional Moçambicana. Efectivamente, num dos seus programas, a estação emissora anunciava a criação do movimento armado, nos seguintes termos: “as aves chegaram a montanha; em breve segue transporte”.

Entende-se que com as aves se referia aos elementos da Resistência Nacional Moçambicana já preparados militarmente e prontos para serem aerotransportados dos campos de treino, na Rodésia, para o interior de Moçambique com o objectivo central de desencadear ataques, sabotagens e outras acções de desestabilização. Assim, para além de bombardeamentos directos contra objectos socioeconómicos e militares, o regime rodesiano iria atacar indirectamente Moçambique através da Resistência Nacional Moçambicana.

Assume-se que Resistência Nacional Moçambicana foi criada pelos serviços de inteligência da Rodésia do Sul em 1977, a *Central Intelligence Organization*, com a Direcção Geral de Segurança portuguesa. De acordo com Vines (1991), a origem da criação da Resistência Nacional Moçambicana está na ofensiva da Frente de Libertação de Moçambique em Tete e do Exército de Libertação da Nacional Africano do Zimbabwe, a partir desta mesma região. O grupo era composto por portugueses da antiga Polícia Internacional de Defesa do Estado - Direcção Geral Segurança, alguns moçambicanos que pertenceram à tropa colonial portuguesa e dissidentes da Frente de Libertação de Moçambique.

O objectivo inicial era recolher informação sobre as operações destes dois movimentos de libertação, para melhor contrapor as suas investidas militares. Ainda segundo Vines (1991), este objectivo foi frustrado pelo golpe de Estado em Portugal e consequente independência de

Moçambique. A partir da independência de Moçambique, o grupo foi reerguido, mas desta vez contra o governo de Moçambique, porque este era hostil à Declaração Unilateral da Independência da Rodésia, apoiava o Exército de Libertação Nacional Africano do Zimbabwe e, principalmente, pelo encerramento das fronteiras em 1976. O encerramento das fronteiras pelo Governo de Maputo, em 1976, serviu de pretexto para Rodésia iniciar ataques directos contra alvos militares e objectos socioeconómicos de importância estratégica em território moçambicano. No ano seguinte, 1977, a Rodésia conseguiu infiltrar elementos da Resistência Nacional Moçambicana, por si criada, para realizar ataques a alvos civis, militares, assim como sabotagens de infraestruturas e destruição de bens públicos e privados.

Há um consenso entre vários estudiosos que a Resistência Nacional Moçambicana não tinha aspirações políticas nos primeiros anos da sua criação. O Objectivo principal era servir-se de instrumento de sabotagens e destruição no interior de Moçambique ao comando das Forças Especiais do regime de Ian Smith. Nas palavras de Vines (1991), o regime rodesiano criou a Resistência Nacional Moçambicana para desencadear acções de sabotagem, perturbar a população, distorcer a economia e atacar as bases Frente de Libertação de Moçambique e do Exército de Libertação Nacional Africano do Zimbabwe, bem como obter informação estratégica. Assim o regime de Ian Smith sustentou a Resistência Nacional Moçambicana até 1979.

Em 1979, assinou-se o Acordo de Lancaster House, Grã-Bretanha, entre o regime de Ian Smith e os Movimentos de Libertação do Zimbabwe, facto que culminou com a independência do Zimbabwe, em 1980. Durante a transição, a Resistência Nacional Moçambicana passou ao Comando e apoio directo das Forças de Defesa da África do Sul. “Durante a transição no Zimbabwe, os serviços secretos da Rodésia transferiram a direcção da Renamo<sup>36</sup> para a África do Sul cuja Inteligência Militar se passou a ocupar dela. A Renamo passou a beneficiar-se de muito mais apoio e melhor treino” (HANLON, 1997, p. 12). Desta forma, a Resistência Nacional Moçambicana tornou-se no principal instrumento da África do Sul para a desestabilização.

Segundo a revista Tempo (1981), África do Sul passou, assim, a recrutar, treinar, equipar, e infiltrar agentes através da fronteira moçambicana. A fonte avança que os agentes, por sua vez, recebiam ordens directas dos serviços secretos sul-africanos. Como evidências, as Forças

---

<sup>36</sup> Resistência Nacional Moçambicana.

Armadas de Moçambique capturaram trinta e seis armas diversas entre ligeiras e pesadas, incluindo uma grande quantidade de munições no território moçambicano, através da fronteira de Pafuri, na Província de Gaza. Além disso, África do Sul apoiava diretamente a Resistência Nacional Moçambicana em abastecimentos por via aérea. Outras acções incluíam a fabricação de moedas falsas e lançamento de panfletos propagandísticos pelo ar, pelos rios e pelo mar. Vines (1991) diz que quando a Resistência Nacional Moçambicana passou ao controlo da inteligência sul-africana, foi reestruturada, passando a incluir forças especiais da África do Sul. O movimento rebelde tornava-se assim o principal instrumento de desestabilização (DAVIES; O'MEARA, 1986). De acordo com os mesmos autores, até 1983, 140 aldeias já haviam sido destruídas, incluindo 840 escolas, 900 cantinas rurais e mais 200 unidades sanitárias.

A questão que interessa aqui é saber os objectivos que moviam África do Sul para desestabilizar Moçambique. De acordo com Olson (1991), os objectivos estratégicos da África do Sul eram defender as estruturas e instituições básicas do Apartheid e “manter África do Sul do Apartheid como potência regional rodeada por uma cintura de Estados subjugados, servindo de mercados para produtos sul-africanos e fornecimento de mão-de-obra, matérias-primas e, quando, necessário, serviços de transporte” (OLSON, 1991, p.18). Ainda na versão do mesmo autor, África do Sul procurava que os Estados vizinhos não se transformassem em economias fortes e independentes. Estes deveriam manter e aumentar os seus laços económicos e a sua relação de dependência com Pretória.

Nos dizeres de Newitt (1995), a Resistência Nacional Moçambicana tinha ordens para atacar e sabotar infra-estruturas económicas e sociais, tais como pontes, estradas, linhas férreas, aldeias comunais, cooperativas, hospitais, escolas, edifícios governamentais e armazéns das plantações estatais. O objectivo primário da África do Sul era a destruição. A médio prazo a África do Sul pretendia forçar Moçambique a adoptar uma postura favorável ao sistema político do Apartheid e abandonar qualquer tipo de apoio ao Congresso Nacional Africano, incluindo o trânsito dos guerrilheiros do Congresso Nacional Africano para a África do Sul.

Outros objectivos incluíam o enfraquecimento da campanha ideológica anti-apartheid liderada por Moçambique e destruir as alternativas de transporte para manter os Estados da Linha da Frente do *hinterland* dependentes dos serviços de transporte sul-africanos (MINTER, 1998). Para Ferrão (2002), o regime sul-africano utilizou a Resistência Nacional Moçambicana para

garantir a hegemonia política e económica de Pretória, defender os interesses do regime do Apartheid internamente e isolar o Congresso Nacional Africano. Minter (1998) entende que:

O objectivo último da África do Sul era agora criar uma região da África Austral na qual todos os Estados aceitassem a legitimidade e hegemonia sul-africanas e colaborassem activamente no policiamento da oposição ao regime do *apartheid* [...]. Objectivos maximalistas mais específicos incluíam a instalação [...] da Renamo em Maputo. (MINTER, 1998, p. 55, grifo no original).

O governo de Moçambique percebia que a acção de desestabilização visava particularmente romper as vias de comunicação pela importância estratégica que tinham para o desenvolvimento da região; perturbar as actividades dos Estados membros da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral e frustrar o esforço para a criação de um sistema de cooperação económica regional que libertasse os países da região da dependência económica em relação à África do Sul (MACHEL, 1983).

Fica evidente que os objectivos da África do Sul eram amplos, mas o principal era garantir a sobrevivência do sistema político do Apartheid e manter a sua hegemonia regional. De 1980 a 1984, a Resistência Nacional Moçambicana já actuava em quase todo o território moçambicano. As acções da Resistência Nacional Moçambicana se ampliaram, atingindo, para além das províncias centrais de Manica e Sofala, Tete e Zambézia, a província de Niassa e Cabo Delgado no Norte, bem como Maputo, Gaza e Inhambane no Sul, não apenas para destruir a base económica e comercial do país, mas também para aterrorizar a população.

De acordo com Vines (1981), entre 6.000 e 7.000 elementos da Resistência Nacional Moçambicana operavam activamente em Moçambique, distribuídos por todas as províncias. Hall (1990) fala de, praticamente, uma duplicação de efectivos do movimento, de 5.000 em 1981, para 10.000 no ano seguinte. As suas operações se concentravam na destruição de objectos económicos e infra-estruturas sociais, facto que indica o cumprimento dos objectivos sul-africanos de enfraquecer Moçambique até ao ponto de este seguir os interesses de segurança do regime do Apartheid. De acordo com Minter (1998), as acções de desestabilização contribuíram para África do Sul atingir o seu objectivo de criação de um clima de insegurança.

Hall e Young (1997) afirmam que o aumento dos efectivos da Resistência Nacional Moçambicana deveu-se ao recrutamento forçado, com recurso à violência. Na mesma linha,

Minter (1998, p. 227) diz que “o recrutamento forçado foi um componente essencial da construção da força insurgente”.

Os recrutas eram obrigados a caminhar para campos de treino no interior de Moçambique, alguns deles começando por ter de transportar bens para os soldados da Renamo ou por servir de guias nas suas zonas de origem. Eram raptados nos campos, no caminho para visitar parentes ou em casa. Outros eram capturados em grandes grupos, no decorrer de ataques a escolas, aldeias, plantações ou pequenas vilas (MINTER, 1998, p. 227 - 228).

Como evidência, Minter (1998) mostra que, em Janeiro de 1980, um grupo de passageiros da empresa estatal de transporte colectivo, Romos, que havia sido raptado durante um assalto perpetrado por elementos da Resistência Nacional Moçambicana, em Agosto de 1979, na região de Inchope, Província de Manica, revelou que tinha recebido treino militar na Rodésia do Sul e mais tarde fora infiltrado no interior de Moçambique, com ordens de destruir infraestruturas económicas, infringir assassinatos e estabelecer um clima de instabilidade.

Outros recrutamentos decorriam entre jovens e adultos que eram encontrados a procura de emprego no Malawi e na Rodésia e entre imigrantes ilegais na África do Sul (MINTER, 1998). No mesmo diapasão de Minter, Christie (1996) afirma que:

Eles conseguiram recrutar largamente entre os homens que perderam poder e privilégios quando a Frelimo conquistou o poder e nos campos de reeducação, praticamente sem guardas. O tribalismo também foi um fator, com recrutamento a ser baseado em argumentos de que este ou aquele não está suficientemente representado no governo. Alguns antigos guerrilheiros da Frelimo, aborrecidos por várias razões, também aderiram, e alguns trabalhadores emigrados na África do Sul foram recrutados à base de dinheiro. Houve também emigrantes ilegais na África do Sul que foram recrutados porque lhes disseram que a alternativa era a prisão. (CHRISTIE, 1996, p. 177-178).

Percebe-se de Christie (1996) que havia entre os recrutas da Resistência Nacional Moçambicana antigos militares das Forças Armadas de Moçambique, os portugueses e moçambicanos que perderam privilégios depois da independência, prisioneiros fugitivos e dos campos de produção, incluindo alguns trabalhadores moçambicanos migrantes na África do Sul. O autor acrescenta que a adesão massiva de jovens à Resistência Nacional Moçambicana também foi facilitada pela crise de fome causada pela seca que assolou o país.

Repare-se que estes autores explicam os métodos de recrutamento, mas fica em aberto a questão relacionada com a rápida inserção ou expansão da Renamo em todo o território moçambicano, tendo em conta a sua origem (Rodésia) e sua base de apoio logístico-militar (África do Sul).

De acordo com Vines (1991), o apoio social à Resistência Nacional Moçambicana foi obtido, principalmente, pelo terror e coerção. Há quem também atribua a fácil inserção da Resistência Nacional Moçambicana no território nacional, principalmente nas zonas rurais, ao sentimento de repulsa às políticas socialistas da Frente de Libertação de Moçambique. Argumenta-se que a Resistência Nacional Moçambicana se aproveitou do tal sentimento para se suceder bem nas suas acções de destruição da economia (HUFFMAN, 1992).

Para Huffman (1992), algumas políticas, com destaque para as nacionalizações, particularmente da nacionalização de unidades industriais, e a socialização do campo ou colectivização da agricultura, foram as políticas mais desastrosas, porque privilegiaram as machambas (grandes plantações) estatais em detrimento da agricultura familiar, que era tradicional e largamente praticada em Moçambique.

No mesmo alinhamento, Cahen (1993) explica que a rápida expansão da Resistência Nacional Moçambicana pode ser explicada não apenas com base em apoio externo, principalmente da África do Sul, como também indica que havia uma forte base social ao nível interno. O autor aponta para os erros cometidos pelo partido Frente de Libertação de Moçambique, na altura Partido-Estado, tais como o apoio inadequado prestado às aldeias comunais, a inexistência de uma nação, a implementação de um programa de alfabetização que apenas era em Português (e não em línguas africanas), assim como o antitribalismo opressivo. Para sustentar a sua posição, o autor questiona:

Como se poderia explicar que um movimento rebelde, criado pelos rodesianos e depois apoiado pelos sul-africanos, tão poderosos e peritos em manipulação social, tenha vindo a operar eficazmente em mais de 95% do território sem qualquer base social? Como explicar que não houve resistência militar popular contra esta agressão, que se tratava de uma guerra privada entre o exército oficial e as forças militares rebeldes? (CAHEN, 1993, p. 47, tradução nossa)<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> “How could one explain that a rebel movement, created by the Rhodesians and then supported by the oh-so-powerful-and-expert-in-social-manipulation South Africans, had come to operate effectively over 95 per cent of the territory without any social base? How could one explain that there was no popular military resistance against this aggression, that this was a private war between the official army and the rebel military forces?”

Cahen (1993) admite que Rodésia e África do Sul desempenharam um papel chave na criação, desenvolvimento e apoio à Resistência Nacional Moçambicana. Todavia, nega que o factor externo seja o principal motor da sua expansão e defende: “esta guerra é uma verdadeira guerra civil” (CAHEN, 1993, p.53), embora seja difícil de admitir<sup>38</sup>. Argumenta que não há dúvida que o apoio externo foi importante, mas este factor não explica porque a guerra se expandiu para todo o país. Cahen (1993) entende que, sem uma crise social profunda dentro da Frente de Libertação de Moçambique, a Resistência Nacional Moçambicana nunca teria encontrado possibilidades de crescimento.

Chan e Venâncio (1998) aliam-se a este posicionamento, atribuindo o rápido crescimento e fácil inserção social da Resistência Nacional Moçambicana ao descontentamento da população, sobretudo camponeses, com a política económica e social adoptada depois da independência nacional e à incapacidade do governo de Moçambique em prover serviços básicos essenciais, incluindo o excesso de zelo revolucionário nas políticas adotadas interna e externamente.

Tradicionalmente, o início da guerra civil em Moçambique tem sido explicado em termos de desestabilização, primeiro, da Rodésia e, depois, da África do Sul. Embora em grande medida esta explicação seja verdadeira, é importante reconhecer que o conflito reuniu uma nova dinâmica interna, uma vez que o regime pós-independência rapidamente se associou ao excesso de zelo revolucionário nas políticas adoptadas, tanto a nível interno como externo, e na forma como estas foram levadas a cabo (CHAN; VENÂNCIO, 1998, p. 1, tradução nossa)<sup>39</sup>.

Para Pinto (2008), a Resistência Nacional Moçambicana surgiu de um conjunto de razões, circunstâncias, vontades, sentimentos e ressentimentos, bem como apareceu de uma nova conjuntura geopolítica regional na qual a Rodésia desejava vingar e contrabalançar o acolhimento e apoio à União Nacional Africana do Zimbabwe – Frente Patriótica no território moçambicano. Adicionalmente, emergiu do descontentamento de uma parte da população rural, particularmente no centro e norte do país, em relação às políticas socialistas da Frente de Libertação de Moçambique. Como não bastasse, nasceu da resistência às perseguições contra os

<sup>38</sup> Cahen discutiu este assunto em 1993, mas ainda hoje se discute a questão de saber se o conflito entre o Governo de Moçambique e a Resistência Nacional Moçambicana (1977 -1992) foi uma guerra civil ou de desestabilização.

<sup>39</sup> “Traditionally, the onset of civil war in Mozambique has been explained in terms of first Rhodesian, and then South African, destabilisation. Although to a large extent this explanation is true, it is important to recognise that the conflict gathered a new internal dynamic as the post-independence regime quickly became associated with excess revolutionary zeal in the policies adopted, both at home and abroad, and the manner in which they were carried out.”

antigos soldados moçambicanos do exército português, especialmente aos Grupos Especiais e Grupos Especiais Para-quedaistas que se refugiaram e esconderam nas matas, incluindo a vontade de retaliação e de mudança de uma parte dos colonos refugiados na África do Sul.

O argumento de Huffman (1992) e de Cahen (1993), a explicação de Chan e Venâncio (1998), incluindo a explanação de Pinto (2008), contradizem-se com a tese de Hanlon (1997). Na sua obra “Paz Sem Benefício: como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique”, Hanlon já havia fundamentado que os argumentos idênticos aos expostos por estes autores serviam apenas para justificar a passagem posterior da Resistência Nacional Moçambicana ao partido político. “Tem-se argumentado sobre o facto de a [Resistência Nacional Moçambicana] ser moçambicana e se ter desenvolvido à custa do descontentamento dos camponeses, para justificar a sua passagem posterior a partido político. Mas isso não chega para fazer uma força de oposição”, defende Hanlon (1997, p. 12). Para o autor, a Resistência Nacional Moçambicana não passava de um produto do interesse de segurança, antes de Rodésia e, posteriormente, da África do Sul.

Partilha-se a opinião de Hanlon (1997). Em tese, defende-se que, na euforia da independência, a população ainda não estava colectivamente consciente que havia outra alternativa melhor que o governo que acabara de ser instituído e o sistema colonial que acabava de se desmoronar. Além disso, a insuficiência de informação política, aliada a altos índices de pobreza e baixa escolaridade, e o medo ou terror podem ter contribuído para rápida instrumentalização política da população por parte da Resistência Nacional Moçambicana.

Reconhece-se, no entanto, que o facto de o Estado se encontrar ainda numa fase embrionária de sua construção, com uma administração pública incipiente e políticas públicas novas, mas ainda ancoradas no aparelho administrativo colonial, em processo de destruição, pode ter contribuído na abertura de espaço para a tal manipulação.

A lógica dos acontecimentos corrobora com a afirmação de Minter (1998), segundo a qual, a Resistência Nacional Moçambicana fora concebida como instrumento de destruição com fins limitados, sem nenhuma intenção de pô-la no poder político em Moçambique.

A Resistência Nacional Moçambicana aumentou os ataques em 1983. O grupo já operava em todas províncias, menos Cabo Delgado, graças ao amplo apoio que recebeu da África do Sul.

O MNR começou também a fazer reféns, sendo os primeiros um geólogo britânico e vários portugueses, em finais de 1981 [...]. Estas acções [...] tiveram o efeito de impedir o desenvolvimento rural. Os ataques sistemáticos do MNR estenderam a muitas outras províncias, incluindo a Zambézia, Tete, Inhambane, Gaza e Niassa. Segundo fontes do MNR, os seus contingentes atingiam já os 10.000 homens armados. Os abastecimentos sul-africanos começaram a entrar livremente através do Malawi ou por outras rotas terrestres, em helicópteros e aviões de transporte DC-3, ou ainda por mar (MINTER, 1998, p. 53).

Os intensos combates em várias regiões do país destruíram serviços sociais e vias de comunicação. Nas províncias de Tete, Gaza e Inhambane, a intensidade da guerra coincidiu com uma seca grave. Nestas regiões, a Resistência Nacional Moçambicana atacava as colunas de abastecimento (MINTER, 1998; ROBINSON, 2006). Enquanto isso, “África do Sul lançou outra incursão aberta de comandos em Maio de 1983, matando cinco moçambicanos e refugiado sul-africano” (MINTER, 1998, p. 57).

As acções da Resistência Nacional Moçambicana no interior de Moçambique eram apoiadas por uma propáganda (guerra de informação) engendrada pela estação emissora de rádio “Voz da África Livre” e alguns meios de comunicação sul-africanos controlados pelos respectivos Governos. A propaganda não apenas tinha o objectivo de justificar as operações militares da África do Sul no território moçambicano, mas também induzir a opinião pública mundial a pensar que a luta de libertação da África Austral não era feita pelos povos oprimidos da região; que o combate de libertação reduzia-se a uma rivalidade entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; que o Governo de Moçambique era agressor; que existia um clima de instabilidade e revolta popular em Moçambique<sup>40</sup>.

Em face da expansão da guerra interna e das incursões militares de Pretoria contra Maputo, as Forças Populares de Libertação de Moçambique intensificaram ataques contra a Resistência Nacional Moçambicana, entre 1981 e 1984, com apoio do exército zimbabweano.

As tropas zimbabweanas entraram em Moçambique em finais de 1982, para ajudar na defesa de corredores de transporte fundamentais para o comércio e importação de petróleo para o Zimbabwe. Um exército moçambicano reorganizado conseguiu obter alguns sucessos, particularmente na província de Inhambane (MINTER, 1998, p. 57).

---

<sup>40</sup> *Revista Tempo*, 26 de Dezembro de 1976, p. 64.

O exército moçambicano reivindicou ter morto 1.131 elementos da Resistência Nacional Moçambicana, além de destruir 101 bases e feito 222 prisioneiros do grupo rebelde. Cerca de 4.000 pessoas raptadas pela Resistência Nacional Moçambicana foram, alegadamente, libertas. Mas, estes sucessos não foram suficientes para estancar a intensidade da guerra. O nível de assalto militar sul-africano não poderia somente ser travado por uma resposta armada. Ao todo, era uma pressão política, militar, económica e informacional que, acrescida a uma situação económica débil, resultado do efeito combinado de cheias, secas e ciclones<sup>41</sup>, levou o Governo de Moçambique a procurar uma solução negociada com o Governo da África do Sul. Para Minter (1998):

O objectivo consistia em convencer os aliados ocidentais da África do Sul que Moçambique era um país genuinamente não-alinhado e que a África do Sul era a verdadeira responsável pela instabilidade na região. Moçambique procurava uma *détente* militar com África do Sul, ao mesmo tempo que se recusava a abandonar o seu apoio político ao ANC (MINTER, 1998, p. 57).

A vontade de ter uma solução negociada já vinha desde o início das agressões militares directas da África do Sul a Moçambique. Por exemplo, a 8 de Fevereiro de 1981, num discurso à Nação em reacção aos ataques dos Comandos sul-africanos a Matola a 30 de Janeiro do mesmo ano, Samora Machel, presidente de Moçambique, disse que o povo desejava a paz, mas não temia a guerra.

Este posicionamento, embora paradoxal, era uma clara manifestação de que as divergências político-ideológicas entre Moçambique e África do Sul só poderiam ser resolvidas por via de negociações. De acordo com Christie (1996, p. 186), “Samora sabia que a guerrilha tinha tomado proporções para as quais o seu país não estava equipado para lidar. Calculou o pacto de não-agressão com a África do Sul poderia pôr fim a tudo isso”.

Desta feita, a 5 de Abril de 1984, Samora Machel aludiu, num discurso à Assembleia Popular, que “nas nossas relações directas com África do Sul sempre estivemos disponíveis para uma solução negociada”. De facto, as conversações formais directas, de nível ministerial, entre

<sup>41</sup> As Cheias dos rios Limpopo, Inkomati e Zambeze em 1977 e 1978 causaram prejuízos estimados em 97 800 000 dólares americanos. As regiões Centro e Sul de Moçambique sofreram uma seca severa entre 1981 e 1983, causando a morte de cerca de 100 000 pessoas. Um ciclone devastou o Norte de Moçambique em 1979 causando enormes prejuízos na agricultura, pescas e produção industrial (MARTIN; JOHNSON, 1986). Além disso, a desestabilização sul-africana tinha causado danos económicos calçados em 3,3 biliões de dólares.

Moçambique e África do Sul haviam iniciado em Dezembro de 1982, com apoio dos Estados Unidos, tendo progredido em Maio de 1983 (CROCKER, 1992). Os consensos alcançados nestes encontros não são bem conhecidos, mas tudo leva a crer que consistiam em concertações de pontos a serem negociados ao nível mais alto, rumo a assinatura de um pacto de não-agressão e boa vizinhança.

O objectivo principal de Moçambique era acabar com as incursões militares sul-africanas directas no território moçambicano e abrir caminho para o fim das acções de desestabilização da Resistência Nacional Moçambicana e para a recuperação económica. Sérgio Vieira, então chefe da inteligência moçambicana, afirma nas suas memórias: “Quando me chamou a Maputo em Dezembro de 1983, o presidente perguntou-me o que pensava de um *acordo de não agressão* com sul-africanos”. Esta revelação indica que o Governo de Moçambique estava determinado a negociar com África do Sul, para, em definitivo, estabelecer a paz.

Negociar com a África do Sul começou a ser, efectivamente, uma estratégia mais justa, depois de, em Outubro de 1983, Samora Machel ter efectuado uma tournée diplomática a vários países Ocidentais, especificamente à Europa, para obter apoio diplomático aos esforços de busca de paz para Moçambique e África Austral e ao programa construtivo de desenvolvimento de Moçambique. Segundo Christie (1996), Samora, em conversas com funcionários do Departamento de Estado americano, tinha pedido ao Ocidente para pressionar a África do Sul para assinar um tal acordo.

Dessa viagem, Machel voltou desiludido, porque “a ajuda que foi oferecida era claramente insuficiente para compensar o estado ruinoso da economia moçambicana” (SILVA, 2013, p.191). Paralelamente à desilusão, os ataques da África do Sul contra Moçambique continuaram, e a Resistência Nacional Moçambicana intensificou as operações de sabotagem e assassinatos, principalmente nas zonas rurais. A economia rural ficou paralisada. Até Dezembro de 1983, 900 estabelecimentos comerciais rurais haviam sido destruídos; 102 postos de saúde e 489 escolas primárias e 86 secundárias, incluindo 140 aldeias comunais também foram destruídas; mais de 1,5 milhão de pessoas abandonaram as suas zonas de origem. A economia, no seu todo, empalideceu (HANLON, 1986; MARTIN; JOHNSON, 1986). De acordo com Shaw e Msabaha (1987), o custo total das agressões directas e indirectas da África do Sul entre 1982 e 1983, eram estimados em 333 milhões de dólares norte-americanos.

A questão que se coloca é: porque é que África do Sul aumentou o seu apoio a Resistência Nacional Moçambicana para destruir Moçambique, no meio de negociações? Na literatura a que se acedeu não se levanta esta questão. Mas sabe-se que Moçambique e África do Sul eram Estados hostis e economicamente diferentes. África do Sul era e é muito mais forte do que Moçambique em quase todos os aspectos.

A negociação iniciada em 1982 era, sem dúvida, entre um Estado forte e outro fraco e, de acordo com Silva (2012, p. 166), “as negociações diplomáticas entre nações fortes e fracas poderão por vezes transformar-se num mero processo de troca de pontos de vista em que o Estado poderoso, independentemente das opiniões do seu interlocutor, impõe a sua vontade”. Maganya (1987) afirma categoricamente que a África do Sul não tinha vontade de parar as incursões de desestabilização em Moçambique.

Com base nestas asserções afirma-se que África do Sul optou pela diplomacia coerciva no processo de negociações com Moçambique, com objectivo de obrigar este último a fazer concessões favoráveis aos seus interesses políticos e económicos. Erasmus (1984) é peremptório ao afirmar que a estratégia declarada de Pretória era de negociar a partir de uma posição de força, e a sua força não se limitava à sua capacidade militar.

Porém, não se pode negar que África do Sul estava interessada em negociar. A situação interna do país e o seu isolamento internacional impingiam-no a buscar soluções ao nível da região, soluções que as operações militares não traziam.

A economia sul-africana, entre 1982 e 1983, enfrentava uma série de problemas relacionados com os impactos da seca, mudanças políticas e económicas internas, sanções económicas, acções de sabotagem perpetradas pelos movimentos contestatários, depreciação de preços das principais mercadorias de exportação no mercado internacional e contínuo aumento de despesas militares em consequência das intervenções nos países vizinhos (ERASMUS, 1984).

Além disso, havia uma enorme pressão internacional sobre o Governo da África Sul vinda das Nações Unidas e dos principais aliados, principalmente dos Estados Unidos no sentido de pôr termo às suas investidas militares (CROKER, 1992). Estes factores foram determinantes para África do Sul procurar a via negocial como forma de regular as relações regionais e melhorar a sua reputação internacional. Estes factos, conjugados com o interesse de Moçambique em estabelecer a paz, culminaram com a assinatura do Acordo de Inkomati.

### 4.3.1 Acordo de Inkomati

Em 20 de Dezembro de 1983, as partes moçambicanas e sul-africana retomaram as negociações. África do Sul pretendia que as negociações se centrassem em questões económicas e turismo. Moçambique insistia na necessidade de discutir-se, primeiro, o assunto da Resistência Nacional Moçambicana e de segurança. Para Moçambique, o pressuposto básico do seu relacionamento com África do Sul era a necessidade de se estabelecer uma plataforma de entendimento na área de Segurança (MACHEL, 1984).

A saída foi a criação de quatro comissões para conduzirem conversações bilaterais nos meados de Janeiro de 1983, em matérias de segurança, relações económicas, turismo e a Barragem Hidroeléctrica de Cahora Bassa. As conversações culminaram com a assinatura de um acordo, a 16 de Março de 1984, nas margens do Rio Inkomati, na fronteira entre Moçambique e África do Sul, posto fronteiriço de Ressano Garcia. Por isso, o acordo tomou o nome de - Acordo de Inkomati, ou Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança.

A assinatura do Acordo de Inkomati foi norteadada pela convicção das partes de que as relações de boa vizinhança contribuiriam para a paz, segurança, estabilidade e progresso na África Austral, no Continente Africano e no Mundo. Com base nesta convicção e nos princípios básicos<sup>42</sup> do Direito Internacional, Moçambique e África do Sul comprometiam-se a não permitir que os seus espaços territoriais (terrestre, marítimo e aéreo) fossem usados por outros Estados, governos, forças militares estrangeiras, organizações ou indivíduos que planeassem ou preparassem cometer actos de violência, terrorismo ou agressão da integridade territorial ou independência política de cada uma das partes do Acordo.

Para o efeito, ambas partes deveriam proibir e prevenir nos seus respectivos territórios a organização de forças regulares ou bandidos armados, incluindo mercenários, cujo objectivo fosse levar a cabo actos de violência, terrorismo e agressão, incluindo a eliminação de bases, centros de treino, acomodação, trânsito, centros ou depósitos de armamentos, comunicação e

---

<sup>42</sup> Respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, igualdade soberana, independência política e inviolabilidade das fronteiras de todos os Estados; não interferência nos assuntos internos de outros Estados; direito dos povos a autodeterminação e a independência; a obrigação dos Estados de se abster, nas suas relações internacionais, de ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado; a obrigação dos Estados de resolver conflitos por meios pacíficos e, por esta via, salvaguardar a paz, segurança e justiça.

instalações de comunicação, estações de rádio; proibição e prevenção do recrutamento de elementos para fins de actos de violência, terrorismo e agressão, bem como a proibição de provisão logística para os mesmos fins<sup>43</sup>.

O acordo não se referia expressamente à proibição de apoio político e militar de Moçambique ao Congresso Nacional Africano, nem da África do Sul à Resistência Nacional Moçambicana. Contudo, não restam dúvidas que estes movimentos eram o principal objecto do acordo. Outro aspecto mais importante é a previsão de criação de uma Comissão Conjunta de Segurança com o objectivo de supervisionar e monitorar a aplicação do Acordo. De resto, o acordo foi estritamente de segurança. As questões relativas às relações económicas, turismo e à Barragem Hidroeléctrica de Cahora Bassa não foram contempladas, embora tivessem sido previamente colocadas à mesa de negociações e já houvesse comissões a respeito.

Os signatários interpretaram a assinatura do Acordo de **Inkomati** de duas formas diferentes. Para a parte moçambicana, o acordo de “**Inkomati** marcou o insucesso e a inviabilidade da estratégia regional (...) que visava a destruição dos Estados independentes e progressistas da África Austral” (MACHEL, 1984a, p.6). Entende-se, assim, que o Acordo de Inkomati foi interpretado como uma grande vitória diplomática de Moçambique sobre o regime do Apartheid e “um pesado revés” da África do Sul (MACHEL, 1984b, p.20), ou seja, uma derrota da política de desestabilização. Dentro da África do Sul, o Acordo de Inkomati foi percebido como uma capitulação humilhante de Moçambique.

O Ocidente saudou o acordo porque abriria novas oportunidades para a implementação das iniciativas da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, sobretudo a restauração do sistema de transportes e comunicações (ANGLIN, 1987). Os restantes Estados membros da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral ficaram no silêncio e a Organização da Unidade Africana não condenou o Acordo (PETER, 1987).

Todavia, em círculos não formais de altas individualidades das duas organizações, a assinatura do Acordo era entendida como um retrocesso na luta de libertação da região e do Continente. Cita-se os casos dos Presidentes da Zâmbia, Kenneth Kaunda, e do Botswana, Quett Masire (ANGLIN, 1985). Os Estados da Linha da Frente (Angola, Botswana, Tanzânia e Zâmbia), após uma troca de pontos de vista com a liderança moçambicana em volta do acordo de

---

<sup>43</sup> Artigo 3º, Johnson e Martin (1986, p. 324).

Inkomati na Conferência de 29 de Abril de 1984, em Arusha, Tanzânia, expressaram a esperança de que África do Sul se comprometeria a parar com os actos de desestabilização, e apreciaram o cometimento de Moçambique de continuar a prestar o apoio moral, político e diplomático ao Congresso Nacional Africano na sua luta contra o Apartheid. Este posicionamento revela que, excepto o presidente de Moçambique, os líderes dos Estados da Linha da Frente duvidavam que o regime sul-africano cumpriria, de facto, o Acordo, e não acreditavam que o Acordo de Inkomati traria a paz para Moçambique e extensivamente para a região.

Na prática, o Acordo de Inkomati não trouxe a paz e, portanto, fracassou. Há várias explicações do fracasso, mas antes de perscrutá-las é necessário ter em mente que o acordo foi desigual, porque foi estabelecido entre um Estado fraco (Moçambique) e outro forte (África do Sul). Além de ser poderosa, África do Sul era uma nação agressora. De acordo com Silva (2012):

Uma nação agressora quase que nunca se mostra favorável a qualquer compromisso. Os agressores que utilizam a diplomacia vão propositadamente evitar oferecer uma solução negociável, exigindo apenas a submissão total do adversário às suas ambições [...]. Assim qualquer acordo materializará a imposição da vontade do Estado poderoso, assumindo os contornos de uma rendição incondicional. Num conflito, o Estado agredido poderá nalguns casos tentar travar a agressão através de concessões à nação agressora. No entanto, este tipo de atitude fará aumentar as ambições da nação agressora, a qual exigirá cada vez mais contrapartidas (SILVA, 2012, p. 167).

Tal como teoriza Silva (2012), os desenvolvimentos posteriores à assinatura do Acordo de Inkomati mostram que a vontade da África do Sul se sobrepôs aos objectivos de Moçambique. Os objectivos de Moçambique, ao assinar o acordo, eram ver terminadas as operações militares directas e indirectas da África do Sul no seu território e recuperar a economia (DAVIES, 1983). África do Sul pretendia expurgar a base de apoio do Congresso Nacional Africano<sup>44</sup>. Efectivamente, Moçambique reduziu a presença do Congresso Nacional Africano em Moçambique a uma representação diplomática. Cerca de 800 membros do do Congresso Nacional Africano saíram de Moçambique (JASTER, 1985). Pelo contrário, África do Sul não deixou de apoiar a Resistência Nacional Moçambicana, embora tenha refreado as agressões directas contra Moçambique.

---

<sup>44</sup> Este objecto é posto em dúvida porque mesmo depois de Moçambique ter reduzido o Congresso Nacional Africano a uma representação diplomática, a África do Sul continuou a apoiar o Resistência Nacional Moçambicana. Para mais detalhes ver Cristie (1988).

A 3 de Outubro de 1984, África do Sul facilitou o primeiro contacto directo entre o governo de Moçambique e a Resistência Nacional Moçambicana. O encontro decorreu em Pretória e culminou com uma declaração – Declaração de Pretória – em que se reconhecia Samora Machel como presidente de Moçambique, instava o fim imediato das operações militares dentro do território moçambicano. O governo da África do Sul era chamado a fazer parte da implementação da Declaração e previa-se a criação de uma comissão de implementação (GUNN, 1985). Todavia, não se sabe se esta declaração significava o cessar-fogo, pois os resultados não passaram de uma teatralização política. A confrontação militar entre as Forças Armadas de Moçambique e a guerrilha da Resistência Nacional Moçambicana ganhou um novo ímpeto.

África do Sul reavivou o uso do Malawi como base de apoio logístico à Resistência Nacional Moçambicana e, a partir daí, as incursões da Resistência Nacional Moçambicana intensificaram-se. Desde Março de 1984 até Janeiro de 1985, Moçambique foi denunciando actos de violação do acordo. Entre Março e Junho de 1984, África do Sul forneceu armas, munições e equipamento militar diverso à Resistência Nacional Moçambicana através do Mar, em Sofala.

Em Setembro, um avião da Força Aérea Sul-Africana foi visto a lançar equipamento militar e uniformes na base da Resistência Nacional Moçambicana em Gorongosa, Sofala no centro de Moçambique. Em Novembro, um avião sul-africano é interceptado a violar o espaço aéreo moçambicano em Manica. Estes actos eram denunciados pelo Governo de Moçambique, mas África do Sul foi negando o seu envolvimento, imputando toda a responsabilidade à Resistência Nacional Moçambicana, até Agosto de 1985.

Em 28 de Agosto de 1985, as Forças Armadas de Moçambique, numa operação conjunta com as Forças de Defesa do Zimbabwe, assaltaram a base da Resistência Nacional Moçambicana em Gorongosa, onde capturaram documentos, dentre os quais o diário do líder do movimento, Afonso Dhlakama. Os documentos revelaram, evidentemente, que as Forças de Defesa Sul-Africanas continuaram a fornecer armas, munições, equipamento de comunicação, material médico e propagandístico (DAVIES, 1987). Mas antes, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Roelof F. (Pik) Botha, já havia admitido que o seu país continuava a apoiar a Resistência Nacional Moçambicana com armas, munições, transporte e outro material (PARKS, 1985).

A Inteligência Militar sul-africana também o confirmava, mas dizia que era apenas material e equipamento não letal destinado a facilitar a negociação entre o Governo de Moçambique e a Resistência Nacional Moçambicana (HAMMANN, 2001). Como se pode depreender, ficou provado que o Acordo de Inkomati foi violado. A justificação da África do Sul era que Moçambique não deixara de ser canal de apoio e trânsito do Congresso Nacional Africano.

Os “documentos de Gorongosa” contribuíram para o esfriamento das relações políticas entre Moçambique e África do Sul. Moçambique retirou-se das actividades da Comissão Conjunta de Segurança criada no quadro do Acordo de Inkomati. O período pós Inkomati foi mais dramático nas relações políticas entre Moçambique e África do Sul, porque a Resistência Nacional Moçambicana prosseguiu e expandiu as suas operações para todo o país, com o apoio expresso das Forças de Defesa da África do Sul.

#### **4.3.2 Novos desacordos e finalmente a paz**

Em 1985, as acções da Resistência Nacional Moçambicana aumentaram na Província de Maputo e Gaza, assim como nas províncias de Tete, Zambézia e Niassa. Em Maputo, os ataques foram reportados nos distritos de Boane, Catembe, Manhiça, Moamba e Namaacha. Em Gaza, os ataques concentram-se no distrito de Guijá. Em Tete, os ataques destacados foram registados nos distritos de Changara, e Angónia. Em Niassa, a Resistencia Nacional Moçambicana escalou o distrito de Mavago e, na Zambézia, os distritos de Morrumbala e Mopeia.

A escala dos ataques da Renamo culminou com uma ofensiva a partir do Malawi contra as províncias de Tete, Zambézia e Sofala em Outubro de 1986. Os comandos sul-africanos participaram nos assaltos que conseguiram levar à captura de algumas capitais distritais. As tropas moçambicanas e zimbabweanas acabaram por conseguir travar essa ofensiva antes que ela atingisse o seu aparente objectivo de dividir Moçambique com o estabelecimento de um corredor para o mar controlado pela Renamo (MINTER, 1998, p. 60).

Muitas escolas e unidades sanitárias foram destruídas, paralisadas ou saqueadas; camponeses e cooperativistas, deputados e militantes do Partido Frente de Libertação de Moçambique, então no poder, professores e estudantes, enfermeiros e doentes, trabalhadores de

vários sectores de actividade, missionários e religiosos, comerciantes e jornalistas, incluindo estrangeiros em serviço de cooperação, foram raptados e/ou assassinados. Moçambique ficou aproximadamente reduzido aos principais centros urbanos. Muitos destes episódios aconteceram imediatamente antes da morte de Machel.

Samora Machel morreu num acidente de aviação ocorrido a 19 de Outubro de 1986, em Mbuzini, na África do Sul, quando regressava de uma reunião dos Estados da Linha da Frente que teve lugar em Lusaka, capital da Zâmbia. A morte de Machel e trinta e três acompanhantes levantou muitos questionamentos em volta do que teria causado o acidente, ou quem teria sido o autor. As respostas sobre estas questões mantêm-se abertas, mas o certo é que as autoridades moçambicanas e os líderes regionais rapidamente atribuíram a autoria do acidente ao regime do Apartheid, em conexão com Malawi.

A morte de Samora aconteceu num contexto de animosidade e alta tensão políticas, caracterizadas pela escalada das operações militares da Resistência Nacional Moçambicana nas províncias de Tete, Zambézia e Niassa, a partir do Malawi e ameaças constantes de intervenção militar directa em Moçambique pelo regime do Apartheid em resposta ao aumento de acções militares, sabotagens e desobediência civil comandados pelo Congresso Nacional Africano na África do Sul (AIM, 1986).

África do Sul enfrentava uma crise interna precipitada por revoltas, nos bairros negros e vilas, algumas das quais violentas, que obrigaram o governo a declarar um estado de emergência (DARCH, 1992). Além de procurar travar a rebelião interna, o regime do Apartheid incrementou o apoio às acções de desestabilização e concentrou tropas ao longo da fronteira com Moçambique (DARCH, 1992). Por isso, e com a morte de Samora Machel, as relações entre Moçambique e África do Sul quase que ficaram cortadas e só viriam a ser revitalizadas em 1988.

Machel foi sucedido por Joaquim Alberto Chissano, que vinha exercendo o cargo de Ministro de Negócios Estrangeiros, desde a 1975. Chissano foi eleito a 3 de Novembro de 1986 e tomou posse a 6 de Novembro, três dias depois da sua eleição. Em Maio de 1987, os comandos sul-africanos atacaram uma residência em Maputo, matando três pessoas. O ataque era alegadamente destinado aos membros do Congresso Nacional Africano. Este foi o primeiro ataque directo da África do Sul a Moçambique desde a assinatura do Acordo de Inkomati.

A 18 de Julho de 1987, elementos da Resistência Nacional Moçambicana atacaram a sede do distrito de Homoine, Província de Inhambane, situada a 600 quilômetros de Maputo, matando cerca de 400 pessoas. Este incidente ficou registado na História de Moçambique como massacre de Homoine.

O massacre de Hoimoine ocorreu dois meses depois da África do Sul ter infiltrado massivamente vários operativos da Resistência Nacional Moçambicana na região Sul do país, designadamente, Maputo, Gaza e Inhambane. Estes elementos haviam sido reabastecidos através de meios aéreos, pouco tempo após a sua infiltração. Grande parte deles vieram diretamente da África do Sul para Inhambane. Há também relatos de que eram abastecidos por via marítima, a partir do distrito costeiro de Vilankulo.

O Governo de Moçambique responsabilizou África do Sul pelo massacre. O Massacre de Homoine foi descrito como “maior massacre perpetrado pela Resistência da Nacional Moçambicana (SANTOS, 1987). Havia evidências de que a África do Sul estava por detrás não apenas do massacre, mas também de outras operações militares ao nível nacional (GRONSETH, 1988).

Para a corrente académica pró-governo moçambicano, estes acontecimentos fundamentavam o grande papel que África do Sul desempenhava na operacionalização da Resistência Nacional Moçambicana no interior de Moçambique. Contudo, havia os que defendiam o contrário, que a maior responsável era a própria Resistência Nacional Moçambicana, porque se tratava, sem dúvida, de uma guerra civil.

O principal defensor deste posicionamento é Cahen (1993). O autor deixa perceber que não é correcto atribuir toda a responsabilidade à África do Sul pelos massacres e outras atrocidades, argumentando que:

Na verdade, o nível de violência tem sido extremamente elevado (ataques a autocarros, massacres de aldeias inteiras, mutilações, raptos) e as infra-estruturas sociais e económicas do país têm sido em grande parte destruídas. Isto tem sido visto como prova da intenção do regime do apartheid de destruir Moçambique, ou pelo menos de o tornar um fracasso evidente. Concordo inteiramente com isso, pois esse tem sido certamente o objectivo do regime do apartheid. Mas isso não significa que a guerra não tenha sido transformada numa guerra civil. Não foram os sul-africanos que perpetraram os

massacres e os 20 000 soldados da Renamo não são mercenários remunerados. (CAHEN, 1993, p. 54, tradução nossa)<sup>45</sup>.

Hultman (2009) questiona sobre que objectivo da Resistência Nacional Moçambicana tentava alcançar com a violência em massa perpetrada contra civis. Para a autora, a violência era parte de uma larga estratégia da África do Sul para desestabilizar Moçambique e enfraquecer o governo. Contudo, embora a desestabilização fosse inicialmente uma estratégia introduzida pela África do Sul, como um meio para dominar a região, a Resistência Nacional Moçambicana incorporou esta estratégia para adequar a sua própria agenda interna. A sua principal agenda consistia em desestabilizar o governo, e só tardiamente, desenvolveu objectivos políticos. Para Hultman (2009, p. 15), “é importante considerar os motivos políticos que um grupo pode ter para se envolver em violência em massa contra civis durante uma guerra civil, independentemente de quão sem sentido a destruição pareça ser”.

Concorde-se ou não, o facto é que as relações entre Moçambique e África do Sul se deterioraram e a tensão militar subiu, depois do massacre de Homoine e de outras acções desencadeadas pela Resistência Nacional Moçambicana. Em face disso, muitos Estados Ocidentais, com destaque para os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, intensificaram os seus contactos com os governos de Moçambique e da África do Sul no sentido de persuadi-los a encontrar uma plataforma de reaproximação. Estes contactos culminaram com uma reunião entre o presidente Peter Wellem Botha, da África do Sul, e Joaquim Chissano, a 12 de Setembro de 1988, na província de Tete, no centro de Moçambique (ALDEN, 2001).

A reunião de Songo, em Tete, reavivou a aplicação do Acordo de Inkomati. Como fruto da reunião de 12 de Setembro, o governo sul-africano forneceu assistência militar (equipamento militar não letal, incluindo camiões) ao governo moçambicano a partir de 28 de Novembro de 1988.

O material destinava-se a apoiar o Governo de Moçambique na protecção da Barragem de Cahora Bassa, cujas linhas de transporte de energia para África do Sul haviam sido sabotadas

---

<sup>45</sup> “In truth, the level of violence has been extremely high (attacks on buses, massacres of whole villages, mutilations, kidnappings), and the social and economic infrastructure of the country has been largely destroyed. This has been seen as proof of the intention of the apartheid regime to destroy Mozambique, or at least to make it an evident failure. I agree entirely with this, for certainly that has been the aim of the apartheid regime. But that does not mean that the war has not been transformed into a civil war. It is not the South Africans who have perpetrated the massacres, and the 20,000 Renamo troops are not paid mercenaries.”

pela Resistência nacional Moçambicana. Paralelamente decorriam negociações entre o governo de Moçambique e a liderança da Resistência Nacional Moçambicana para o estabelecimento da paz.

Em 1989, o governo sul-africano ofereceu-se para mediar as negociações, mas a Resistência Nacional Moçambicana rejeitou a oferta, alegadamente porque África do Sul se tornara um aliado do governo de Moçambique. Este argumento mostra que houve uma quebra de confiança devido à reaproximação entre os governos de Chissano e de Botha. África do Sul já havia parado de suportar a Resistência Nacional Moçambicana, financeiramente.

Pretória teve de mudar a sua opinião sobre a melhor estratégia para lidar com Moçambique pelo facto de a continuação do conflito em suas fronteiras ter se provado ser um inconveniente significativo, devido ao fluxo ilegal de refugiados. Apesar de o apoio sul-africano ter reduzido, a Resistência Nacional Moçambicana ainda continuava a praticar violência contra civis, especialmente no Sul do país (DOMINGUES, 2011).

Em 1989, os governos de Moçambique e da África do Sul esforçaram-se a melhorar as suas relações políticas e, ao mesmo tempo, empenharam-se na normalização da situação política interna. Frederik Willem de Klerk substituiu Peter Botha na presidência, e introduziu reformas internas que culminaram com libertação de Nelson Mandela em 1990.

Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique renunciou o Marxismo-Leninismo e aprovou uma nova Constituição, que entrou em vigor em 1990. As negociações de paz com a Resistência Nacional Moçambicana já dominavam a agenda dos dois governos. Desta forma, estava quase a encerrar o capítulo de relações políticas, caracterizadas por divergências ideológicas, hostilidades e agressões militares.

#### 4.4 REFLEXOS DAS RELAÇÕES POLÍTICAS NA INTERACÇÃO ECONÓMICA BILATERAL

As relações políticas ideologicamente divergentes, hostis e militarmente agressivas reflectiram-se na interacção económica e comercial. Entre 1971 e 1974, África do Sul havia se tornado no maior parceiro comercial de Moçambique, e numa fonte principal de capital

estrangeiro - cerca de 89% do novo capital investido em Moçambique provinha da África do Sul (NEWITT, 1995).

Segundo African Studies Editorial (1975), as empresas sul-africanas, designadamente *Massinga Development and Company*, *Anglo – American Oil* e a *Companhia INOS*, estavam fortemente presentes na exploração mineira e na pesquisa e prospecção de gás natural, nas pescas e noutras indústrias. A *Robert Construction Consortium*, *Concor – Grinaker (pty) Lda*, *Anglo-American Corporation of South Africa, Ltd*, *L.T.A. Limited* e *Shafter Sinkis Ltd* estiveram activamente envolvidas na construção da Barragem de Cahora Bassa e de linhas de transporte de energia de 1360 km até a subestação central Apollo, na África do Sul. As importações e exportações do Transvaal (África do Sul) eram feitas a partir do porto de Maputo.

Segundo Stephens (1986), antes e depois da independência, as receitas provenientes do tráfego em trânsito, principalmente, de e para África do Sul, atingiram mais de 30% do total das receitas do comércio externo de Moçambique. Em 1975, África do Sul movimentou uma carga calculada em 5.665,5 milhões de toneladas, representando 82.6% do volume total de carga movimentada naquele ano. Os serviços de transporte (portos e caminhos-de-ferro) geravam cerca de 100 milhões de dólares em divisas por ano (MINTER, 1998).

Praticamente “África do Sul constituía a principal fonte de rendimento do governo [de Moçambique] e da balança de pagamentos” (WUYTS, 1980, p.1980), porque até 1975 aproximadamente 50% do comércio sul-africano anual passava do Porto de Maputo (MITTELMAN, 1981). Por último, Moçambique dependia fortemente da África do Sul no que refere a produtos industriais de consumo, peças sobressalentes e energia (VALEGY, 1991). Adicionalmente, cerca de 63,1% das receitas do turismo eram garantidas por visitantes sul-africanos (MITTELMAN, 1981).

Em consequência das relações políticas ideologicamente divergentes, hostis e militarmente agressivas, a interacção económica e comercial entre Moçambique e África do Sul sofreu revés. As relações políticas entre os dois países afectaram principalmente os serviços de transporte, o trabalho migratório e comércio bilateral. Os serviços de transportes moçambicanos e o trabalho migratório estavam ligados não apenas ao mercado mundial, mas também aos países vizinhos, principalmente África do Sul (MINTER, 1998). Deste modo, Moçambique era vulnerável a pressões políticas e ao estrangulamento económico movido pela África do Sul que,

para Egerö (1992), visavam manter e piorar a crise económica a um ponto tal que levasse o governo a abandonar a sua hostilidade para com o capital internacional ou então ser destruído pela sua oposição política ao sistema do Apartheid.

Em 1973, um quinto das exportações e importações da África do Sul eram efectuadas através do Porto de Maputo. Em 1977, comércio transitório sul-africano no Porto de Maputo caiu para 60% dos volumes anteriores à independência (EGERÖ, 1992). Com a deterioração das relações económicas resultantes das relações políticas ideologicamente divergentes, hostis e militarmente agressivas, o fluxo comercial em trânsito de e para África do Sul reduziu de 6,2 milhões de toneladas em 1973 para 2,2 milhões em 1982 (HANLON, 1986). Em 1982, as actividades de transporte com África do Sul eram menos do que um terço do nível de 1973 (CNP, 1984), tal como se ilustra na tabela 3 que se segue:

**Tabela 3 - Importações e exportações da África do Sul através do Porto de Maputo (1973-1978)**

<b>Ano</b>	<b>Tráfego (Mil toneladas)</b>	<b>%</b>	<b>Ano</b>	<b>Tráfego (Mil toneladas)</b>	<b>%</b>
<b>1973</b>	6 823,5	100	<b>1979</b>	4 155,2	<b>60,9</b>
<b>1974</b>	5 665,1	83	<b>1980</b>	3 428,0	<b>50,2</b>
<b>1975</b>	5 638,5	82,6	<b>1981</b>	3 023,9	<b>44,3</b>
<b>1976</b>	4 974,4	72,9	<b>1982</b>	2 216,8	<b>32,5</b>
<b>1977</b>	4 248,2	62,3	<b>1983</b>	1 100	<b>16,1</b>
<b>1978</b>	<b>4 064,8</b>	<b>59,6</b>			

Fonte: CNP – Comissão Nacional de Planificação (1984).

Lê-se na tabela 3 que, em termos percentuais, o tráfego reduziu para 16,1% dos níveis de 1973, facto que representa uma perda de receitas para Moçambique de cerca de 8 460 milhões de meticais (248 milhões de dólares americanos). Como se pode depreender na tabela 3, o tráfego portuário de Maputo para África do Sul e vice-versa começou a registar quedas acentuadas entre 1980 e 1983. Este ano coincide com o início das agressões militares das Forças de Defesa da África do Sul a Moçambique, e com a política de desestabilização da África do Sul através do apoio à Resistência Nacional Moçambicana, cujas acções já se tinham estendido para grande parte do país. As mercadorias de exportação mais valiosas foram desviadas do porto de Maputo para os portos sul-africanos. Por exemplo, em 1983, África do Sul parou de importar petróleo e a exportar crómio através do Porto de Maputo (HANLON, 1986). Em 1973, África do Sul havia substituído Portugal como maior exportador de maquinaria diversa, peças sobressalentes, ferro e

aço, fertilizantes, carvão, café instantâneo, trigo e batatas e era maior parceiro comercial de Moçambique em África (MITTELMAN, 1981). Porém, a tabela que se segue indica que o comércio externo entre Moçambique e África do Sul conheceu uma redução entre 1973 e 1985 (EGERÖ, 1992).

**Tabela 4 - Comércio externo de Moçambique com África do Sul, 1973 – 1985**

<b>Ano</b>	<b>Importações (10<sup>6</sup> de Meticais)</b>	<b>Exportações (10<sup>6</sup> de Meticais)</b>
<b>1973</b>	20,3	24,8
<b>1975</b>	17,5	36,6
<b>1977</b>	19,1	24,5
<b>1979</b>	14,3	20,2
<b>1981</b>	12,5	27,7
<b>1983</b>	9,6	30,0
<b>1984</b>	11,7	25,7
<b>1985</b>	11,7	12,3

Fonte: Egerö (1992).

Deste modo, a tabela 4 mostra que tanto as importações como as exportações caíram pela metade. As importações reduziram de 20,3 milhões de meticais em 1973, para 11,7 milhões em 1985, enquanto as exportações caíram de 24,8 milhões para 12,3 milhões no mesmo período. Outros dados indicam que Moçambique perdeu 250 milhões de meticais durante este período (ANDERSSON, 1992). De uma forma global, a redução do tráfego comercial no porto de Maputo e o desvio da mercadoria mais valiosa privou Moçambique de receitas estimadas em 294 milhões de dólares (CAHEN, 1987), sem contar com perdas resultantes de desinvestimento do capital sul-africano. De acordo com Hanlon (1986), a redução do fluxo comercial foi acompanhada de desinvestimento do capital sul-africano no sector carbonífero, na agricultura, na hotelaria e no turismo.

Além de receber investimentos em capital, Moçambique exportava mão-de-obra para as minas da África do Sul. Em 1975, 118.000 moçambicanos encontravam-se a trabalhar na indústria mineira sul-africana (CAHEN, 1987; FERRÃO, 2002), gerando cerca de três milhões de dólares em divisas (JASTER, 1985). Porém, as relações políticas entre Moçambique e África do Sul entre 1975 e 1990 também afectaram o trabalho migratório. Os 118.000 moçambicanos

que se encontravam-se a trabalhar na indústria mineira sul-africana em 1975 (CAHEN, 1987; FERRÃO, 2002; EGERÖ, 1992) foram reduzidos para 41.000<sup>46</sup> em 1977 (EGERÖ, 1992).

Em 1978, África do Sul decidiu retirar-se unilateralmente do acordo de 1928 que regulava o recrutamento da mão-de-obra moçambicana para a indústria mineira sul-africana. Como resultado, a quantidade de mão-de-obra moçambicana nas minas da África do Sul caiu abruptamente para 25.090 trabalhadores (CABRITA, 2000), contra os 118.000 ou 113.405 que existiam em 1975, conforme se pode ver na tabela abaixo:

**Tabela 5 - Número de trabalhadores Moçambicanos na África do Sul (1970-1982)**

<b>Ano</b>	<b>Nº de trabalhadores</b>
<b>1970</b>	113 293
<b>1973</b>	99 424
<b>1975</b>	118 030
<b>1977</b>	41 364
<b>1980</b>	45 824
<b>1981</b>	41 288
<b>1982</b>	<b>45 491</b>

Fonte: CNP – Comissão Nacional de Planificação (1984).

A tabela 5 mostra que entre 1975 e 1982, a mão-de-obra moçambicana na África do Sul reduziu e, de acordo com a Comissão Nacional de Planificação (1984), esta redução representou uma perda de 19.252 milhões de meticais (568 milhões de dólares) em divisas.

Para Minter (1998), os cortes do trabalho migratório pela África Sul resultaram da decisão da indústria mineira sul-africana de reduzir a dependência relativamente à mão-de-obra estrangeira de forma a diminuir a sua vulnerabilidade às mudanças políticas em Moçambique e na região Austral de África. O autor entende igualmente que a redução de trabalhadores moçambicanos na indústria mineira sul-africana significava uma pressão económica sobre Moçambique pelo regime do Apartheid. De facto, a mudança na política de trabalho migratório na África do Sul se converge com a subida de Pieter Willem Botha ao poder e início da implementação da “Estratégia Total”. Na tabela 6, lê-se que, entre 1984 e 1989, o número de trabalhadores moçambicanos na indústria mineira sul-africana oscilava entre 45.230 e 48,335,

<sup>46</sup> Newitt (1995) indica uma redução de 113.488 trabalhadores recrutados em 1975 para 32.648 em 1976. Cabrita (2000) diz que o número baixou de 113.405 trabalhadores em 1975 para 32.496 em 1976. Em 1977 subiu ligeiramente para pouco mais de 36.433 e, deste número para 37.904 trabalhadores.

com a excepção de 1985, um ano depois de assinatura do Acordo de Inkomati, em que o número subiu ligeiramente para 55.571 trabalhadores (GASPAR, 2007).

**Tabela 6 - Trabalhadores Moçambicanos entre 1983 – 1990**

<b>Ano</b>	<b>Nº de Trabalhadores</b>
<b>1983</b>	39731
<b>1984</b>	45230
<b>1985</b>	55571
<b>1986</b>	47704
<b>1987</b>	40912
<b>1988</b>	36188
<b>1989</b>	48335
<b>1990</b>	<b>48478</b>

Fonte: Gaspar (2007).

Em 1986, o governo sul-africano anunciou a expulsão de todos os trabalhadores moçambicanos que terminassem os seus contratos (MINTER, 1998). A medida afectaria 30.000 trabalhadores. Porém, a decisão foi ponderada em 1987, quando iniciaram as negociações em torno da reactivação do Acordo de Inkomati entre os governos moçambicano e sul-africano. Em Setembro de 1988, quando os presidentes Peter Willem Brotha, da África do Sul e Joaquim Chissano, de Moçambique, reuniram - se em Tete, na província central de Moçambique, não apenas discutiram assuntos de segurança, mas também as questões relacionadas com a cooperação económica bilateral.

No final do encontro, reportou-se que os dois estadistas criaram comissões para lidarem com os domínios do trabalho migratório, cooperação económica e comercial, assim como a promoção do “espírito” do Acordo de Inkomati. Mas antes, em Maio de 1988, já era público que Moçambique e África do Sul haviam acordado em reestruturar a dívida pública bilateral então estimada em 26 milhões de Rands. Até 1990, existiam 48.478 mineiros moçambicanos na África do Sul e as relações económicas e comerciais entre Moçambique e África do Sul tinham conhecido uma grande melhoria em função do fim das relações políticas hostis, ideologicamente antagónicas e militarmente agressivas.

Neste capítulo, ficou evidente que a dinâmica das relações políticas entre Moçambique e África do Sul foi se moldando em função dos interesses políticos e económicos. África do Sul,

no seu relacionamento com Moçambique entre 1975 e 1992 procurou sempre defender o seu interesse nacional (sobrevivência do regime político então vigente – o Apartheid), suprimindo as forças internas progressistas que tinham suporte e bases em países vizinhos), bem como continuar a ter acesso ao mar através do porto de Maputo. Para a efectivação deste objectivo recorreu a agressões militares directas e indirectas e, por esta via, as sabotagens a infra-estruturas económicas essenciais e manipulação de algumas forças internas para a desestabilização política, com intuito de manter Moçambique na posição de dependência e como fonte de mão-de-obra barata para as empresas mineiras.

Em contraposição, Moçambique enveredou por uma via pacifista negocial, ciente da sua incapacidade militar e económica de enfrentar o poder hegemónico da África do Sul, mas com vontade enorme de reduzir a sua dependência em relação à África do Sul. Outra conclusão a que se chega é que as relações políticas se reflectiram na interacção económica e comercial bilateral de forma proporcional. A interacção económica melhorava ou piorava à medida que as relações políticas se desanuviavam ou se tornavam tensas.

Desta forma, ficou evidente a combinação entre os objectivos políticos e economicos por parte da África do Sul. Esta ilação permite formular o que se passa a denominar por teoria de controlo político e económico da Economia Política Internacional, em que se tem um sistema regional, no caso vertente África Austral, com um Estado dominante/forte - a África do Sul -, e outros Estados dominados/fracos – os Estados vizinhos, incluindo Moçambique. Ficou claro neste capítulo que, geralmente, o Estado forte é institucionalmente consolidado, possui poder superior em termos de economia, tecnologia e força militar. Do lado oposto, posicionam-se os Estados fracos, com instituições fracas e desprovidos de recursos económicos, tecnológicos e militares.

Assim, o Estado dominante, como é África do Sul na África Austral, exerce controlo sobre os Estados fracos, mantendo-os na sua órbita através de vários meios, dentre os quais os investimentos, concessão de créditos, assistência humanitária, criação ou apoio a grupos de interesse, restrições económicas, desestabilização e, em casos extremos, intervenção militar directa. O caso das relações entre Moçambique e África do Sul entre 1975 e 1992, descritas no capítulo em desfecho, mostrou que o objectivo principal do Estado dominante é aumentar a riqueza, controlar o mercado regional de matérias-primas, mão-de-obra, produtos

manufacturados, ou manter/ampliar a sua hegemonia. Nessa empreitada, o uso da força torna-se necessário para salvaguardar a sobrevivência ou do sistema político interno ou da ordem regional. O recurso à força pode ser igualmente justicado para proteger os interesses económicos considerados vitais. Como pode depreender, estes preceitos são extensivamente aplicáveis ao sistema político internacional.

## **5 BASES EXPLICATIVAS DA PREVALÊNCIA DOS LAÇOS ECONÓMICOS ENTRE MOÇAMBIQUE E ÁFRICA DO SUL, 1975 – 1992**

Neste capítulo procura-se explicar as bases da prevalência das relações económico-comerciais bilaterais Moçambique-África do Sul, no meio de divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares, entre 1975 e 1992. Em 1976, Moçambique aplicou efectivamente sanções económicas impostas pelas Nações Unidas contra o regime de Smith na Rodésia, em apoio à luta pela independência movida pela União Nacional Africana do Zimbabwe e pela União do Povo Africano do Zimbabwe. Todavia, Maputo não tomou a mesma decisão em relação à Pretória, embora as relações entre Moçambique e África do Sul fossem ideologicamente divergentes, politicamente hostis e militarmente agressivas.

Pretória exerceu uma pressão militar e económica sobre Maputo, chegando até à redução do número de trabalhadores moçambicanos e do tráfego no complexo ferro-portuário Maputo-Matola, tal como já foi demonstrado no capítulo anterior. Mesmo assim, não decidiu pelo corte completo dos laços económicos existentes. A questão que se levanta é:

Que motivações levaram Moçambique e África do Sul a optarem pela manutenção das relações económicas bilaterais, no meio de divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares, entre 1975 e 1992?

A resposta a esta questão constitui o tema central do presente capítulo e sua desenvoltura norteia-se por dois pressupostos. O primeiro pressuposto é que entre 1975 e 1992, Moçambique ainda dependia, em grande medida, das receitas provenientes da utilização dos serviços ferro - portuários pela África do Sul, assim como das remessas dos trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul. Além disso, a situação económica interna não permitiu ao governo de Moçambique determinar o corte dos laços históricos de dependência em relação à África do Sul.

O segundo pressuposto é que África do Sul precisava do porto de Maputo para importação e exportação de produtos e mercadorias diversas, assim como tinha interesse em manter Moçambique como fonte de mão-de-obra barata, mercado seguro e dependente. Em adição, a África do Sul era uma economia dominante e precisava de ter acesso permanente à electricidade gerada pela barragem de Cahora-Bassa, em Moçambique, para suprir défices da produção interna de energia.

## 5.1 PODER ECONÓMICO DA ÁFRICA DO SUL, TROCAS COMERCIAIS E INVESTIMENTOS

Desde a independência, os decisores políticos moçambicanos e fazedores da política externa enfatizaram a necessidade de forjar uma forte aliança política, económica e comercial com os países vizinhos independentes. Porém, a materialização desse desiderato requeria a destruição dos regimes do Apartheid, na África do Sul, e minoritário, na Rodésia. Relativamente à Rodésia, Moçambique tomou medidas concretas – apoio político, económico e militar aos movimentos de libertação que lutavam contra o regime e aplicação de sanções económicas por meio de encerramento de fronteiras.

Todavia, com África do Sul, como apresentado anteriormente, o posicionamento foi diferente. Moçambique desenvolveu uma campanha contra o regime do Apartheid e a ocupação ilegal da Namíbia por este, incluindo o acolhimento e apoio político-diplomático de militantes do Congresso Nacional Africano e Congresso dos Sindicatos da África do Sul. Mas as campanhas contra o regime do Apartheid e a ocupação ilegal da Namíbia eram limitadas devido à posição militar extremamente vulnerável e à dependência económica.

Moçambique evitou qualquer confrontação directa com África do Sul, porque, em termos militares e económicos, Pretória era superior. O boicote económico custaria a Maputo mais de 100 milhões de dólares anuais, resultantes de perdas de receitas do porto de Maputo e remessas dos trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas. Adicionalmente, uma eventual confrontação directa teria consequências económicas e sociais devastadoras para Moçambique e levaria a uma internacionalização do conflito na África Austral (ISAACMAN A.; ISAACMAN B., 1983).

Callaghy (1983) afirma que Moçambique não tinha relações diplomáticas com a África do Sul, mas mantinha as relações comerciais que não poderiam ser cortadas de forma repentina. Ao aumentar uma pressão militar sobre Moçambique, mantendo simultaneamente os laços económicos, Pretória procurava aprofundar a dependência e garantir a dominação. De acordo com Andersson (1992), a posição económica de Moçambique perante África do Sul era fraca e dependente, facto que lhe limitava as escolhas políticas.

O reconhecimento do poder económico superior da África Sul não provinha somente de académicos, mas também das estruturas políticas e da população em geral, especialmente a residente no Sul de Moçambique. A título de exemplo, electricistas, engenheiros e peritos de serviços portuários gozavam de boas relações formais com moçambicanos com quem trabalhavam no complexo ferro-portuário de Maputo e Matola. Joaquim Chissano, explicando a oitava tese ao quarto congresso do Frente de Libertação de Moçambique, aos membros do partido, afirmou que:

De uma maneira geral, porque a África do Sul (pelos seus recursos minerais, pela sua própria evolução histórica) foi sempre um país privilegiado dos investimentos capitalistas na região – o que a tornou o País economicamente mais forte da África Austral – progressivamente foi envolvendo todos os países vizinhos na esfera da sua economia, quer através de mecanismos de recrutamento de mão-de-obra barata desses países, quer através da dominação financeira que o capital sul-africano [tinha] sobre a zona, quer através das fortes infra-estruturas em transportes e comunicações, associada à sua localização costeira (TEMPO, 1982, p. 24-26).

Neste excerto, Joaquim Chissano, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique, reconhecia o poder económico superior da África do Sul em comparação com Moçambique. Efectivamente, África do Sul tinha uma economia bastante diversificada, e era o maior exportador de toda região da África Austral. A sua economia era bastante integrada e predominante, como fruto de políticas estatais e empresariais sistemáticas e selectivas nos transportes, questões fiscais, estruturação empresarial, investimento e provisão de pessoal e conhecimento (MINTER, 1986).

A economia moçambicana era pequena, assente na agricultura desagregada e baixa produção industrial. A indústria moçambicana era essencialmente ligeira e contribuía com apenas 10% para o Produto Nacional Bruto (MITTELMAN, 1981). O fluxo de investimentos era baixo em todos sectores, e o país, como um todo, ressentia-se de uma escassez de capital humano em consequência do abandono de operários portugueses qualificados que suportavam o sector industrial, e por conta do abrandamento e retirada de investimentos portugueses do território moçambicano (NEWITT, 1997). Cerca de 88% do capital investido em Moçambique até a data da independência era sul-africano e África do Sul era o maior mercado de frutas produzidas por Maputo.

Adicionalmente e de acordo com Saul (1985), Moçambique herdara de Portugal uma forma extrema de subordinação económica à economia capitalista global, onde África do Sul desempenhava um papel de pivô. A economia colonial de Moçambique baseava-se na prestação de serviços aos países vizinhos, principalmente à África do Sul e, dos serviços prestados, Moçambique conseguia obter divisas.

Esta estrutura económica submetia Moçambique à dominação da África do Sul, criando condições para um relacionamento incondicional e cooperação económica entre os dois países, ainda que fosse de forma informal. Pretória era o maior exportador para Moçambique, e os principais produtos exportados incluíam maquinarias diversas, peças sobressalentes, ferro e aço, fertilizantes, café instantâneo, trigo e batatas. Estima-se que, até 1980, 42% do produto nacional bruto e 50 a 60% das reservas internacionais de Moçambique provinham da África do Sul (MITTELMAN, 1981).

Enquanto África do Sul tinha uma economia comparativamente mais diversificada, que consistia na expansão industrial, num sistema financeiro sólido, numa estabilidade económica e numa riqueza de reservas de recursos minerais em exploração (ALLIGHAN, 1960), a base económica de Moçambique assentava sobre a exportação de produtos primários, principalmente o camarão, caju e copra, algodão, açúcar e chá (MITTELMAN, 1981).

Até 1992, África do Sul era único país na África Austral com uma indústria pesada avançada, indústrias ligeiras numerosas, investimento directo estrangeiro superior que de qualquer outro país da região, agricultura moderna e mecanizada, sistema e serviços de transporte eficientes, assim como uma rede de estradas asfaltadas e linhas férreas ligando todas regiões do país. Os portos e aeroportos eram modernizados, com capacidade para manusear todo o tipo de cargas e receber qualquer tipo de navios e aviões, respectivamente. Tanto Moçambique quanto África do Sul eram ricos em recursos minerais e energéticos, mas Moçambique não tinha capacidade financeira para explorar e os investimentos no sector eram poucos. Para exploração dos seus recursos, Moçambique precisaria de investimentos, parte dos quais, sul-africanos.

De acordo com Azevedo (1980), em 1975, 20% importações de Moçambique provinham da África do Sul, o correspondente a 45% do Produto Nacional Bruto. África do Sul contribuía com 60% para as reservas internacionais e o número aumentou para 80% em 1977. Até 1980 Moçambique dependia mais da África do Sul do que em 1975. Note-se que este foi o ano em que

o governo de Moçambique prometeu devolver a iniciativa privada ao pequeno comércio e estimulou uma abertura económica, em relação ao ocidente, para atrair investimentos nos sectores estruturantes tais como a mineração, energia e a agricultura de exportação (GUIA...1986). Foi igualmente em 1980 que África do Sul começou a apoiar directamente as acções de desestabilização da Resistência Nacional Moçambicana, visando essencialmente infra-estruturas económicas e sociais importantes para a dinamização da economia. Este facto tornava Moçambique economicamente vulnerável e cada vez mais dependente da África do Sul.

Minter (1998) assinala que a dependência de Moçambique em relação à África do Sul era profunda representando quase metade das suas divisas. Os laços económicos asseguravam a vulnerabilidade de Moçambique às pressões sul-africanas e a liderança do governo moçambicano sabia que não havia opções políticas que pudessem alterar a estrutura económica de dependência herdada do sistema colonial.

Joaquim Chissano, em entrevista à revista *Afrique-Asie* (1980), afirmou que países como Moçambique, dificilmente poderiam recusar de cooperar com África do Sul porque tinham herdado uma economia estruturalmente dependente. Chissano, disse ainda que uma cooperação era possível, desde que não fosse uma cooperação imposta. A respeito disso, Samora Machel, reconheceu a estrutura económica de dependência não só por parte de Moçambique, mas de todos os países da África Austral, em relação a África do Sul.

As economias dos países da África Austral foram concebidas e organizadas em função da África do Sul. A África do Sul foi transformada no pólo de atracção da zona. Para ela confluem as redes de estradas e ferroviárias. Para ela eram canalizados os excedentes de mão-de-obra dos países da região pagos a preços irrisórios e submetidos a um regime desumano e racista. A África do Sul tornou-se no centro fornecedor de matérias-primas, de equipamentos e de serviços na região. Por este processo, cujo início remonta à organização do sistema de exploração colonial nos fins do século passado [século XIX], os nossos países foram subordinados à África do Sul e economicamente acorrentados às masmorras do apartheid. Esta dependência constitui uma condicionante fundamental da situação de subdesenvolvimento em os nossos países se encontram (SADCC2 ..., 1980, p.15).

Neste sentido, em Chissano e Samora encontra-se um posicionamento comum. O reconhecimento de que África do Sul era economicamente poderosa, e que Moçambique tinha uma estrutura económica que o mantinha dependente em relação à Pretória. A tabela 7, que se segue, mostra as diferenças em termos de Produto Interno Bruto dos dois países.

**Tabela 7 - Evolução Produto Interno Bruto da África do Sul e de Moçambique entre 1980 e 1992 em bilhões de dólares americanos**

<b>Ano</b>	<b>África do Sul</b>	<b>Moçambique</b>	<b>Diferença</b>
<b>1980</b>	82,984.00	3,556.00	79,428.00
<b>1981</b>	89,629.00	3,537.00	86,092.00
<b>1982</b>	82,697.00	3,612.00	79,085.00
<b>1983</b>	88,787.00	3,236.00	85,551.00
<b>1984</b>	87,088.00	3,376.00	83,712.00
<b>1985</b>	69,208.00	4,456.00	64,752.00
<b>1986</b>	82,108.00	5,247.00	76,861.00
<b>1987</b>	107,415.00	2,354.00	105,061.00
<b>1988</b>	118,332.00	2,094.00	116,238.00
<b>1989</b>	128,903.00	2,314.00	126,589.00
<b>1990</b>	115,553.00	2,512.00	113,041.00
<b>1991</b>	123,943.00	3,264.00	120,679.00
<b>1992</b>	134,545.00	2,291.00	132,254.00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial.

Nesta tabela pode-se verificar que, de facto, existiam disparidades económicas entre Moçambique e África do Sul, com maior peso a pender para esta última. Outro aspecto a notar é que à medida que a economia sul-africana aumentava o volume da sua produção, em Moçambique registava-se o inverso. Assim, entende-se que a economia moçambicana foi progressivamente ficando cada vez mais débil em comparação com a sul-africana. A acção combinada da guerra, seca, cheias e a deterioração dos termos de troca no mercado internacional estavam por detrás deste quadro. Mas, mais do que isso, a redução da utilização dos serviços moçambicanos pela África do Sul e os outros países vizinhos contribuíram para este cenário. Desta forma, Moçambique foi aumentando a sua dependência em relação à África do Sul entre 1980 e 1992.

## 5.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DE MOÇAMBIQUE

O governo de Moçambique independente herdou uma situação económico-social crítica. Um relatório da Comissão Nacional de Planificação, publicado em 1984, revelou precisamente que a conjuntura económica e social era caótica. O país continuava atrasado, com uma estrutura

económica distorcida e alto grau de dependência externa. A agricultura era familiar e de subsistência, ocupava 75% da força de trabalho. Cerca de 80% da produção agrícola destinava-se ao auto-consumo. A base industrial era muito fraca, concentrada em duas grandes cidades (Lourenço Marques, actual Maputo, e Beira) e empregava apenas 2% da população activa. Toda a rede comercial pertencia a estrangeiros. O comércio privado não era permitido à população negra. A economia era dominada pelo sector de serviços – portos e caminhos-de-ferro – cujas infra-estruturas estavam orientadas para os países vizinhos, sobretudo África do Sul e Rodésia. Moçambique era o principal reservatório de mão-de-obra barata para as minas e plantações da África do Sul e da Rodésia. De acordo com Hanlon (1991), a economia estava destruída e em bancarrota.

Nos primeiros dois anos de independência (1975 e 1976), Moçambique entrou numa recessão derivada de factores exógenos: a crise de petróleo e a deterioração dos termos de troca a partir de 1973; o êxodo dos portugueses (a nata empresarial e técnico-profissional fundamental para manter as actividades económicas dinâmicas)<sup>47</sup>; a redução dos trabalhadores moçambicanos pela África do Sul de 113.488 em 1975 para 32.648 em 1976, aliada à recusa do governo Sul-Africano a renovar os acordos de pagamento diferido<sup>48</sup> em 1978 (uma das principais fontes de divisas), assim como inundações de algumas zonas agrícolas vitais, como o Vale do Limpopo, seguidas pelo início da seca, entre 1977 e 1983 (HANLON, 1991; NEWITT, 1995). As exportações caíram em 40%; a produção de milho cultivado pelos camponeses em 20%, a mandioca em 61% e a produção agrícola dos colonos em 50%, entre 1974 e 1976 (CAHEN, 1987; NEWITT, 1997). No mesmo período, a produção industrial baixou em 36%.

---

<sup>47</sup> Entre 1974 e 1976 cerca de 200 000 brancos e indianos abandonaram Moçambique, encontrando abrigo na Rodésia, África do Sul e Portugal (CHRISTIE, 1996). A fuga dos portugueses foi acompanhada de sabotagens às fábricas e máquinas diversas, assim como pela paralisia da estrutura económica montada pela administração colonial portuguesa como consequência da insuficiência de capital humano capaz de suportar as actividades económicas e os serviços sociais básicos.

<sup>48</sup> Em 1964, Portugal e África do Sul assinaram um acordo sobre a fornecimento da mão – de- obra moçambicana à indústria mineira sul-africana, o qual incluía o pagamento de parte do salário dos mineiros moçambicanos em ouro, o chamado pagamento diferido. À luz deste acordo, o governo português era permitido receber ouro em vez de dinheiro, facto que conferiu aos portugueses uma grande capacidade financeira para incentivar a modernização da economia moçambicana. Porém, em 1978 o governo sul-africano recusou-se a renovar os acordos de pagamento diferido, em represália contra as sanções ocidentais aprovadas por Moçambique. Esta decisão teve um impacto negativo sobre a economia moçambicana, porque significou a redução de remessas (CAHEN, 1987; COVANE, 1989; NEWITT, 1995).

Em 1977, os rios Limpopo e Inkomati, no Sul de Moçambique, transbordaram provocando inundações, afectando cerca de 400.000 pessoas e danos estimados em 34 milhões de dólares americanos. No ano seguinte (1978), ocorreram também inundações no Rio Zambeze, centro do país, causando prejuízos calculados em 60 milhões de dólares. Em 1980, ocorreu uma seca em seis províncias, afectando 1,5 milhões de pessoas.

Desta feita, a conjuntura económica e social de Moçambique era de crise. Os problemas económicos derivaram da destruição de linhas férreas, estradas, pontes, camiões, rede comercial rural, serrações em consequência do aumento da desestabilização e agressões militares iniciadas pelo regime da Rodésia, em 1976, e retomadas pela África do Sul em 1981, ambos com o auxílio a Resistência Nacional Moçambicana; os efeitos das calamidades naturais (secas e inundações) que afectaram 4 milhões de pessoas e destruíram campos agrícolas, infra-estruturas económicas e sociais. A crise económica internacional de 1974 e 1975 ainda se fazia sentir na economia nacional.

A crise, aliada à subida do preço do petróleo no mercado internacional, reduziu a capacidade de importação de produtos essenciais, insumos agrícolas e matérias-primas para indústria, enfraquecendo, assim, as exportações (PARTIDO FRELIMO, 1983). O impacto desse conjunto de factores na situação geral da economia moçambicana entre 1975 e 1983 é descrito no quadro 4 que se segue:

**Quadro 4 - Síntese do impacto dos factores exógenos na economia moçambicana (1975-1983), em MZN e USD**

<b>Discriminação de Acções</b>	<b>10<sup>6</sup> MZN</b>	<b>10<sup>6</sup> USD</b>
1. Efeitos da sabotagem económica e abandono de empresas por colonos	-	-
2. Sanções e agressões da Rodésia do Sul (Mar.1976 – Fev.1980)	16 479	556
3. Prejuízos das inundações no Limpopo e Inkomati, 1977	1 099	34
4. Prejuízos das inundações no Zambeze, 1978	2 095	64
5. Efeitos da guerra não declarada do regime do Apartheid	131 986	3 796
5.1. Diminuição do tráfego ferro - portuário	8 460	248
5.2. Não cumprimento integral pela África do Sul dos acordos sobre trabalhadores mineiros a partir de 1978	91 289	2 647
5.3. Redução do número oficial dos trabalhadores mineiros moçambicanos na África do Sul a partir de 1975	19 252	568
5.4 Agressões directas do regime do Apartheid e desestabilização	12 985	333
6. Prejuízos directos das secas no Centro e Sul do País (1982-1983)	6 200	154
7. Efeitos da subida de petróleo desde 1975	34 069	819
8. Efeitos de secas, deterioração dos termos de troca nos anos 1980 a 1982 e da desestabilização pela Resistência Nacional Moçambicana	3 659	131
<b>Total</b>	<b>195 587</b>	<b>5 554</b>

Fonte: Guia do Terceiro Mundo, 1986. Adaptada pelo autor.

Apesar desta conjuntura, Moçambique registou alguns avanços económicos e sociais, entre 1977 e 1981. A título de exemplo, a produção bruta agrária, industrial, dos transportes e comunicações e construção cresceram em cerca em 8,8%; 13,5%; 15,4% e 25%, respectivamente. As empresas estatais comercializavam 70% da produção, e fortaleceram-se as relações comerciais com o Conselho de Ajuda Económica Mútua e com a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral. A produção social global aumentou em 11,6%, em 1981, fixando-se em 83,7%, contra 71,1% de 1975 (PARTIDO FRELIMO, 1983; HALL; YOUNG, 1997), conforme se pode ver na tabela 8 que se apresenta a seguir.

**Tabela 8 - Produto social global, 1975 – 1982 (Milhões de Meticais).**

<b>Sectores</b>	<b>Anos</b>				
	<b>1975</b>	<b>1977</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>
Agricultura	26,1	30,6	33,4	33,3	32,5
Indústria	26,4	27,8	30,7	31,6	27,2
Transportes	9,1	7,8	8,1	9,0	8,4
Outros	9,5	8,8	10,0	8,8	9,8
<b>Total</b>	<b>71,1</b>	<b>75,0</b>	<b>82,2</b>	<b>83,7</b>	<b>77,9</b>

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de Hall; Young (1997).

Na tabela, nota-se que, dos sectores apresentados, a agricultura e a indústria registaram um avanço contínuo até 1981. Os sectores dos transportes e comunicações, assim como o da construção, apresentaram níveis de crescimento irregulares. Esta situação pode ser explicada não só pela guerra interna, que visava essencialmente os meios e as infra-estruturas de transportes vitais para o desenvolvimento da economia nacional, como também pela crise económica internacional.

Os indicadores sociais eram igualmente críticos entre 1975 e 1977. De acordo com Comissão Nacional de Planificação (1984), até a altura da ascensão à independência, Moçambique tinha de 8,2 milhões de habitantes. Deste número, 93% não eram alfabetizados. A população universitária era composta de 3.800 estudantes, dos quais apenas 40 eram negros. A cobertura dos serviços de saúde era igualmente fraca, concentrada nos maiores centros urbanos cujo acesso pela população negra era limitado. No mesmo período, apenas 45.000 habitantes tinham acesso à água canalizada, electricidade e à latrina.

Não obstante a situação económica e política difícil em que o país se encontrava, o governo de Moçambique logrou alguns avanços importantes entre 1977 e 1981.

Até 1981, mais de 10.000 hectares de terra de cultivo tinham sido irrigados. A produção de castanha de caju foi a maior desde a independência, e as receitas totais, de todas as exportações, atingiram o nível recorde de 250 milhões de dólares. Estavam a ser construídas novas fábricas, principalmente para manufacturar têxteis e processar madeira. Tinham sido construídos centenas de postos de saúde e todos os distritos do país tinham, pelo menos, um trabalhador da saúde profissional. Mais de 10 000 professores primários tinham sido formados para responder à explosão da educação: um número de alunos da escola primária tinha duplicado desde à independência e a escola secundária tinha quadruplicado (CHRISTIE, 1996, p.172).

De acordo com Newitt (1995), em 1979, o governo realizou uma campanha nacional de vacinação contra a varíola, tétano e o sarampo, abrangendo 90% da população. A mortalidade infantil já caíra em 20% naquele ano. No campo da educação, as matrículas nas escolas primárias duplicaram, de 700.000 para 1.376.000, e no ensino secundário aumentaram de 20.000 para 135.000. Em 1981, cerca de meio milhão de pessoas frequentavam aulas de alfabetização, como fruto de campanhas de alfabetização.

Os progressos aqui apontados por estes autores foram fruto da nacionalização das empresas portuguesas abandonadas, da educação, saúde, habitação e colectivização da produção.

O governo moçambicano nacionalizou as empresas portuguesas que haviam sido abandonadas. O Estado passou a controlar grande parte do sector produtivo da economia que ia das plantações e fábricas, até aos armazéns e posto de venda a retalho. Em 1978, cerca de 50% de todas as empresas eram estatais. Em 1981, 65% da produção industrial, 85% dos transportes, 90% da construção e 40% do comércio eram controlados pelo Estado. No sector agrícola, 85% da produção de açúcar, 90% de chá e 80% do arroz eram garantidas por empresas estatais, que se beneficiavam de um grande volume de investimento público para manterem os volumes de produção. Entre 1977 e 1981, a economia de Moçambique cresceu 11,6%, um nível considerado bastante elevado, tendo em consideração a conjuntura da época (NEWITT, 1995). Os ganhos económicos eram posteriormente investidos em sectores sociais, como a saúde e a educação.

Porém, é importante reconhecer que a “explosão” da educação e da saúde, citando a expressão de Christie (1996, p.172), contaram com o contributo de parceiros de cooperação, com destaque para a Cuba, União Soviética e o Bloco do Leste, assim como os países nórdicos. Alguns dos países abriram os seus países para receber e formar moçambicanos em diversas áreas, dando primazia à área da educação e da saúde, e enviando seus quadros, os chamados cooperantes, para virem trabalhar em Moçambique. Moçambique, com meios próprios, não seria capaz de recuperar da bancarrota económica e da situação social crítica, dada a insuficiência do capital humano, exiguidade de meios financeiros e inexperiência governativa dos gestores do Estado.

Contudo, repare-se que os avanços que Moçambique alcançou duraram muito pouco. Entre 1980 e 1981, a economia mundial foi acolhida pela chamada segunda crise de petróleo (ABRAHMSSON; NILSSON, 1998). A segunda crise de petróleo resultou na subida dos preços do crude no mercado mundial entre 1980 e 1981 e contribuiu para a deterioração dos principais termos de troca de Moçambique, designadamente a castanha de caju, o algodão e o chá. Enquanto isso, as importações tornaram-se mais caras.

Em 1973 as importações de petróleo correspondiam a 6% das importações totais para em 1982 a mesma quota ser de cerca de 25%. Em relação à exportação de Moçambique, a modificação foi ainda mais dramática. Em 1973 a importação de óleo<sup>49</sup> correspondia a 13% das receitas de exportação para em 1982 vir a utilizar 93% das receitas de importação. Este crescimento dramático resultou principalmente da subida dos preços

---

<sup>49</sup> Entenda-se petróleo.

do petróleo de 26 US\$/tonelada em 1973 para 273US\$ tonelada em 1982. (ABRAHMSSON; NILSSON, 1998, p.132).

O impacto do quadro macroeconómico que Abrahmsson e Nilsson apresentam não se fez esperar. Entre 1977 e 1982, os produtos médios da pauta de exportação de Moçambique baixaram em cerca de 11%, enquanto os preços de importação subiram em 3%. As importações de alimentos chegaram a constituir 21% do valor global de importações, em resultado do aumento do êxodo rural e regresso dos trabalhadores migrantes da África do Sul (FRELIMO, 1983; CAHEN, 1987; NEWITT, 1997).

Entre 1981 e 1983, Moçambique ressentiu-se da escassez de alimentos e redução dos níveis de produção. As receitas provenientes das exportações baixaram de 280,0 milhões de dólares, em 1981, para 131,6, em 1983 (HANLON, 1991; ABRAHMSSON; NILSSON, 1998). As receitas dos serviços de transportes caíram de 93 milhões, em 1980, para 66 milhões. As importações de alimentos, bens de consumo e insumos para a agricultura e indústria também reduziram, de 800 para 636 milhões, no mesmo período (vide a tabela 9 abaixo), provocando fome, privações e baixa produção, principalmente na agricultura (HANLON, 1991).

**Tabela 9 - Declínio das importações (milhões de dólares)**

	1980	1981	1982	1983
Alimentos	108	114	116	131
Bens de consumo	95	64	53	47
Combustível	219	167	213	97
Matérias – primas	168	200	167	135
Peças sobressalentes	57	104	108	105
Equipamento	153	151	182	122
<b>TOTAL</b>	<b>800</b>	<b>801</b>	<b>838</b>	<b>636</b>

Fonte: Hanlon (1991), com base em dados NDE (1987).

A redução das exportações e das receitas dos serviços de transportes, assim como a redução da mão-de-obra, contribuíram para a diminuição de divisas. A diminuição de divisas, a escassez de alimentos, bens de consumo e outras necessidades internas, incluindo a guerra, forçaram Moçambique a contrair novos empréstimos. A contracção de novos empréstimos agravou o peso da dívida externa (HANLON, 1991). Calcula-se que a dívida do país ascendia 2,4

bilhões de dólares, e a quota do serviço da dívida aumentou para mais de 195% do Produto Interno Bruto em 1984 (ABRAHMSSON; NILSSON, 1998).

Repare-se que o período 1980 e 1984 coincide com o aumento de acções da desestabilização movidas pela Resistência Nacional Moçambicana apoiada pela África do Sul. Mas antes, Moçambique já havia perdido cerca de 600 milhões de dólares, valor correspondente à soma do custo gerado pela aplicação efectiva de sanções económicas sobre Rodésia com as investidas militares do regime de Ian Smith contra as infra-estruturas económicas e sociais do país entre 1976 – 1980 (CHRISTIE, 1996).

Em face disso, Moçambique tinha de jogar várias cartas para reverter este quadro económico. Em 1983, o Partido Frente de Libertação de Moçambique<sup>50</sup> realizou o seu 4º Congresso. No relatório ao Congresso, o Comité Central do partido reconheceu que, de facto, o país atravessava uma crise económica e social. Mas mais do que o simples reconhecimento, identificaram-se as principais causas endógenas dos problemas socioeconómicos. Trata-se do incumprimento das orientações do partido, saídas do terceiro congresso, realizado em 1977; a marginalização do sector familiar que contribuía com 36% da produção agrícola total comercializada; secundarização dos pequenos projectos e da promoção da iniciativa local; desequilíbrio entre a dimensão estatal das empresas e a capacidade de gestão; fraco envolvimento dos trabalhadores na planificação ao nível das empresas; grandes dificuldades de manutenção de equipamento industrial e de transportes ligadas ao fraco investimento de reposição e erros na definição de prioridades; política de salários e preços que não estimulavam a produção; marginalização do povo na solução dos problemas económicos e sociais; e, por, fim, a centralização excessiva das decisões (FRELIMO, 1983).

Identificados os problemas, o partido Frente de Libertação de Moçambique traçou as principais linhas de desenvolvimento, que consistiam em realização de pequenos projectos com impacto imediato na melhoria da vida das populações; a defesa da pátria e optimização de capacidades instaladas; preparação da instalação da indústria pesada; combate à fome dando prioridade à agricultura familiar; incentivo ao sector privado; substituição das importações no domínio da produção industrial e nos sectores promotores da produção alimentar e da

---

<sup>50</sup> O Partido Frente de Libertação de Moçambique era único que dirigia o Estado. O sistema político era socialista e a economia era centralmente planificada.

exportação, a partir da utilização de recursos e matérias-primas locais e, desenvolvimento de capacidades internas para manter operacionais os equipamentos e infra-estruturas existentes através da concentração dos esforços de investimento na reposição, manutenção e optimização de capacidades produtivas nos sectores importantes da economia (FRELIMO, 1983).

Refira-se que os objectivos principais traçados nas directivas económicas e sociais apresentadas ao 4º Congresso eram ultrapassar os sinais elementares da fome, derrotar os bandidos armados<sup>51</sup> e acabar com o mercado negro, consolidar as bases para o desenvolvimento mais rápido na segunda metade de 1980. Para o efeito, era necessário dar prioridade ao rápido crescimento na produção agrícola, reforçar a capacidade de defesa do país, introduzir mudanças radicais na estrutura da economia e estabelecer um sector da indústria pesada apoiado na engenharia e química industrial (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983). A questão que se coloca é saber se estas medidas contribuíram para a resolução dos problemas identificados, ou que condições eram necessárias para alcançar os objectivos económicos traçados.

De acordo com Mittelman (1988), havia uma necessidade de se encontrar uma fonte de acumulação socialista e como solução dever-se-ia desenvolver novas ligações entre a agricultura e a indústria, assim como, entre as áreas rurais e urbanas com vista a reavivar a economia. Para o efeito, era preciso induzir uma transformação rural para reorganizar as unidades de produção, como forma de aproveitar as terras aráveis, já que 12 milhões dos 15 milhões de moçambicanos, em 1983, praticavam a agricultura. Na indústria o governo criou a Organização dos Trabalhadores de Moçambique, com o objectivo de melhorar as condições de trabalho nas fábricas, aumentar a participação dos trabalhadores e melhorar a coordenação do poder do Estado e a acção dos trabalhadores nas fábricas das zonas rurais e urbanas. A meta a curto prazo era reforçar as indústrias de consumo e desenvolver as actividades de agroprocessamento. A longo prazo, o governo pretendia reduzir a dependência de importações e expandir as exportações.

Outras medidas incluíam a dinamização dos níveis de participação dos trabalhadores e dos órgãos locais no domínio da direcção e planificação da economia; a prossecução do processo de colectivização, mas desta vez com base nas especificidades regionais e locais, no âmbito do

---

<sup>51</sup> Bandidos armados era a terminologia política atribuída pelo Governo aos rebeldes da Resistência Nacional Moçambicana entre 1976 e 1990.

desenvolvimento da socialização do campo; aumento da produtividade social do trabalho através da optimização do tempo dos trabalhadores nas empresas, consubstanciado com o aumento da produção e, incentivo da produção agrícola mercantil do sector familiar ajustando os preços aos custos normais da produção e aumento da produção e da produtividade com recurso ao desenvolvimento da pesquisa tecnológica e da investigação científica. Na política externa o partido Frente de Libertação de Moçambique reafirmou a política de paz e cooperação. Neste sentido, definiu o internacionalismo e o estabelecimento de relações com todos os países na base de respeito pela soberania nacional e integridade territorial, da não ingerência nos assuntos internos dos Estados, da igualdade, da reciprocidade de benefícios e da resolução pacífica dos conflitos, como as principais linhas de acção (FRELIMO, 1983).

A reversão da situação socioeconómica crítica em que Moçambique se encontrava e a necessidade de paz implicavam o estreitamento de relações com os países socialistas e estabelecimento de relações com os países capitalistas. Era vital buscar apoios financeiros e investimentos para garantir a execução de projectos económicos com vista a alcançar o bem-estar económico e social da população moçambicana. Mas como é que isso seria possível, no contexto de um conflito armado e numa economia de guerra?

Primeiro era necessário executar a política de paz e cooperação internacional, no quadro da materialização das directivas do 4º Congresso da Frelimo sobre a política externa. Deste modo, o presidente de Moçambique, Samora Machel, procurou melhorar as relações económicas com o Ocidente, principalmente com os Estados Unidos da América e Reino Unido da Grã-Bretanha. Nas opções de Machel estavam também a Dinamarca e Suécia. As relações com Portugal, Itália, República Federal Alemã e França tinham melhorado. É neste âmbito que Samora Machel efectuou visitas à Suécia, Dinamarca e aos Estados Unidos em Abril, Maio e Outubro, respectivamente, tendo como intenção atrair investimentos para o país. A viragem para o ocidente era importante não apenas para resolução dos problemas económicos, mas também porque era precisamente o Ocidente que melhor poderia conter a política agressiva de Pretória. Por isso, e antes das viagens da diplomacia económica, Moçambique assinou o Acordo de Inkomati com África do Sul, em Abril de 1984, para pôr fim às agressões militares e à desestabilização interna.

Nos anos precedentes à assinatura do Acordo de Inkomati e durante as conversações iniciais, as questões económicas e comerciais estiveram sempre na agenda, embora o acordo assinado tenha abordado apenas as questões de segurança e boa vizinhança. Como já apresentado, entende-se que a assinatura do Acordo não contribuiu para o fim da desestabilização em Moçambique. Depois de se rubricar o Acordo de Inkomati, África do Sul intensificou a sua política de destabilização através da Resistência Nacional Moçambicana, multiplicando e expandindo as acções de sabotagens a infra-estruturas económicas, sociais e empreendimentos económicos estratégicos.

As acções incluíam a perseguição e o assassinato de quadros, principalmente os professores, enfermeiros e outros funcionários públicos. Calcula-se que mais de 7.000 professores foram afectados pela guerra. Deste número, mais de 185 foram sequestrados; 1.153 perderam todos os seus haveres e benfeitorias; mais 618 desapareceram; 400 professores foram mutilados, mortos ou sequestrados; 3.224 professores foram deslocados dentro de Moçambique e pelo menos 300 fugiram para países vizinhos como refugiados de guerra (ANDERSSON, 1992). Os operários e camponeses também não escapavam do malefício da guerra.

Hanlon (1997) faz saber que 3.498 escolas do ensino primário, das 5.886 escolas existentes, foram encerradas ou destruídas até 1985, o que perfazia 60%. Um total de 500 postos de saúde, dos 1.195 existentes, seguiu o mesmo destino. De acordo com Newitt (1997), um milhão de pessoas morreu vítima da guerra e cerca 1,7 milhões refugiaram-se nos países vizinhos. A esse número adiciona-se pelo menos 3 milhões de pessoas que se deslocaram das suas zonas de residência para vilas e cidades em busca de segurança e sobrevivência. Por conta da guerra, a economia rural ficou paralisada. As catástrofes naturais, como as cheias, e a seca, fizeram generalizar a fome e a degradação da economia rural.

Calcula-se que as cheias no Sul de Moçambique causaram 105 mortos e dezenas de desaparecidos; 49.000 pessoas ficaram desabrigadas e 350.000 perderam as áreas de cultivo. O custo total das cheias foi de 75 milhões de dólares. Perdeu-se paralelamente cerca de 10 000 toneladas de açúcar, 55.000 de milho, 15.000 de feijões, 20.000 de vegetais e perda de citrinos avaliados em 6,5 milhões de dólares. A seca no Sul e Centro do País afectou 1.411,771 pessoas e matou mais de 100.000 (MOZAMBIQUE NOTES, 1984).

Em 1989, 90% da população vivia abaixo da linha da pobreza e 60% vivia em condições de pobreza absoluta. No mesmo ano, 6,6 milhões de pessoas estavam em risco de fome e 5,7 milhões necessitavam de ajuda alimentar de emergência estimada em 726.000 toneladas (ANDERSSON, 1992). Em 1990, Moçambique dependia em 90% de doadores para suprir as suas necessidades de alimentos (MHONE, 1992). Em 1991, Moçambique ainda estava em guerra e decorriam, ao mesmo tempo, quatro anos da implementação do programa de ajustamento estrutural ou reabilitação económica, introduzido em 1987 pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial com objectivo de estabilizar a economia. O programa de reajustamento estrutural contribuiu para a recuperação da pauta de exportação e aumentou a capacidade de importação do país, como se pode ler na tabela a seguir:

**Tabela 10 - Exportação e importação de Moçambique (% do PIB), 1980-1992**

<b>Anos</b>	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>
<b>1980</b>	10.9	27.4
<b>1981</b>	10.0	25.8
<b>1982</b>	8.3	26.2
<b>1983</b>	6.1	22.8
<b>1984</b>	4.1	18.4
<b>1985</b>	2.9	11.5
<b>1986</b>	2.5	12.0
<b>1987</b>	6.6	31.4
<b>1988</b>	8.1	37.3
<b>1989</b>	8.2	38.6
<b>1990</b>	8.2	36.1
<b>1991</b>	9.2	44.2
<b>1992</b>	10.6	54.2

Fonte: autor com dados do Banco Mundial.

A tabela 11 mostra que entre 1982 e 1986, as exportações de Moçambique diminuíram. A diminuição das exportações foi acompanhada da redução de importações. Esta situação só começou a reverter-se a partir de 1987, ano do início da implementação do programa de reajustamento estrutural<sup>52</sup>. Nos primeiros três anos da implementação do programa, a economia cresceu 5% em média. Porém nos anos subsequentes, o crescimento situou-se abaixo de 3%.

<sup>52</sup> Para mais detalhes sobre o programa de reajustamento estrutural em Moçambique ver Joseph HANLON (1997).

A tabela que segue mostra a evolução dos principais indicadores macroeconómicos entre 1987 e 1991.

**Tabela 11 - Evolução dos principais indicadores macroeconómicos entre 1987 e 1991 em milhões de dólares**

	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>
<b>PIB</b>	1490	1100	1100	1320	1219
<b>PIB per capita</b>	170	100	80	80	80
<b>Exportações</b>	97	103	105	126	162
<b>Importações</b>	592	736	808	878	899
<b>Deficit</b>	495	633	703	752	736
<b>Taxas de crescimento (em percentagens)</b>					
<b>PIB</b>	4,6	5,5	5,4	1,3	2,7
<b>PIB per capita</b>	2,4	2,8	2,7	-1,3	0,1
<b>Exportações</b>	18,8	6,8	6,5	14,6	34,9
<b>Importações</b>	15,1	15,6	8,3	8,3	5,6

Fonte: Plank (1993).

Esta tabela reflecte um quadro económico caracterizado por baixos indicadores macroeconómicos. A implementação do programa de reajustamento estrutural ampliou a dívida externa moçambicana. Plank (1993) refere que a dívida externa aumentou de zero em 1982 para 4.700 milhões de dólares em 1989. Só em um ano (1988 -1989), o governo de Moçambique contraiu uma dívida estimada em 300 milhões de dólares.

O país tornou-se mais endividado, com um montante quatro vezes superior que o produto nacional bruto e vinte vezes mais que a receita de exportações. Socialmente, o programa de reabilitação económica contribuiu para o agravamento do desemprego, custo de vida e dos níveis de pobreza. De uma forma geral a situação económica e social de Moçambique era crítica.

Desta forma, a crise incitou a necessidade de o governo de Moçambique buscar investimento directo estrangeiro para recuperar a economia e dinamizar o comércio interno e externo. Desde 1985, haviam sido autorizados projectos estimados em 332 milhões de dólares. Dentre os potenciais investidores, África do Sul ocupava a terceira posição com 64 milhões para 78 projectos (HANLON, 1997). Porém, o investimento directo estrangeiro só começou a fluir significativamente ao país a partir de 1987, conforme se ilustra na tabela que se segue:

**Tabela 12 - Fluxo de investimento directo estrangeiro, 1980-1992**

<b>Anos</b>	<b>Investimento (% do PIB)</b>
1980	0.124
1981	0.010
1982	0.053
1983	0.076
1984	0.086
1985	0.007
1986	0.029
1987	0.263
1988	0.215
1989	0.141
1990	0.366
1991	0.689
1992	1.104

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial.

Pode-se ver na tabela 13 que o investimento directo estrangeiro em 1987 duplicou comparativamente aos níveis de 1980. O aumento de investimento directo estrangeiro em Moçambique, a partir de 1987, coincide, mais uma vez, com o início das reformas económicas no quadro do programa de reajustamento estrutural. Pode-se interpretar que as intervenções do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial baixaram o grau de avaliação da percepção do risco económico e financeiro, além de que o risco político a curto prazo estava a reduzir, com a intensificação das conversações entre o governo e a Resistência Nacional Moçambicana. Além disso, a Frente de Libertação de Moçambique e a República Popular de Moçambique acabavam de ter um novo presidente, Joaquim Chissano, indicado em consequência da morte de Samora Machel. Chissano era considerado mais moderado do que o seu antecessor. Este facto encorajava os investidores, com destaque para os sul-africanos, que conheciam melhor a personalidade e o capital político de Chissano, que até à data da sua nomeação exercia o cargo de Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação.

No que se refere ao investimento privado, em 1989, este provinha principalmente da África do Sul, seguida de Portugal e Zimbabwe. Pretória estava presente em todos os sectores-chave da economia moçambicana (PLANK, 1993), com particular incidência para os recursos minerais e energéticos. Em 1992, a Sasol, uma companhia multinacional sul-africana, entrou em *joint venture* para a construção de um gasoduto de Pande, província de Inhambane, no Sul de

Moçambique, para a província do Transvaal, na África do Sul (SADC, 1993). A Lonrho, outra empresa sul-africana, tinha um investimento avaliado em 20 milhões de dólares em plantações, minas e hotelaria, posicionando-se como o maior investidor estrangeiro individual (HANLON, 1997).

Os investimentos públicos e privados eram necessários para a recuperação da economia, pois o panorama económico e social de Moçambique em 1992, ano do fim da guerra de desestabilização e do estabelecimento de relações diplomáticas entre Moçambique e África do Sul, era de crise.

Até 1992, o conflito havia custado 15 mil milhões de dólares ao país. A dívida externa ascendia 5 mil milhões e 80% do produto nacional bruto era coberto por donativos. O desempenho industrial era fraco, contribuindo apenas com 16,3% para o produto interno bruto; o volume da produção industrial em 6,9% (SADC, 1993). Outras fontes (SÉCULO DE JOANESBURGO, 1993; PLANK, 1993) reportavam uma queda acentuada de indicadores macroeconómicos. O produto interno bruto *per capita* era apenas de 63,4 dólares; o produto interno bruto tinha registado uma queda de 2,4% comparativamente ao ano anterior (1991); a indústria e a agricultura registaram um crescimento negativo de 9,2% e 7,4%, respectivamente; o *deficit* da balança de pagamentos era calculado em 748,3 milhões de dólares, resultante de importações no valor de 887,3 milhões contra 139 milhões de exportações; a inflação média anual fixava-se em 54% contra a previsão de 15%; por último, a moeda nacional – o Metical – havia se depreciado em 70% em relação ao dólar americano, e os salários reais caíram em 24%. Perante este quadro, conclui-se que Moçambique não logrou os seus objectivos de desenvolvimento económico independente da ligação com África do Sul.

Portanto, a grande crise económica e social provocada pela guerra, a seca, situação económica internacional e os erros<sup>53</sup> de governação, contribuíram para o aprofundamento da dependência de Moçambique, não apenas da ajuda externa, mas também em relação à África do Sul, em termos de trabalho migratório e serviços de portos e caminhos-de-ferro. Estas são tradicionalmente as duas áreas nevrálgicas dos laços económicos entre os dois países.

---

<sup>53</sup> “Internamente, a Frelimo [Frente de Libertação de Moçambique] prestou pouca atenção à economia rural que não tinha sido problema durante o período de crescimento no final dos anos 70” (HANLON, 1997, p. 113). A corrupção também se generaliza em muitos sectores (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1998). A política de mecanização agrícola focada em grandes complexos agro-industriais estatais em detrimento da agricultura familiar assim como a colectivização do campo são também apontados como erros de governação.

### 5.3 TRABALHO MIGRATÓRIO

Como se afirmou anteriormente, o trabalho migratório é uma das bases fundamentais das relações económicas entre Moçambique e a África do Sul. A exportação de mão-de-obra moçambicana para África data do século XIX, quando Portugal e Transval rubricaram os primeiros acordos de fornecimento da mão-de-obra para as minas da África do Sul. Tais acordos conheceram diversos e sucessivos desenvolvimentos até 1975<sup>54</sup>. Depois da independência, Moçambique herdou os compromissos estabelecidos entre Portugal e África do Sul relativos ao fornecimento da mão – de – obra moçambicana às minas sul-africanas.

O fornecimento da mão-de-obra migrante à África do Sul era uma fonte importante de divisas para Moçambique. De acordo com Davies (1991), em 1986, 20% de força laboral emigrante na África do Sul era moçambicana. O Estado moçambicano recebeu cerca de 300 milhões de rands em divisas no mesmo ano. Nesta perspectiva era importante não romper os acordos de exportação de mão-de-obra migratória com Pretória para continuar a obter as remessas. Para além de ser fonte de divisas, o trabalho migratório para África do Sul era uma das possíveis soluções do problema de desemprego, principalmente na região sul<sup>55</sup>, concebida como reserva laboral na estrutura económica colonial.

A estrutura económica de Moçambique independente, associada à guerra, não permitiria a criação de empregos ou a prática de actividades lucrativas. O regime político era socialista, com uma economia centralmente planificada, onde a actividade empresarial privada era muito limitada. Esta situação não atrairia e nem acomodaria um número elevado de mineiros saídos da África do Sul capitalista, com fortes aspirações de prosperidade individual.

Romper o trabalho migratório, na opinião de Davies (1991), implicaria o desenvolvimento de projectos visando a criação de empregos e envolvendo investimentos significantes na reabilitação das áreas de reserva de mão-de-obra, suportados pelo governo de Moçambique. Todavia, situação económica e social de crise que Moçambique atravessava não

---

<sup>54</sup> O conteúdo de tais acordos e outros posteriores não é objecto desta tese. Existe uma vasta literatura sobre a História da exportação da mão - de - obra moçambicana para África do Sul.

<sup>55</sup> O sul de Moçambique tornou-se economicamente dependente da economia mineira do Transvaal e por via disso, a região mais rica no interior do território moçambicano.

era favorável a investimentos de vulto capazes de absorver milhares de mineiros eventualmente regressados.

Moçambique não estava em condições de abdicar das suas receitas da mão-de-obra migrante porque ressentia-se da sua dependência em relação à África do Sul. Pelo contrário, África do Sul procurava esforçadamente ser mais independente em termos da mão-de-obra mineira, mas não reduziu os laços económicos com Moçambique. Até 1984, Pretória manteve em 38.000 o número de moçambicanos nas minas. O número subiu para 52.410 em 1985, muito abaixo da quota do desejo de Moçambique fixada em 120.000, mas voltou a reduzir para 44.015, em 1989 (NEWITT, 1997).

As receitas do trabalho migratório eram indispensáveis para o Estado moçambicano, sobretudo numa conjuntura económica nacional caracterizada por colapso da produção, do comércio, de serviços e queda do produto interno real em 50% relativamente à data da independência (LANDAU, 1998). De acordo com Abrahamsson e Nilsson (1998), as receitas do trabalho migratório dos moçambicanos na África do Sul eram decisivas para cobrir o défice crónico da balança de pagamentos. Efectivamente, os salários provenientes do trabalho migratório contribuía para o montante das reservas em moeda estrangeira, equilibrando a balança de pagamentos. Assim, afirma Minter (1998), qualquer interrupção do processo ou suspensão dos acordos de fornecimento da mão-de-obra à África do Sul poderiam danificar a economia moçambicana.

O governo de Moçambique, várias vezes, afirmava a sua intenção de acabar com o trabalho migratório, no contexto da transição socialista, mas não passava de uma intenção. O trabalho migratório só poderia acabar por via de transformação estrutural da economia, sobretudo a economia rural, e pelo engajamento político dos trabalhadores mineiros. Era necessário ter em consideração que o trabalho migratório estava integrado num esquema de penetração de economia monetária no período em que as transformações sociais moçambicanas se subordinavam aos objectivos da expansão do capitalismo e que, até a data independência (1975), a tal penetração ainda se fazia sentir em todos os aspectos da economia rural (CEA-UEM, 1977).

Outra nota importante é que o trabalho migratório na África do Sul era também importante do ponto de vista social e económico para os próprios migrantes. Segundo Covane

(2001), o trabalho migratório teve forte influência na vida de quase todas famílias do sul de Moçambique porque constituía a maior fonte de rendimento monetário. Newitt (1997, p. 443) diz que “durante a emigração para as minas, verificaram-se sem dúvidas grandes mudanças sociais, que se manifestaram na estrutura da família, na monetarização da economia e no desenvolvimento [de uma classe média camponesa], relativamente abastada”. Os emigrantes contribuía igualmente para os cuidados de saúde nas suas comunidades porque,

Quase todos os migrantes traziam medicamentos da África do Sul e com eles ajudavam os vizinhos no tratamento de ferimentos, febres e outras doenças comuns ou doenças de fácil tratamento. O conhecimento de medicamentos ocidentais era fruto dos cursos de primeiros socorros a que todos os mineiros eram submetidos antes de se lançarem para as operações no subsolo. Assim, quase todos os migrantes que regressavam eram potencialmente agentes de saúde. Eles competiam com os médicos tradicionais e a pobre rede sanitária do governo (COVANE, 2001, p.34-35).

Fica evidente que, depois de muitos anos de enraizamento do trabalho migratório na África do Sul, não seria fácil interrompê-lo. Os governos de Moçambique e da África do Sul poderiam porventura decretar a sua interrupção. Mas a migração continuaria fora do controlo dos governos dos dois países e com maior ênfase em moldes clandestinos, porque já fazia parte de actividade económica essencial para a geração de renda monetária nas províncias meridionais de Moçambique.

Observava-se que as comunidades rurais a que os mineiros pertenciam eram incapazes de garantir a subsistência dos agregados familiares sem contar com o rendimento das minas, porque a agricultura estava diminuída ao ponto de não conseguir assegurar o sustento familiar. Neste sentido, os salários das minas serviam como meios de compra de bens de consumo, assumindo uma função exclusiva e indispensável de reprodução da família (CEA-UEM, 1977).

África do Sul, por sua vez, foi reduzindo o número de trabalhadores mineiros de nacionalidade moçambicana, de 113.000 em 1975 para 47.000 em 1988. Todavia, não significou o corte definitivo do recrutamento da mão-de-obra moçambicana, porque de acordo com Gaspar (2007), o número voltou a subir ligeiramente de 48.335 em 1989 para 52.816 em 1992, um incremento de 4 481 trabalhadores no período de três anos. Isto revela que a indústria sul-africana ainda necessitava de mão-de-obra barata, e que Moçambique ainda constituía uma fonte importante de seu fornecimento. Portanto, o trabalho migratório era uma das principais ligações

de dependência contínua nas relações económicas entre Maputo e Pretória, a par dos serviços de portos e caminhos-de-ferro.

#### 5.4 SERVIÇOS DE PORTOS E CAMINHOS-DE-FERRO

A África Austral estava interligada por meio de uma rede de ferrovias de e para os portos situados no Atlântico e Índico. O sistema ferroviário da região austral de África, quando comparado com outros do continente africano, era o mais eficiente e maior. Toda a região dependia do sistema ferroviário para se expandir economicamente rumo ao desenvolvimento económico e social. No total eram 43.169 quilómetros de ferrovias, distribuídos da seguinte forma: (vide a tabela 13).

**Tabela 13 - Rede ferroviária da África Austral**

<b>País</b>	<b>Extensão de ferrovias (km)</b>
África do Sul	22 432
Angola	4 244
Botswana	634
Lesotho	1,6
Malawi	546
Moçambique	3 786
Namíbia	2 340
Swazilândia	224
Tanzânia	3 555
Zâmbia	2 014
Zimbabwe	3 394

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados de Areosa e Batista (1980).

A tabela 13 ilustra que quase metade do sistema ferroviário da África Austral (22.432 quilómetros) era sul-africano. Este factor tornava África do Sul dominante no sistema de transportes da região. De acordo com Areosa e Batista (1980), a hegemonia sul-africana apoiada por uma situação de desigualdade evolutiva, em termos de desenvolvimento industrial, penetrava na região através dos portos e caminhos-de-ferro. África do Sul utilizava para além do seu sistema ferro-portuário, os sistemas de outros países vizinhos, sobretudo o complexo ferro-portuário de Maputo, por onde manuseava 80% de carga vindo e destinado ao Transval (NEWITT, 1997).

No *African Studies Editorial* (1975), lê-se que o porto de Maputo e a linha férrea de Ressano Garcia foram construídos para servir a economia sul-africana. Não foram construídos para o transporte interno, ou seja, não foi concebido como um serviço para deslocamento interno de pessoas e bens. Na mesma linha de abordagem, Callaghy (1983) afirma que o sistema ferro-portuário do Sul de Moçambique foi construído para servir os interesses económicos da África do Sul. Afirma-se que este sistema era muito útil para esse país. Cerca de 80% de crómio eram exportados através do porto de Maputo, e um terço de produtos petrolíferos era importado utilizando o Porto da Matola.

Stephens (1988) concorda que o sistema dos transportes moçambicano foi criado para servir as necessidades das Rodésias (actualmente Zâmbia e Zimbabwe) e do Transval sul-africano. No que respeita à África do Sul, Moçambique herdou da administração colonial portuguesa, uma convenção que, dentre outros aspectos, regulava o tráfego de importação e exportação da África do Sul pelo porto de Maputo. No acordo preconiza-se que 50 a 55% da tonelagem de mercadorias importadas por via marítima com destino à zona limitada entre Pretória, Springs, Vereniging, Klerksdorp, Welverdiend e Krugersdorp na África do Sul, ou qualquer outra zona determinada por acordo entre as administrações ferroviárias de Moçambique e da África do Sul, passariam pelo complexo ferro-portuário de Maputo (COVANE, 1989).

No contexto regional, Moçambique estava numa posição privilegiada porque o porto de Maputo e a linha-férrea correspondente davam soluções aos problemas económicos do Transval. A posição geográfica e outros factores fizeram com que África do Sul fosse dependente de Moçambique na importação e exportação de bens (COVANE, 1989; ANDERSSON, 1992), porque o complexo portuário Maputo-Matola era importante por servir os conglomerados industriais do Transval e Witwatersrand (CALLAGHY, 1983). Newitt (1997) apoia este posicionamento quando afirma que África do Sul obtinha o seu combustível pesado a partir de uma refinaria em Moçambique e continuava a depender do porto de Maputo e da sua ligação ferroviária para servir o complexo industrial do Rand. Entender desta forma é igual a admitir que os serviços ferro-portuários do Sul de Moçambique não beneficiavam à economia de Moçambique. Em tese, não constitui um posicionamento isento de críticas, porque se sabe, e há factos, que Moçambique era mais dependente do que África do Sul na utilização dos serviços ferro-portuários, pois parte significativa das receitas provinha desses serviços.

A título de exemplo, antes da independência, 30% de reservas internacionais eram provenientes do comércio transitório no complexo portuário Maputo-Matola. Até 1975, 18% das importações e exportações da África do Sul eram efectuados por via do complexo portuário Maputo-Matola e produzia cerca de 50% de receitas (MITTELMAN, 1981; CALLAGHY, 1983). De acordo com Minter (1998), tradicionalmente Moçambique dependia das divisas geradas dos sectores de serviços portuários e de transportes prestados aos países vizinhos, principalmente África do Sul. Em reconhecimento da importância económica da utilização dos portos e caminhos-de-ferro pela África do Sul, o governo de Moçambique formalizou<sup>56</sup> um acordo com o Governo sul-africano, a 26 de Fevereiro de 1979, cobrindo as áreas de assistência técnica, assessoria profissional, trabalhos, materiais e serviços de manutenção. Ao abrigo deste acordo, Transval teria o tratamento preferencial na utilização das instalações dos portos de Maputo e Matola. Em contrapartida, o governo sul-africano encorajaria as empresas e indústrias nacionais a usarem o complexo ferro-portuário Maputo-Matola (CALLAGHY, 1983).

Em 1980, Moçambique esperava captar o tráfego sul-africano através do complexo ferro-portuário Maputo-Matola, porque tinha a experiência de ter perdido cerca de 510 milhões de dólares dos rendimentos ferro-portuarios como resultado da aplicação efectiva de sanções contra Rodésia, entre 1976 e 1980. O porto de Maputo continuava indispensável para África do Sul. Além disso, o interesse económico e comercial com Moçambique nunca foi completamente arrasado com a deterioração das relações políticas. O facto demonstrativo é a visita de dezassete homens de negócios sul-africanos a Maputo, em Maio de 1984. Os empresários sul-africanos estavam interessados em investir em Moçambique, encorajados com a assinatura do Acordo de Inkomati. A comunidade de negócios sul-africana falava em investir cerca de 182 milhões de rands. (NHABINDE, 1999).

Porém, na década de 1980, as relações entre os dois países continuaram a deteriorar-se, tendo como impacto a contínua redução de importações e exportação da África do Sul por meio do complexo portuário Maputo-Matola. Todo o sistema ferro – portuário foi alvo de desestabilização e guerra económica movida pela Resistência Nacional Moçambicana com apoio da África do Sul. Apesar da redução, os dois países não cortaram as ligações ferro-portuárias.

---

<sup>56</sup> De referir que a África do Sul já vinha prestando a assistência técnica ao complexo ferro – portuário Maputo - Matola e fornecia equipamentos a empresa Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique, a luz dos entendimentos transitados do período colonial.

Entre 1975 e 1984, o manuseamento de carga portuária e o tráfego ferroviário de e para África do Sul foi superior do que a carga portuária e o tráfego ferroviário de e para a Swazilândia e o Zimbabwe, países que também utilizavam o complexo ferro-portuário Maputo-Matola. A tabela abaixo ilustra o manuseamento de carga e tráfego ferroviário no complexo ferro-portuário de Maputo, 1975 – 1992.

**Tabela 14 - Manuseamento de Carga e Tráfego ferroviário no complexo ferro - portuário de Maputo, 1975 – 1992**

Ano	Manuseamento de Carga (10 <sup>3</sup> Toneladas)			Tráfego ferroviário (10 <sup>3</sup> Toneladas)		
	<i>África do Sul</i>	<i>Swazilândia</i>	<i>Zimbabwe</i>	<i>África do Sul</i>	<i>Swazilândia</i>	<i>Zimbabwe</i>
<b>1975</b>	4 339	2 110	1 115	5 639	2 380	1 491
<b>1980</b>	2 922	1 189	194	3 428	1 159	236
<b>1981</b>	2 296	709	531	3 024	721	832
<b>1982</b>	2 435	749	825	2 217	897	864
<b>1983</b>	1 512	575	455	1 468	758	380
<b>1984</b>	783	524	528	1 123	570	452
<b>1985</b>	588	601	404	963	623	388
<b>1986</b>	619	504	312	1 124	427	433
<b>1987</b>	480	585	397	652	412	418
<b>1988</b>	424	497	338	570	431	305
<b>1989</b>	1 134	260	346	1 281	361	217
<b>1990</b>	664	409	290	748	366	243
<b>1991</b>	531	139	150	864	155	109
<b>1992</b>	1 158	1 160	364	283	194	420

Fonte: Elaborado pelo autor com dados obtidos de Nhabinde (1999).

Esta tabela mostra que, entre 1975 e 1983, África do Sul continuou a utilizar regularmente os serviços ferro-portuários de Maputo para o manuseamento e transporte de carga, tendo reduzido a partir de 1984. Em 1988, a carga manuseada era dez vezes menor, comparativamente a 1975. O tráfego ferroviário baixou de 5.639, em 1975, para 570, em 1988. Este período foi caracterizado pela intensificação da desestabilização e guerra económica no sistema ferro-portuário moçambicano (NHABINDE, 1999). De acordo com Abrahamsson e Nilsson (1998), a desestabilização dirigiu-se especialmente contra as infra-estruturas económicas

do país, sobretudo as de transporte. A desestabilização e as sabotagens reduziram praticamente em 60% a capacidade de ligações ferroviárias entre Maputo, África do Sul e Swazilândia por volta de 1987. Antes da independência o transporte gerava mais de 100 milhões de dólares em divisas. Em 1985, a excedente caiu para um milhão e até 1990 tinha apenas recuperado para 36 milhões (MINTER, 1998).

A segunda leitura da tabela é que, apesar do aumento da desestabilização e guerra económica ao sistema ferro-portuário com impactos directos na economia moçambicana, África do Sul não deixou de utilizar os serviços de portos e caminhos-de-ferro de Moçambique nem este último engendrou acções visando a suspensão da cooperação ferro-portuária.

Há várias explicações para o posicionamento dos dois países. Pode-se mencionar algumas. O primeiro motivo é que a ligação sul-africana tornou o sul de Moçambique dependente da economia sul-africana, e o sistema ferro-portuário era o eixo desta ligação, a par, como se viu na secção anterior, do trabalho migratório. Por esta razão, seria uma decisão politicamente incorrecta fechar a ligação ferroviária ligando Maputo à África do Sul.

A segunda explicação tem a ver com as lições aprendidas do encerramento da fronteira entre Moçambique e Rodésia, decidida pelo governo de Moçambique em 1976, como forma da implementação das sanções políticas e económicas impostas pelas Nações Unidas, em apoio a guerra de libertação do Zimbabwe.

De acordo com Isaacman A. e Isaacman B. (1983), os problemas económicos de Moçambique agravaram-se devido ao encerramento da fronteira com Rodésia. Esta medida contribuiu para a redução de receitas, provocando uma crise na balança de pagamentos, facto que forçou o governo a cortar a importação de matérias-primas, peças sobressalentes e maquinaria diversa necessária para a revitalização da indústria.

Refira-se que a imposição de sanções sobre Rodésia custou economicamente a Moçambique muito acima de 500 milhões dólares em divisas, que somados aos prejuízos causados por ataques rodesianos a infra-estruturas estimaram-se em 600 milhões (CHRISTIE, 1996; HANLON, 1986; ABRAHAMSSON; NILSSON, 1998). Neste sentido, Moçambique procurou sempre tomar uma postura pragmática nas relações económicas, evitando uma confrontação directa com África do Sul. Um eventual abandono completo do sistema ferro – portuário de Maputo por Pretória

paralisaria por completo o porto de Maputo porque África do Sul não apenas utilizava os serviços ferro-portuários, mas também era responsável pela sua manutenção.

Em terceiro lugar, o desenvolvimento da indústria mineira do Transval e a utilização do porto de Maputo criou uma dependência de Moçambique dos exportadores e importadores sul-africanos da região do Transval (COVANE, 1989). O governo de Moçambique independente não estava em condições de se desfazer desta ligação em pouco tempo. Por outro lado, África do Sul tinha interesse no uso do porto de Maputo.

A África do Sul [tinha] razões económicas próprias para manter as relações com Moçambique. Não só as minas [continuavam] a necessitar de trabalhadores migrantes, como a África do Sul [queria] continuar a **usar as instalações portuárias de Maputo como uma saída para o comércio externo do Transval. No que diz respeito a Moçambique, a expansão do porto de Maputo foi outro reflexo da falta de desenvolvimento independente na colónia.** O mesmo aconteceu com o desenvolvimento dos outros dois principais destinos do país, Beira e Nacala, mais a norte. O porto de Maputo foi orientado para as necessidades da África do Sul. Inúmeras instalações ali servem especificamente o comércio exterior sul-africano. Em 1973, mais de 14 milhões de toneladas de mercadorias foram embarcadas através do porto de Maputo, mais de 6 milhões delas de e para a África do Sul. Embora a tonelagem movimentada tenha caído após a independência, a participação proporcional da África do Sul permaneceu em cerca de 40%<sup>57</sup>. (MEYNS, 1981, p.45, tradução nossa, grifo nosso).

Percebe-se de Meyns (1981) que, para além do trabalho migratório, os portos e caminhos-de-ferro e a Hidroeléctrica de Cahora Bassa eram os aspectos principais que ligavam as economias, moçambicana e sul-africana. Por causa das razões apontadas por Meyns, a África do Sul sempre procurou manter aberta a linha de Ressano Garcia, e despachou técnicos para dar assistência técnica ao complexo ferro-portuário de Maputo, na construção e operação de instalações. Grande parte da manutenção da linha férrea era feita por empresas sul-africanas (CALLAGHY, 1983). Huffman (1992) afirma que Maputo era (e é) mais acessível ao Transval do que os próprios portos de África do Sul. Desta feita, questiona-se por que razão a África do

<sup>57</sup> “South Africa does have economic reasons of its own for maintaining relations with Mozambique. Not only do the mine's continue to need migrant labourers, but South Africa wants to continue to use Maputo's harbour facilities as an outlet for the external trade from the Transvaal. As far as Mozambique is concerned the expansion of Maputo harbour was another reflection of the lack of independent development in the colony. The same was true of the development of the country's two other main harbours, Beira and Nacala, further north. Maputo harbour was geared to the needs of South Africa. Numerous facilities there specifically serve South African foreign trade. In 1973 over 14 million tons of goods were shipped through Maputo harbour, over 6 million of them to and from South Africa. Though the tonnage handled went down after independence, South Africa's proportional share has remained at about 40 per cent.”

Sul tolerava a sabotagem do sistema ferro-portuário de Maputo levada a cabo pela Resistência Nacional Moçambicana se, de facto, ainda precisava dos seus serviços?

Em jeito de resposta, afirma-se que era objectivo da África do Sul manter, a todo custo, o sistema de transporte de Moçambique fragilizado e inviável para forçar os outros países do *hinterland* como Zimbabwe e Swazilândia a recorrer ao sistema de ferro – portuário sul-africano no transporte e manuseamento de cargas. Era também objectivo de Pretoria, porventura o mais importante, manter a economia de Moçambique dependente da Sul-Africana, impedindo que Maputo conseguisse divisas de outros países da região como alternativa a Pretória.

Como parte integrante da sua estratégia regional pós 1978, o regime do Apartheid tencionava garantir monopólio do efectivo do tráfego regional. Isto foi parcialmente motivado por considerações económicas (a necessidade de amortizar investimentos consideráveis, feitos na contentorização dos portos sul-africanos desde os anos 1970). Na tentativa de alcançar estes objectivos, o regime do Apartheid interviu (sic) activamente no desvio do tráfego que doutra maneira teria seguido através dos Portos e Caminhos de Ferro dos estados da região e independente da África do Sul. As rotas alternativas, particularmente através de Moçambique, foram repetidamente sabotadas por bandidos armados apoiados pela África do Sul e, foram estabelecidos “contratos especiais” oferecendo descontos até 50% da taxa normal para os clientes dos estados da região numa tentativa para manter o tráfego fora das rotas alternativas. (DAVIES, 1991, p.181-182).

A inversão do quadro descrito por Davies, tal como ele próprio sugere (DAVIES, 1991, p. 184), passaria necessariamente por negociações para se chegar a um acordo, no sentido de usar o porto de Maputo para interesses sul-africanos. Esta sugestão faz todo o sentido. Só um acordo permitiria a fixação de tarifas portuárias harmonizadas entre os portos sul-africanos e o de Maputo, aproveitando a vantagem da presença de empresas sul-africanas a operar o complexo ferro-portuário Maputo-Matola. Mas tal não aconteceu pelo menos até 1992. Moçambique manteve-se muito ligado e dependente da África do Sul não apenas nos serviços ferro-portuários, mas também no fornecimento de energia a partir da Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

## 5.5 BARRAGEM HIDROELÉCTRICA DE CAHORA – BASSA

Outro exemplo de que Moçambique era altamente dependente da África do Sul é a Hidroeléctrica de Cahora Bassa. A barragem não era apenas importante para Moçambique, mas

também significava um passo maior rumo à coordenação económica e política da África Austral (SPRING, 1969). A Barragem de Cahora Bassa foi projectada nos finais dos anos 1950, mas o projecto de construção só iniciou em 1969, com a edificação da Vila de Songo.

O objectivo da construção da barragem era produzir 3,6 milhões de quilowatts de energia eléctrica a ser exportada basicamente à África do Sul. Adicionalmente, planeava-se o uso da barragem no desenvolvimento de empreendimentos agrícolas e industriais em Tete e na Zambézia. A barragem atrairia mais de um milhão de colonos para o Vale do Zambeze (SPRING, 1969; NEWITT, 1995). A realização do projecto só se tornou possível com o envolvimento do capital sul-africano. Por isso, um terço dos contratos, o equivalente a 100 milhões de libras, era detido por firmas sul-africanas. Os contratos preconizavam que a Cahora Bassa forneceria energia eléctrica à África do Sul pelo menos durante trinta e cinco anos sem se reverem as tarifas acordadas. Findo este período, as tarifas seriam renegociadas. Em adição, Moçambique tornar-se-ia proprietário da barragem depois do pagamento de toda a dívida inerente à sua construção e operacionalização (MITTELMAN, 1981). Em 1972, o parlamento sul-africano aprovou um financiamento adicional para o projecto da barragem, no valor de 2.850.000 Rands. Grande parte do capital investido pela África do Sul foi desembolsada a título de empréstimos (CABORA BASSA, 1972; BURCHETT, 1978).

O complexo hidroeléctrico de Cahora Bassa era visto como uma oportunidade para fortalecer os laços entre Moçambique e África do Sul e foi concebido com uma estação de serviço para África do Sul, pelo que está ligada através de uma linha de transporte de energia de 1.400km de extensão à Subestação de Apollo, na República da África do Sul (SPRING, 1969; BURCHETT, 1978). O desenvolvimento industrial da África do Sul e o aumento populacional causavam crise de combustíveis e energia e, no tal contexto, Cahora Bassa era a solução mais viável para o governo sul-africano minimizar o problema. África do Sul adquiriria a energia de Cahora Bassa a uma tarifa de 0,3 cêntimos de dólares por cada quilowatt/hora, contra 0,6 quilowatt/hora dos custos internos de produção (CABORA..., 1973).

Todavia, a Barragem de Cahora-Bassa não fora apenas projectada para assegurar os objectivos económicos. Inicialmente, a construção Barragem de Cahora-Bassa era politicamente sensível e controversa. Os Estados independentes da África Austral e a Frente de Libertação de Moçambique eram contra o projecto, porque viam-no como uma justificação encontrada por

Portugal para perpetuar o colonialismo em Moçambique. Para a Frente de Libertação de Moçambique, o empreendimento da barragem fazia parte da estratégia militar portuguesa para travar o avanço da guerrilha à região sul do território moçambicano e um meio rápido de expansão de colonatos no vale do Zambeze.

Para além disso, Cahora Bassa era, para a Frente de Libertação de Moçambique, uma ligação dos interesses sul-africanos aos objectivos coloniais portugueses e uma fortificação da aliança entre África do Sul, Portugal e Rodésia. Finalmente, Portugal esperava aumentar o envolvimento de outras potências no esforço da guerra colonial. Deste modo, os estados independentes da região austral de África e a Frente de Libertação de Moçambique moveram uma campanha junto da Organização da Unidade Africana, das Nações Unidas e de outros países contra o projecto da construção barragem. Como medida adicional, a Frente de Libertação de Moçambique definiu a Barragem Cahora Bassa como alvo a destruir.

A campanha contra a barragem teve, sobremaneira, algum impacto, se se tiver em conta que alguns países, como é o caso dos Estados Unidos, evitaram o seu envolvimento, desaconselhando a participação das suas empresas no projecto<sup>58</sup>. Apesar disso, os trabalhos de construção da barragem continuaram, e o compromisso dos países (Portugal, Alemanha Federal, França, África do Sul e Itália) cujas empresas compunham o Consórcio Hidroeléctrico do Zambeze, responsável pela materialização do projecto, permaneceram inalterados. O Consórcio era liderado pela Anglo-American Company, sul-africana.

Burchett (1978) faz saber que Portugal precipitou a construção da Barragem de Cahora Bassa tendo como um dos principais objectivos, o envolvimento da África do Sul na luta contra a guerra de guerrilha movida pela Frente de Libertação de Moçambique em busca da independência nacional. Há fontes que dão a conhecer a presença militar da África do Sul em Moçambique durante a luta de independência, sobretudo ao redor de Cahora Bassa.

De acordo com African Studies (1975), África do Sul mantinha unidades militares dentro das fronteiras moçambicanas, sendo a sua presença mais concentrada na região de Cahora Bassa. Contudo, não se sabe ao certo se a presença militar sul-africana era apenas destinada à protecção

---

<sup>58</sup> Em 1971, o Departamento do Estado norte-americano travou junto do EximBank (Banco Americano de Exportação e Importação) a concessão de 55 milhões de dólares à empresa General Electric que projectava participar na construção da barragem Cahora Bassa. O argumento do Departamento do Estado que tal inicial poderia afectar negativamente as relações entre os Estados Unidos e os estados independentes da África Austral (LE DÉPARTEMENT..., 1971).

das obras de construção da barragem ou visava também combater os guerrilheiros da Frente de Libertação de Moçambique, em apoio às tropas portuguesas. O que se confirma é que, até 1974, Cahora Bassa era símbolo de luta anti-independência e uma das correntes de dependência entre Moçambique e África do Sul (BURCHETT, 1978).

A esse respeito, Mittelman (1981) afirma que a barragem de Cahora Bassa era um instrumento para abrir todo o Vale do Zambeze e fornecer um baluarte contra a Frente de Libertação de Moçambique. A Hidroeléctrica de Cahora Bassa contribuiria para a vitória militar, prosperidade económica das populações do Vale do Zambeze e beneficiaria a metrópole (Portugal). Newitt (1997) corrobora com as afirmações de Burchett e Mittelman. De acordo com o autor, a barragem de Cahora Bassa era uma arma política e instrumento de guerra de propaganda.

De facto, a análise que Burchett, Mittelman e Newitt fazem em relação aos principais objectivos de Cahora Bassa é consistente. É um facto que em 1964 já havia um consórcio estabelecido para as obras da barragem. Contudo, e tal como Newitt elucida, o projecto passou a ter uma importância política e estratégico - militar depois do início da luta armada de libertação nacional. Alden (2001) secunda esta posição. Para este autor, o governo português reforçou as ligações entre Moçambique e África do Sul através do desenvolvimento conjunto do projecto hidroeléctrico de Cahora Bassa, dada a impossibilidade de derrubar a Frente de Libertação de Moçambique. Por sua vez, a Frente de Libertação de Moçambique tentou diplomática e militarmente inviabilizar as obras de construção da barragem por meio de desencorajamento de potenciais participantes, mas Portugal respondeu com o reforço de efectivos militares e campanha internacional a favor do empreendimento, argumentando que a construção da barragem era a principal garantia de sua permanência em África (NEWITT, 1995).

Em 1974, ano da assinatura dos Acordos de Lusaka que marcaram o fim do regime colonial português e abertura do caminho para a independência de Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique mudou o seu posicionamento em relação à barragem de Cahora Bassa. No espírito e na letra dos Acordos de Lusaka, Portugal e a Frente de Libertação de Moçambique formaram um Governo de Transição que dirigiu o país até à proclamação da independência nacional, em 1975. Durante este período, precisamente em Fevereiro de 1975 (DEFESA..., 1974), confiou-se a guarnição da barragem às Forças Populares de Libertação de Moçambique,

braço armado da Frente de Libertação de Moçambique, e às Forças de Segurança de Moçambique.

Depois da independência nacional, em 1975, Cahora Bassa tornou-se num empreendimento estratégico para o desenvolvimento de Moçambique. As autoridades reconheceram que a barragem de Cahora Bassa era indispensável para o desenvolvimento da agricultura, mineração, indústrias e para a melhoria da vida de todo o povo de Moçambique.

O desenvolvimento da agricultura em moldes modernos, a criação de novas indústrias, o aumento da exploração no sector mineiro, além de outros projectos em que assenta a luta contra o subdesenvolvimento e que irão originar uma profunda alteração do nível e qualidade de vida de todo o Povo, exigem um grande potencial de energia. É a energia para irrigar a que se irá juntar a energia que fará funcionar as indústrias que irão produzir os produtos químicos para a agricultura e a energia para alimentar as fábricas que transformam os produtos da terra; é a energia que fará mover a fábrica têxtil para que possa haver mais roupa e a energia necessária ao desenvolvimento da indústria de construção; é a energia para melhor aproveitar a capacidade da fábrica que transforma a cana em açúcar e a energia para a fábrica do caju; é a energia necessária para arrancar mais minerais do subsolo e a energia que fará aumentar a produção do carvão em Moatize (DAVID, 1980,p.18).

Esta foi uma mudança de posicionamento por parte do *establishment* político da Frente de Libertação de Moçambique em relação ao projecto, que no início o via como um instrumento de colonização e um objecto estratégico para impedir a libertação nacional. Cahora Bassa começou a gerar energia em 1975. Percebe-se do excerto de David (1980) que o plano de desenvolvimento de Moçambique passou a estar condicionado à disponibilidade de energia gerada pela barragem de Cahora Bassa. Neste diapasão, Isaacman (2005) afirma que a Frente de Libertação de Moçambique, cuja intenção inicial era sabotar a barragem, descartou a sua posição em relação à hidroeléctrica depois da independência e colocou a barragem nos objectivos de desenvolvimento do centro e norte de Moçambique.

No quadro das relações Maputo-Pretória, a energia chegou à subestação de Apollo, na África do Sul, em Maio de 1975, a título experimental. O governo sul-africano encarregou a tarefa e a gestão de distribuição da electricidade produzida pela barragem hidroeléctrica de Cahora Bassa à Companhia Sul-Africana de Distribuição de Energia. Porém, a venda de energia à África do Sul começou em 1977, fornecendo 3% das necessidades do país, e 8% em 1980 (CALLAGHY, 1983). Desta forma, África do Sul passou a ser maior consumidor da energia da

barragem (MITTELMAN, 1981). A partir do início da exportação de energia, a hidroeléctrica passou a ser uma das ligações económicas principais entre Moçambique e África do Sul, países vizinhos ideologicamente hostis (PEEL; SMITH, 1981).

Entre 1975 e 1992, a hidroeléctrica de Cahora Bassa funcionou como um símbolo da estrutura económica estabelecida ainda no tempo colonial, envolvendo África do Sul e Portugal, mas também passou a ser objecto principal e motivação da manutenção de linhas de contactos oficiais entre os Governos de Moçambique e da África do Sul, quer de forma bilateral quer envolvendo Portugal. Na estrutura accionista da hidroeléctrica, Portugal detinha 82%, contra 18% de Moçambique. Todavia, Moçambique não se beneficiava dos rendimentos da electricidade, que era vendida à África do Sul. Portugal tinha de pagar a dívida inerente à construção e operacionalização da barragem, da qual cerca de 600 milhões de dólares americanos haviam sido contraídos da África do Sul. Por isso, Moçambique e África do Sul deixaram de lado as suas diferenças políticas e ideológicas e entraram num ciclo de negociações sobre questões respeitantes à Cahora Bassa (FRANKEL, 1986).

Em Janeiro de 1984, iniciaram negociações envolvendo Moçambique, África do Sul e Portugal. Da agenda das discussões constavam o futuro e os benefícios que Moçambique poderia tirar do empreendimento, a fixação de tarifas de energia eléctrica destinadas à África do Sul e a segurança das linhas de transporte de energia eléctrica de Cahora Bassa para África do Sul. Note-se que, em 1984, os ataques da Resistência Nacional Moçambicana no centro de Moçambique haviam-se intensificado e, como parte de sua estratégia de guerra, os guerrilheiros da Resistência Nacional Moçambicana destruíam e/ou sabotavam infra-estruturas económicas e sociais.

A destruição e sabotagem de linhas de alta tensão que transportavam a corrente eléctrica de Songo, sede da Cahora Bassa, à subestação de Apollo, na África do Sul, enquadravam-se nesta estratégia e causavam muitos prejuízos à África do Sul e a Portugal, bem como aumentava preocupações com segurança por parte de Moçambique. Politicamente, as negociações sobre a Hidroeléctrica de Cahora Bassa abriam caminho para uma aproximação diplomática entre Maputo e Pretória, e traduziam na prática os progressos e as mudanças que se vinham verificando nas relações entre os dois países, desde que os governos moçambicano e sul-africano haviam iniciado contactos para pôr fim as agressões militares e estabelecer a paz e relações de boa vizinhança. Algumas fontes (DIÁRIO POPULAR, 1984; O GLOBO, 1984) revelam que os

encontros entre Moçambique e África do Sul para discutir Hidroeléctrica de Cahora Bassa resultaram de esforços diplomáticos bilaterais envidados por Portugal e pelos Estados Unidos no sentido de persuadir os dois países a deixar de lado as suas divergências ideológicas e hostilidades políticas e iniciarem os contactos formais.

As conversações tripartidas sobre a exploração da barragem de Cahora Bassa culminaram com um entendimento. Foi acordada a forma de pagamento a Moçambique pela África do Sul e Maputo passou assim a beneficiar-se dos dividendos do empreendimento. Neste âmbito, 1% das receitas da venda de energia reverter-se-ia a favor de Moçambique. África do Sul aceitou aumentar a tarifa que pagava a Portugal pelo consumo de electricidade. A energia de Cahora Bassa passaria dos anteriores 3% para 8% de cobertura das necessidades de consumo de Pretória. O instrumento sobre os termos acordados neste sentido foi assinado a 2 de Maio de 1984, na Cidade do Cabo na África do Sul.

Dentre vários pontos do acordo, destaca-se o comprometimento dos governos de Moçambique e da África do Sul em dar passos imediatos na protecção das linhas de transmissão contra-ataques ou outra forma de interferência, e salvaguardar, no cumprimento dos seus deveres, o pessoal responsável pela manutenção das linhas. Os custos referentes à protecção seriam partilhados. Em adição, os dois governos facilitariam a entrada e saída dos respectivos países, de qualquer pessoa com propósitos ligados ao Projecto Hidroeléctrica de Cahora Bassa. Moçambique receberia 28,57% do valor do contrato de fornecimento de energia à África do Sul em compensação dos custos incorridos pelo Governo nos seus esforços unilaterais de protecção do Projecto (AGREEMENT..., 1984).

Nos finais de 1984, a África do Sul deu um apoio logístico a Moçambique, enviando material bélico e helicópteros para a defesa do complexo hidroeléctrico de Cahora Bassa, ao abrigo do acordo. O acordo tripartido sobre Cahora Bassa selava uma das principais motivações da manutenção das relações económicas entre Moçambique e África do Sul.

As conversações sobre Cahora Bassa conheceram um interregno entre 1985 e 1987. Este foi um período de deterioração das relações políticas entre Moçambique e África do Sul causado pelo recrudescimento da desestabilização infringida pela Resistência Nacional Moçambicana com o apoio da África do Sul, facto que significava uma violação do Acordo de Inkomati. Nesse período, África do Sul intensificou o seu apoio à Resistência Nacional Moçambicana em

armamentos e outro material logístico militar, o que permitiu a escalada das ofensivas do movimento a partir do Malawi, contra as províncias de Tete, Zambézia e Sofala. No Sul de Moçambique, a guerra expandiu-se para o interior da província de Inhambane e Gaza (MINTER, 1998).

Calcula-se que, até 1988, a Resistência Nacional Moçambicana havia destruído 520 postes de transporte da corrente eléctrica para África do Sul, numa extensão de 100 quilómetros. Por isso, em Maio de 1988, a África do Sul garantiu conceder um apoio militar a Moçambique para proteger a barragem de Cahora Bassa, num valor estimado em 45 milhões de libras, no quadro de reactivação do Acordo de Inkomati. Em Setembro do mesmo ano, os presidentes de Moçambique e da África do Sul, Joaquim Chissano e Pieter Botha, respectivamente, reuniram-se na Vila de Songo, sede da Hidroeléctrica de Cahora Bassa. No final da reunião os dois governantes acordaram em reconstruir e defender a linha de transporte de energia sabotada e destruída pela Resistência Nacional Moçambicana. Estes factos revelavam que Moçambique passariam definitivamente a depender da África do Sul na viabilização de Cahora Bassa em termos económicos e de segurança. Parafraseando Fontoura (1984), a barragem passava a inserir-se numa rede de dependência estabelecida no princípio do século XX com a construção dos portos de Maputo, Beira e celebração de acordos de fornecimento de mão-de-obra as minas do Transval.

## 6 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Na presente pesquisa, procurou-se compreender as motivações que levaram Moçambique e África do Sul a manter as relações económicas bilaterais, no meio de divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares, entre 1975 e 1992. Para o efeito, descreveram-se os contextos internacional e regional em que se desenvolveram as relações económicas entre Moçambique e África do Sul neste período e analisaram-se as relações políticas entre os dois países, com vista a perceber os seus reflexos na interacção económica bilateral. A finalidade desse exercício era explicar as bases da prevalência das relações económicas bilaterais Moçambique-África do Sul, no meio de divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares, entre 1975 e 1992.

Partiu-se do pressuposto que a manutenção das relações económicas Moçambique-África do Sul, no meio de divergências ideológicas, hostilidades políticas e agressões militares, entre 1975 e 1992, estava correlacionada com a estrutura económica de dependência mútua estabelecida durante a era colonial. Para se aferir esta hipótese geral, colocou-se duas suposições específicas. Primeiro, assumiu-se que entre 1975 e 1992, Moçambique ainda dependia, em grande medida, das receitas provenientes da utilização dos serviços ferro-portuários pela África do Sul, assim como das remessas dos trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul. Segundo, avançou-se que a África do Sul precisava do porto de Maputo para importação e exportação de produtos e mercadorias diversas, assim como tinha interesse de manter Moçambique como fonte de mão de-obra-barata, mercado seguro e dependente, no mesmo segmento temporal da pesquisa.

Ficou evidente que entre 1975 e 1992, Moçambique ainda dependia, em grande medida, das receitas provenientes da utilização dos serviços ferro-portuários pela África do Sul, assim como das remessas dos trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul. De igual modo, demonstrou-se que a província sul-africana de Transvaal precisava do porto de Maputo para importação e exportação de produtos e mercadorias diversas, assim como tinha interesse em manter Moçambique como fonte de mão de-obra-barata, mercado seguro e dependente, para além da electricidade produzida pela barragem de Cahora Bassa. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, questionou-se se, efectivamente, os laços económicos entre Moçambique e África

do Sul (1975 -1992) eram de dependência ou eram relações assentes numa interdependência assimétrica.

Todavia, uma literatura vasta a que se teve acesso aglutina-se no argumento de que as relações económicas entre Moçambique e África do Sul no período escolhido para o estudo eram de dependência, significando que Moçambique era dependente da África do Sul. Os argumentos que sustentam este posicionamento indicam que Moçambique herdou de Portugal uma forma extrema de subordinação ao capitalismo global, em que África do Sul desempenhava um papel de pivô. África do Sul era a maior fonte de renda e de reservas internacionais advindas das remessas do trabalho migratório, dos serviços de transporte e de facilidades relacionadas. O próprio desenvolvimento do capitalismo na África Austral conduziu a um elevado grau de integração entre a economia sul-africana e as dos outros territórios da região, incluindo Moçambique. África do Sul era um pólo de acumulação do capital e os territórios limítrofes eram economias ao serviço do capitalismo sul-africano, funcionando como reservas de mão-de-obra, mercado para as mercadorias sul-africanas, fornecedores de certos serviços de transporte ou como fontes de recursos baratos e convenientes, tais como água, electricidade e certas matérias-primas. O capital sul-africano obtinha assim benefícios no acesso à mão-de-obra barata, aos recursos e mercados cativos limítrofes, estabelecendo-se, desta feita, fortes laços de dependência.

Por sua vez, a estrutura económica de Moçambique era dependente de outras potências europeias, facto que se reflectia nas ligações de transporte e fluxos de mão-de-obra para os territórios vizinhos, principalmente para África do Sul. O déficit na balança de pagamentos de Moçambique era aliviado pelos rendimentos e receitas do trabalho migratório e do tráfego sul-africano nos portos e caminhos-de-ferro. África do Sul posicionava-se sempre em lugar cimeiro na busca de soluções para a crise económica e social de Moçambique. Ao colocar África do Sul nesta posição, Moçambique reforçava os seus laços económicos de dependência.

Desta feita, África do Sul explorou esta dependência para garantir que governo de Moçambique reduzisse o seu apoio aos movimentos nacionalistas sul-africanos que lutavam contra o sistema do Apartheid. Porém, quando começou a experimentar dificuldades em alcançar este objectivo, nos finais dos anos 1970, África do Sul moveu-se da cooperação para uma orientação política mais agressiva, através da intensificação da desestabilização militar e económica. Moçambique foi um dos principais alvos devido à sua profunda vulnerabilidade

geográfica e dependência económica. A literatura que defende esta perspectiva não se esgota nestas páginas, o que, de certa forma, leva a acreditar que existia de facto uma relação de dependência entre Moçambique e África do Sul. Contudo, outra perspectiva possível é pensar que África do Sul também dependia de Moçambique em algumas áreas económicas.

Embora não se possa negar que estruturalmente Moçambique independente herdou uma estrutura económica inclinada para o desenvolvimento capitalista da África do Sul, estabelecida pela administração colonial portuguesa, não deixa de ser verdade que África do Sul também tinha um certo grau de dependência em relação a Moçambique. Ficou esclarecido ao longo da pesquisa que Pretória tinha as suas próprias razões para manter relações com Moçambique, apesar de haver relações políticas hostis.

Moçambique era indispensável para o desenvolvimento da indústria mineira sul-africana porque constituía um vasto reservatório da mão-de-obra barata. As minas necessitavam ainda de mão-de-obra migrante. Além disso, o país possuía um enorme potencial energético, com cerca de 50 biliões de kw/h, suficientes para alimentar complexos industriais ao nível interno e nos países vizinhos, principalmente na África do Sul. Os investimentos feitos na indústria mineira em Witwatersrand e em toda a bacia mineral do Transval seriam pouco viáveis se Maputo, pela sua localização geográfica, não desempenhasse o papel de porto natural, permitindo o escoamento da produção mineira para o mercado internacional através do Oceano Índico. África do Sul queria continuar a utilizar o porto de Maputo como saída do comércio externo do Transvaal. O porto do Cabo, na África do Sul, tornou-se importante porque Moçambique permitia a passagem de navios de e para Ásia, através do Canal de Moçambique. De igual modo, Moçambique optou por manter os seus laços económicos com África do Sul, que até 1978 era a fonte de 80% de divisas.

África do Sul e Moçambique tinham laços económicos, os quais eram vitais para Moçambique e úteis para África do Sul. Moçambique tratava África do Sul como vil, racista e agressiva, mas mantinha as relações económicas e comerciais herdadas do período colonial. Portanto, era do interesse de Moçambique manter o nível das relações existentes ao nível comercial e desejava que os acordos económicos, laborais, comerciais, sobre os caminhos-de-ferro, trabalhadores migrantes e o ouro se mantivessem. Por sua vez, África do Sul preservava o interesse de manter a economia moçambicana dependente e atrelada à sua economia nos moldes estabelecidos antes do colapso do império colonial português em África. Por isso, em 1979,

Moçambique e África do Sul assinaram um acordo de cooperação no qual se preconizava que o Transvaal teria tratamento preferencial na utilização das instalações dos portos de Maputo e Matola e, em troca, África do Sul daria assistência técnica, formação técnico-profissional, peças sobressalentes e serviços de reparação. Além disso, África do Sul manteria a sua Missão Comercial em Maputo e Moçambique iria manter a sua Delegação do Ministério do Trabalho em Joanesburgo.

África do Sul oferecia assistência técnica para ajudar a administrar e melhorar os portos e caminhos-de-ferro, e manteve o recrutamento de mineiros moçambicanos. Maputo continuava a obter a sua electricidade da África do Sul e a abastecê-la com combustível pesado da sua refinaria. Outra razão de manutenção dos laços económicos da África do Sul com Moçambique era a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, que fornecia electricidade à África do Sul. A energia eléctrica produzida na barragem de Cahora Bassa, em Moçambique, era transportada até ao complexo industrial do Rand. Esta é uma demonstração de que o bem-estar e desenvolvimento de uma parte de África do Sul, como é o caso do Transvaal, dependia de Moçambique.

Assim, afirma-se que as relações económicas de dependência entre Moçambique e África do Sul não eram unívocas no sentido Maputo-Pretória. Também havia um grau de dependência na direcção inversa. Note-se que, não obstante a redução do tráfego depois da independência, o porto de Maputo continuou a ser importante para África do Sul, por razão de se localizar perto do Transval e ser mais barato na importação e exportação de mercadorias.

Contudo, registre-se que a dependência não se limitava aos aspectos de contiguidade geográfica e laços económicos correlacionados. Mesmo a segurança, ordem e estabilidade internas da África do Sul estavam dependentes de opções políticas em Moçambique. Maputo tinha condições óptimas para albergar bases do Congresso Nacional Africano ou quaisquer outros movimentos de luta pela igualdade racial ou oferecer seu território como trânsito de armamento e outro material bélico destinado a combater o regime do Apartheid. Maputo não o fez por acautelar-se que uma decisão política típica poderia provocar uma confrontação militar imprevisível com o regime sul-africano, com consequências de grande escala ao nível nacional, tendo em conta o poder económico e militar assimétrico entre os dois países. Observe-se que o grau de dependência de Moçambique era mais elevado. Moçambique era mais dependente da África do Sul do que a África do Sul em relação a Moçambique. É por isso que nesta tese se

avança que a característica principal das relações económicas entre Moçambique e África do Sul, no período 1975 – 1992, era a interdependência assimétrica.

Por isso, conclui-se que, na ordem política regional da África Austral, África do Sul utilizava o poder hegemónico para se impor como um centro, e os restantes países, Moçambique incluso, posicionavam-se na periferia. Na sua interacção com Moçambique, África do Sul exercia uma pressão económica e política com vista a manter Moçambique numa posição de subserviência e de dependência, e como fonte de mão-de-obra barata para as empresas mineiras e agrícolas sul-africanas. Para o efeito, África do Sul recorria a acções militares directas e indirectas, incluindo sabotagens e chantagens económicas. Moçambique por si não conseguiria reduzir a sua dependência e vulnerabilidade em relação à África do Sul.

Em reconhecimento desta fragilidade, Moçambique alinou-se a outros Estados independentes da região, criando a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, com o objectivo último de reduzir a dependência económica ou a sua vulnerabilidade em relação à África do Sul, através de esforços cooperativos em troca de bens e serviços. Desta forma, estabeleceram-se relações bilaterais hostís, onde os objectivos políticos se misturavam com interesses económicos, tanto do lado de Moçambique quanto da parte sul-africana, evidenciando a dificuldade de se separar os assuntos políticos dos económicos, num contexto internacional bipolar e numa ordem regional caracterizada por balanço de poder.

Desta forma, ficou evidente a combinação entre os objectivos políticos e económicos por parte da África do Sul. Esta ilação permite formular o que se passa a denominar por teoria de controlo político e económico da Economia Política Internacional, em que se tem um sistema regional, no caso vertente África Austral, onde existe um Estado dominante/forte - África do Sul -, e outros Estados dominados/fracos – os Estados vizinhos, incluindo Moçambique. Este constitui um dos contributos desta pesquisa para a ciência, tendo em conta que África do Sul continua a ser o polo regional do poder.

## REFERÊNCIAS

- A REGIONAL security role for Africa's front-line states: Experience and prospects: Introduction. **The Adelphi Papers**, [S. l.], v. 23, n. 180, p. 1–2, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/05679328308448661>. Acesso em: 19 out. 2018.
- ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Moçambique em Transição**: Um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1974 – 1992. Maputo: CEEI – ISRI; Göteborg: Padrigu, 1998.
- ACORDO sobre Cahora Bassa é assinado em Maio. **Jornal de Notícias** (Port.), 24 abr.1984.
- Address by the Mozambican Minister of Planning, the Hon. Mário Machungo. **International Affairs Record**, n. 37, p. 13, Dec. 1984.
- ADDRESS by the Portuguese Minister of Foreign Affairs, the Hon. Dr Jaime Gama. **International Affairs Record**, no. 37, p. 14- 15, Dec. 1984.
- ÁFRICA Austral: Reduzir a pilhagem das matérias – primas, reduzir a dependência do Imperialismo: Discurso do Presidente Samora Machel na Cimeira de Lusaka. **Tempo** (Moç.), Nº 496, p. 30 – 41, 13 abr. 1980.
- ÁFRICA do Sul envia munições para Moçambique. **Diário de Lisboa** (Port.), 9 ago. 1984.
- AGREEMENT between the Governments of the Republic of South Africa, People's Republic of Mozambique and Republic of Portugal, in Cape Town on 2 may 1984. **International Affairs Record**, no. 37, p. 4 – 11, Dec.1984.
- AIM- Mozambique News Agency. **Samora: Why He Died**. Maputo: AIM – Mozambique News Agency, 1986; Stockholm: Williamssons Offsetryck, 1986. Disponível em: [http://www.mozambiquehistory.net/history/mbuzini/a\\_accusations\\_and\\_denials/19860000\\_samora\\_why\\_he\\_died\\_opt.pdf](http://www.mozambiquehistory.net/history/mbuzini/a_accusations_and_denials/19860000_samora_why_he_died_opt.pdf). Acesso em: 22 nov. 2018.
- AKINDELE, R. A. Africa and the Great Powers, with Particular Reference to the United States, the Soviet Union and China. **Africa Spectrum**, Vol. 20, No. 2, pp. 125-151, 1985. Published by: Institute of African Affairs at GIGA, Hamburg/Germany. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40174201>. Acesso: 13 Ago. 2018.
- ALDEN, Chris. **Mozambique and Construction of New African State: from negotiation to Nation building**. New York: Palgrave, 2001.
- ALLIGHAN, Garry. **Curtain – up on South Africa Presenting a National Drama**. London; New York: TV Boardman & Company Limited, 1960.

ANGLIN, Douglas G. SADCC after Nkomati. **African Affairs**, Vol. 84, No. 335 (Apr., 1985), pp. 163-181. Published by: Oxford University Press on behalf of The Royal African Society. Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/722540>. Acesso em: 21 nov. 2018.

ANGLIN, Douglas G. SADCC in Aftermath of Nkomati Accord. In SHAW, Timothy M.; MSABAHA Ibrahim S. R. (Ed). **Confronting and Liberation in Southern Africa: Regional Directions After the Inkomati Accord**. Colorado: Westview; London: Gower, p. 173 –197, 1987.

ANGLIN, Douglas G. Southern Africa Under Siege: Options for the Frontline States. **The Journal of Modern African Studies**, [S. l.], v. 26, n. 4, p. 549–565, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0022278X00015378>. Acesso em: 19 out. 2018.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Prefácio: Antônio Paitn; Tradução: Sergio Bath, São Paulo: IPRI, 2002.

AS TROPAS portuguesas deixarão Cabora Bassa no princípio do ano. **Diário de Notícias** (Lisboa), 4 dez. 1974.

ATTACK on Frelimo step up. **Rhodesia Herald** (Salisbury), 16 Sep. 1976.

AUSTIN, Reg. H. F. Peace and Security in Southern Africa: Legal Aspects. In SHAW, Timothy M.; MSABAHA Ibrahim S. R. (Ed). **Confronting and Liberation in Southern Africa: Regional Directions After the Inkomati Accord**. Colorado: Westview; London: Gower, p. 219 – 278, 1987.

AZEVEDO, Mario J. A sober commitment to liberation? Mozambique and South Africa 1974-1979. **African Affairs**, [S. l.], v. 79, n. 317, p. 567–584, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.afraf.a097261>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BACON, Leanne M.J. GEORGE F. Kennan Strategy of Containment: An Assessment of Kennan's Coherence and Consistency. A **thesis submitted to The University of Birmingham for the degree of Master of Philosophy**, Department of American and Canadian Studies, The University of Birmingham, April 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/76587.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BAKER, Pauline H. **The United States and South Africa**. United States of America: Ford Foundation; Foreign Policy Association, 1989.

BALAAM, David; DILLMAN, Bradford. **Introduction to International Political Economy**. Sixth Edition, Boston...Tokyo: Pearson.

BARBER, James. South Africa: the regional setting. **The World Today: Chatham House Review**. Vol. 42 :1, p. 8-12, 1986. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=184587948>. Acesso: 27 jun. 2018.

BARBER, James. **Towards a post-apartheid future: political and economic relations in Southern Africa.** [S. l.: s. n.]. v. 69E-book. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2621185>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRAT, John. The Soviet Union and Southern Africa: Occasional Paper. The South African Institute of International Affairs, South Africa, 1981. Disponível em: [https://media.africaportal.org/documents/SAIIA\\_THE\\_SOVIET\\_UNION\\_AND\\_SOUTHERN\\_AFRICA.pdf](https://media.africaportal.org/documents/SAIIA_THE_SOVIET_UNION_AND_SOUTHERN_AFRICA.pdf). Acesso em: 28 ago. 2018.

BAYLIS, John and STEVE, Smith (ed.). **The Globalization of World Politics: An introduction to international relations.** Second Edition, Oxford: Oxford University Press, 2001.

BECKER, Charles M. The impact of sanctions on South Africa and its periphery. **African Studies Review**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 61–88, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/524419>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BEINART, William. **Twentieth-Century South Africa.** 2 ed. Edition. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BELL, Trevor. The Impact of Sanctions on South Africa. *Journal of Contemporary African Studies* Vol. 12:1, p. 1- 28, 1993. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/action/showCitFormats?doi=10.1080%2F02589009308729545>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BETTERSBY, J. D. Mozambique's Ragtag Rebels Fight On. **The Herald Tribune (US)**, 1 Aug.1988.

BHATTACHERJEE, Anol, "Social Science Research: Principles, Methods, and Practices" *USF Tampa Bay Open Access Textbooks Collection*. Book3, 2012. Disponível em: [http://scholarcommons.usf.edu/oa\\_textbooks/3](http://scholarcommons.usf.edu/oa_textbooks/3). Acesso em: 3 nov. 2016.

BIENEN, Henry. Soviet Political Relations with Africa. **International Security**, Vol. 6, No. 4, p. 153-173, (Spring, 1982), Published by: The MIT Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2538682>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BISSELL, Richard E. Southern Africa: Testing Détente. **Proceedings of the Academy of Political Science**, Vol. 33, No. 1, The Soviet Threat: Myths and Realities (1978), p. 88-98. Published by: Academy of Political Science. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1173975>. Acesso em: 13 ago. 2018.

BLAINEY, Geoffrey. **Breve História do Mundo.** 2.ed. Brasil. Fundamento.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**, trad. Carmen C, Varriale *et al.*; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., Vol. 1: 674 p. 1998.

BORGA, Cesário. Factura de Pretória é paga em Lisboa: Cahora Bassa parada custa dez mil contos por dia. **O Jornal** (Port.), p. 13, 16 abr. 1982.

BOZDAĞLIOĞLU, Yücel. Hegemonic (In)Stability and The Limits of US Hegemony. Bu makalenin aslı ISA Kongresinde tebliğ olarak sunulmuştur. New York, ABD, 15-19 Şubat, 2009. Disponível em:

[https://www.anadolu.edu.tr/arastirma/hakemli\\_dergiler/sosyal\\_bilimler/pdf/2013\\_3/2013-03-01.pdf](https://www.anadolu.edu.tr/arastirma/hakemli_dergiler/sosyal_bilimler/pdf/2013_3/2013-03-01.pdf). Acesso em: 9 jul. 2020.

BRAGANCA, Aquino; DEPELCHIN, Jacques. From the idealization of Frelimo to the understanding of the recent history of Mozambique. **African Journal of Political Economy**, [S. l.], **African Journal of Political Economy / Revue Africaine d'Economie Politique**, v. 1, n. 1, p. 162–180, 1986, SOUTHERN AFRICA IN CRISIS (1986), pp. 162-180. Published by: African Association of Political Science. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23500224>. Acesso em: 3 mai. 2019.

BRITO, Luís de. Dependência Colonia e Integração Regional. **Estudos Moçambicanos** (1). Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, p. 23 – 32, 1980.

BURCHETT, Wilfred. **Southern Africa Stands Up: The Revolutions in Angola, Mozambique, Zimbabwe, Namibia and South Africa**. New York: Urizen Books, Pp 159-166, 1978.

BUTLER, Jeffry. South Africa's Role in Southern Africa: An Historical Essay, in CALLAGHY, Thomas M. **South Africa in Southern Africa: The Intensifying Vortex of Violence**. New York: Praeger publishers, p. 21-441, 1983.

CABAÇO, José Luís. A África Austral e as Transformações Europa. In ZACARIAS, Agostinho (Ed.). **Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral**. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais, p.114 – 116, 1990.

CABORA at crisis point. **Africa Development** (U.K.), Mar.1972.

CABORA Bassa basta. **O País** (Port.), 16 fev. 1984.

CABORA Bassa dam: The Germans won't budge. **Nationalist** (Tanz.), 10 July 1971.

CABORA Bassa discutida em Lisboa. **O Globo** (Port.), 18 Abr. 1984.

CABORA Bassa é exemplo da cooperação tripartida: Maputo dialoga com Pretória. **Correio da Manhã** (Port.), 22 Abr. 1984

CABORA Bassa é hoje no MNE tema de reunião tripartida. **O Globo** (Port.), 14 de Fevereiro de 1984.

CABORA Bassa em Debate. **Capital** (Port.), 14 Fevereiro de 1984.

CABORA Bassa em negociações nas necessidades: Portugal não quer arcar sozinho com os prejuízos. **Tempo** (Moç), 16 de Fevereiro de 1984.

CABORA Bassa já acordo. **Correio da Manhã** (Port.), 24 de Abril de 1984.

CABORA Bassa talks end in CT today. **Citizen** (S.A.), 14 March 1984.

CABORA Bassa to start electricity supply in August. **AFP Interafrican News Survey** (Fr.), December 3, 1974.

CABORA Bassa. **Star** (S.A.), March 4, 1972.

CABORA Bassa: A Reality set in the Heart of Mozambique. **The Economist**, Survey 27, February 26, 1972.

CABORA Bassa: destruídas duas torres da linha de transporte de energia. **O Século, Lx**, 2 de Setembro de 1974, p. 2 – 9.

CABORA Bassa: Moçambique e África do Sul condenam actos de sabotagem. **Globo** (Port.), 24 de Abril de 1984.

CABORA Bassa: no sweat for Escom. **Financial Mail** (S.A.), August 30, 1974.

CABORA Bassa: Portugal, Moçambique e África do Sul dialogam. **O Globo** (Port.), 17 de Janeiro de 1984.

CABORA Bassa: RPM beneficiará de energia adicional. **Jornal Notícias** (Moç.), 16 Mar. 1984.

CABORA Bassa: RPM, RAS e Portugal discutem tarifas de energia. **Tempo** (Moç), Nº 701, 18 Mar. 1984.

CABORA Bassa: Um por cento da energia será pago a Moçambique. **Diário de Lisboa** (Port.), 26 de Abril de 1984.

CABORA: New energy hope for S. Africa. **Star Weekly** (S. A.), Dec.1, 1973.

CABRITA, João M. **Mozambique: The Tortuous Road to Democracy**. New York: Palgrave, 2000.

CAHEN, Michel. Check on Socialism in Mozambique: What Check? What Socialism? **Review of African Political Economy**, [S. l.], v. 20, n. 57, p. 46–59, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03056249308704003>> Acesso em: 21/4/2020.

CAHEN, Michel. **Mozambique: La Révolution Imploisée – Études sur 12 ans d'indépendance (1975 – 1987)**. Paris: Éditions L'Harmattan.

CAHORA Bassa: cimento da cooperação. **Tempo** (Moç.) N° 592, p. 12 – 14, 14 Dec. 1982.

CALLAGHY, Thomas M. **South Africa in Southern Africa: The Intensifying Vortex of Violence**. New York: Praeger publishers, Chap.11: Apartheid and Socialism: South Africa's Relations with Angola and Mozambique, pp. 267 – 321, 1983.

CAMPBELL, Kurt M. The Soldiers of Apartheid. **SAIS Review**, [S. l.: s. n], v. 8, n. 1, p. 43–56, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/sais.1988.0029>. Acesso em: 18 ago. 2020.

CAPTURADOS Reaccionários Evadidos. **Tempo** (Moç.), N° 238, p. 7, Abr. 1975.

CARDOSO, Fernando Jorge. SADCC e a Independência na África Austral: Realidades e Perspectivas. **Estudos Moçambicanos** (10), p. 76 – 106, dez. 1991. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro. **Metodologia da Investigação: Guia para Autoaprendizagem**. 2ª ed. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939.Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações, Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

CASTEL-BRANCO, CN. Economic Linkages between South Africa and Mozambique. **Unpublished Research Paper. London: Department ...**, [S. l.], v. 1, n. August, p. 1–22, 2002. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/~iesecmz/lib/cncb/AI-2002a-SA-Mozambique-linkages.pdf>. Acesso em: 18 dec. 2018.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012

CAWTHRA, Gavin. **Securing South Africa's Democracy: defence, development and security in transition**. London: Macmillan Press Ltd; New York: St. Martin's Press, Inc, 1997.

CHAN, Stephen; VENÁCIO, Moisés with contribution of Chris Alden and Sam Barnes. **War and Peace in Mozambique**. London: MacMilan Press Ltd; New York: St. Martin's Press, INC.

CHAPTER III: Non-Aligned Movement: Its Evolution, Principles and Growth. [S. l.], [s. d.].

Disponível em:

[https://shodhganga.inflibnet.ac.in/bitstream/10603/33045/8/08\\_chapter%2003.pdf](https://shodhganga.inflibnet.ac.in/bitstream/10603/33045/8/08_chapter%2003.pdf). Acesso em: 2 jul. 2018.

CHRISTIE, Iain. **Samora: Uma Bibliografia**. Maputo: Editora Ndjira, 1996

CIMEIRA de Lusaka: Guerra contra a dependência económica na África Austral. **Tempo** (Moç.), N°495, p. 22 – 25, 6 Abr. 1980.

CLARK, John F. South Africa: Africa's Reluctant and Conflicted Regional Power. **ASPJ Africa & Francophonie -1st Quarter 2016**, [S. l.], p. 30–47, 2016. Disponível em: <http://www.globalfirepower>. Acesso em: 18 ago. 2020.

COHEN, Benjamin J. **International Political Economy**. United Kingdom: Princeton University, Press, 2008.

COLE, Luke; MCMORRAN, Alison. South Africa: United States Economic Sanctions and the Impact on Apartheid. **Harvard Human Rights Yearbook**, [S. l.], v. 1, n. 1-1–1988, p. 236, 1988. Disponível em: <http://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1395&context=facpubs>> Acesso em: 2 jul. 2018.

CONCLUÍDO acordo de Cahora – Bassa: Assinatura a 2 de Maio no Cabo. **Diário de Notícias** (Port.), 24 Abr. 1984.

CONCLUÍDO em Maputo Acordo Trilateral sobre Cahora Bassa. **O Dia** (Port.), 24 abr. 1984.

CONVERSACÃOES sobre Cahora Bassa: Aprovados textos de Acordo e Contrato de fornecimento de energia. **Jornal Notícias** (Moç.), 24 abr. 1984.

COUTO, Mia. Cahora Bassa: troca de impressões frutuosa. **Jornal Notícias** (Moç.), 17 jan. 1984.

COVANE, Luís António. **As Relações Económicas entre Moçambique e África do Sul, 1850 – 1964: Acordos e Regulamentos Principais**. Estudos 6. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1989.

COVANE, Luís António. **Trabalho migratório e agricultura no sul de Moçambique (1920 - 1992)**. Maputo: Promédia, 2001.

COX, Robert W. Michael G. Schechter. **The Political Economy of a Plural World: Critical Reflections on Power, Morals and Civilizations**. London: Routledge, 2002.

CRAVEN, John. **Introduction to Economics: An Integrated Approach to Fundamental Principles**. 2<sup>nd</sup> Ed. Cambridge: Basil Brackwell, 1990.

CRESPO: Mário. Cahora Bassa: da Diplomacia à realidade. **África Jornal** (Lisboa), 16 Maio de 1984.

CROCKER, Chester A. **High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Routh Neighborhood**. Johannesburg: Jonathan Ball Publishers, 1992.

DARCH, Colin. **A guerra e as mudanças sociais recentes em Moçambique (1986-1992): Cenários para o futuro**. Trabalho apresentado a o II Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, São Paulo, 4 -7 ago. 1992. Disponível em: [https://www.academia.edu/640936/A\\_guerra\\_e\\_as\\_mudan%C3%A7as\\_oficiais\\_recentes\\_em\\_Mo%C3%A7ambique\\_1986\\_1992\\_cenarios\\_para\\_o\\_futuro](https://www.academia.edu/640936/A_guerra_e_as_mudan%C3%A7as_oficiais_recentes_em_Mo%C3%A7ambique_1986_1992_cenarios_para_o_futuro). Acesso em: 23 nov. 2018.

DAVI, Luís. Cabora Bassa: Vários Consórcios interessados na construção da central-norte. **Tempo** (Moç) N° 528, p. 7 – 10, 23 nov. 1980.

DAVIES, Robert H.; O'MEARA, Dan. The State of Analysis of the Southern African Region: Issues Raised by South African Strategy. **Review of African Political Economy**, [S. l.], v. 11, n. 29, p. 64–76, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03056248408703568>. Acesso em: 7 ago. 2020.

DAVIES, Robert. “Apartheid” em Fúria: Uma Análise das Acções do Regime de Botha na Conjuntura Actual – Documento apresentado no Seminário Internacional sobre a Paz, Maputo, 9 a 11 de Julho 1985. **Estudos Moçambicanos** (5/6), p. 173 – 183, 1986. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.

DAVIES, Robert. Política Regional Sul Africana nos anos 90: Perspectivas para a Mudança. In ZACARIAS, Agostinho (Ed.). **Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral**. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais, p.157- 190, 1990.

DAVIES, Robert. South African Strategy Towards Mozambique Since Nkomati. **Transformation: Critical Perspectives on Southern Africa**, v. 3, p. 4-30, 1987. Disponível em: <http://transformationjournal.org.za/wp-content/uploads/2017/02/405-358-1-PB.pdf>. Acesso em 21 nov. 2018.

DAVIES, Robert; O'MEARA, Dan. Total Strategy in Southern Africa: An Analysis of South African Regional Policy since 1978. **Journal of Southern African Studies**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 183–211, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03057078508708096>. Acesso em: 6 ago. 2020.

DECLARAÇÃO de Independência de Moçambique, de 25 de Junho de 1975. A mensagem da proclamação da independência proferida pelo Camarada Presidente Samora Machel no Estádio da Machava 25 de Junho de 1975. Disponível em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/DECLARA%C3%87%C3%83O-DE-INDEPEND%C3%8ANCIA-DE-MO%C3%87AMBIQUE-DE-25-DE-JUNHO-DE-1975.pdf>. Acesso: 13 nov. 2018.

DEFESA de Cabora Bassa confiada à Frelimo em Fevereiro. **O Século, Lx**, (Port.), 3 de Dezembro de 1974.

DESFOSSÉS, Helen. The USSR and Africa. **A Journal of Opinion**, Vol. 16, No. 1 (1987), pp. 3-10. Published by: Cambridge University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1166411>. Acesso em: 28 ago. 2018.

DESMOND TUTU, Archbishop. South Africa, Africa and the World. **Conflict, Security & Development**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 199–205, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1467880042000259112>. Acesso em: 21 ago. 2018.

DOMINGUES, Patrick. Peace Economics, Peace Science and Public Policy: A Database on the Mozambican Civil War. **Science and Public Policy**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.2202/1554-8597.1229>. Acesso em: 21 abr. 2020.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF JR., ROBERT L. **Relações Internacionais: As teorias em Confronto**. 2ª Ed. Lisboa: Gradiva, 2011.

EGERÖ, Bertil. **Moçambique: Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia**. Maputo: Arquivo Histórico de Maputo, 1992.

ENERGIA de Cabora Bassa desenvolve o Centro e o Norte do País. **Tempo** (Moç), Nº 500, p. 17 – 22, 11 mai. 1980.

ENERGIA de Cahora Bassa vai ter novo tarifário. **Correio da Manhã** (Port.), 21 abr.1984.

ERASMUS, Gerhard. **The Accord of Nkomati: Context and Content**. Braamfontein, South Africa: The South African Institute of International Affairs, 1984. *Ebook*. Disponível em: [https://media.africaportal.org/documents/The\\_Accord\\_Of\\_Nkomati.pdf](https://media.africaportal.org/documents/The_Accord_Of_Nkomati.pdf). Acesso em: 18 out. 2018.

EVANS, M. The Front-line States South Africa and Southern African security: Military prospects and perspectives. **Zambezia**, [S. l.], Volume 12, Issue 1, 1984/5, p. 1 – 19, 1986. Disponível em: [https://journals.co.za/content/zambezia/12/1/AJA03790622\\_27](https://journals.co.za/content/zambezia/12/1/AJA03790622_27). Acesso em: 19 out. 2018.

EVENETT, Simon J. The impact of economic sanctions on South African exports. **Scottish Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 49, n. 5, p. 557–573, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9485.00248>. Acesso em: out 2018.

EVIDENCE of SA Aid. **SouthScan**, 30 November 1988.

FARIA, Augusto Luiz Estrella. O Valor do Conceito de Hegemonia para as Relações Internacionais. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais** | e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262, v.2, n.3, Jan-Jul 2013, p.209-232 [S. l.]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/36047/23977>. Acesso em: 14 jul. 2020.

FASCISTS plan town at Cabora Bassa. **Daily News** (Tanz.), Sep. 22, 1973.

FATTON, Robert. The Reagan foreign policy toward South Africa: The ideology of the new cold war. **African Studies Review**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 57–82, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/523950>. Acesso em: 21 aug. 2020.

FAUVET, Paul. In Maputo, Every Angry Finger Points to Pretoria. **The Weekly Mail** (S.A.), 5 Jun. 1987.

FAUVET, Paul. Maputo Orders Slim-Line Army. **The Guardian** (UK), 17 Jun. 1987.

FAUVET, Paul. Pretoria Blamed for Mozambique Killings. **The Guardian** (UK), 2 Nov. 1987.

FAUVET, Paul. SA Sends Aid to Fight MNR. **The Guardian** (UK), 28 Nov. 1988.

FINNEGAN, William. **A Complicated War: the harrowing of Mozambique**. California: University of California Press, 1992.

FIRST, Ruth; STEELE, Jonathan; GURNEY, Christabel. **The South African Connection: Western Investment in Apartheid**. Vitoria, Australia: Penguin Books Australia, 1972.

FLETCHER, Laurel; COLE, Luke; MCMORRAN, Alison. South Africa: United States Economic Sanctions and the Impact on Apartheid. **Harvard Human Rights Yearbook**, [S. l.], v. 1, n. 1-1-1988, p. 236, 1988. Disponível em: <http://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1395&context=facpubs>. Acesso em: 2 jul. 2018.

FONTOURA, António. Do Incomati a Cabora Bassa dista apenas dez anos. **Tempo, Lx.** (Port.), p.33 – 35, 19 abr. 1984,

FRIEDEN, A. Jeffry, DAVID A. Lake, SCHULTZ, Kenneth A. **World Politics: Interests, interactions, Institutions. United States of America:** Ann Shin, 2010.

GADDIS, John Lewis. **The Cold War**. London: Allen Lane an imprint of Penguin Books, 2005.

GARENNE, Michel L.; CONINX, Rudi; DUPUY, Chantal. Effects of the civil war in central Mozambique and evaluation of the intervention of the International Committee of the Red Cross. **Journal of Tropical Pediatrics**, [S. l.], v. 43, n. 6, p. 318–323, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/tropej/43.6.318-a>. Acesso em: 21/ abr. 2020.

GASPAR, N. Chapter III: Contextualisation and characterisation of the reduction of Mozambican workers in South African mines from 1975. **Labour Market Review 2007**. Labour Migration and South Africa: Towards a fairer deal for migrants in the South African Economy". Department of Labour - Chief Directorate of Communication, Pretoria, 2007. Disponível em: [http://www.labour.gov.za/DOL/downloads/documents/annual-reports/labour-market-review-report/2007/labourmigration2007part1.pdf\\_](http://www.labour.gov.za/DOL/downloads/documents/annual-reports/labour-market-review-report/2007/labourmigration2007part1.pdf_). Acesso em: 30 nov. 2018.

GELDENHUYS, Deon. **The Diplomacy of Isolation: South African Foreign Policy Making**. First edition, first impression, Johannesburg: Macmillan South Africa (Publishers) (Pty) Ltd, 1984.

GELDENHUYS, Deon. Some foreign policy implications of South Africa's "total national strategy": with particular reference to the "12-point plan". [S. l.]: South African Institute for International Affairs, 1981. E-book. Disponível em: [https://media.africaportal.org/documents/Some\\_foreign\\_implications\\_of\\_South\\_Africas\\_total\\_national\\_strategy.pdf](https://media.africaportal.org/documents/Some_foreign_implications_of_South_Africas_total_national_strategy.pdf). Acesso em: 7 ago. 2020.

GELLEN, Karen. Chissano's Visit Slaps the Far Right. **The Guardian** (US), 14 Sept. 1987.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). **Métodos de Pesquisa**. 1ª ed. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GIL, António Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GIL, António Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy: Understanding the International Economic Order**. United Kingdom: Princeton University Press, 2001.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. United Kingdom: Princeton University Press, 1987.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GODANA, T.; HLATSHWAYO, B. The African e-Journals Project has digitized full text of articles of eleven social science and humanities journals . This item is from the digital archive maintained by Michigan State University Library. Find more at : SOCIAL DYNAMICS AND INFANT FEEDING. **Utafiti**, [S. l.], v. 4, n. Special Issue, p. 105–116, 2001. Disponível em: [http://pdfproc.lib.msu.edu/?file=/DMC/African Journals/pdfs/Utafiti/s4NS/aejps004NS008.pdf](http://pdfproc.lib.msu.edu/?file=/DMC/African%20Journals/pdfs/Utafiti/s4NS/aejps004NS008.pdf). Acesso em: 11 jun. 2018.

GREEN, Reginald H.; THOMPSON, Carol B. Political Economies in Conflict: SADCC, South Africa and Sanctions. In MARTIN, David; JOHNSON, Phyllis (Ed.). **Destructive Engagement: Southern Africa at War**. Harare: Zimbabwe Publishing House, p. 245 – 280, 1986.

GRUNDY, Kenneth W. **The Militarization of South African Politics**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual: Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Grupo Alma Educação, 2014.

GUIA do Terceiro Mundo: **História, Geografia, Política**. Lisboa: Tricontinental Editora; Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo; México: Periodistas del Tercer Mundo, 1986.

GUNN, Gillian. Post-Nkomati Mozambique. **CSIS Africa Notes**. A publication of the African Studies Program of The Georgetown University Center for Strategic and International Studies, No. 38 • January 8, 1985. Disponível em: [http://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy\\_files/files/publication/anotes\\_0185.pdf](http://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/anotes_0185.pdf). Acesso em: 22 nov. 2018.

GUZZINI, Stefano. **Realism in international relations and international political economy: the continuing story of a death foretold.** New York: Routledge, 1998.

GWARADZIMBA, Fadzai. SADCC and the Future of Southern African Regionalism. **A Journal of Opinion**, [ *S. l.* ]: Vol. 21, No. 1/2 (1993), pp. 51-59. Published by: Cambridge University Press: Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1166285>. Acesso em: 19 out. 2018.

HAGER, Robert P. **Odd Arne Westad: The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times** . [ *S. l.*: *s. n.* ] Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17419160701512346>. Acesso em: 11 jun. 2018.

HALL, Magreat; Young, Tom. **Confronting Leviathan: Mozambique since Independence.** London: Hurst & Company, 1997.

HALL, Margaret. The Mozambican National Resistance Movement (RENAMO): a study in the destruction of an African country. **Africa: Journal of the International African Institute**, Vol. 60, No. 1 (1990), pp. 39-68. Published by: Cambridge University Press on behalf of the International African Institute. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1160426>. Acesso em: 23/ nov. 2018.

HAMANN, Hilton. **Days of The Generals: The Untold Story of South Africa's Apartheid-era Military Generals.** Cape Town: Zebra Press, 2007.

HAMILL, James. From Realism to Complex Interdependence? South Africa, Southern Africa and the Question of Security. **International Relations** [ *S. l.* ], v. xiv, n. 3, December, p. 1–30, 1998. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/004711789801400301> . Acesso em: 23 jul. 2020.

HANLON, Joseph. **Beggar Your Neighbours.** London: Catholic Institute for International Relations in Collaboration with Indiana Universality Press, 1986.

HANLON, Joseph. Mozambique: 'The war ended 17 years ago, but we are still poor. **Conflict, Security and Development**, [ *S. l.* ], v. 10, n. 1, p. 77–102, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14678800903553902>. Acesso em: 21 abr. 2020.

HANLON, Joseph. **Mozambique: Who Calls the Shots?** Indiana: Indiana University Press, 1991.

HANLON, Joseph. **Paz Sem Benefício: Como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique.** 1ª Edição Moçambicana. Coleção Nosso Chão N. 10, Maputo: Imprensa Universitária – UEM, 1997.

HANLON, Joseph. Sucessos e Perspectivas das Sanções contra a África do Sul. In ZACARIAS, Agostinho (Ed.). **Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral.** Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais, p. 337 – 352, 1990.

HARRIES, Patrick. **Work, Culture, Identity: Migrant Laborers in Mozambique and South Africa C 1860 – 1910**. Portsmouth: Heinmman; Johannesburg: Witwatersrand University Press; London: James Currey, 1994.

HASTEDT, Glenn. **Encyclopedia of American Foreign Policy**. New York: Facts on File, Inc., 2004.

HEFTI, Ch; STAEHELIN-WITT, E. Economic Sanctions against South Africa and the Importance of Switzerland. [*S. l.: s. n.*]. Disponível em: [http://www.snf.ch/sitecollectiondocuments/nfp/nfp42p/nfp42p\\_staehelin-e.pdf](http://www.snf.ch/sitecollectiondocuments/nfp/nfp42p/nfp42p_staehelin-e.pdf). Acesso em: 23 jul. 2020.

HENDERSON, Ian and Henderson Willie. SADCC, Sanctions and South Africa. **African Affairs**, Vol. 85, No. 341 (Oct., 1986), pp. 615-618. Published by: Oxford University Press on behalf of The Royal African Society. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/722304>. Acesso em: 28 mar. 2019.

HIGGS, Robert. **Depression, War, and Cold War: Studies in Political Economy**. Oxford; New York [...] Toronto: Oxford University Press, Inc.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLIS, Martin; SMITH, Steve. **Understanding and Explaining International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

HUFFMAN, Robert T. Colonialism, socialism and destabilization in Mozambique. **Africa Today**, [*S. l.*], v. 39, n. 1/2, p. 9, 1992. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=a9h&AN=9207201404&site=ehost-live&scope=site&scope=cite>. Acesso em: 3 mai. 2019.

HULTMAN, Lisa. The power to hurt in civil war: The strategic aim of Renamo violence. **Journal of Southern African Studies**, [*S. l.*], v. 35, n. 4, p. 821–834, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03057070903313194>. Acesso em: 21 abr. 2020.

HWANG, Kyu Deug. The Historical Evolution of SADC(C) and Regionalism in Southern Africa. **International Area Studies Review**, [*S. l.*], v. 10, n. 1, p. 55–72, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/223386590701000104>. Acesso em: 6 nov. 2028.

IGREJA, Victor. Amnesty law, political struggles for legitimacy and violence in Mozambique. **International Journal of Transitional Justice**, [*S. l.*], v. 9, n. 2, p. 239–258, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ijtj/ijv004>. Acesso em: 21 abr. 2020.

INFILTRATION from South Africa by Sea. **AIM** (Moz), 26 May 1987.

INKOMATI: A Paz que construimos. **Tempo** (Moç.), Nº 702, p. 8 – 42, 25 mar. 1984.

ISAACMAN, Allen. Displaced People, Displaced Energy, and Displaced Memories: The Case of Cahora Bassa, 1970-2004. **The International Journal of African Historical Studies**, Vol. 38, No. 2 (2005), pp. 201-238. Published by: Boston University African Studies Center. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40034919>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara. **Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900 – 1982**. Profiles, Nations of Contemporary Africa, England: Gower Publishing Company Limited, 1983.

JASTER, Robert (Ed.). **Southern Africa: Regional Security Problems and Prospects**. London: Gower, 1985.

JASTER, Robert S. The security outlook in Mozambique. **Survival**, [S. l.], v. 27, n. 6, p. 258–264, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396338508442272>. Acesso em: 22 nov. 2018.

JCWSGLENN, P. **Encyclopedia of American foreign policy**. [S. l.: s. n.]. v. 42 *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/choice.42-0050>. Acesso em: 26 jun. 2018.

JØRGENSEN, Knud Erik; SCIENCE, Political. **General Editors**. [S. l.: s. n.]. *E-book*. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0079-6417\(08\)60072-4](https://doi.org/10.1016/s0079-6417(08)60072-4). 26 jun. 2018.

JORGENSEN, Dale W. The Development of a Dual Economy. **The Economic Journal**, Vol. 71, No. 282 (Jun., 1961), pp. 309-334, [S. l.], Published by: Wiley on behalf of the Royal Economic Society. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2228770>. Acesso em: 15 jul. 2020.

KALINOVSKY, Artemy; RADCHENKO, Sergey (Ed). **The End of the Cold War and The Third World: New perspectives on regional conflict**. London and New York: Routledge, 2011.

KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua. Um Projecto Filosófico**. Tradutor: Artur Morão Coleção: Textos Clássicos de Filosofia, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

KAUFMAN, Michael T. Mozambique is viewed as Africa's best hope for the flowering of socialism's "New Man". **New York Times**, p. 23- 24, 14 Nov. 1977.

KENNAN, George. George Kennan to George Marshall, Long Telegram, 1946. **Department of State**, [S. l.], 1946. Disponível em: [http://www.klauslarres.org/uploads/1/1/6/6/116679777/kennan\\_-\\_long\\_telegram\\_\\_1946\\_.pdf](http://www.klauslarres.org/uploads/1/1/6/6/116679777/kennan_-_long_telegram__1946_.pdf). Acesso em: 26 jun. 2018

KENNAN, George. Morality and Foreign Policy. Morality and Foreign Policy. **Foreign Affairs**, Vol. 64, No. 2 (Winter, 1985), pp. 205-218 (14 pages). Council on Foreign Relations, Doi: 10.2307/20042569. Disponível: <https://www.jstor.com/stable/20042569>. Acesso em: 26 jun. 2018.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. United Kingdom: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert O. NYE Jr., Joseph, S. **Powered and Interdependence**. Fourth Edition, Boston [...]: Longman, 2012.

KINDLEBERGER, Charles P. American Economic Association International Public Goods without International Government. **The American Economic Review**, Vol. 76, No. 1, [S. I], Mar., 1986, pp. 1-13: Published by: American Economic Association. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1804123> . Acesso em: 9 jul. 2020.

KNIPE, Michael. Cabora Bassa dam ahead of schedule: Portuguese confident of protecting Zambezi river project from attacks by Frelimo guerrillas. **Times** (U.K.), May 15, 1973.

KOMBA, Marcelino. "Voice of the Hyena" is from Rhodesia. **Sunday News** (Dar es Salaam), 3 Oct. 1976.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Lisboa: Guerra e Paz, Editores, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, SA, 2007.

LALBAHADU, Aditir; OTTO, Lisa. **Mozambique's Foreign Policy: Pragmatic Non-Alignment as a Tool for Development**. South Africa: SAIIA, 2013.

LE DÉPARTEMENT d'État et Cabora – Bassa. **AfricAsia** No 45, p. 23, 19 Jul. 1971.

LE PROBLÈME des bénéfices tirés de t'exploitation du barrage de Cabora Bassa n'est pas résolu **Marchés Tropicaux** (Fr.), Dec. 6, 1974.

LEFFLER, M. P.; PAINTER, S. D. **Origins of the Cold War: An International History**, Second Edition. New York: Routledge, 2005.

LEGVOLD, Robert. The Soviet Threat to Southern Africa. Presented at **AIIA/World Peace Foundation Conference**, Hilton, Natal, Jan. 1984.

LEONARD, Richard. **South Africa at war: White Power and the Crisis in Southern Africa**. United States of America: Lawrence Hill & Company, Publishers, Inc., 1983.

LEWIS, Neal A. US Official, Mozambique Rebel Aide Held Talks. **The Herald Tribune** (S.A.), 14 Jul. 1987.

L'EXPLOITATION des minerais dans la région de Tete-Cabora Bassa. **Marchés tropicaux** (Fr.), 3 Mar. 1972.

LEYS, Mart. The geopolitical role of South Africa in Africa. [S. l.], 2008. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/2c80/1968503bc9c06f312f293c2a7a147fcd904f.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

LIGHTBODY, Bradley. **The Cold War**. London and New York: Routledge, 1999.

LIPTON, Merle. Impacto das Sanções na África do Sul. In ZACARIAS, Agostinho (Ed.). **Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral**. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais, p. 318 – 332, 1990.

LITVAK, Laurence; DEGRASSE, Robert; MCTIGUE, Kathleen. **South Africa: Foreign Investment and Apartheid**. US: Institute for Policy Studies, 1978.

LOCKWOOD, Edgar. National Security Study Memorandum 39 and the Future of United States Policy toward Southern Africa. **Issue: A Journal of Opinion**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 63, 1974. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1166695>. Acesso: 24 jul.2018.

LUCAS, Robert E. B. Emigration to South Africa's Mines. *The American Economic Review*, Vol. 77, No. 3 (Jun., 1987), pp. 313-330. Published by: American Economic Association. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1804097>. Acesso em: 7 jul. 2019.

LUIZ, Sérgio; AGUILAR, Cruz, ALBRES, Hevellyn Menezes (org.). **Relações Internacionais: pesquisa, práticas e perspectivas**, Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

LUNDIN, Iraê Baptista. **Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais**. Maputo – Moçambique: Editora Escolar, Editores e Livreiros, Lda, 2016.

LÜTHI, Lorenz M. The Non-Aligned Movement and the Cold War, 1961–1973. **Journal of Cold War Studies**, Vol. 18, Issue 4, Fall 2016, p. 98-147, January 12, 2017. Disponível em: [https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/JCWS\\_a\\_00682](https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/JCWS_a_00682). Acesso em: 2 jul. 2018.

MAASDORP, Gavin. O papel da economia sul-africana, SACU, CMA e outros grupos económicos regionais. In ZACARIAS, Agostinho (Ed.). **Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral**. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais, p. 276 – 297, 1990.

MAASDORP, Gavin; WHITESIDE, Alan (Ed.). **Towards a Post-Apartheid Future: Political and Economic Relations in Southern Africa**. New York: Palgrave Macmillan, 1992.

MACHEL, Samora Moisés. **A Nossa Luta**. 2ª Ed. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1975.

MACHEL, Samora Moisés. **Acordo de Inkomati: Vitória da Paz, Vitória do Socialismo**. Maputo: 26 Coleção Palavras de Ordem - Edição do Partido Frelimo, 1984.

MACHEL, Samora Moisés. **O Partido e as Classes Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular**. Relatório do Comité Central ao 3º Congresso. Maputo: Frelimo, 1977.

MACHEL, Samora Moisés. **Pela Independência, Dignidade e Paz**. Maputo: 26 Colecção Palavras de Ordem - Edição do Partido Frelimo, 1984.

MACKINTOSH, Maureen. O Capital Privado e o Estado no Sistema de Transportes da África Austral: Implicações da Actual Organização do Transporte de Carga na Planificação de Moçambique. **Estudos Moçambicanos** (5/6), p. 83 - 126, Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1986.

MACQUEEN, Norman. Portugal and Africa: The politics of re-engagement. **The Journal of Modern African Studies**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 31–51, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0022278X00056482>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MAGANYA, E. N. The Nkomati Agreement and the Future of Second Phase of National Liberation Struggles in Southern Africa. In SHAW, Timothy M.; MSABABA Ibrahim S. R. (Ed). **Confronting and Liberation in Southern Africa: Regional Directions After the Inkomati Accord**. Colorado: Westview; London: Gower, p. 100 –111, 1987.

MAHARAJ, Mac. Determinantes da Política Externa de Pretória. **Estudos Moçambicanos** (7), Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, p. 27 – 118, 1990.

MAIER, Karl. **Conspicuous Destruction War, Famine and Reform Process in Mozambique: An African Watch Report**. New York [...] London: Human Rights Watch, 1992.

MAKAROV, Alex. A Política da URSS para a África Austral: Ruptura com o passado ou tolerância? In ZACARIAS, Agostinho (Ed.). **Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral**. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais, p. 86 – 99, 1990.

MAPHANYANE, E. M. Desenvolvimento económico na África Austral – uma perspectiva da SADCC. In ZACARIAS, Agostinho (Ed.). **Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral**. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais, p. 303 – 315, 1990.

MAPUTO Talks. **The Citizen** (S.A.), 25 Sep. 1987.

MAPUTO, Lisboa, Pretória: Exploração de Cabora Bassa vai ser discutida a três. **Diário de Lisboa** (Port.), pág.7, 17 jan. 1984.

MAQUIAVEL, Niccolò. **O Principe**. Edição Electrónica: Ridendo Castigat Mores, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, SA, 2003.

MARCUM, John; KITCHEN, Helen; SPICER, Michael. The United States and the World. In BERGER, Peter L.; GODSELL, Bobby (Ed.). **A Future South Africa: Visions, Strategies and Realities**. Cape Town, p. 241 – 267, 1988.

MARITZ, Chris. Pretoria's Reaction to the Role of Moscow and Peking in Southern Africa. **The Journal of Modern African Studies**, Vol. 25, No. 2 (Jun., 1987), pp. 321-344. Published by: Cambridge University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/161016>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MARLIN-BENNETT, Renée. International Political Economy: Overview and Conceptualization. In: **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. [S. l.]: Oxford University Press, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.239>. Acesso em: 22 mai. 2020.

MARTIN, David; JOHNSON, Phyllis. Mozambique: To Inkomati and Beyond. In MARTIN, David; JOHNSON, Phyllis (Ed.). **Destructive Engagement: Southern Africa at War**. Harare: Zimbabwe Publishing House, p.1 – 43, 1986.

MASWOOD, Javed. **International Political Economy and Globalization**. Singapore: World Scientific, 2000.

MBOGORO, D.A.K. Regional Economic Integration and the Liberation Struggle in Southern Africa. In SHAW, Timothy M.; MSABABA Ibrahim S. R. (Ed). **Confronting and Liberation in Southern Africa: Regional Directions After the Inkomati Accord**. Colorado: Westview; London: Gower, p. 141 –155, 1987.

MCMAHON, Robert J. **The Cold War: A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press Inc., New York, 2003.

MEARSHEIMER, John J. **A Tragédia da Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

MENESES, Filipe Ribeiro de; MACNAMARA, Robert. **The White Redoubt, the Great Powers and the Struggle for Southern Africa, 1960 – 1987**. London: Palgrave Macmillan, 2018.

METZ, Steven. The Mozambique National Resistance and South African Foreign Policy. **African Affairs**, Vol. 85, No. 341 (Oct., 1986), pp. 491-507. Published by: Oxford University Press on behalf of The Royal African Society. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/722294>. Acesso em: 6 nov.2018.

MEYNS, Peter (1981) Liberation ideology and national development strategy in Mozambique. **Review of African Political Economy**, 8:22, p. 42-64, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03056248108703476>. Acesso em 3 jul. 2019.

MHINA, A. K. Liberation Struggle in Southern Africa After Zimbabwe. In Shaw, Timothy M.; Msabaha Ibrahim S. R. (Ed). **Confronting and Liberation in Southern Africa: Regional Directions After the Inkomati Accord**. Colorado: Westview; London: Gower, 19 – 30, 1987.

MINISTRO Moçambicano revela em Lisboa: Pretória ajuda a defender Cahora Bassa. **Diário de Lisboa** (Port.), 1 de Agosto de 1984.

MINTER, William. **Apartheid's Contrasts: An Inquiry into Rood of War in Angola and Mozambique**. Johannesburg: Witwatersrand University Press; London and New Jersey: Zed Books, 1994.

MINTER, William. Destructive Engagement: The United States and South Africa in Reagan Era. In MARTIN, David; JOHNSON, Phyllis (Ed.). **Destructive Engagement: Southern Africa at War**. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1986, p. 281 - 321.

MINTER, William. Inside Renamo: As described by ex-participants. **Transformation**, [S. l.], v. 10, 1989. MURRAY, James. the Royal African Society. **African Affairs**, [S. l.], v. 81, n. 323, p. 279–279, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.afraf.a097414>> Acesso em: 19/3/2020.

MITTELMAN, James H. *Out of Underdevelopment: Prospects from the Third World*. London: The MacMillan Press Limited, 1988.

MITTELMAN, James H. **Underdevelopment and the Transition to Socialism: Mozambique and Tanzania**. New York [...] San Francisco: Academic Press, INC, 1981.

MOÇAMBIQUE e África do Sul discutem acordo sobre Cahora Bassa. **Tempo** (Moç), Nº 704, 18 abr. 1984.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das Relações Internacionais**. 5ª Ed. Lisboa: Almedina, 2005.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política Entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz**. 6ª Edição. Traduzida por Oswaldo Biato da edição revisada por Kenneth W. Thompson. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MOZAMBIQUE Condemns 4 Dissidents. **The Washington Post**, 12 Feb. 1981.

MOZAMBIQUE, South Africa Agree on Working Group. **SouthScan**, 12 Aug. 1987.

MOZAMBIQUE: Renamo Lobby. **Africa Confidential**, 16 Dec.1987.

MOZAMBIQUE: Strauss' Friend. **SA Report** (SA), 5 Aug. 1988.

MOZAMBIQUE: The War Continues. **Indian Ocean Newsletter** (France), 20 August 1988.

MOZAMBIQUE's new deal for Cahora Bassa power. **Africa Now**, p. 54 – 55, Jun.1984,

MURPHY, Carole. US Accuses Mozambique Rebels of Terrorism. **The Herald Tribune** (US), 21 Apr.1988.

MURPHY, Craig N. TOOZE, Roger. **The New International Political Economy**. United States of America: Lynne Rienner Publishers, 1991.

MUSKER, Paul. The splintering of Renamo. **The Weekly Mail** (SA), 8 Jul. 1988.

NA CIDADE do Cabo: Encontro tripartido debate futuro de Cabo Bassa. **Jornal Notícias** (Moç.), 13 mar. 1984.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**, Portugal: Publicações Europa-America, 1995

NEWSUM, H. E.; ABEGUNRIN, Olayiwola. **United States Foreign Policy Towards Southern Africa: Andrew Young and Beyond**. New York: Palgrave Macmillan, 1987.

NHABINDE, Simeão Amosse. **Desestabilização e Guerra Económica no Sistema Ferro-Portuário de Moçambique, 1980 – 1997**. Maputo: Imprensa Universitária – Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

NICKEL, Herman. Perspectivas de Paz na África Austral. In ZACARIAS, Agostinho (Ed.). **Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral**. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais, p. 230 – 246, 1990.

NOER, Thomas. **Cold War and Black Liberation: The United States and White Rule in Africa**, 1948 – 1968. Columbia: University of Missouri Press, 1985.

NOLUTSHUNGU, Sam C. Soviet Involvement in Southern Africa. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 481, Soviet Foreign Policy in an Uncertain World (Sep., 1985), p. 138-146. Published by: Sage Publications, Inc. in association with the American Academy of Political and Social Science. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1045141>. Acesso em: 10 ago. 2018.

NOVO encontro sobre Cahora Bassa. **Jornal Notícias** (Moç.), 3 mar. 1984.

NSSM 39: Paper Prepared by the National Security Council Interdepartmental Group for Africa. Washington, December 9, 1969. AF/NSC-IG 69-8 Rev. A. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v28/d17>. Acesso: 7 ago. 2018.

NYE JR, Joseph S. and Robert O. Keohane **Transnational Relations and World Politics: An Introduction. International Organization**, 25, pp 329-349, 1971, <https://doi.org/10.1017/S0020818300026187>. Acesso em: 3 jun. 2020.

NYE JR, Joseph S.; KEOHANE, Robert O. Transnational Relations and World Politics. **International Organization**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 329-349, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0020818300026187>. Acesso em: 3/6/2020.

NYE JR, Joseph. **O Futuro do Poder**. 1ª Edição, Lisboa: Temas e Debates-Circulo de Leitores, 2010.

NYE JR, Joseph. **Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History**. 6<sup>th</sup> Edition, New York: Pearson Longman, 2007.

O IMPERIALISMO e os seus lacaios: A “Voz da África Livre” é a Voz do Jardim e do Arouca. **Tempo** (Moç.), no. 313, p.52-56, 3 out 1976.

OATLEY, Thomas H. **International political economy**. 5<sup>th</sup> Ed. Boston: Longman.

OHLSON, Thomas. África do Sul e Seus Vizinhos: Estratégias Regionais em Confrontação. **Estudos Moçambicanos** (8), p. 16 – 62. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1990.

O'NEILL, Kathryn and MUNSLOW, Barry. Ending the Cold War in Southern Africa. **Third World Quarterly**, Vol. 12, No. 3/4 (1990 - 1991), pp. 81-96. Published by: Taylor & Francis, Ltd. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3992534>. Acesso em: 13 ago. 2018.

ONTEM em Maputo: Conversações em RPM/RAS sobre Cahora Bassa. **Jornal Notícias** (Moç.), 16 abr. 1984.

PARTIDO Frelimo. **Relatório do Comité Central ao IV Congresso: Coleção IV Congresso**. Maputo: Imprensa Nacional da República Popular de Moçambique, 1983.

PEEL, Quintin. Mozambique closes border with Rhodesia. **Financial Times**, 4 March 1976.

PEEL, Quintin; SMITH, Diana. Sabotage cuts power to S. Africa. **Financial Times**, 9 Jan. 1981.

PETER, C. M. Marginal Notes on the Nkomati Accord: Unequal Treaties in International Law. In SHAW, Timothy M.; MSABAHA Ibrahim S. R. (Ed). **Confronting and Liberation in Southern Africa: Regional Directions After the Inkomati Accord**. Colorado: Westview; London: Gower, p. 201 – 218, 1987.

PINTO, Jaime Nogueira. A Guerra dos Quinze Anos, 2008. Disponível em: <https://macua.blogs.com/files/guerra15anos.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2020.

PLANK, David N. Aid, debt, and the end of sovereignty: Mozambique and its donors. **The Journal of Modern African Studies**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 407–430, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0022278X00012015>. Acesso em: 3 mai. 2019.

PLAUT, Martin; UNTERHALTER, Elaine; WARD, Eduard. **The Struggle for Southern Africa: Can the Front-Line States escape Apartheid's Stranglehold?** London: War and Want and Liberation, 1981.

PLENTY of power - not a drop of glory. **Guardian** (Br.), 27 Sep. 1974.

PORTUGAL e Capital Multinacional em Moçambique: Esboço Histórico (1500 – 1973). **African Studies Editorial**, Vol. II, Estudos Coloniais Portugueses, Denmark, 1975.

- PORTUGAL, Moçambique e África do Sul à mesma mesa: Futuro de Cahora Bassa hoje debatido em Lisboa. **Diário Popular** (Port.), 14 fev. 1984.
- PRETÓRIA ajuda Maputo a defender Cahora Bassa. **Correio da Manhã** (Port.), 10 ago. 1984.
- PRETORIA Grants Reprieve to Mozambican Migrants. **The Financial Times**, 17 Feb. 1987.
- PRETORIA, Maputo Agree to Reactivate Security Pact. **SouthScan**, 25 May 1988.
- PRIMEIRO “Round” encerra em Lisboa: Portugal quer aumento das tarifas de Cahora Bassa. **A Capital** (Port.), 16 fev. 1984.
- PRYS, Miriam. Hegemony, Domination, Detachment: Differences in Regional Powerhood. **International Studies Review**, Vol. 12, No. 4 (Dec. 2010), pp. 479-504, published by Wiley on behalf of The International Studies Association. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40931354>. Acesso em 18 ago. 2020.
- RELATÓRIO do Comité Central. **Tempo** (Moç.), Nº 655, p. 13 – 31, 1 mai. 1983.
- REUNIÃO tripartida sobre Cahora Bassa inicia-se hoje em Lisboa. **O Dia** (Port.), 14 fev. 1984.
- REVISTA Tempo, nº 223, 5 jan. 1975.
- REVISTA Tempo, nº268, p. 61, 23 nov. 1975.
- ROBINSON, Anthony. Maputo and Pretoria to Revive Nkomati Accord. **The Financial Times**, 27 Apr. 1988.
- ROBINSON, Anthony. Three Die in Maputo Raid. **The Financial Times**, 30 May 1987.
- ROBINSON, David Alexander. Curse on the Land: A History of the Mozambican Civil War. **School of Humanities**, [S. l.], v. Doutoramen, p. 373, 2006. Disponível em: <http://www.adelinotorres.info/africa/David%20Robinson,%20Curse%20on%20the%20Land-History%20of%20the%20Mozambican%20Civil%20War.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2020.
- ROSENBERG, Justin. **The Empire of Civil Society: A Critique of the Realist Theory of International Relations**. London: Verso, 2004.
- SA Provides No-Lethal Military Equipment. **The Windhoek Advertiser** (Nam), 19 Nov. 1988.
- SA Reschedules R26m Debt. **The Windhoek Advertiser** (Nam.), 3 May 1988.
- SADCC: The Southern African Development Coordination Conference. **The Black Scholar: Journal of Black Studies and Research**, [S. l.], v. 18, n. 6, p. 37–38, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00064246.1987.11412783>. Acesso em 19 out. 2018.

SAUL, John S. **A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique**. New York: Monthly Review Press, 1985.

SAW, Timothy M. South Africa, Southern Africa and World System, in CALLAGHY, Thomas M. **South Africa in Southern Africa: The Intensifying Vortex of Violence**. New York: Praeger publishers, p 45-67, 1983.

SCHAFER, J. Guerrillas and violence in the war in Mozambique: De-socialization or re-socialization? **African Affairs**, [S. l.], v. 100, n. 399, p. 215–237, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/afraf/100.399.215>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SCHIEBER, Michael T. Apartheid under Pressure: South Africa's Military Strength in a Changing Political Context South Africa and the World. **Africa Today**, Vol. 23, No. 1, South Africa and the World (Jan. - Mar., 1976), pp. 27-45 (19 pages). Published By: Indiana University Press DOI: 10.2307/4185567. Disponível em: <https://www.jstor.com/stable/4185567>. Acesso em: 18 set. 2020.

SEBENIUS, James K. *et al.* Henry Kissinger: Negotiating Black Majority Rule in Southern Africa. **Ssrn**, [S. l.], 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.2883212>. Acesso em: 4 ago. 2018.

**SECTION I: Regional constraints on development Background to South Africa's policy of regional destabilisation.** [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/123046/bk-front-line-africa-ch1-3-010190-en.pdf?sequence=25&isAllowed=y.19258>. Acesso em: 18 ago. 2020.

SEGUNDO um jornal sul-africano: Pretória auxilia o Maputo na Defesa de Cabora Bassa. **Diário Popular** (Port.), 9 ago. 1984.

SEVERINO, António Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SHAW, Timothy M. Foreign Policy of Apartheid: From Settler Colonialism to State Capitalism and Neocolonial Corporatism. In SHAW, Timothy M.; MSABAHA Ibrahim S. R. (Ed). **Confronting and Liberation in Southern Africa: Regional Directions After the Inkomati Accord**. Colorado: Westview; London: Gower, p. 50 – 70, 1987.

SHAW, Timothy M.; MSABAHA Ibrahim S. R. Introduction: Southern Africa Before and After Inkomati. In SHAW, Timothy M.; MSABAHA Ibrahim S. R. (Ed). **Confronting and Liberation in Southern Africa: Regional Directions After the Inkomati Accord**. Colorado: Westview; London: Gower, p. 1 – 18, 1987.

SHEPARD, Robert B.; GOLDMAN, Christopher H. P W Botha's Foreign Policy. [S. l.], v. 15, n. 15, p. 68–78, 2016. **The National Interest**, No. 15 (SPRING 1989), pp. 68-78. Published by: Center for the National Interest. Disponível: <http://www.jstor.org/stable/42894613>. Acesso em: 18 out. 2018.

SHEPHERD, Jr. George. Socialist State Strategy and Arms in Southern Africa. **A Journal of Opinion**, Vol. 9, No. 1/2 (Spring - Summer, 1979), pp. 47-51 Published by: Cambridge University Press. Disponível: <http://www.jstor.org/stable/1166941>. Acesso: 28 ago. 2018.

SHUBIN, Vladimir. The Hot “Cold War”: The USSR in Southern Africa. **Scientia Militaria, South African Journal of Military Studies**, Vol 37, Nr 2, 2009. doi: 10.2307/j.ctt184qq2j. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt184qq2j>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SIEGAL, Brian; THOMPSON, Carol B. Challenge to Imperialism: The Frontline States in the Liberation of Zimbabwe. **African Studies Review**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 117, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/524508>. Acesso em: 19 out. 2018.

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Guilherme A.; Gonçalves, Williams. **Dicionário de relações internacionais**. 2ª ed. rev. e ampl. - Barueri, SP: Manole, 2010.

SILVA, Sérgio Vieira da. **Introdução as Relações Internacionais**. Lisboa: Escolar Editora, 2012.

SILVA, Sérgio Vieira da. **Política e Poder na África Austral (1974 – 1989)**. Lisboa: Escolar Editora.

SMIRNOV, Vitali S. USSR's Foreign Policy. **Pakistan Horizon**, Vol. 35, No. 3 (Third Quarter 1982), pp. 10-28. Published by: Pakistan Institute of International Affairs. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41394321>. Acesso em: 23 set. 2018.

SNIDAL, Duncan. The Limits of Hegemonic Stability Theory. *In: International Organization*. [S. l.: s. n.]. 39, (4), 579-614. Disponível em: <http://www.rochelleterman.com/ir/sites/default/files/Snidal%201985.pdf>. Acesso em: 9/ jul. 2020.

SOBRE Cahora Bassa. Negociações em Lisboa foram construtivas – afirma o comunicado final. **Jornal Notícias** (Moç.), 17 fev. 1984.

SOBRE Cahora Bassa: Reunião tripartida para a próxima semana. **Jornal Notícias** (Moç.), 9 de Março de 1984.

SÖDERBAUM, Fredrik. **The Political Economy of Regionalism**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

SOMERVILLE, Keith. The U. S. S. R. and Southern Africa since 1976. **The Journal of Modern African Studies**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 73–108, 1984. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/160328>. Acesso em: 13 ago. 2018

SOUSA, Fernando de (Dir.). **Dicionário de Relações Internacionais**. Porto: Edições Afrontamento/ CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2005.

SOUTH Africa and The World. **Reality - A Journal of Liberal and Radical Opinion**. Special International Issue. Vol 18 nos 2 & 3 ISSN0034 0979. March/May, 1986. Disponível em: [https://disa.ukzn.ac.za/sites/default/files/pdf\\_files/remar86.pdf](https://disa.ukzn.ac.za/sites/default/files/pdf_files/remar86.pdf). Acesso em: 21 ago. 2018.

SOUTH Africa as a hegemonic power, **Adelphi Series**, 56:463, 9-16, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19445571.2016.1419712>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SOUTH Africa Attacks Again. **Mozambique Notes**, number 1, Sep. 1983. Disponível em: [http://www.mozambiquehistory.net/periodicals/moznotes/19830900\\_mozambican\\_notes\\_1.pdf](http://www.mozambiquehistory.net/periodicals/moznotes/19830900_mozambican_notes_1.pdf). Acesso em: 28 jun. 2018.

SOUTH Africa Behind Maputo Bombing. **Mozambique Notes**, number 2, Jan. 1984. Disponível em: [http://www.mozambiquehistory.net/periodicals/moznotes/19840100\\_mozambican\\_notes\\_2.pdf](http://www.mozambiquehistory.net/periodicals/moznotes/19840100_mozambican_notes_2.pdf). Acesso em: 28 jun. 2018.

SOUTHERN African Development Coordination Conference. **Southern Africa Toward Economic Liberation: A Declaration by the Governments of Independent States of Southern Africa made at Lusaka on the 1<sup>st</sup> April 1981**. London: Balackrose Press (TU).

SPRING, Martin. Harnessing the power of Zambesi. **Financial Times**, p. 14, 18 Apr. 1969

STATEMENT of the South African Minister of Foreign Affairs, the Hon. R.F. Botha. **International Affairs Record**, no. 37, p. 12, Dec. 1984.

STAVRIANOS, Leften Stavros. **Global Rift: The Third World come of Age**. New York: William Morrow & Co., 1981.

STEELE, David. The Theory of the Dual Economy and African Entrepreneurship in Kenya. *The Journal of Development Studies*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 18–38, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00220387508421558>. Acesso em: 15 jul. 2020.

STEPHENS, Jeanne. Baixa de Preços e Preservação da Dependência: A Resposta Sul-Africana às Iniciativas do Sector de Transportes em Moçambique na SADCC. **Estudos Moçambicanos** (5/6), p. 129 – 171, Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1986.

STRANGE, Susan. International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect. **International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)**, Vol. 46, No. 2 (Apr., 1970), pp. 304-315. Published by: Wiley on behalf of the Royal Institute of International Affairs. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2613829>. Acesso em 10 jan. 2019.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. 2<sup>nd</sup> Ed., London. New York: Continuum, 1994.

STRYDOM, Hennie. The Non-Aligned Movement and the Reform of I. Introduction. *[S. l.]*, v. 11, n. 2006, p. 1–46, 2007. Disponível em:

[https://www.mpil.de/files/pdf1/mpunyb\\_01\\_strydom\\_11.pdf](https://www.mpil.de/files/pdf1/mpunyb_01_strydom_11.pdf). Acesso em: 2 jul. 2018.

SUL-AFRICANOS ajudam Moçambique na defesa de Cabora – Bassa. **O Dia** (Port.), 10 ago. 1984.

SWIFT, John. **The Palgrave Concise Historical Atlas of the Cold War**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

TAXAS de energia para a África do Sul: Acordo Tripartido sobre Cabo Bassa. **Diário de Notícias** (Port.), 22 abr. 1984.

TEXTOS preliminares do acordo sobre Cabo – Bassa. **Jornal Notícias** (Moç.), 20 abr. 1984.

THAKUR, Vineet. Foreign policy and its people: Transforming the apartheid department of foreign affairs. **Diplomacy and Statecraft**, *[S. l.]*, v. 26, n. 3, p. 514–533, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09592296.2015.1067528>. Acesso em: 18 out. 2018.

THALER, Kai M. Ideology and Violence in Civil Wars: Theory and Evidence from Mozambique and Angola. **Civil Wars**, *[S. l.]*, v. 14, n. 4, p. 546–567, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13698249.2012.740203>. Acesso em 21 abr. 2018.

The Cold War Timeline - History. *[S. l.]*, 1991. Disponível em:

<https://www.historyonthenet.com/the-cold-war-timeline-2/>. Acesso em: 26 jun. 2018.

THE FIGHT Against the MRN Stepped Up. **Mozambique Notes**, number 5, Sep. 1985.

Disponível em:

[http://www.mozambiquehistory.net/periodicals/moznotes/19850900\\_mozambican\\_notes\\_5.pdf](http://www.mozambiquehistory.net/periodicals/moznotes/19850900_mozambican_notes_5.pdf).

Acesso em: 15 nov. 2018.

THE HERITAGE Foundation. The Front-Line States: The Realities in Southern Africa.

**Backgrounder**, No. 78, Washington, D.C. Mar. 1979.

THE MOZAMBICAN- South African Talks. **Mozambique Notes**, number 3, April – June,

1984. Disponível em: [http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-12C-84-](http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-12C-84-african_activist_archive-a0a7f8-b_12419.pdf)

[african\\_activist\\_archive-a0a7f8-b\\_12419.pdf](http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-12C-84-african_activist_archive-a0a7f8-b_12419.pdf). Acesso em: 20 jul. 2018.

THE PLACE of Southern Africa in Soviet foreign policy. **The Adelphi Papers**, *[S. l.]*, v. 28, n.

227, p. 32–50, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/05679328708448834>. Acesso em: 2

ago. 2018.

THOMAS, Oatley. **International Political Economy**. 5<sup>th</sup> ed. United States: Pearson Education, Inc. 2012.

THOMPSON, Carol B. Beyond civil society: Child soldiers as citizens in Mozambique. **Review of African Political Economy**, [S. l.], v. 26, n. 80, p. 191–206, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03056249908704378>. Acesso em: 21 mar. 2020.

THOMPSON, Leonard Monteath. **A History of South Africa**. Third Edition, London: Yale University Press, 2001.

THOMSON, Alex. **U.S. Foreign Policy Towards Apartheid South Africa, 1948–1994: conflict of interests**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

TLALE, P. Sanctions Against Apartheid. [S. l.], p. 24, 1969. Disponível em: <https://www.sahistory.org.za/sites/default/files/archive-files4/Acn1664.0001.9976.000.016.Jan1964.8.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

TODOS contentes com a reunião de Cahora Bassa. **Correio da Manhã** (Lisboa), 16 fev. 1984.

TRIPARTIDA de Lisboa sem resultados práticos: Cahora Bassa “suspensa” até ao Cabo. **O Jornal** (Port.), 17 fev. 1984.

TRIPARTIDA histórica nas Necessidades: Moçambique, África do Sul e Portugal debatem Cabora Bassa e África Austral. **Diário de Lisboa** (Port.), 14 fev. 1984.

UNGAR, Sanford J.; VALE, Peter. Why Constructive Engagement. **Foreign Affairs**, [S. l.]. Vol. 64, No. 2 (Winter, 1985), p. 234–258. Published by: Council on Foreign Relations. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20042571>. Acesso em: 21 ago. 2018.

UNITED NATIONS. Report of the Commission of Inquiry on the Reported Massacre in Mozambique. General Assembly Official Records: Twenty – Ninth Session Supplement No. 21 (A/9621), **Roape** (4) Nov. 1975, p. 14 – 25. Disponível em: [http://www.mozambiquehistory.net/history/massacres/19741122\\_un\\_commission\\_of\\_inquiry.pdf](http://www.mozambiquehistory.net/history/massacres/19741122_un_commission_of_inquiry.pdf). Acesso em: 16 ago. 2017.

UNIVERSIDADE Eduardo Mondlane. **O mineiro moçambicano**. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 2012.

US Elections and Lack of Cash Forced Botha’s Handshake with Mozambique. **Southern Africa Report** (Zim), 16 Sep. 1988.

US Envoy to Maputo Confirmed. **The Herald Tribune** (US), 11 Sep. 1987.

VALE, Peter. A inevitabilidade dos Generais: A Anatomia do Poder Branco na África do Sul. **Estudos Moçambicanos** (7), p. 66 – 94, Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, 1990.

VALE, Peter; THAKUR, Vineet. “Out in the dark”: knowledge, power and IPE in southern Africa. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 37, no 3, september/december 2015, p.

1011-1040. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-85292015000300008>. Acesso em: 23 jul. 2020.

VALIGY, Ismael. SADCC: Um Modelo de Cooperação Regional. **Estudos Moçambicanos** (9), p. 163-208, Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, mai.1991.

VANNEMAN, Peter. **Soviet Strategy in Southern Africa: Gorbachev's pragmatic approach**. California: Hoover Institution Press, 1990.

VIEGAS, Tiago. Cabo Bassa: Conversações tripartidas terão continuidade. **Jornal Notícias** (Moç.), 15 mar. de 1984.

VIEGAS, Tiago. Conversações sobre Exploração de Cahora Bassa: RAS aceita forma de pagamento à RPM. **Jornal Notícias** (Moç.), 14 mar. 1984.

VIEIRA, Sérgio. **Participei, Por isso Testemunho**. 2ª Ed. Maputo: Editorial Ndjira, SA.

VIEIRA, Sérgio. Perspectivas nas Relações Norte Sul. In ZACARIAS, Agostinho (Ed.). **Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral**. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais, p. 69 – 80, 1990.

VINES, Alex. **Renamo: terrorism in Mozambique**. New York: Centre for Southern African Studies, University of New York, 1991.

VISSER, Deon. the Hot “Cold War”: the USSR in Southern Africa. **Scientia Militaria - South African Journal of Military Studies**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 135–139, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5787/37-2-74>. Acesso em: 10 ago. 2018.

WA MUTHARIKA, Bingu. Desenvolvimento Económico na África Austral: Estratégias, Políticas e Opções. In ZACARIAS, Agostinho (Ed.). **Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral**. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais, p. 257 – 273, 1990.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World - Systems Analysis: An Introduction**. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WALTZ, Kenneth. The Emerging Structure of International Politics, **International Security**, Vol. 18, No. 2 (Fall, 1993), pp. 44-79 (36 pages). Published By: The MIT Press, doi: 10.2307/2539097. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2539097>. Acesso em: 6 fev. 2018.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**, 1st ed. Reading: Addison Wesley Publishing Company, 1979.

WEISS, Ruth. Economics: Cabora Bassa. **South**, no.1, p.38, Oct. 1980.

WEST to Arm Mozambique. **The Guardian Weekly** (UK), 21 Apr. 1988.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. Cambridge [...] São Paulo: Cambridge University Press, 2005.

WILLSON, Simon. Cabora Bassa power finally fizzles out. **RDM**, 11 Jan. 1984.

WURST, Jim. Mozambique: Peace and More. **World Policy Journal**, [S. l.], Vol. 11, No. 3 (Fall, 1994), pp. 78-82. Published by: Duke University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40209366>. Acesso em: 21 apr. 2020.

YOUNG, Tom. The MNR / RENAMO: External and Internal Dynamics. **African Affairs**, Vol. 89, No. 357 (Oct., 1990), pp. 491-509. Published by: Oxford University Press on behalf of The Royal African Society. **African Affairs**, [S. l.], v. 89, n. 357, p. 491-509, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.com/stable/722171>. Acesso em: 12 jul. 2018.

ZACARIAS, Agostinho (Ed.). **Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral**. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais, 1990.

ZAMBEZI diverted for dam. **The Guardian** (U.K.), 10 Jul. 1971.

ZIMBABWE News. Homoine Massacre: MNR must pay for the crime. Sep. 1987, p. 22-24. Disponível em: [http://www.mozambiquehistory.net/history/conflict/homoine/19870900\\_homoine\\_massacre.pdf](http://www.mozambiquehistory.net/history/conflict/homoine/19870900_homoine_massacre.pdf). Acesso em: 12 jul. 2018.

ZONDI, Siphamandla. **South Africa in Southern Africa: A Perspective**. Maputo, Mozambique: Friedrich-Ebert-Stiftung Mozambique, 2012.